

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS DISTRITAIS,
RESPEITÁVEIS MEMBROS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DOS TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL.**

A ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS E EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL – ACETC-DF, da qual fazem parte as seguintes cooperativas e empresas de transporte coletivo: COOTARDE, COOTARDE CONVENCIONAL, COOPATAG, COOPERTRAN, COOBATAETE, e COOTRANSP, apresentam em anexo relatório da situação financeira e operacional, apontando como pontos chave os itens a seguir, os quais, salvo melhor juízo, devem ser investigados e levantados pelo essa Colenda Comissão:

Em menos de dois anos as operadoras tiveram vários aumentos (ver preços iniciais e atuais):

OPERADORA	TARIFA 2013	TARIFA 2015	% REAJUSTE
MARECHAL	R\$ 2,71	R\$ 4,75	75%
PIONEIRA	R\$ 2,36	R\$ 3,74	58%
PIRACICABANA	R\$ 2,65	R\$ 3,19	20%
SÃO JOSÉ	R\$ 2,70	R\$ 3,25	20%
URBI	R\$ 2,80	R\$ 3,36	20%
VALOR MÉDIO DA TARIFA TECNICA		R\$ 3,66	

Por que o GDF não cumpre os contratos das cooperativas, no tocante ao equilíbrio financeiro?

Porque essa disparidade nas tarifas?

COOPERATIVAS COM A MENOR TARIFA OPERAÇÃO	
OPERADORA	TARIFA ATUAL
MARECHAL	R\$ 4,75
PIONEIRA	R\$ 3,74
PIRACICABANA	R\$ 3,19
SÃO JOSÉ	R\$ 3,25
URBI	R\$ 3,36
COOPERATIVAS	R\$ 1,50

Ao não cumprir o equilíbrio financeiro, qual o objetivo do Governo?

Por que os contratos das bacias tem a previsão de que as operadoras das bacias vão assumir as linhas das cooperativas? Sendo que até Decreto do então Governador Agnelo foi baixado com esse intuito!

Por que houve outorga onerosa para as cooperativas e não para das bacias?

Quem será beneficiado com a extinção das cooperativas?

As cooperativas ocupam 27% do sistema do transporte de passageiros, ou seja, maior que uma bacia. Possuem as cooperativas cerca de 500 ônibus e 3.000 empregos diretos. E porque mesmo assim são tratadas com parcialidade e discriminação?

Será que existe e/ou existiu um planejamento do desmonte das cooperativas, e quem sairá ganhando com isso?

Será que há o interessante do retorno do cartel que monopoliza o transporte coletivo no DF, sob o domínio de três grupos empresariais?

Por que o Representante do DFTRANS, esta dando entrevista, sinalizando pelo fim das Cooperativas se os contratos estão vigentes até 2018 e podem ser prorrogados até 2028? Já existe a certeza que não haverá renovação? Financeiramente para o GDF é bom não renovar com as Cooperativas?

Por que o atual Governo continua agindo como o governo passado e mantendo um tratamento diferenciado em relação às cooperativas?

Por que o GDF continua negociando separadamente com as bacias e empurram o aumento salarial forçadamente para as cooperativas, sem qualquer compensação financeira?

Por que o estudo e pedido de reequilíbrio econômico financeiro das Cooperativas (processo nr. 0098-002.163/2014) enviado ao DFTRANS, sequer é respondido?

Hoje os trabalhadores das cooperativas são tratados como funcionários de segunda classe, pois as cooperativas não recebem os mesmos valores que as bacias, e assim, não conseguem pagar o mesmo salário aos funcionários das cooperativas, carecendo que sejam unificadas as convenções ou acordos coletivos, com a unificação das tarifas. Lembrando que os funcionários das bacias são subsidiados pelo GDF através da Tarifa Técnica, enquanto as Cooperativas não tem este subsídio do GDF.

Para o pagamento igualitário dos funcionários e necessário que o governo equilibre os contratos das cooperativas.

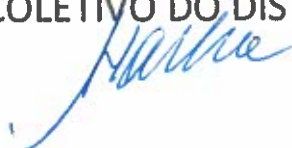
Necessário de faz, com URGÊNCIA a criação de uma tarifa de reequilíbrio econômico financeiro EMERGENCIAL, para as cooperativas, sendo proposto um subsidio emergencial de R\$ 1,69 na tarifa das Cooperativas, para que esta alcance a menor tarifa das bacias, que é no valor de R\$ 3,19, até que o governo estude o equilíbrio econômico financeiro correto e definitivo a ser pago para as cooperativas.

Apresenta em anexo, farta documentação, a qual comprova todas as indagações e questionamentos acima descritos, esperando as Cooperativas, como espera a população do Distrito Federal que as investigações possam esclarecer questões nebulosas e fatos que no momento não apresentam nenhuma justificativa para ocorrerem.

Por oportuno, todos representantes das Cooperativas nominadas, se colocam desde já para quaisquer esclarecimentos, depoimentos ou informações que possam contribuir para que o objeto da Comissão seja alcançado!

Brasília, DF em 02 de junho de 2015.

ACETC-DF
ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS E EMPRESAS DE TRANSPORTE
COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL





MEMORIAIS

A ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS E EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL – ACETC-DF, da qual fazem parte as seguintes cooperativas e empresas de transporte coletivo: COOTARDE, COOTARDE CONVENCIONAL, COOPATAG, COOPERTRAN, COOBRATAETE e COOTRANSP, através do Advogado que as representa judicialmente e extra judicialmente, vêm respeitosamente a presença de V.Exa. apresentar o que se segue.

Temos as seguintes situações que são pontuais:

- Imediato realinhamento do preço da passagem, seja a pública ou pagamento da diferença da tarifa pública pela tarifa já calculada pela Diretoria Técnica do DFTRANS.

- Tratamento isonômico das cooperativas e operadoras das bacias, como subsidio e livre acesso na Secretaria de mobilidade e DFTRANS, em especial quando se pede audiência para tratar de determinado assunto e nunca são recebidas.

- Pedido de equilíbrio econômico financeiro do contrato, o qual se encontra engavetado;

- Prazo para renovação da frota até o fim do ano de 2016, tendo em vista a impossibilidade financeira do momento.

- Ampliação do tempo de uso dos micros ônibus, tendo em vista a obrigatoriedade de troca com 7 anos.
- Debater o interesse do Governo no processo de monopolização do transporte Coletivo (cartel) e acabar com as cooperativas.
- Debater Existência no DFTRANS de um estudo que visa devolver a administração do SBA (sistema de bilhetagem eletrônica) para as empresas operadoras das bacias. Modelo que existiu no passado o qual apresentou irregularidades.
- Os Funcionários são tratados de modo discriminado e ganham valores menores, mesmo fazendo o mesmo trabalho do trabalhador das Bacias, o Governo autorizou e bancou um aumento para as Empresas das Bacias de 20% e nada para as Cooperativas
- O GDF sucateou a frota e as operações das cooperativas, através de não repasse e tarifa muito defasada.
- Os novos contratos têm tarifa de até R\$ 4,75 e das Cooperativas tarifa de R\$ 1,50.
- Tratamento diferenciado entre empresas que prestam o mesmo serviço. Inclusive com o repasse de valores em primeiro lugar as grandes operadoras e para as cooperativas apenas ao final.

- O Governo decretou o fim do transporte das cooperativas pois não cumpre os contratos e em especial o equilíbrio econômico financeiro.

- Não há Isonomia. Por que o Governo chega a pagar tarifa de até 320% a mais para as Empresas Novas do que paga para as Cooperativas.

- Combate imediato a pirataria

Durante todo o Governo passado, as Cooperativas foram literalmente descartadas da atenção do Governo. Mesmo que por diversas vezes ter o antigo Governo sido procurado, seja por escrito, seja por solicitação de reunião e nenhuma atitude foi tomada.

No processo administrativo 0098-002.163/2014, na qual as Cooperativas requereram a inclusão de tarifa técnica ou realinhamento de preços e equilíbrio econômico financeiro, a Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal se manifestou no parecer de nr. 663/2014, no sentido da necessidade de ser consultado o Conselho de Transporte do Distrito Federal – CTPC/DF e que o mesmo faça as atualizações na Resolução 4.618/95, no que tange a parâmetros e coeficientes da forma de remuneração. No momento se encontra o processo com o Conselho de Transporte do Distrito Federal que enviou ofício ao DFTRANS para que apresente parâmetros de aplicação de parâmetros e coeficientes da forma de remuneração.

Fato que se mantém no atual Governo, por diversas vezes se tenta reunião na Secretaria de Mobilidade quanto no DFTRANS para tratar de assunto de interesse do transporte público e não se consegue uma agenda.

Das poucas vezes que se conseguiu, o Secretario se limitou a anotar o que foi dito e sequer uma resposta deu as reivindicações, reivindicações essas justas e necessárias.

Afirmou que seria criada uma comissão para analisar o valor da passagem, mas a comissão que foi criada tem como objeto a cobrança de parte da divida de outorga e capacidade operacional.

Quanto a divida da outorga necessário se faz tecer alguns comentários.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, a fim de que se mantenha a estabilidade da relação original avençada entre a empresa contratada e a Administração, remunerando-se de forma justa a obra ou serviço contratados. O texto constitucional assenta expressamente, como direito das partes contratantes, a recomposição do equilíbrio financeiro, no caso de modificação da situação contratual original (art. 37, inciso XXI). São, portanto, hipóteses a ensejar o reequilíbrio da avença: ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis (porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da fiel execução do que fora pactuado), ou em casos de álea econômica e extracontratual.

Ou seja, os custos operacionais se elevaram nos últimos anos, levando a Cooperativa a quase insolvência e sem condições de arcar com todas as obrigações, entre elas a quitação da Outorga.

Não se nega, por óbvio, que a Administração Pública pode unilateralmente tomar decisões (discricionariade), inclusive, alterando as regras estabelecidas no contrato. Contudo, deverá manter o equilíbrio da equação econômico-financeiro para não causar prejuízo ao particular.

Ou seja, se é certo que o interesse público prevalece sobre o particular - por isso que a Administração tem preponderância no contrato -, também é correto afirmar que o particular não pode custear esse interesse.

Percebe-se, dessa forma, que não se nega o direito à Administração de usar da sua discricionariade para tomar as providências que entender necessárias. Todavia, ao fazê-la, deve respeitar o equilíbrio devido à equação econômico-financeira.

As Cooperativas de transportes são responsáveis pelo transporte de ligação em todas as cidades satélites, além do transporte rural. Emprega diretamente cerca de 4.000 trabalhadores. Possuem cerca de 550 veículos de transportes de passageiros operando diariamente.

Possuem em média 550 cooperados que somados a suas famílias totalizam cerca de 1.600 pessoas que tem como única fonte de renda a operação de transporte coletivo.

Tem as cooperativas passado por diversos problemas, na grande maioria de ordem financeira, a maior delas em relação ao valor da passagem,

que desde 2005 não sofre reajuste, ou seja, são 10 anos sem aumento de passagem.

As tarifas previstas para as cooperativas são de R\$ 1.50, R\$ 2,00 e R\$ 3,00 (apenas na Cootarde/Convencional).

Essa situação afeta tão somente as cooperativas, uma vez que recebem a tarifa pública, diferentemente das operadoras das bacias que recebem a tarifa técnica, a título de exemplificação, existe a situação onde uma Cooperativa atua na mesma linha e trajeto da operadora. Comparativo da Linha 933.1, onde a empresa Marechal transporta pela Tarifa Técnica, que é R\$ 4,75, e o mesmo passageiro é transportado pela Cootarde ao valor de R\$ 1,50, com prejuízo claro ao Governo, e enriquecimento injusto da Bacia.

Ou seja, para cada passageiro transportado nessa linha que paga R\$ 1,50, o governo paga o valor de R\$ 3,25 de diferença para a empresa Marechal. Mais que o dobro do valor que o passageiro efetivamente pagou.

E ainda tem o Governo a intenção de transferir a administração do SBA para as operadoras. Quem iria fiscalizar se o número de passageiros transportados apresentados seria real, para a empresa quando maior o número de diferença de passagem a receber melhor.

Paga a diferença apenas para as operadoras, pelo mesmo serviço, mesmo itinerário e mesmos custos.

Ou seja, para cada passageiro transportado, o Governo tira dos cofres públicos valores que poderiam estar sendo utilizados em outras áreas.

Além de tratar de maneira desigual prestadores de serviço que prestam o mesmo serviço. Atentando contra o princípio da isonomia.

Há de se ressaltar que as operadoras, tiveram no final do ano passado e também neste ano, um reajuste nas tarifas técnicas delas, que são complementadas pelo Governo. Conforme percentuais abaixo.

Concessionária	Percentual de reajuste	Nova tarifa técnica
Auto Viação Marechal Ltda.	12,5883%	R\$ 3,2651
Consórcio HP-ITA – Urbi Mobilidade Urbana	12,5883%	R\$ 3,3653
Viação Pioneira Ltda.	12,5883%	R\$ 2,8411
Expresso São José Ltda.	12,5883%	R\$ 3,2532
Viação Piracicabana Ltda.	12,5883%	R\$ 3,1886

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE

PORTARIA Nº 25, DE 24 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 128, XII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 35.748, de 21 de agosto de 2014:

Considerando a necessidade de ser recomposta a equação econômico-financeira da Concessão nos termos do Contrato de Concessão nº 01/2012 - Viação Pioneira Ltda e do Contrato de Concessão nº 08/2013 - Auto Viação Marechal Ltda, pactuado com esteio na Concorrência nº 1/2011-ST; Considerando o acordo celebrado com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, por meio da reunião realizada no dia 11 de fevereiro de 2015, na Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão - PRODEP/MPDFT;

Considerando o resultado do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 11, de 11 de fevereiro de 2015, com objetivo de avaliar os estudos realizados no âmbito dos Processos Administrativos nº 098.001.248/2014 e 090.001.307/2014, atinentes ao Contrato de Concessão nº 01/2012 - Viação Pioneira Ltda e ao Contrato de Concessão nº 08/2013 - Auto Viação Marechal Ltda, bem como realizar auditoria na metodologia dos cálculos utilizados nos valores das tarifas técnicas; Considerando o disposto no Processo Administrativo nº 090.001.002/2015;

Considerando que o Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS mantém-se em andamento, em abril de 2015, a revisão de todas as Ordens de Serviços das cinco concessionárias e dos permissionários no Distrito Federal, para fins de divulgação e instrução dos cálculos tarifários e dos indicadores de qualidade dos serviços prestados, conforme preceituam os contratos e a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Tendo em vista o disposto nos artigos anteriores, HOMOLOGO o valor provisório das tarifas técnicas do Contrato de Concessão nº 01/2012 - Viação Pioneira Ltda e do Contrato de Concessão nº 08/2013 - Auto Viação Marechal Ltda, conforme descrito a seguir:

Concessionária	Contrato	Valor atual da tarifa técnica	Percentual da revisão	Nova tarifa técnica
Viação Pioneira Ltda.	1/2012-ST	R\$ 2.6362	31,87%	R\$ 3.7427
Auto Viação Marechal Ltda.	8/2013-ST	R\$ 3.2617	45,91%	R\$ 4.7592

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros a partir do dia 24 de março de 2015, data da assinatura do ato de apostilamento ao Contrato de Concessão nº 01/2012 - Viação Pioneira Ltda. e ao Contrato de Concessão nº 08/2013 - Auto Viação Marechal Ltda.

CARLOS HENRIQUE RUBENS TOME SILVA

Desde o início da operação das bacias em 2013, houve diversos reajustes da passagem que recebem as operadoras. Sendo que para as cooperativas a tarifa é a mesma desde 2008.

Neste ano já teve um novo reajuste da tarifa e os valores não foram informados pelo Governo.

E pior, ao participarem da licitação, o fizeram no cálculo da tarifa de R\$2,00. Ocorre que o então Governo da época baixou para R\$ 1,00 e depois elevou para R\$ 1,50 e assim se mantem até os dias de hoje.

Houve aumento substancial nos custos das operações, a título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 51%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,84.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante tantos anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Soma-se ainda as recentes medidas econômicas que elevarão os impostos PIS/COFINS além da CIDE que impactará ainda mais sobre o custo operacional.

Cabe ressaltar que desde o ano de 2005 não há aumento de tarifa pública no transporte.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Nestes anos de operação das Cooperativas, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação das Cooperativas.

No fim do ano passado, o Governo do Distrito Federal, acertou com as operadoras um aumento de 20% para os rodoviários, sem sequer convidar as Cooperativas para participarem das reuniões ou até mesmo apresentar sugestões nas negociações.

Uma vez acertado com o Governo, Sindicato e grandes Operadoras, e concedido o aumento de 20% (que há de se afirmar que nenhuma outra categoria no Brasil teve um aumento nesse patamar), o Sindicato pressionou de todas as formas, para que as Cooperativas concedessem o mesmo reajuste.

Ocorre, que a operadoras tiveram reajustes da tarifa técnica, incorporando o custo do aumento do salário dos rodoviários, já as cooperativas permaneceram com a forma de remuneração congelada.

A diferença da forma de remuneração (valor da passagem) é pela razão de que as cooperativas recebem a tarifa pública e as operadoras recebem a tarifa técnica.

No dia 29 de setembro de 2014, nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal, se reuniram por convite do Ministério Público, o Ministério Público com 3 promotores de justiça, o Secretário de Transporte, o Diretor Geral do DFTRANS, o sindicato dos rodoviários, as Cooperativas e um Procurador do Distrito Federal, conforme Ata em anexo, onde o Secretário de Transporte discorreu sobre a necessidade de reequilíbrio contratual e afirmou o compromisso de encaminhamento do parecer da PGDF sobre a tarifa técnica.

Mas ficou tão somente nas palavras, sendo que atitude nenhuma foi tomada, muito pelo contrário, a partir daquela data os atrasos se intensificaram e isso quando ocorrerão pagamentos. Demonstrando uma verdadeira retaliação.

O acima relatado é maneira que as Cooperativas de Transporte Urbano que operam no Distrito Federal encontraram para apresentar as autoridades Públicas a real e verdadeira situação.

Se não houver o imediato pagamento dos valores em atraso, não terão as cooperativas condições de arcar sequer com o pagamento de salário dos rodoviários. Sendo assim eminente a paralisação.

O Sindicato dos rodoviários, através de contato direto com as cooperativas já anuncia uma greve na próxima semana.

Não podemos mais aceitar que a imprensa noticie que é um problema de gerenciamento das cooperativas, afirmarem que o GDF nada deve as cooperativas, uma vez conforme acima apresentado e as cópias das Notas Fiscais em anexo comprovam que o debito existe.

Caso ocorra o pagamento dos valores devidos acima, haveria de imediato o pagamento de salários aos rodoviários e afastariam assim qualquer chance de paralisação do sistema.

Além da necessidade urgente se atualizar a forma de remuneração e reajuste da passagem.

Estudos recentes feitos pelo próprio DFTRANS, apontam a necessidade de realinhamento do valor da passagem. Ocorre que a Secretaria de Mobilidade sequer analisou estes estudos.

Nos últimos dias, foi protocolado documentos que apresentam as mesmas informações acima, para o Governador, Secretário de Mobilidade e Diretor Geral do DFTRANS, sem que até a presente data não houve qualquer resposta ou posicionamento.

As dificuldades dos últimos anos não foram fruto de má administração por parte das Cooperativas, como muitos possam pensar. Foi a consequência da irresponsabilidade do poder público.

Além de constantes atrasos no repasse do PNL e PNE, que na forma da lei deveria ser repassado a cada 15 dias e no prazo de até 5 dias após o fechamento da quinzena. Lembrando que o PNL e PNE tem caráter alimentar, uma vez que deve ser utilizado preferencialmente para pagamento de salário dos rodoviários.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos a cooperativa.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato.

Mas, de fato, a cooperativa, acumula prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra a cooperativa.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Assim, necessário se faz que o DFTRANS, faça com a maior brevidade possível a mudança no modo de tarifa hoje aplicado.

O modelo de tarifa utilizado na cooperativa é ultrapassado e não retrato a realidade na fixação de valores. Tanto que o modelo aplicado na recente licitação das bacias adotou modelo totalmente diverso. Sendo no novo modelo a aplicação da tarifa técnica, levando em consideração o custo km, o equilíbrio econômico-financeiro, a receita passageiro dentre outros.

Como é cediço, o novo modelo de tarifa traz a indicação de aplicação de integração por parte do transporte, sendo assim, absolutamente necessário a mudança do modelo de cálculo da tarifa, a fim de permitir a efetiva aplicação da integração.

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Caso a Administração resolva unilateralmente alterar as condições do contrato, deverá manter equilibrada a remuneração devida ao particular.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no

contrato, a fim de que se mantenha a estabilidade da relação original avençada entre a empresa contratada e a Administração, remunerando-se de forma justa a obra ou serviço contratados. O texto constitucional assenta expressamente, como direito das partes contratantes, a recomposição do equilíbrio financeiro, no caso de modificação da situação contratual original (art. 37, inciso XXI). São, portanto, hipóteses a ensejar o reequilíbrio da avença: ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis (porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da fiel execução do que fora pactuado), ou em casos de álea econômica e extracontratual.

Ou seja, os custos operacionais se elevaram nos últimos anos, necessitando de imediato se fazer o reajuste da tarifa.

Também tem verificado nos últimos tempos, uma tentativa de se voltar a ter o monopólio do transporte público na mão de poucas operadoras, fato que não se pode admitir, uma vez que seria um retrocesso.

A dificuldade das Cooperativas de se fazer ouvir e apresentar suas reivindicações faz com seus cooperados, familiares, funcionários fiquem se sentindo abandonados pelo poder público.

Em 2008, finalizaram os processos licitatórios nºs 01/2007 e 02/2007 da Secretaria de Transporte do Distrito Federal, sagrando-se vencedoras, as Cooperativas de Transporte. Em 2012, finalizou o processo licitatório nº 01/2011/ST, sagrando-se vencedoras as empresas Expresso São José Ltda., e a Viação Pioneira Ltda. Modalidade – menor preço. Tarifa técnica

Em 2013 finalizou o processo licitatório n 01/2011/ST – Reabertura sagrando-se vencedora, entre outras a Auto Viação Marechal Ltda. Modalidade – menor preço. Tarifa técnica

A Viação Pioneira, assinou o contrato em 28/12/2012 e a Auto Viação Marechal em 26/04/2013 e as Cooperativas em fevereiro de 2008.

A Auto Viação Marechal e a Viação Pioneira alegando que estabeleceram suas tarifas técnicas baseados nos dados informados no edital de licitação e que não se confirmaram na operação, solicitaram em 2014 revisão da tarifa técnica. A Viação Pioneira em 13/01/14 e a Marechal em 24/06/14, dando origem aos processos nºs 0090.001307/2014 e 0098.001248/2014, respectivamente

Nesta mesma época as COOPERATIVAS , também solicitaram revisão tarifária, sob alegação que durante a vigência do seu contrato não houve aumento de tarifa – último aumento em janeiro de 2006 e ou estabelecimento de tarifa técnica

As 2 primeiras Empresas que tiveram seu processo licitatório na modalidade de menor preço, apresentando entre outros documento, o demonstrativo de viabilidade econômico financeira e fluxo de caixa, que definiram como tarifa técnica os valores de R\$ 2,7192 (Auto Viação Marechal) e 2,3661 (Viação Pioneira) – A Dimensão de frota/Km rodados/Passageiros das 2 empresas constantes do edital:

Auto Viação Marechal	Quantidade	Km Anual	Participação	Passageiros
Miniônibus	79	3.587.210	12,24%	
Ônibus Básico	352	23.124.409	78,88%	
Ônibus Articulado	33	2.604.237	8,88%	
	464	29.315.856	100,00%	51.236.268

Viação Pioneira	Quantidade	Km Anual	Participação	Passageiros
Miniônibus			0,00%	
Ônibus Básico			0,00%	

Ônibus Articulado			0,00%	
Frota Total	625	38.022.044	100,00%	72.388.379

Basicamente as duas empresas utilizam os mesmos argumentos para sustentarem seu pedido de equilíbrio econômico financeiro do contrato, via reajuste da tarifa técnica.

Sustentam em síntese que as premissas constantes do processo licitatório (projeto básico) não se configuraram verdadeiras na operação do sistema.

A Auto Viação Marechal – processo nº 0090-001307/2014 – 533 folhas - mostra e é aprovado pelo Órgãos do GDF e pela Secretaria de Mobilidade Urbana , através da Portaria nº 25 de 24/03/2015, depois de 14 meses de operação (de 26/04/2013 – assinatura do contrato a 24/06/2014 – data do pedido) teve um desequilíbrio do seu contrato havendo um aumento de mais de 75 % no período.

Com um período um pouco maior a Viação Pioneira obteve um acréscimo de pouco mais de 58 %.

Em contra partida as COOPERATIVAS, que também entraram com o pedido de reajuste agosto/2014 – tiveram seus pedidos negados

PROCESSO Nº 0090-001307/2014 de 27/06/2014.- AUTO VIAÇÃO MARECHAL

Na inicial é solicitado a revisão da tarifa técnica no percentual de 53,33 % (foi concedido 75 %) , ressarcimento dos prejuízos acumulados deste o início da operação – R\$ 14.355.771,64. – Foi apresentado que os parâmetros apresentados no edital para formalização dos cálculos que deu origem a tarifa técnica não se configuraram na realidade da operação, desta forma os cálculos foram refeitos e se apresentou uma tarifa técnica de R\$ 4,1694. –fls.02/41.

O Chefe da Assessoria Jurídica do DFTRANS apresenta parecer (fls. 123/132), que já havia se pronunciado favoravelmente no processo nº 098.001.248/2014, sob o mesmo tema e lastreado no parecer da Procuradoria Geral do Distrito Federal – nº 172/2014 – PROCAD, manteve-se favorável ao pleito acrescentando que deveria haver um estudo para incorporando-se todas as variáveis que compõe o custo.

O Diretor Geral do DFTRANS, em despacho (fls. 134/137) ratifica a necessidade de estudo incorporando todas as variáveis que compõe o custo e encaminha a Gerencia de Custo e Tarifa do DFTRANS.

Em 29/07/2014 – Já concluído o estudo técnico encaminha ao Diretor Técnico, que por sua vez encaminha ao Diretor Geral. Na mesma data o Diretor Geral encaminha para o Secretario de transporte.

O Secretario de Transporte, em 13/08/2014, encaminha ao Diretor Geral do DFTRANS, o contraditório a Auto Viação Marechal. (fl. 172).

Em folhas 173/175 a Auto Viação Marechal, apresenta uma nova tarifa técnica no valor de R\$ 4,4457 , apresentado alegações.

Nas folhas 183/193, temos um logo despacho do Diretor Técnico do DFTRANS , que relata as circunstância que ensejaram o desequilíbrio e um histórico do processo licitatório.

Em 11/02/2015, o Sr. Secretario de Mobilidade manda publicar a Portaria nº 11. É criado um grupo de trabalho para avaliar os estudos atinentes aos contratos de Concessão da Viação Pioneira e Auto Viação Marechal - Processos 098.001.248/2014 e 090.001.307/2014).

Logo a seguir foi apresentado o relatório final - fls. 204 e . 206/229.

Em ato conclusivo o Sr. Secretario de Mobilidade Urbana do Distrito Federal publicou a Portaria nº 25 em 24/03/2015 autorizando aumento

da tarifa técnica da Auto Viação Marechal para R\$ 4,7592 e da Viação Planeta de R\$ 3,7424.

PROCESSO Nº 0098-001248/2014 de 17/03/2014 – VIAÇÃO PIONEIRA

Processo análogo ao Nº 0090-001307/2014, mesmo pedido, como observamos na inicial e mesma conclusão, - Em ato conclusivo o Sr. Secretario de Mobilidade Urbana do Distrito Federal publicou a Portaria nº 25 em 24/03/2015 autorizando aumento da tarifa técnica da Auto Viação Marechal para R\$ 4,7592 e da Viação Pioneira de R\$ 3,7424.

PEDIDO DE REVISÃO TARIFÁRIA – COOPERATIVAS

Mostrou a defasagem tarifária – o ultimo aumento foi em 2006 – isto quer dizer que não há aumento a mais de 9 anos. Para sustentar o pedido foi apresentado longo trabalho sobre os acréscimos havidos durante este logo período, principalmente mão de obra e insumos básicos. Da mesma forma que as empresas acima - foi feito um demonstrativo financeiro e o fluxo de caixa mostrando que há uma defasagem de quase 40 % . Diferente das demais empresa o cálculo feito foi com remuneração de 12 % e com valor presente igual a zero – isto é sem lucratividade.

Apesar do aumento tarifário das 2 empresas (Marechal e Pioneira) terem sido lastreados em estudo que contemplava as frotas de micro – ônibus convencional e articulado, a conclusão para o pedido das COOPERATIVAS, foi de que deveria haver um instrumento próprio para o cálculo dos micro ônibus (substituição da Resolução nº 4618/95 – CTPC/DF), pois o utilizado já estava defasado. NEGADO.

OUTROS PONTOS QUE MERECEM DESTAQUES

A licitação das COOPERATIVAS , foi onerosa - as cooperativas tiveram que pagar em média, quase R\$ 4 milhões, por lote de 50 micro-ônibus, para operarem , enquanto a das 2 empresas (Marechal e Pioneira), foi do melhor preço (em uma delas não houve desconto – recebeu tarifa máxima);

Qualquer aumento de linha (demanda) é paga pela tarifa técnica (subsidiado pelo GDF) – não há estudo individualizado, vejamos a anomalia abaixo:

O STPC/DF passou a ter duas formas de remuneração, ou seja, uma por tarifa técnica e outra por tarifa usuário . A tarifa usuário para os licitados em 2007, onde as Cooperativas recebem diretamente do passageiros. Os gratuito, portadores de necessidades especiais _ PNE e estudantes são pagos pelo GDF. Os da tarifa técnica, licitados em 2012, recebem do passageiros e recebem também do GDF/DFTRANS, referente a todos os passageiros, o valor pertinente a diferença da tarifa técnica e a tarifa usuários. Os gratuito, portadores de necessidades especiais _ PNE e estudantes, são pagos integralmente pelo GDF.

Tal duplicidade, mostra que existem sistemas diferentes de remuneração no transporte público do Distrito Federal, em que as cooperativas estão operando nas mesmas condições das empresas das Bacias, e recebem valores distintos, uma é paga somente pelo usuário (Cooperativa) e outra é paga pelo usuário e subsidiada pelo GDF (Marechal, Pioneira, São José, Piracicabana e Urbi).:

Vejamos o exemplo da linha circular nº 933.1 Taguatinga Norte/Sul, (micro ônibus) operado pela Auto Viação Marechal, tem preço público de R\$ 1,50 com extensão de 31,25 Km, porém pela tarifa técnica ela recebe R\$ 4,7593 – I (vide Portaria nº 25 da Sec. de Estado de Mobilidade do

Distrito Federal e Ordem de Serviço datada de 17/11/14). Em comparação temos as seguinte linhas circulares operadas pelas Cooperativas na mesma região, mostrado a diferença entre os 2 sistemas de remuneração, sendo que em um o operador recebe R\$ 4,7593 – R\$ 1,50 do passageiro e R\$ 3,9592 pago pelo GDF, enquanto as COOPERATIVAS recebem o que lhe é devido pelo passageiro:

Linha	Tipo	Nº de micro	Extensão linha Km	Tarifa
924.1	Circular	7	29,38	R\$ 1,50
0.928	Circular	11	30,13	R\$ 1,50
251.8	Circular	13	58,99	R\$ 1,50
020.2	Circular	10	62,29	R\$ 1,50
926.1	Circular	5	39,25	R\$ 2,00
922.1	Circular	8	52,91	R\$ 2,00
928.3	Circular	7	62,01	R\$ 2,00

O sistema opera desde 2006 com a mesma tarifa

O que diz o contrato:

O estabelecido no art. 17 que “As tarifas dos serviços integrantes do STPC/DF serão fixadas pelo Poder Executivo, com base em estudos de custos e tarifas desenvolvidos pela entidade gestora, observadas as disposições legais e ouvido, previamente, o CTPC/DF.”, nunca foi feito pois não há desde 2006 qualquer alteração tarifária. Último decreto que estabeleceu alteração tarifária foi o de nº 26.501, de 01/06/2006, que estabeleceu as seguintes tarifas usuários :

Serviço Convencional	Tarifa
Urbana 1	R\$ 1,50
Urbana 2	R\$ 2,00
Metropolitana 1	R\$ 2,00
Metropolitana 2	R\$ 3,00

Estas tarifas são constantes no edital de 2007 e permanecem inalteradas até a presente data, e mais em alguns caso tivemos redução da tarifa usuário

Porém algumas linhas Urbana 1 (circulares), em 2009, tiveram suas tarifas reduzidas para R\$1,00 – conforme OS anexas, vejamos:

Linha	Tipo	Nº de micro	Extensão	Tarifa
0.929	Circular	17	23,13	R\$ 1,00
0.927	Circular	8	20,09	R\$ 1,00

DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

Diante de todo o exposto, as Cooperativas solicitam a atenção das Autoridades do Distrito Federal, via Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário, Tribunal de Contas do Distrito Federal e Ministério Público da União, bem como, o auxílio da Imprensa, para tornar público os graves problemas tarifários ora narrados, posto que, se as Cooperativas conseguem operar com uma Tarifa Menor, NÃO é possível entender porque as empresas licitadas em 2012, ganham tantos recursos do Governo do Distrito Federal, com vários reajustes Tarifários em menos de dois anos de operação, enquanto as cooperativas nunca tiveram reajuste Tarifário desde o início da Operação.

Como se pode verificar pelos anexos, sempre buscamos o poder público, e nunca obtivemos resposta.

Brasília - DF, 2 de junho de 2015.


WAGNER PEREIRA DA SILVA

OAB/DF: 36.467



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ATA DA REUNIÃO

No dia 19 de maio de 2015, às 14 horas e 30 minutos, na sala nº 359 do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, reuniram-se o Promotor de Justiça Rodrigo de Araújo Bezerra, Wagner Pereira da Silva, Marlene Francisca Alves Chagas, Davino Alves Cavalcante, Maria Anália de Sousa e demais representantes das cooperativas de ônibus do Distrito Federal. Na oportunidade, Dr. Wagner Pereira da Silva, advogado da associação das cooperativas de transporte público discorreu sobre as tratativas para revisão/reajuste da tarifa pública com a Secretaria de Transporte. Informou que os representantes das cooperativas reclamam da distinção entre as cooperativas e as concessionárias; informou que nem sequer "o diário", que corresponde ao valor pago pelo usuário para usufruir do transporte está sendo repassado pelo GDF. A representante da COOTARDE, Marlene Chagas informou que, em decorrência do atraso no pagamento do diário, não consegue honrar compromissos com instituições financeiras. Citou que, em razão desse atraso, as cooperativas têm dificuldades de pagar os trabalhadores. O advogado da associação narrou que, após o último comparecimento neste MP, no final do ano passado, o conselho de transporte do DF sinalizou a possibilidade de revisão/reajuste da tarifa paga às cooperativas e que seria contratada uma consultoria especializada para a definição desses novos valores. Sra. Marlene informou que, salvo engano, no início de abril, manteve contato com o Sr. Adônis Ribeiro Gonçalves, diretor técnico da gerência de custos e tarifas do DFTRANS, o qual relatou que teria concluído um estudo sobre o valor adequado da tarifa e teria encaminhado o referido estudo à Secretaria de Mobilidade e à Diretoria do DFTRANS. Relatou que, apesar desse encontro, o processo de revisão/reajuste não "andou" na Secretaria. Dr. Wagner acrescentou que as cooperativas têm sérias dificuldades de se reunir com o DFTRANS e com a Secretaria de Mobilidade, com a atual gestão, inclusive. Narrou que as cooperativas só conseguiram se reunir uma única vez, quando o atual secretário de mobilidade teria informado sobre a impossibilidade de revisão/reajuste da tarifa em razão da precariedade do serviço, bem como teria mencionado que as cooperativas não conseguiriam renovar sua frota. Dr.



Wagner informou que em encontro realizado na Câmara Legislativa, conduzido pelo deputado Raimundo Ribeiro, realizado em março de 2015, o secretário de mobilidade Carlos Tomé reconheceu uma dívida de 6 milhões com as cooperativas, referente aos restos a pagar de 2014. Na mesma ocasião o secretário mencionou que teria instituído uma comissão para revisão/reajuste da tarifa devida às cooperativas, porém, segundo verificado pelos representantes presentes nesta reunião, tal comissão não foi efetivamente constituída e o mencionado estudo não foi realizado, sendo que o prazo para conclusão desses trabalhos seria o dia 30/03. Na sequência, o Dr. Davino Alves Cavalcante fez questão de frisar que causa preocupação às cooperativas uma cláusula contratual presente nos contratos firmados com as atuais concessionárias das cinco bacias do DF (salvo engano, item 7), que dispõe que "as linhas atualmente exploradas mediante contrato de permissão com prazo em vigor, findo qual os serviços e a demanda correspondentes poderão ser atribuídos à concessionária, a critério da concedente, desde que na sua áreas de abrangência". Sr. Evis, representante da COOBATAETE, informou, por exemplo, que caso a cooperativa em questão deixe de operar nas satélites de Itapoã e Paranoá, ao preço de R\$ 1,50, a empresa Viação Pioneira assumiria no dia seguinte, recebendo o valor de R\$ 3,75. A Sra. Marlene, logo adiante, detalhou que para fazer frente aos custos da operação contrai dívidas com agiota e sofre pressão do sindicato dos trabalhadores. Informou sobre a carga de multas aplicada pela SUFISA da Secretaria de Mobilidade. Acrescentou que o referido órgão concede tratamento diferenciado às concessionárias e é conveniente com o transporte pirata. Informa que já ouviu falar a respeito de cotas de multas e reclama que a lacração dos carros da COTARDE também é excessiva, citando como exemplo de atuação do referido órgão a aplicação de uma multa em virtude de o extintor estar sujo de poeira.

A Sra. Maria Anália de Sousa, também representante da COTARDE, informou que servidores da SUFISA tem divulgado aos trabalhadores da cooperativa que a mesma deixará de operar até o dia 28 de julho de 2015. Sobre a data de 28/07/2015, os presentes explicam que ela corresponde à data em que os contratos de permissão firmados completarão sete anos de uso, sendo esse o prazo final, por disposição contratual, que as cooperativas teriam de renovar suas frotas. Também reclamam os representantes presentes nessa reunião que



inclusive a data base dos trabalhadores das cooperativas é conduzida de forma apartada da data base dos trabalhadores das concessionárias pela Secretaria de Mobilidade. O aumento dado aos trabalhadores das concessionárias não foi estendido aos obreiros das cooperativas, porém, por pressão, as cooperativas tiveram de conceder mais um aumento aos trabalhadores, mesmo sem o reajuste da tarifa esperado. Dr. Wagner mencionou ter ciência de que os trabalhadores das cooperativas estão sendo chamados a assinar fichas de admissão com as concessionárias, por exemplo, a São José. Na sequência, o Sr. Marcos Pato reafirmou a dificuldade de manutenção das cooperativas e referiu à pressão exercida pelo sindicato dos trabalhadores. Disse sentir que existe uma política de desmonte das cooperativas, especialmente em razão da não concessão dos reajustes pleiteados. Sustentou que, em razão do não reajustamento, existe grave dificuldade em se implantar qualquer melhoria no serviço, ressaltando, entretanto, que a população tem preferência pelo serviço das cooperativas. Chamou atenção também para o grave problema relacionado à fiscalização realizada pela SUFISA, mencionando a existência de possíveis milícias no transporte pirata, as quais seriam comandadas por policiais militares e por policiais civis, bem como a possível existência de pagamentos de propina aos fiscais do citado órgão. Sobre a fiscalização, aliás, mencionou que em reunião realizada na Secretaria de mobilidade, com a subsecretária Sônia, essa representante disse que não teria controle sobre a fiscalização realizada pela SUFISA. Por fim, após discorrer sobre outras dificuldades e problemas, ressaltou que alguns cooperados estão inclusive se desfazendo de seu patrimônio pessoal para manter as cooperativas operando. Dr. Wagner, na sequência, destacou que o sistema de bilhetagem automática, cuja gestão estava a cargo do DFTRANS, está sendo repassado novamente às concessionárias, razão pela qual pediu que este MPDFT se debruçasse sobre a questão. O Sr. Josenildo informou, em acréscimo, que durante cerca de sete meses, foi realizada uma espécie de operação branca pela empresa Viação Pioneira, em linhas operadas pela COPATAG. Tal operação também afetou à COOTARDE, que "quebrou" em relação à operação com os ônibus convencionais que faziam a rota entre as cidades Santa Maria e Gama para o Plano Piloto. Em



razão dessa operação de gratuidade, a cooperativa teve uma queda grave de usuários e perdeu cerca de 40 a 60% de sua receita, não conseguindo sequer realizar reparos nos ônibus quebrados. Por derradeiro, a Sra. Maria Anália fez questão de afirmar que um dia após a audiência pública realizada na Câmara Legislativa, o auditor Marcos, da SUFISA, compareceu à COOTARDE, no Setor O e lacrou quatro veículos da cooperativa, alegando que aquele ato estava sendo praticado porque no dia anterior a COOTARDE havia reclamado do trabalho dos fiscais no Poder Legislativo local. Da parte do Ministério Público, Dr. Rodrigo agradeceu a presença de todos os participantes, esclareceu a linha de atuação da PRODEP e se colocou à disposição de quaisquer interessados para tratar de irregularidades relacionadas aos sistema de transporte público do DF. Diante de todos os problemas que foram colocados pelos representantes das cooperativas, o representante do MP se comprometeu a analisar com profundidade os documentos entregues nesta ocasião e tentar estabelecer uma interlocução com a Secretaria de Mobilidade para tratar dos assuntos de interesse das cooperativas, os quais dizem respeito a interesse de toda a população. O promotor também adiantou que após tentar reunir-se com o secretário, envidará esforços para que a Secretaria e os representantes das cooperativas possam conversar sobre as questões tratadas nesse encontro. Por fim, quanto aos problemas relacionados à SUFISA e à possível existência de milícias, se comprometeu a se debruçar sobre essas questões em apartado. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a presente reunião, que vai assinada por todos os presentes.

Rodrigo de Araújo Bezerra
Promotor de Justiça Adjunto
MPDF

Rodrigo de Araújo Bezerra
Promotor de Justiça Adjunto
MPDF

DOC. 01

**CARTA ABERTA AO
DIRETOR GERAL DO
DFTRANS**

01/07/2014

SEM RESPOSTA

CARTA ABERTA AO DIRETOR GERAL DO DFTRANS

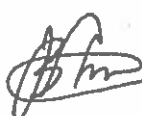
Brasília DF, 01 de julho de 2.014.

Os Representantes das Cooperativas / Empresas de Transportes de Passageiros do Distrito Federal, denominadas de COOTARDE, COOPERTRAN, COBRATAETE, COOPATAG, MCS, ALTERNATIVA, COTRANSP e RIACHO GRANDE, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, expor e ao final pedir o que se segue:

1. As Cooperativas / Empresas mencionadas no preâmbulo, tem contrato com o Governo do Distrito Federal, mediante as Licitações números 001 e 002/2007 – ST, cujo objeto é a prestação de serviço público de transporte de passageiros, nas diversas cidades do Distrito Federal.
2. As Cooperativas / Empresas operam no sistema de transporte público de passageiros do Distrito Federal, desde julho/2008, SEM QUALQUER REAJUSTE DE TARIFA PÚBLICA, ou seja, sem aumento de preço de passagem desembolsado pelo usuário do transporte coletivo.
3. Nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, foram concedidos reajustes nos salários dos funcionários das Cooperativas / Empresas, sem que houvesse reajuste da Tarifa Pública, uma vez que o último reajuste da Tarifa Pública ocorreu em 29 de dezembro de 2005, como é de conhecimento do DFTRANS.

ANEXO / 01/07/2014 - 12:41:2014 08:55 003751 2/2

Kassian F. C. Soares



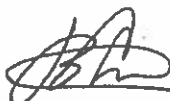
4. Desde o início da operação das Cooperativas / Empresas citadas no preâmbulo, houve aumento substancial nas despesas com combustível, pneus e peças em geral, que são utilizadas na manutenção dos ônibus e micro-ônibus das operadoras de transporte coletivo.

5. O Contrato celebrado entre as Cooperativas / Empresas e o Governo do Distrito Federal, prevê o equilíbrio econômico-financeiro, para que não haja prejuízo aos prestadores do serviço público de transporte de passageiros do Distrito Federal.

6. Como é de conhecimento geral, no mês de maio de cada ano, ocorre a data base dos rodoviários do Distrito Federal, ocasião em que a categoria profissional que engloba os motoristas, cobradores, pessoal administrativo, pessoal de tráfego e pessoal de garagens, buscam a reposição das perdas salariais e outros benefícios, como foi amplamente divulgado pela mídia.

7. No caso das Empresas que operam pela nova Licitação de Bacias (Pioneira, Urbi, Marechal, Piracicabana e São José), o Governo do Distrito Federal, por intermédio de seus representantes legais, já resolveu o problema da data base dos funcionários das Empresas citadas neste tópico, por meio de pagamento de subsídios / equilíbrio contratual para o ano de 2014, e também ajustando o pagamento de perdas salariais dos seus funcionários relativas ao ano de 2013.

8. Nada de ilegal se vislumbra no pagamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos das empresas Pioneira, Urbi, Marechal, Piracicabana e São José, especialmente no que se refere as verbas para a reposição de perdas salariais, custos de operação e melhoria de alguns benefícios para a tão sofrida categoria dos rodoviários, que prestam um relevante serviço público, mediante delegação estatal.



9. Todavia, causa estranheza, que os representantes dos rodoviários das Cooperativas / Empresas, que operam no serviço de transporte de passageiros do Distrito Federal, mediante contratos embasados nas Licitações 001 e 002/2007- ST, NÃO TENHAM SIDO CHAMADOS PELO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, para a mesma negociação com os representantes dos funcionários das empresas Pioneira, Urbi, Marechal, Piracicabana e São José, posto que, todos pertencem a mesma categoria profissional, e são representados pelo mesmo Sindicato (SITTRATER/DF), e defendem o recebimento dos mesmos salários.

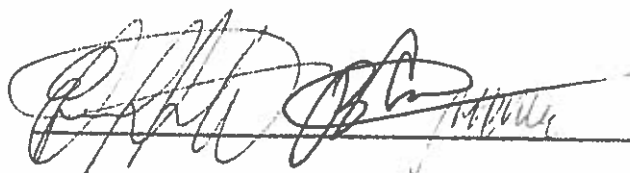
10. Portanto, as Cooperativas / Empresas, que operam no serviço de transporte de passageiros do Distrito Federal, mediante contratos embasados nas Licitações 001 e 002/2007 - ST, buscam tão somente um tratamento isonômico em relação as empresas Pioneira, Urbi, Marechal, Piracicabana e São José, para que o Governo do Distrito Federal aponte soluções, dentro da legalidade, baseado no contrato firmado entre as partes, que também garante o equilíbrio econômico-financeiro, visando subsidiar as perdas e correções salariais de milhares de pais de família, que laboram nas Cooperativas / Empresas, evitando-se assim, um caos no sistema de transporte público do Distrito Federal.

11. Assim, visando evitar injustiças em relação as Cooperativas / Empresas, é muito prudente que seja garantido para este seguimento do transporte coletivo de passageiros no Distrito Federal, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, seja via subsídio por parte do GDF, ou por migração para a TARIFA TÉCNICA de cada bacia em que operam as Cooperativas / Empresas, ainda mais que prestam o mesmo serviço público, e por questão de justiça, não podem ser remuneradas em valores diferentes, pois os custos operacionais são praticamente idênticos.



12. Diante do exposto, as Cooperativas / Empresas solicitam a Vossa Excelência, que nos ajude na resolução da questão posta, junto ao Governo do Distrito Federal, dentro da urgência possível, pois entendemos que havendo o equilíbrio econômico-financeiro previstos em nossos respectivos contratos, celebrados com o Governo do Distrito Federal, como foi tratado com as novas operadoras de bacias (Pioneira, Urbi, Marechal, Piracicabana e São José), por ocasião da data base e do equilíbrio contratual destas empresas, com certeza, havendo igualdade no tratamento das questões de nossas Cooperativas / Empresas, conseguiremos custear o reajuste da data base de nossos rodoviários (micro-ônibus e convencional), cujo pagamento é previsto para o próximo quinto dia útil, bem como, conseguiremos prestar um serviço de melhor qualidade para a comunidade do Distrito Federal, inclusive com a possibilidade da renovação da frota de micro-ônibus.

Certos de sermos atendidos na intermediação da busca de um tratamento isonômico entre as operadoras do sistema de transporte público de passageiros no Distrito Federal, bem como, no tocante ao equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos, aproveitamos para renovar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.



REPRESENTANTES DAS COOPERATIVAS/EMPRESAS

Resumo Demonstrativo Operação Cooperativas Transporte Coletivo

Nome	Área de Atuação	Quantidade Passageiros /Dia	Quantidade Empregos Diretos/Indiretos	Quantidade de Ônibus
COBRATAETE	Paranoá, Itapoá, Lago Sul, Lago Norte e Planaltina	32.000	470	50
COOTARGE	Santa Maria, Gama, Samambaia, Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e Brazlândia	91.000	1.530	200
RIACHO GRANDE/MCS/ALTERNATIVA	Santa Maria, Recanto das Emas, Samambaia, Planaltina, Brazlândia, Gama e Plano Piloto	95.000	1.500	220
COOPATAG	Gama, Santa Maria	32.500	450	50
COOPERTRAN	Ceilândia, Águas Claras, Sobradinho, Planaltina, Samambaia	42.000	1.100	100
	TOTAIS	292.500	5.050	620

DOC. 02

OFICIO AO SEC.

TRANSPORTE ACERCA

DO AUMENTO DOS

RODOVIÁRIOS

25/07/2014

SEM RESPOSTA

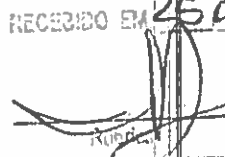


WPS - ADVOCACIA

WAGNER PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO

CÓPIA

EXCELENTÍSSIMO SR. SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL.

PROTOCOLO / SEC. DE TRANSPORTES / ST
RECEBIDO EM 25.07.2014 às 11h 00 min.

46581-X
Matrícula

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, **COOTARDE, COOPERTRAN, COOBRAETE, COOPATAG, MSC e ALTERNATIVA**, neste ato, representadas por seus Presidentes e assistidas pelo advogado que assina o presente, vêm respeitosamente a presença de V.Exa. apresentarem o que se segue.

HISTÓRICO

As cooperativas acima relacionadas operam no sistema de transporte por terem no ano de 2008, assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos às cooperativas.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato.

A título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 37%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,53.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante 5 anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Mas, de fato, das cooperativas, acumulam prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra as cooperativas.

DA DATA BASE

Como é cediço, a data base dos rodoviários é no mês de maio, sendo que as negociações se prolongaram durante os meses de junho/julho.

No mês de junho, o Sindicato dos rodoviários, juntamente com o Governo do Distrito Federal e empresas operadores de transporte urbano nas recém criadas bacias fecharam um acordo o qual previu o aumento do salário dos rodoviários, além de aumento da cesta básica e vale refeições.

Nesta negociação ocorrida, o Governo Distrito Federal não foram convidadas as Cooperativas de Transporte, que operam em quase todo o DF. Responsáveis pela frota de cerca de 650 coletivos. Sendo que o número de rodoviários empregados é de cerca de 3.000 trabalhadores.

Uma vez fechada a negociação com as operadoras, vem sendo cobrado das cooperativas por parte do Sindicato dos rodoviários o mesmo aumento dado a operadoras (20%, cesta básica e vale refeições). Além do alinhamento de salários e ajuste da carga horária.

Assim, temos o seguinte cenário (COOTARDE):

Horas Trabalhadas: Atualmente os funcionários das Cooperativas trabalham 07:20 horas diárias e os do STPC/DF 06:00 Horas. A mudança trará um acréscimo de mão de obra de 18,18 % (relação entre 07:20 e 06:00 – Operação e Manutenção), não incluído neste caso o pessoal do setor administrativo que continuará com carga horária semanal de 40 horas.

Salários: A atual convenção (negociada entre o Sindicato. Empresa e Governo) prevê um aumento de 20% para todos os funcionários e estabelece que em especial os motoristas tenham um salário de R 1.928,47, despachantes R\$ 1.928,47 e os cobradores R\$ 1.006,22, enquanto os salários atualmente pagos pelas cooperativas são de R\$1.019,21, R\$ 1.019,21 e R\$729,60, respectivamente. Desta forma teríamos os seguintes aumentos:

ALTERAÇÕES SALARIAIS	PERCENTUAL DE AUMENTO		IMPACTO	NOVO SALÁRIO
	DO Nº PESSOAS	DO SALÁRIO		
MOTORISTA	18,18%	89,21%	123,61%	1.928,47
COBRADOR	18,18%	37,91%	62,98%	1.006,22
DESPACHANTE	18,18%	89,21%	123,61%	1.928,47
OUTROS	18,18%	20,00%	41,82%	

A convenção ainda prevê um aumento da Cesta de R\$ 128,00 para R\$ 196,47 e do Vale Refeição de R\$ 318,18 para R\$ 417,32.

No trabalho anexo mostramos os impactos destes aumentos de salários e de benefícios, conforme quadro abaixo:

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.925.430,60
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	3.410.183,05
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	1.484.752,45
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	77,11%

Para melhor entendimento e permitir uma melhor negociação, apresentamos em anexo as planilhas com 4 cenários distintos.

CENÁRIO 1: SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA HORÁRIA DE 06:00

CENÁRIO 2: SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

CENÁRIO 3: SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

CENÁRIO 4: SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 26,68% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

No cenário 4, foi incluído o aumento dado aos rodoviários na data base de 2013 e cujo percentual de 6,68% até a presente data não foi repassado as cooperativas, mesmo tendo na época da negociação o compromisso de repasse do custo com aquele aumento.

Abaixo o impacto em percentuais e valores em reais ao mês, para cada cooperativa terá com os cenários descritos.

CENÁRIO 1:

COOPERATIVA	AUMENTO EM %	VALOR EM R\$
COOTARDE	77,11	R\$ 1.484.752,45
COOPERTRAN	70,13	R\$ 910.662,88
COOBATAETE	74,14	R\$ 417.046,36
COOPATAG	70,39	R\$ 445.167,82
MSC	79,63	R\$ 532.916,58
ALTERNATIVA	23,19	R\$ 153.720,70
VALOR TOTAL		R\$ 3.944.266,79

CENÁRIO 2:

COOPERATIVA	AUMENTO EM %	VALOR EM R\$
COOTARDE	18,48	R\$ 355.764,52
COOPERTRAN	18,59	R\$ 241.456,27
COOBATAETE	18,51	R\$ 104.144,56
COOPATAG	18,56	R\$ 117.387,35
MSC	18,54	R\$ 124.053,45
ALTERNATIVA	23,19	R\$ 153.720,70
VALOR TOTAL		R\$ 1.096.526,85

CENÁRIO 3:

COOPERATIVA	AUMENTO EM %	VALOR EM R\$
COOTARDE	51,00	R\$ 981.891,43
COOPERTRAN	47,32	R\$ 614.513,01
COOBATAETE	48,77	R\$ 274.371,38
COOPATAG	46,70	R\$ 295.318,56
MSC	47,71	R\$ 319.277,86
ALTERNATIVA	23,19	R\$ 153.720,70
VALOR TOTAL		R\$ 2.639.092,94

CENÁRIO 4:

COOPERATIVA	AUMENTO EM %	VALOR EM R\$
COOTARDE	24,81	R\$ 477.791,75
COOPERTRAN	24,97	R\$ 324.275,77
COOBATAETE	24,86	R\$ 139.863,34
COOPATAG	24,93	R\$ 157.651,21
MSC	24,89	R\$ 166.603,79
ALTERNATIVA	23,19	R\$ 153.720,70
VALOR TOTAL		R\$ 1.419.906,56

Qualquer um dos cenários apresentados impossibilita o pagamento por parte das cooperativas, uma vez que não possuem condições financeiras para arcar com estes custos.

E cabe deixar bem claro que em todos cenários, nenhum valor será considerado como lucro para as cooperativas. Tão somente os valores serão repassados aos trabalhadores e pagamento de encargos sociais.

Como se verifica, o impacto na folha de pagamento, somado aos encargos, novas contratações (mudança da carga horária) deixará as Cooperativas em situação financeira caótica. Necessitando de aporte financeiro, da mesma forma que ocorreu com a negociação das operadoras.

Cabe ressaltar que desde o ano de 2005 não há aumento de tarifa pública no transporte.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Assim, necessário se faz que o GDF, juntamente com o Sindicato e as Cooperativas cheguem ao um consenso, no que tange a negociação do percentual de aumento, bem como na equiparação salarial e ajuste na carga horária de trabalho dos rodoviários.

O aporte financeiro do Governo para manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato em vigor é medida que se opõe. Pois como demonstrado pelos dados em anexo, sem os custos a serem elevados pelo ajuste já operam as cooperativas com prejuízo. Sendo que após o ajuste, a

situação se tornará insuportável, correndo o risco de trazer prejuízo a população no que tange ao serviço de transporte.

O GDF, ao participar do acordo que permitiu o aumento aos rodoviários, com a efetiva ação de aportar valores para permitir tal aumento, utilizou de sua discricionariedade. Só que tal ação gerou nos trabalhadores das cooperativas, que reforça-se não participaram em nenhum momento das negociações, uma expectativa de aumento nos mesmo moldes do aplicado ao rodoviários das empresas operadoras das bacias.

O aumento no molde aplicado, trará como já dito o total desequilíbrio econômico-financeiro.

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Caso a Administração resolva unilateralmente alterar as condições do contrato, deverá manter equilibrada a remuneração devida ao particular.

Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, in verbis:

"Inteiro teor do Acórdão :

Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20030110914905APC DF

Registro do Acórdão Número : 236627

Data de Julgamento : 05/12/2005

Órgão Julgador : 2ª Turma Cível

Relator : WALDIR LEÔNIO JÚNIOR

Publicação no DJU: 21/02/2006 Pág. : 103 – (até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

1. NO TRADICIONAL ESCÓLIO DE HELY LOPES: "(...) **EQUAÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO É A RELAÇÃO ESTABELECIDAMENTE INICIALMENTE PELAS PARTES ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE. ESSA RELAÇÃO ENCARGO-REMUNERAÇÃO DEVE SER MANTIDA DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, A FIM DE QUE O CONTRATADO NÃO VENHA A SOFRER INDEVIDA REDUÇÃO NOS LUCROS NORMAIS DO EMPREENDIMENTO.**

ASSIM, AO USAR DO SEU DIREITO DE ALTERAR UNILATERALMENTE AS CLÁUSULAS REGULAMENTARES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE VIOLAR O DIREITO DO CONTRATADO DE VER MANTIDA A EQUAÇÃO FINANCEIRA ORIGINARIAMENTE ESTABELECIDAMENTE, CABENDO-LHE OPERAR OS NECESSÁRIOS REAJUSTES ECONÔMICOS PARA O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO" (IN DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO; 27 ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002, P. 209).

2. O AUTOR ALEGOU E PROVOU, SOBEJAMENTE, QUE OS SERVIÇOS PRESTADOS EXORBITARAM SOBREMANEIRA AS DIMENSÕES DO OBJETO INICIALMENTE ESTIMADAS NO CONTRATO. A RÉ, POR OUTRO LADO, JAMAIS SE DESINCUMBIRA DO ÔNUS DE ILIDIR ESSE FATO. SEJA PORQUE SEQUER O CONTESTARA; SEJA PORQUE, INSTADA A ENUMERAR AS PROVAS QUE EVENTUALMENTE PRETENDESSE PRODUIR, QUEDARA-SE INERTE. SENDO ASSIM, MALGRADO PERSISTA A RÉ NO ARGUMENTO SEGUNDO O QUAL NÃO ESTARIA PROVADO, NOS AUTOS, O EXCESSO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, É INCENSURÁVEL A R. SENTENÇA. (INTELIGÊNCIA DO § 6º. DO ART. 65 DA LEI N. 8.666/93: "EM HAVENDO ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE AUMENTE OS ENCARGOS DO CONTRATADO, A ADMINISTRAÇÃO DEVERÁ RESTABELECER, POR ADITAMENTO, O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL").

3. RECURSO CONHECIDO, PRELIMINARES REJEITADAS E, NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO, MANTIDA A R. SENTENÇA APELADA. UNÂNIME. (20030110914905APC, Relator WALDIR LEÔNIO JÚNIOR, 2ª Turma Cível, julgado em 05/12/2005, DJ 21/02/2006 p. 103)

Decisão

NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

MANUTENÇÃO, INDENIZAÇÃO, DANO MATERIAL, CONTRATO ADMINISTRATIVO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SUPERIORIDADE, ÁREA, OBJETO, ATRASO, PAGAMENTO, APLICAÇÃO, MULTA, INOBSERVÂNCIA, DEVIDO PROCESSO LEGAL, INOCORRÊNCIA, IMPUGNAÇÃO, RÉU, NECESSIDADE, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO; IMPROCEDÊNCIA, LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, INEXISTÊNCIA, DOLO, AUTOR, OMISSÃO, INFORMAÇÃO.

Ramo do Direito DIREITO ADMINISTRATIVO

Referência Legislativa - LEI DE LICITAÇÃO - FED LEI-8666/1993 ART-87 - FED LEI-9784/1999 ART-3

Doutrina

MEIRELES, HELY LOPES. DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 27ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002. P. 209. MELO, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 17ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2004. P. 595."

Ao enfrentar a mesma questão, o TJDFT adotou posição idêntica, ou seja, de que a Administração pública está obrigada a respeitar a equação econômico-financeira, in verbis:

"Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20020150008421APC DF

Registro do Acórdão Número : 190248

Data de Julgamento : 01/12/2003

Órgão Julgador : 5ª Turma Cível

Relator : DÁCIO VIEIRA

Publicação no DJU: 13/05/2004 Pág. : 72
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÕES UNILATERAIS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NÃO PODE AFRONTAR O DIREITO DO CONTRATADO, MANTENDO-SE A EQUAÇÃO FINANCEIRA ESTABELECIDADA INICIALMENTE, DE MODO A RESTABELECER, NESTAS SITUAÇÕES, O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO AJUSTE FIRMADO PELAS PARTES.

Decisão

CONHECER E DAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

PROCEDÊNCIA, CONDENAÇÃO, ENTE PÚBLICO, PAGAMENTO, INDENIZAÇÃO, EMPRESA, OBSERVÂNCIA, APURAÇÃO, VALOR, LAUDO PERICIAL, ALTERAÇÃO, OBJETO, CONTRATO ADMINISTRATIVO, EXECUÇÃO, SERVIÇO, INCIDÊNCIA, ÔNUS, CONTRATADO, ATO UNILATERAL, ADMINISTRAÇÃO, NECESSIDADE, COMPOSIÇÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

Ramo do Direito

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Referência Legislativa

SÚM-54 STJ

FED LEI-8666/1993 ART-7 FED LEI-8883/1994

Observações

TJDF EIC-50474/00 TJDF APC-7678/00"

Não se nega, por óbvio, que a Administração Pública pode unilateralmente tomar decisões (discrecionariade), inclusive, alterando as regras estabelecidas no contrato. Contudo, deverá manter o equilíbrio da equação econômico-financeiro para não causar prejuízo ao particular.

Ou seja, se é certo que o interesse público prevalece sobre o particular - por isso que a Administração tem preponderância no contrato -, também é correto afirmar que o particular não pode custear esse interesse.

Percebe-se, dessa forma, que não se nega o direito à Administração de usar da sua discricionariedade para tomar as providências que entender necessárias (ajustar aumento dos rodoviários). Todavia, ao fazê-la, deve respeitar o equilíbrio devido à equação econômico-financeira.

Sobre a necessidade de se manter íntegro os ditames do contrato e, em específico o valor das tarifas (equação econômico-financeiro), a jurisprudência é unânime:

"ADMINISTRATIVO - EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - PERMISSÃO - OUTORGA A PRAZO FIXO - CONCESSÃO - REAJUSTE DE TARIFAS - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- Na execução de serviço de transporte mediante permissão, impõe-se o reajuste de tarifas, sempre que necessário para restabelecer o equilíbrio financeiro do empreendimento (DL 2.300/86, Art. 55).

- O credenciamento de empresa privada para executar serviço de transporte, a título permanente e a prazo certo traduz concessão, não singela permissão.' (RESP 120.113/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.06.2000, DJ 14.08.2000 p. 141) – grifou-se.

'ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERMISSONÁRIAS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. INSURGÊNCIA CONTRA COBRANÇA INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO SHDU-42, DO SR. SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO. TAXA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. DIFERENCIAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- ALEGAÇÃO DE TRATAR-SE DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMTU, OS QUAIS POSSUEM NATUREZA CONTRATUAL E CONFIGURAM PREÇO PÚBLICO OU TARIFA. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. NATUREZA TRIBUTÁRIA DA MALSINADA COBRANÇA QUE, PARA SUA LEGALIDADE, SOMENTE PODERIA SER INSTITUÍDA POR LEI.

- RECURSO PROVIDO. (RMS 582/SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 30.10.1991, DJ 11.11.1991 p. 16138) – grifou-se."

E há de salientar o princípio da igualdade, uma vez que tanto as operadoras das bacias como as cooperativas, são permissionárias do serviço público e obrigatoriamente devem ter o tratamento igualitário. Não podendo o poder público sob qualquer argumento, aportar valores para determinadas permissionárias e deixar outras a própria sorte. Sendo que o direito a aumento

salarial dos rodoviários deverá se estender a todos trabalhadores do transporte público.

Assim, conforme demonstrado, necessário se faz que o Governo faça aporte financeiro para cobrir os custos inerentes ao aumento a ser dado aos rodoviários.

Nestes anos de operação das Cooperativas, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação das Cooperativas.

Isto posto, REQUEREM, com base no acima apresentado, somado aos dados em anexo, que seja feito um acordo nos mesmos termos dos feitos com as operadoras, e o GDF supra financeiramente os custos inerentes ao aumento a ser concedido aos rodoviários.

Termos em que
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 24 de julho de 2014


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

COOTARDE

CENÁRIO 1

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA
HORÁRIA DE 06:00**

IMPACTO NA FOLHA: 77,11%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - COOTARDE(STPC-TUDO)-1

Encargos		69,50%	SALÁRIO + Encargos		
FUNÇÃO	OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos TOTAL
MOTORISTA		387	07:20:00	1.019,21	668.566,09
COBRADOR		387	07:20:00	729,61	478.598,62
DESPACHANTE		16	07:20:00	1.019,21	27.640,98
DIGITADORA		1	07:20:00	1.000,00	1.695,00
ENCARREGADA DE DIGITAÇÃO		1	07:20:00	1.920,24	3.254,81
MANOBRISTA NOTURNO		1	07:20:00	870,05	1.474,73
APONTADOR		8	07:20:00	815,35	11.056,15
ARRECADADOR		3	07:20:00	1.000,00	5.085,00
TOTAL		804		8.373,67	1.197.371,37

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	870,05	1.474,73	4.424,20
BORRACHEIRO	4	07:20:00	815,35	1.382,02	5.528,07
ELETRICISTA	5	07:20:00	1.080,29	1.831,09	9.155,46
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.038,41	3.455,10	3.455,10
ENCARREGADO DE OFICINA	1	07:20:00	1.719,21	2.914,06	2.914,06
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.087,55	1.843,40	3.686,79
LAVADOR	1	07:20:00	724,00	1.227,18	1.227,18
MECÂNICO A	4	07:20:00	1.173,88	1.989,73	7.958,91
MECÂNICO B	17	07:20:00	1.143,50	1.938,23	32.949,95
MECÂNICO C	12	07:20:00	870,05	1.474,73	17.696,82
TOTAL	50		11.522,29	19.590,28	88.996,55

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ASSISTENTE JURÍDICO	1	40	1.816,16	3.078,39	3.078,39
AUX. ADMINISTRATIVO	7	40	1.059,13	1.795,22	12.566,53
AUXILIAR FINANCEIRO	1	40	1.000,00	1.695,00	1.695,00
CHEFE RH	1	40	2.800,00	4.746,00	4.746,00
MOTORISTA	1	40	2.015,21	3.427,28	3.427,28
PORTeiro	4	40	815,35	1.382,02	5.528,07
SERV. GERAIS	3	40	739,33	1.253,17	3.759,51
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1	40	1.800,00	3.051,00	3.051,00
VIGIA	4	40	765,00	1.296,68	5.186,72
DIRETORIA	3	40	11.500,00	19.492,50	58.477,50
TOTAL	28		23.314,18	39.517,54	99.816,28

TOTAL	880		43.210,14	73.241,19	1.395.184,20
-------	-----	--	-----------	-----------	--------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	PERCENTUAL DE AUMENTO DO Nº PESSOAS	DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	18,18%	89,21%	123,61%	1.928,47
COBRADOR	18,18%	37,91%	62,98%	1.006,22
DESPACHANTE	18,18%	89,21%	123,61%	1.928,47
OUTROS	18,18%	20,00%	41,82%	

318,18	128,00	165,00	1,60	Valores Básicos
AUX. ALIMENTAÇÃO	49.536,00	63.855,00	619,20	237.145,86
CESTA	49.536,00	63.855,00	619,20	237.145,86
PLANO DE SAUDE	2.640,00	2.640,00	25,60	9.804,48
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00	165,00	1,60	612,78
AUX. ALIMENTAÇÃO	128,00	165,00	1,60	612,78
SEGURO DE VIDA	128,00	165,00	1,60	612,78
PLANO DE SAUDE	128,00	165,00	1,60	612,78
CESTA	128,00			

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA HORÁRIA DE 06:00

Encargos	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	18,18%	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
MOTORISTA	387	457	1.928,47		3.268,76	1.493.821,79
COBRADOR	387	457	1.006,22		1.705,54	779.433,11
DESPACHANTE	16	19	1.928,47		3.268,76	62.106,38
DIGITADORA	1	1	1.200,00		2.034,00	2.034,00
ENCARREGADA DE DIGITAÇÃO	1	1	2.304,29		3.905,77	3.905,77
MANOBRISTA NOTURNO	1	1	1.044,06		1.769,68	1.769,68
APOMTADOR	8	10	978,42		1.658,42	16.584,22
ARRECADADOR	3	4	1.200,00		2.034,00	8.136,00
TOTAL	804	950	11.589,93		19.644,93	2.367.790,94

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
190.715,24	89.823,35	75.405,00	731,20	356.674,79
190.715,24	89.823,35	75.405,00	731,20	356.674,79
7.929,08	3.734,45	3.135,00	30,40	14.828,93
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
4.173,20	1.965,50	1.650,00	16,00	7.804,70
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
396.484,00	186.722,50	156.750,00	1.520,00	741.446,50

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
1.850.496,58
1.136.107,90
76.935,31
2.814,47
4.686,24
2.550,15
24.388,92
11.257,88
3.108.237,44

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	4	1.044,06	1.769,68	7.078,73
BORRACHEIRO	4	5	978,42	1.658,42	8.292,11
ELETRICISTA	5	6	1.296,35	2.197,31	13.183,86
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	1	2.446,09	4.146,13	4.146,13
ENCARREGADO DE OFICINA	1	1	2.063,05	3.496,87	3.496,87
LANTERNEIRO	2	2	1.305,06	2.212,08	4.424,15
LAVADOR	1	1	868,80	1.472,62	1.472,62
MECÂNICO A	4	5	1.408,66	2.387,67	11.938,36
MECÂNICO B	17	20	1.372,20	2.375,88	46.517,58
MECÂNICO C	12	14	1.044,06	1.769,68	24.775,54
TOTAL	50	59	13.826,75	23.436,94	125.325,95

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
2.086,60	982,75	825,00	8,00	3.902,35
8.346,40	3.931,00	3.300,00	32,00	15.609,40
5.842,48	2.751,70	2.310,00	22,40	10.926,58
24.631,88	11.596,45	9.735,00	94,40	46.047,73

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
10.200,61
12.194,46
17.866,68
4.926,60
4.277,34
5.985,09
2.253,09
15.840,71
62.126,98
35.702,12
171.373,88

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ASSISTENTE JURÍDICO	1	1	2.179,39	3.694,07	3.694,07
AUX ADMINISTRATIVO	7	7	1.270,95	2.154,26	15.079,83
AUXILIAR FINANCEIRO	1	1	1.200,00	2.034,00	2.034,00
CHEFE RH	1	1	3.694,06	6.286,90	6.286,90
MOTORISTA	1	1	1.928,47	3.268,76	3.268,76
PORTeiro	4	4	978,42	1.658,42	6.633,69
SERV. GERAIS	3	3	887,20	1.503,80	4.511,41
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1	1	2.160,00	3.661,20	3.661,20
VIGIA	4	4	918,00	1.556,02	6.224,06
DIRETORIA	3	3	11.500,00	19.492,50	58.477,50
TOTAL	28	28	20.382,44	44.718,23	108.278,72

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
2.921,24	1.375,85	1.155,00	11,20	5.463,29
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
10880,32	5.110,30	4.290,00	41,80	20.292,22

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
4.474,54
20.543,12
2.814,47
6.475,67
4.049,23
9.755,57
6.852,82
4.441,67
9.345,94
60.819,91
128.077,94

433.926,20	208.429,25	170.775,00	1.656,00	807.786,45
------------	------------	------------	----------	------------

433.926,20	208.429,25	170.775,00	1.656,00	807.786,45
------------	------------	------------	----------	------------

3.410.189,05

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.925.430,60
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	3.410.189,05
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	1.484.752,45
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	77,11%

COOBRAETAETE

CENÁRIO 1

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA
HORÁRIA DE 06:00**

IMPACTO NA FOLHA: 74,14%

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA HORÁRIA DE 06:00

Encargos	60,50%	Carga Horária	18,10%	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos
FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
COBRADOR	102	121	1.006,22	1.705,54	206.370,69	
FISCAL	8	9	1.928,47	3.268,76	29.418,81	
DIGITADOR	2	2	960,00	1.627,20	3.254,40	
MANOBRISTA	5	6	978,42	1.658,42	9.950,53	
MOTORISTA	104	123	1.928,47	3.268,76	402.057,07	
ARRECADADOR	3	4	875,52	1.484,01	5.936,03	
TOTAL	224	285	7.877,40	13.012,68	656.987,53	1,97

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	6	7	721,20	1.222,43	8.557,04	
BORRACHEIRO	3	4	1.408,66	2.387,67	9.550,69	
ELETRICISTA	4	5	1.408,66	2.387,67	11.938,36	
SECRETARIA	1	1	960,00	1.627,20	1.627,20	
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	2	3.600,00	6.107,00	12.204,00	
LANTERNEIRO	3	4	1.408,66	2.387,67	9.550,69	
LAVADOR	7	8	867,95	1.471,17	11.769,37	
MECÂNICO	8	9	1.408,66	2.387,67	21.489,05	
TOTAL	34	40	11.783,77	19.973,49	86.686,40	

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	4	4	960,00	1.627,20	6.508,80	
ENCARREGADO	1	1	3.600,00	6.107,00	6.107,00	
BIBLIOTECÁRIO	3	3	12.000,00	20.340,00	61.020,00	
VIGIA	4	4	875,52	1.484,01	5.936,03	
PORTEIRO	2	2	875,52	1.484,01	2.968,01	
SECRETARIA	1	1	960,00	1.627,20	1.627,20	
TOTAL	18	18	19.271,04	32.884,41	84.182,04	
TOTAL GERAL	273,00	305,00	38.731,91	65.650,59	827.835,96	1,78

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	185,00	1,60		
50.495,72	23.782,55	19.965,00	193,60	94.436,87	
3.755,88	1.768,95	1.485,00	14,40	7.024,23	
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94	
2.503,92	1.179,30	990,00	9,60	4.682,82	
51.330,36	24.175,65	20.295,00	196,80	95.997,81	
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88	
110.589,80	52.085,75	43.725,00	424,00	206.824,55	

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	300.807,56
	36.443,04
	4.815,34
	14.633,35
	496.054,88
	9.057,91
	863.812,08

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
2.971,24	1.375,85	1.155,00	11,20	5.463,29
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
2.086,60	982,75	825,00	8,00	3.902,35
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
3.338,56	1.572,40	1.320,00	12,80	6.243,76
3.755,88	1.769,95	1.485,00	14,40	7.024,23
15.692,80	7.862,00	6.600,00	64,00	31.219,80

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	14.020,33
	12.672,57
	15.840,71
	2.407,67
	13.764,94
	12.672,57
	18.013,13
	28.513,28
	117.905,20

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
6.259,80	2.948,25	2.475,00	24,00	11.707,05

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	9.630,68
	6.882,47
	63.361,41
	9.057,91
	4.528,95
	2.407,67
	96.880,09

133.542,40	62.896,00	52.800,00	512,00	249.750,40
------------	-----------	-----------	--------	------------

1.077.586,36

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1,49
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	632.418,53
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	1.077.586,36
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	445.167,82
	70,39%

1,78

MSC

CENÁRIO 1

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA
HORÁRIA DE 06:00**

IMPACTO NA FOLHA: 79,63%

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS DOS EQUIPARAÇÃO COM O STPC - INCLUSIVE COM CARGA HORÁRIA DE 08:00 - 18:00 - MCS STPC - (TUDO)-1

Encargos		60,50%				
FUNÇÃO	OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR		117	07:20:00	729,61	1.235,69	144.592,61
DESPACHANTE		10	07:20:00	1.019,21	1.727,56	17.275,61
MANOBRISTA		3	07:20:00	1.250,31	2.136,23	6.408,68
MOTORISTA		112	07:20:00	1.019,21	1.727,56	193.486,83
TOTAL		242		4.028,34	6.820,04	561.863,72

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.600,20	2.712,34	8.137,02
SERVICO GERAIS	2	07:20:00	1.530,74	2.594,60	5.189,21
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.381,04	2.340,86	35.112,94
BOBRACHEIRO	1	07:20:00	1.019,21	1.727,56	
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	900,00	1.525,50	1.525,50
MOLERO	1	07:20:00	900,00	1.525,50	1.525,50
PINTOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.609,09	2.727,41	2.727,41
LAVADOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
MECÂNICO	17	07:20:00	1.530,74	2.594,60	44.108,27
TOTAL	43		13.532,50	22.937,99	105.242,62

FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2004	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ARRECADADOR		1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
AUX. ADMINISTRATIVO		1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
ASSISTENTE JURÍDICO		1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
AUXILIAR FINANCEIRO		1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
CHEFE DE RH		1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
PORTEIROS		2	07:20:00	1.530,74	2.594,60	5.189,21
TEC. INFORMÁTICA		1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
SEGURANÇA DO TRABALHO		1	07:20:00	724,00	1.227,18	1.227,18
TOTAL		9		11.439,18	19.385,41	21.864,01

TOTAL	294	29,000.02	49,155.03	489,090.35
-------	-----	-----------	-----------	------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS		PERCENTUAL DE AUMENTO DO Nº PESSOAS	DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA		18,18%	39,64%	55,03%	1.928,47
COBRADOR		18,18%	39,64%	55,03%	2.006,21
DESPACHANTE		18,18%	39,64%	55,03%	1.928,47
OUTROS		18,18%	20,00%	41,82%	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
318,19	128,00	165,00	1,60	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
37.227,06	14.976,00	19.305,00	187,20	71.695,26
3.181,80	1.280,00	1.650,00	16,00	6.127,80
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
35.636,16	14.336,00	18.480,00	179,20	68.631,36
70.999,56	30.976,00	39.930,00	587,20	148.292,76

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
4.772,70	1.920,00	2.475,00	24,00	9.191,70
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
5.409,06	2.376,00	2.805,00	27,20	10.417,26
13.681,74	5.504,00	7.095,00	68,80	26.349,54

[illegible]

83.544,92	37.632,00	48.510,00	470,40	180.157,32
-----------	-----------	-----------	--------	------------

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	31%	417,32
CESTA	138,00	54%	196,55
PLANO DE SAUDE	185,00	0%	185,00
SEGURO DEVIDA	1,60	0%	1,60

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	216.387,87	23.403,41	8.247,02	262.118,19				510.156,48
---------------------------------	------------	-----------	----------	------------	--	--	--	------------

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	9.975,36	6.414,77	44.304,64	2.340,34	2.138,28	2.139,28	3.207,38	3.340,19	3.207,38	54.525,53	131.592,16
---------------------------------	----------	----------	-----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	------------

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	6.414,77
	3.207,38
	1.839,96
	27.499,03

688.247.87

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS A PARTIR DE MAIO DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 06:00

Encargos	69,50%	Carga Horária	18,10%	Salário + Encargos	Salário + Encargos	Salário + Encargos
FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	Encargos	Encargos	TOTAL
COBRADOR	117	139	1.006,22	1.705,54	237.070,46	
DESPACHANTE	10	12	1.928,47	3.268,76	39.225,08	
MANOBRISTA	3	6	1.584,77	2.686,19	16.117,13	
MOTORISTA	112	133	1.928,47	3.268,76	434.744,63	
TOTAL	242	290	6.447,93	10.929,24	727.157,31	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
58.007,48	27.320,45	22.935,00	222,40	108.485,33
5.007,84	2.358,60	1.980,00	19,20	9.365,64
2.503,92	1.179,30	990,00	9,60	4.682,82
55.503,56	26.141,15	21.945,00	212,80	103.802,51
121.022,80	56.990,50	47.850,00	464,00	226.336,30

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	345.555,79
	48.590,72
	20.799,95
	538.547,14
	953.489,61

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos	TOTAL
ALMOXARIFE	3	4	2.209,84	3.745,68	14.982,72	
SERVIÇO GERAIS	2	2	2.126,49	3.604,40	7.208,79	
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	18	1.946,85	3.298,91	59.398,33	
BORRACHEIRO	1	1	1.512,65	2.563,95	2.563,95	
LUBRIFICADOR	1	1	1.369,60	2.321,47	2.321,47	
SOLEIRO	1	1	1.369,60	2.321,47	2.321,47	
PINTOR	1	1	2.126,49	3.604,40	3.604,40	
ELETRICISTA	1	1	2.220,51	3.763,76	3.763,76	
LAVADOR	1	1	2.126,49	3.604,40	3.604,40	
MECÂNICO	17	21	2.126,49	3.604,40	75.692,34	
TOTAL	43	51	19.135,00	32.433,83	175.461,63	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.669,28	785,20	660,00	6,40	3.121,88
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
7.511,76	3.537,90	2.970,00	28,80	14.048,46
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
8.763,72	4.127,55	3.465,00	33,60	16.389,87
21.283,32	10.024,05	8.415,00	81,60	39.803,97

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	18.104,60
	8.769,73
	73.446,79
	3.344,42
	3.101,94
	3.101,94
	4.384,87
	4.544,23
	4.384,87
	92.082,21
	215.265,60

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos	TOTAL
ARRECADADOR	1	1	1.836,89	3.113,53	3.113,53	
AUX. ADMINISTRATIVO	1	2	1.836,89	3.113,53	3.113,53	
ASSISTENTE JURÍDICO	1	1	1.836,89	3.113,53	3.113,53	
AUXILIAR FINANCEIRO	1	1	1.836,89	3.113,53	3.113,53	
CHEFE DE RH	1	1	1.836,89	3.113,53	3.113,53	
PORTEIROS	2	2	1.836,89	3.113,53	6.227,05	
TÉC. INFORMÁTICA	1	1	1.836,89	3.113,53	3.113,53	
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	1	868,80	1.472,62	1.472,62	
TOTAL	9	9	13.727,02	23.267,29	26.380,82	
TOTAL GERAL	294	350	39.309,95	66.630,36	928.999,75	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
3.755,88	1.768,95	1.485,00	14,40	7.024,23

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.894,00
	3.894,00
	3.894,00
	7.787,99
	3.894,00
	2.253,09
	33.486,08
	1.202.164,25

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	669.247,67
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	1.202.164,25
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	532.916,58
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	79,63%

COOPERTRAN

CENÁRIO 1

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA
HORÁRIA DE 06:00**

IMPACTO NA FOLHA: 70,13%

COMUNICADO Nº 01/2014 - CONCENTRADA - 11/04/2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - CONCENTRADA - 11/04/2014

Encargos		69,50%	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2024	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
FUNÇÃO OPERAÇÃO		QUANTIDADE				
	COBRADOR	217	07:20:00	729,63	1.334,69	268.361,50
	DESPACHANTE	20	07:20:00	1.019,21	1.727,56	34.551,21
	CHEFE DE TRÁFEGO	3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.712,50
	MANOBREISTA	6	07:20:00	870,05	1.474,73	8.844,63
	MOTORISTA	217	07:20:00	1.019,21	1.727,56	374.880,73
	FISCAL	4	07:20:00	1.019,21	1.727,56	6.916,34
	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	1	07:20:00	1.760,00	2.985,20	2.985,20
	TÉCNICO DE TACÓGRAFO	1	07:20:00	1.814,71	3.075,93	3.075,93
	ENCARGADO DE OPERAÇÃO	3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.712,50
	FISCAL DE OPERAÇÃO	473	07:20:00	2.200,00	3.770,00	3.770,00
	TOTAL				36.157,34	728.760,25

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2004	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
BOMBAQUEIRO	3	07:20:00	994,34	1.685,41	5.054,22
ELETRICISTA	6	07:20:00	1.242,93	2.106,77	12.640,60
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO B	3	07:20:00	1.800,00	3.051,00	9.153,00
LANTIERNEIRO	4	07:20:00	1.242,93	2.106,77	8.427,07
MECÂNICO B	9	07:20:00	1.242,93	2.106,77	18.960,90
ADAJESTADOR	3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
SERVICO GERAIS	3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
PINTOR	2	07:20:00	1.443,00	2.445,89	4.891,77
ENCARREGADO GARAGEM	3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.712,50
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO A	1	07:20:00	2.500,00	4.237,50	4.237,50
MECÂNICO A	1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
TOTAL	39			29.144,85	88.527,63

FUNÇÃO	MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ANALISTA DE SISTEMA		1	07:20:00	13.000,00	22.035,00	22.035,00
ARRECADADOR		2	07:20:00	1.580,00	2.637,76	5.315,52
AUX. ADMINISTRATIVO		2	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
AUXILIAR DE CONTABILIDADE		5	07:20:00	1.019,21	1.777,56	8.637,47
AUXILIAR DE DEP. PESSOAL		8	07:20:00	766,09	1.298,52	10.388,16
AUXILIAR DIVISÃO FINANCEIRA		1	07:20:00	1.400,00	2.373,00	2.373,00
DIRETOR FINANCEIRO		1	07:20:00	1.019,21	1.777,56	1.777,56
PRESIDENTE		3	07:20:00	1.546,00	2.620,47	7.861,41
GERENTE DE REC. HUMANOS		1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
PORTeiro		1	07:20:00	7.750,00	13.136,25	13.136,25
SECRETARIA		1	07:20:00	3.199,96	5.423,93	5.423,93
TELEFONISTA		3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
VICE PRESIDENTE		1	07:20:00	1.566,06	2.654,47	2.654,47
DIRETOR ADMINISTRATIVO		1	07:20:00	724,00	1.227,18	1.227,18
ASSESSOR JURÍDICO		1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
CONSELHEIRO		1	07:20:00	5.000,00	8.475,00	8.475,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO		1	07:20:00	2.500,00	4.237,50	4.237,50
CONSELHEIRO		3	07:20:00	1.875,00	3.178,13	9.534,39
AUXILIAR ADMINISTRATIVO		1	07:20:00	1.875,00	3.178,13	3.178,13
				64.530,53	112.772,64	140.481,00
				37		

ALTERAÇÕES SALARIAIS		PERCENTUAL DE AUMENTO DO Nº PESSOAS	DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA		18,18%	88,21%	123,61%	1.928,47
COBRADOR		18,18%	37,91%	62,98%	1.006,32
DESPACHANTE		18,18%	89,21%	123,61%	1.928,47
OUTROS		18,18%	20,00%	41,82%	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	Valores Básicos
318,18	128,00	165,00	1,60		
60.045,06	27.776,00	35.805,00	347,2		132.573,26
6.363,60	2.560,00	3.300,00	32		12.255,60
954,54	384,00	485,00	4,8		1.838,34
1.909,08	768,00	960,00	9,6		3.676,68
69.045,06	27.776,00	35.805,00	347,2		132.573,26
1.172,72	512,00	660,00	6,4		2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,6		612,78
318,18	128,00	165,00	1,6		612,78
954,54	384,00	485,00	4,8		1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6		612,78
190.499,14	80.344,80	71.045,00	704,80		283.544,84

ANIL ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGUNDO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.908,00	768,00	990,00	9,6	3.676,68
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.777,72	717,00	690,00	6,4	2.451,12
2.463,62	1.152,00	1.485,00	14,4	5.515,02
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,2	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
310,18	128,00	165,00	1,6	612,78
314,18	128,00	165,00	1,6	612,78
			0	
13.090,94	4.864,00	6.270,00	60,80	23.285,64

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	105,00	1,6	612,78
636,36	256,00	330,00	3,2	1.725,56
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
1.590,90	640,00	825,00	8	3.063,56
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,8	4.902,24
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
91.727,68	4.736,00	6.105,00	80,20	22.872,88

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	31%	417,32
CESTA	128,00	54%	196,55
PLANO DE SAÚDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

1.298.578,15

323.829.44

962,774,71

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC - A PARTIR DE MAIO DE 2014 - INCLUSIVE COM CARGA HORÁRIA DE 06:00

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE PROPOSTA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
COBRADOR	217	257	1.006,22	1.705,54	438.324,53
DESPACHANTE	20	24	1.928,47	3.268,76	78.450,16
CHEFE DE TRÁFEGO	3	4	3.000,00	5.085,00	20.340,00
MANOBRISTA	6	7	1.044,06	1.768,68	12.367,77
MOTORISTA	217	257	1.928,47	3.268,76	840.070,46
FISCAL	4	5	1.019,21	1.777,56	8.637,80
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	1	1	2.112,00	3.579,84	3.579,84
TÉCNICO DE TACOGRAFO	1	1	2.177,65	3.691,12	3.691,12
ENCARREGADO DE OPERAÇÃO	3	4	3.000,00	5.085,00	20.340,00
FISCAL DE OPERAÇÃO	1	1	2.540,00	4.474,80	4.474,80
TOTAL	473	548	19.896,08	33.658,96	2.490.296,49

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE PROPOSTA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
BORRACHEIRO	3	4	1.193,21	2.022,49	8.089,95
ELETRICISTA	6	7	1.491,52	2.528,12	17.696,84
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO B	3	4	2.160,00	3.661,20	14.644,80
LANTERNEIRO	4	5	1.491,52	2.528,12	12.640,60
MECÂNICO B	9	11	1.491,52	2.528,12	27.809,32
ABASTECEDOR	3	4	868,80	1.472,62	5.890,46
SERVICO GERAIS	3	4	868,80	1.472,62	5.890,46
PHOTOR	2	2	1.711,60	2.935,06	5.870,12
ENCARREGADO GARAGEM	3	4	3.000,00	5.085,00	20.340,00
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO A	1	1	3.000,00	5.085,00	5.085,00
MECÂNICO A	1	1	3.600,00	6.102,00	6.102,00
TOTAL	38	48	20.896,96	33.420,34	230.051,55

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	QUANTIDADE PROPOSTA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ADVOGADOS	1	07:20:00	13.000,00	22.035,00	22.035,00
ANALISTA DE CONTAS A PAGAR	2	07:20:00	1.560,00	2.657,76	5.315,52
ANALISTA DE SISTEMA	1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
ARRECADADOR	5	07:20:00	1.019,21	1.777,56	8.637,80
AUX. ADMINISTRATIVO	8	07:20:00	766,09	1.296,52	10.388,18
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	1	07:20:00	1.400,00	2.373,00	2.373,00
AUXILIAR DE DEP. PESSOAL	1	07:20:00	1.019,21	1.777,56	1.777,56
AUXILIAR DIVISÃO FINANCEIRA	3	07:20:00	1.546,00	2.620,47	7.861,41
DIRETOR FINANCEIRO	1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
PRESIDENTE	1	07:20:00	7.750,00	13.136,25	13.136,25
GERENTE DE REC. HUMANOS	1	07:20:00	3.199,96	5.423,93	5.423,93
PORTeiro	3	07:20:00	774,00	1.277,18	3.831,54
SECRETARIA	1	07:20:00	1.566,06	2.654,47	2.654,47
TELEFONISTA	1	07:20:00	774,00	1.277,18	1.277,18
VICE PRESIDENTE	1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	5.000,00	8.475,00	8.475,00
ASSESSOR JURIDICO	1	07:20:00	2.500,00	4.237,50	4.237,50
CONSELHEIRO	3	07:20:00	1.675,00	3.178,13	9.534,38
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.675,00	3.178,13	3.178,13
TOTAL	37	37	64.592,53	112.772,64	146.481,85
TOTAL GERAL	948	948	107.293,57	181.849,04	2.708.587,85

POLIA - MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.298.578,15
POLIA - MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	2.209.241,03
IMPACTO FINANCIÁRIO - PAGARIA A MAIS NA POLIA	910.662,88
AUMENTO PERCENTUAL NA POLIA	76,13%

ALTERNATIVA

CENÁRIO 1

**SALÁRIOS E BENEFÍCIOS A PARTIR DE
MAIO DE 2014**

IMPACTO NA FOLHA: 23,19%

QUANTIDADE DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - ALTERNATIVA

Encargos		69,50%			
FUNÇÃO OPERAÇÃO		QUANTIDADE	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR		100	R\$ 838,99	1.422,09	142.208,81
DESPACHANTE		8	R\$ 1.604,89	2.720,29	21.762,31
DIGITADORA		1	R\$ 838,99	1.422,09	1.422,09
MANOBRISTA		3	R\$ 1.260,31	2.136,23	6.408,68
MOTORISTA		100	R\$ 1.604,89	2.720,29	272.028,86
TOTAL		212	6.148,07	10.420,98	443.830,73

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	2	R\$ 870,25	1.475,07	2.950,15
BORRACHEIRO	1	R\$ 1.381,00	2.340,80	2.340,80
ELETRICISTA	2	R\$ 1.212,52	2.055,22	4.110,44
AUXILIAR LANTERNEIRO	2	R\$ 760,19	1.288,52	2.577,04
ABASTECEDOR	1	R\$ 900,00	1.525,50	1.525,50
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	R\$ 2.175,75	3.687,90	7.375,79
LANTERNEIRO	3	R\$ 1.381,00	2.340,80	7.021,39
LAVADOR	10	R\$ 724,00	1.227,18	12.271,80
MOLEIRO	1	R\$ 1.261,34	2.137,97	2.137,97
MECÂNICO	4	R\$ 1.213,70	2.057,22	8.228,89
TOTAL	28	11.579,75	20.136,18	50.540,76

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
CHEFE RH	1	R\$ 1.956,50	3.316,27	3.316,27
SERV. GERAIS	2	R\$ 1.031,60	1.718,05	3.436,10
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1	R\$ 2.500,00	4.237,50	4.237,50
PSICIA	1	R\$ 830,99	1.422,09	1.422,09
SECRETARIA	1	R\$ 1.120,00	1.898,40	1.898,40
ARRECADADOR	1	R\$ 1.604,89	2.720,29	2.720,29
TOTAL	7	9.033,98	15.312,60	17.030,65

TOTAL	247	27,061.80	45,869.75	511,402.15
-------	-----	-----------	-----------	------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTONISTA	20,16%	1.928,47
COBRADOR	19,93%	1.006,22
ESPANHANTE	20,16%	1.928,47
OUTROS	20,00%	

318.18	128.00	165.00	1.60	Valores Básicos
ALIM. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318.18	12.800,00	16.500,00	160,00	61.278,00
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,80	4.902,24
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
954,54	384,00	495,00	4,80	1.839,34
31.818,00	12.800,00	16.500,00	160,00	61.278,00
67.464,16	27.156,00	34.980,00	339,20	129.909,36

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
3.181,80	1.280,00	1.650,00	16,00	6.127,80
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
8.909,04	3.584,00	4.620,00	44,80	17.157,84

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
556,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
2.277,26	896,00	1.155,00	11,20	4.289,46

78.590,46	31.616,00	40.755,00	395,20	151.356,66
-----------	-----------	-----------	--------	------------

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
RENTA ALIMENTAÇÃO	318,18	31%	417,32
PLANO DE SAÚDE	128,00	54%	196,35
SEGURO DE VIDA	165,00	0%	165,00
	1.60	0%	1.60

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	203.486,81
	26.664,55
	2.034,87
	8.247,02
	333.306,86
	573.740,09

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	4.175,71
	2.953,58
	5.336,00
	3.802,60
	2.138,28
	8.601,35
	8.860,73
	18.399,60
	2.750,75
	10.680,01
	67.699,60

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.929,05
	4.561,66
	4.850,28
	2.034,87
	2.511,18
	3.333,07
	21.320,11

662.758,81

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS A PARTIR DE MAIO DE 2014

Encargos	69,50%	28,18%	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR				
COBIADOR	100	1.006,22	1.705,54	170.554,29	
DESPACHANTE	8	1.928,47	3.268,76	26.150,05	
DIGITADORA	1	1.006,79	1.706,51	1.706,51	
MANOBRISTA	3	1.512,37	2.563,47	7.690,41	
MOTORISTA	100	1.928,47	3.268,76	326.875,67	
TOTAL	212	7.382,32	12.513,03	532.976,93	

417,32	196,55	165,00	SEGURO DE VIDA	1,60	Valores Básicos
AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE			TOTAL DOS BENEFÍCIOS
41.732,00	19.655,00	16.500,00	160,00		78.047,00
3.338,56	1.572,40	1.320,00	12,80		6.243,76
417,32	196,55	165,00	1,60		780,47
1.251,96	589,65	495,00	4,80		2.341,41
41.732,00	19.655,00	16.500,00	160,00		78.047,00
88.471,84	41.668,60	34.980,00	339,20		165.459,64

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
248.601,29
32.393,81
2.486,98
10.031,82
404.922,67
698.438,57

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	2	1.333,90	2.260,96	4.521,92
BORRACHEIRO	1	1.946,80	3.299,83	3.299,83
ELETRICISTA	2	1.744,62	2.957,14	5.914,28
AUXILIAR LANTERNEIRO	2	1.201,83	2.037,10	4.074,20
ABASTECEDOR	1	1.369,60	2.321,47	2.321,47
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	2.610,90	4.425,48	8.850,95
LANTERNEIRO	3	1.946,80	3.299,83	9.899,48
LAVADOR	10	1.158,40	1.963,49	19.634,88
MOLEIRO	1	1.803,21	3.056,44	3.056,44
MECÂNICO	4	1.746,04	2.959,54	11.838,15
TOTAL	28	15.862,10	28.581,26	73.411,59

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
4.173,20	1.965,50	1.650,00	16,00	7.804,70
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
10.015,68	4.717,20	3.950,00	38,40	18.731,28

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
6.082,86
4.080,30
7.475,22
5.635,14
3.101,94
10.411,89
12.240,89
27.439,58
3.836,91
80.304,72

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
CHEFE RH	1	2.347,80	3.979,52	3.979,52
SERV. GERAIS	2	1.216,32	2.061,66	4.123,32
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1	3.000,00	5.085,00	5.085,00
VIGIA	1	1.006,79	1.706,51	1.706,51
SECRETARIA	1	1.344,00	2.278,08	2.278,08
ARRECADADOR	1	1.925,87	3.264,35	3.264,35
TOTAL	7	10.840,78	18.378,12	20.438,78

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
2821,24	1.378,85	1.166,00	11,20	6.463,28

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
4.759,99
5.684,26
5.965,47
2.486,98
3.058,55
4.044,82
25.900,07

TOTAL GERAL	247	35.085,20	59.469,41	626.825,29
-------------	-----	-----------	-----------	------------

101.408,76	47.761,65	40.095,00	388,80	189.654,21
------------	-----------	-----------	--------	------------

816.479,50

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	662.758,83
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	816.479,50
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	153.720,70
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	23,19%

COOTARDE

CENÁRIO 2

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 18,48%

QUANTITATIVO, SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	69,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
MOTONISTA		387	07:20:00	1.223,05	2.073,07	802.279,31
COBRADOR		387	07:20:00	875,53	1.484,03	574.318,35
DESPACHANTE		15	07:20:00	1.223,05	2.073,07	33.169,17
DIGITADORA		1	07:20:00	1.200,00	2.034,00	2.034,00
ENCARREGADA DE DIGITAÇÃO		1	07:20:00	2.304,29	3.905,77	3.905,77
MANOBRISTA NOTURNO		1	07:20:00	1.044,06	1.769,68	1.769,68
APONTADOR		8	07:20:00	978,42	1.650,42	13.267,38
ARRECADADOR		3	07:20:00	1.200,00	2.034,00	6.102,00
TOTAL		804		10.048,40	17.032,94	1.436.845,63

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	1.044,06	1.769,68	5.309,05
BORMACHEIRO	4	07:20:00	978,42	1.650,42	6.633,69
ELETRICISTA	5	07:20:00	1.296,35	2.197,31	10.986,55
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.446,09	4.146,13	4.146,13
ENCARREGADO DE OFICINA	1	07:20:00	2.063,05	3.496,87	3.496,87
LANTERNERO	2	07:20:00	1.305,06	2.212,08	4.424,15
LAVADOR	1	07:20:00	868,80	1.472,62	1.472,62
MECÂNICO A	4	07:20:00	1.408,66	2.387,67	9.550,69
MECÂNICO B	17	07:20:00	1.372,20	2.325,88	39.539,94
MECÂNICO C	12	07:20:00	1.044,06	1.769,68	21.236,18
TOTAL	50		13.826,75	23.436,34	106.795,28

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	2.179,39	3.694,07	3.694,07
AUX. ADMINISTRATIVO	7	07:20:00	1.270,95	2.154,26	15.079,83
AUXILIAR FINANCEIRO	1	07:20:00	1.200,00	2.034,00	2.034,00
CHEFE RH	1	07:20:00	3.360,00	5.695,20	5.695,20
MOTONISTA	1	07:20:00	1.223,05	2.073,07	2.073,07
PORTUEIRO	4	07:20:00	978,42	1.650,42	6.633,69
SERV. GERAIS	3	07:20:00	887,20	1.503,80	4.511,41
TÉCNICO DE INFORMATICA	1	07:20:00	2.160,00	3.661,20	3.661,20
VIGIA	4	07:20:00	918,00	1.556,02	6.224,06
DIRETORIA	3	07:20:00	13.800,00	23.391,00	70.173,00
TOTAL	28	3	27.977,02	47.421,06	119.779,63
TOTAL GERAL	880	3	51.852,17	87.889,43	1.663.421,04

1,20

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
381,82	153,60	165,00	1,60			1.073.959,50
147.762,79	59.443,20	63.855,00	619,20	271.680,19		845.998,54
147.762,79	59.443,20	63.855,00	619,20	271.680,19		44.401,43
6.109,06	2.457,60	2.640,00	25,60	11.232,26		2.736,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02		4.607,76
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02		2.471,70
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02		18.883,50
3.054,53	1.228,80	1.320,00	12,80	5.616,13		8.208,05
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05		2.001.266,51
906.960,06	128.484,40	132.660,00	1.286,40	564.420,86		

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05	7.415,09
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06	9.441,75
1.909,08	768,00	825,00	8,00	3.510,08	14.496,63
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	4.848,14
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	4.198,89
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03	5.828,19
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	2.174,63
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06	12.358,75
6.490,87	2.611,20	2.805,00	27,20	11.934,27	51.474,22
4.581,79	1.843,20	1.980,00	19,20	8.424,19	29.660,37
19.090,80	7.680,00	8.250,00	80,00	35.100,80	141.896,66

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	4.396,09
2.672,71	1.075,20	1.155,00	11,20	4.914,11	19.993,94
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	2.736,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	6.397,22
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	2.336,06
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06	9.441,75
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05	6.617,46
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	4.363,21
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06	9.032,12
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05	72.279,05
9927,216	3.983,80	4.290,00	41,60	18.252,42	138.031,96
355.998,08	135.148,00	145.200,00	1.408,00	617.774,08	2.281.195,12

1,1456

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.925.430,60
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	2.281.195,12
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	355.764,52
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	19,48%

COOBRAETAETE

CENÁRIO 2

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 18,51%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIO SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - COBRATAETE[20 N-TUDO] 2

Encargos	69,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	102	07:20:00	729,60	1.236,67	1.236,67	126.140,54
DESPACHANTE	4	07:20:00	1.019,21	1.777,56	1.777,56	6.910,24
DIÁLOGADA	1	07:20:00	748,06	1.267,96	1.267,96	1.267,96
ENCARREGADO DE TRÁFEGO	1	07:20:00	2.360,77	4.001,51	4.001,51	4.001,51
MANOBRISTA	1	07:20:00	729,60	1.236,67	1.236,67	1.236,67
MOTORISTA	102	07:20:00	1.019,20	1.777,54	1.777,54	176.209,49
DIRETOR DE OPERAÇÃO	1	07:20:00	6.000,00	10.170,00	10.170,00	10.170,00
FISCAL	1	07:20:00	1.019,20	1.777,54	1.777,54	1.777,54
ARRECADADOR	1	07:20:00	1.046,26	1.773,41	1.773,41	1.773,41
TOTAL	214		14.671,90	24.868,87	24.868,87	329.437,37

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	1	07:20:00	1.200,00	2.034,00	2.034,00
AUX. LANTERNA	2	07:20:00	729,60	1.236,67	2.473,34
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	729,60	1.236,67	3.710,02
BORRACHEIRO	2	07:20:00	970,00	1.644,15	3.288,30
ELETRICISTA	2	07:20:00	1.183,26	2.005,63	4.011,25
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.360,77	4.001,51	4.001,51
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	1	07:20:00	2.038,36	3.455,02	3.455,02
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.500,00	2.542,50	5.085,00
LAVADOR	6	07:20:00	729,60	1.236,67	7.420,03
MECÂNICO 1	2	07:20:00	1.500,00	2.542,50	5.085,00
MECÂNICO 2	4	07:20:00	1.183,26	2.005,63	8.022,50
TOTAL	26		14.124,45	23.940,94	48.585,97

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	1	40	902,81	1.530,26	1.530,26
COBRADOR	1	40	1.560,00	2.644,20	2.644,20
MOTO BOY	1	40	800,00	1.356,00	1.356,00
DIRETOR EXECUTIVO	1	40	6.000,00	10.170,00	10.170,00
ADMINISTRADOR	1	40	4.000,00	6.780,00	6.780,00
SERVIÇOS GERAIS	1	40	729,60	1.236,67	1.236,67
VEIA	4	40	729,60	1.236,67	4.946,69
ENCARREGADO DE ADMINISTRAÇÃO	1	40	1.200,00	2.034,00	2.034,00
TOTAL	11		15.922,01	28.987,81	30.697,82

TOTAL	251		44.718,96	75.797,82	408.721,18
-------	-----	--	-----------	-----------	------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	PERCENTUAL DE AUMENTO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	1.019,21	20,00%	1.223,05
COBRADOR	729,60	20,00%	875,52
DESPACHANTE	1.019,21	20,00%	1.223,05
OUTROS	20,00%	120,00%	120,00%

518,18	128,00	165,00	1,60	Valores Básicos
AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
32.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	62.503,56
1.272,72	512,00	660,00	5,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
32.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	62.503,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
68.090,52	27.380,00	35.310,00	342,40	131.194,92

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.909,08	768,00	990,00	9,60	3.676,68
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.272,72	512,00	660,00	5,40	2.451,12
8.272,68	3.320,00	4.260,00	41,60	15.982,28

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
1.272,72	512,00	660,00	5,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
3.490,98	1.408,00	1.815,00	17,60	6.740,58

TOTAL	75.563,18	32.128,00	41.415,00	401,60	183.807,78
-------	-----------	-----------	-----------	--------	------------

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	20%	381,82
CESTA	128,00	20%	153,60
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

QUANTITATIVO, SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário	Encargos
COBRADOR	102	07:20:00	875,52	1.484,01	151.968,65
DESPACHANTE	4	07:20:00	1.223,05	2.073,07	8.292,29
DIGITADORA	1	07:20:00	897,67	1.521,55	1.521,55
ENCARREGADO DE TRÁFEGO	1	07:20:00	2.832,92	4.801,81	4.801,81
MANOBRISTA	1	07:20:00	875,52	1.484,01	1.484,01
MOTORISTA	102	07:20:00	1.223,05	2.073,07	211.453,46
DIRETOR DE OPERAÇÃO	1	07:20:00	7.200,00	12.204,00	12.204,00
FISCAL	1	07:20:00	1.223,05	2.073,07	2.073,07
ARRECADADOR	1	07:20:00	1.255,51	2.128,09	2.128,09
TOTAL	214		17.806,30	29.842,69	395.326,94

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
381,82	153,60	165,00	160	153,60	71.605,63
38.945,23	15.667,20	16.830,00	163,20	640	2.808,06
1.527,26	614,40	660,00	6,40	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	160	702,02
381,82	153,60	165,00	163,20	160	71.605,63
38.945,23	15.667,20	16.830,00	163,20	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	160	702,02
61.708,62	32.870,40	36.310,00	842,40		150.231,42

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
222.974,28
11.100,36
2.223,57
5.503,82
2.186,02
283.059,09
12.906,02
2.775,09
2.830,11
545.558,96

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário	Encargos
ALMOXARIFE	1	07:20:00	1.440,00	2.440,80	2.440,80
AUX. LANTERNAGEM	2	07:20:00	875,52	1.484,01	2.968,01
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	875,52	1.484,01	4.452,02
BORRACHEIRO	2	07:20:00	1.164,00	1.972,98	3.945,96
ELETRICISTA	2	07:20:00	1.419,91	2.406,75	4.813,50
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.832,92	4.801,81	4.801,81
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	1	07:20:00	2.446,03	4.146,02	4.146,02
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.800,00	3.051,00	6.102,00
LAVADOR	6	07:20:00	875,52	1.484,01	8.904,04
MECÂNICO 1	2	07:20:00	1.800,00	3.051,00	6.102,00
MECANICO 2	4	07:20:00	1.419,91	2.406,75	9.627,00
TOTAL	26		16.949,34	28.729,13	58.399,17

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
381,82	153,60	165,00	160	702,02
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
381,82	153,60	165,00	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	702,02
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
2.290,90	921,60	990,00	9,60	4.212,10
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06
9.927,22	3.998,60	4.290,00	41,60	18.252,42

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
3.142,82
4.372,04
6.558,07
5.349,99
6.217,53
5.503,82
4.848,04
7.506,03
13.116,13
7.506,03
12.435,07
78.553,98

FUNÇÃO-ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário	Encargos
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.083,37	1.836,32	1.836,32
COMPRADOR	1	07:20:00	1.872,00	3.173,04	3.173,04
MOTO BOY	1	07:20:00	960,00	1.627,20	1.627,20
DIRETOR EXECUTIVO	1	07:20:00	7.200,00	12.204,00	12.204,00
ADMINISTRADOR	1	07:20:00	4.800,00	8.136,00	8.136,00
SERVIÇOS GERAIS	1	07:20:00	875,52	1.484,01	1.484,01
VIGIA	4	07:20:00	875,52	1.484,01	5.936,03
ENCARREGADO DE ADMINISTRAÇÃO	1	07:20:00	1.440,00	2.440,80	2.440,80
TOTAL	11	2	19.100,41	32.386,57	30.837,39
TOTAL GERAL	251	2	53.662,06	90.957,18	480.467,49

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
381,82	153,60	165,00	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	702,02
381,82	153,60	165,00	160	702,02
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06
381,82	153,60	165,00	160	702,02
4.199,98	1.680,60	1.815,00	17,60	7.722,18
95.833,82	38.553,60	41.415,00	401,60	176.206,02

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
2.538,33
3.875,06
2.329,21
12.906,02
8.838,02
2.196,02
8.744,09
3.142,82
44.059,86
666.673,51

1,2000

1,1455

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	562.528,94
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STTP/DF	666.673,51
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	104.144,56
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	18,51%

COOPATAG

CENÁRIO 2

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 18,56%

Encargos	60,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR		102	07:20:00	729,60	1.236,67	126.140,54
FISCAL		8	07:20:00	1.019,21	1.727,56	13.820,49
DIGITADOR		2	07:20:00	800,00	1.356,00	2.712,00
MANOBRISTA		5	07:20:00	815,35	1.382,02	6.910,09
MOTORISTA		104	07:20:00	1.019,21	1.727,56	179.666,34
ARRECADADOR		3	07:20:00	729,60	1.236,67	3.710,02
TOTAL		224		5.112,97	8.666,48	392.959,48

918,18	128,00	165,00	1,60	Valores Básicos
AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
32.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	62.503,56
2.545,44	1.074,00	1.320,00	12,80	4.902,24
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.590,90	640,00	825,00	8,00	3.063,90
33.090,72	13.312,00	17.160,00	166,40	63.729,12
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
71.272,32	28.672,00	36.960,00	350,40	137.262,72

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
189.644,10
18.722,73
3.937,56
9.973,99
243.395,46
5.548,36
470.222,20

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	6	07:20:00	601,00	1.018,70	6.112,17
BORRACHEIRO	3	07:20:00	1.173,88	1.989,73	5.969,18
ELETRICISTA	4	07:20:00	1.173,88	1.989,73	7.958,91
SECRETARIA	1	07:20:00	800,00	1.356,00	1.356,00
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	07:20:00	3.000,00	5.085,00	10.170,00
LANTERNEIRO	3	07:20:00	1.173,88	1.989,73	5.969,18
LAVADOR	7	07:20:00	723,29	1.225,58	8.581,84
MECÂNICO	8	07:20:00	1.173,88	1.989,73	15.917,81
TOTAL	34		9.819,81	16.644,58	62.035,08

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.909,08	768,00	990,00	9,60	3.676,68
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
2.272,26	896,00	1.155,00	11,20	4.289,46
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,80	4.902,24
10.818,12	4.352,00	5.510,00	54,40	20.834,52

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
9.788,85
7.807,52
10.410,03
1.968,78
11.395,56
7.807,52
12.871,30
20.820,05
82.869,60

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	4	40	800,00	1.356,00	5.424,00
ENCARREGADO	1	40	3.000,00	5.085,00	5.085,00
DIRETORIA	3	40	10.000,00	16.950,00	50.850,00
VIGIA	4	40	729,60	1.236,67	4.946,68
PORTEIRO	2	40	729,60	1.236,67	2.473,34
SECRETARIA	1	40	800,00	1.356,00	1.356,00
TOTAL	15		16.059,20	27.220,34	70.135,03

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
4.772,70	1.920,00	2.475,00	24,00	9.191,70

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
7.875,12
5.697,78
52.688,34
7.397,61
3.698,90
1.968,78
79.328,73

TOTAL	273		30.991,98	52.531,41	465.129,59
-------	-----	--	-----------	-----------	------------

86.863,14	34.844,00	45.045,00	436,80	167.288,94
-----------	-----------	-----------	--------	------------

632.418,53

ALTERAÇÕES SALARIAIS	PERCENTUAL DE AUMENTO	DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	1.019,21	20,00%	120,00%	1.223,05
COBRADOR	729,60	20,00%	120,00%	875,52
DESPACHANTE	1.019,21	20,00%	120,00%	1.223,05
OUTROS		20,00%	120,00%	

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	20%	381,82
CESTA	128,00	20%	153,60
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	69,50%	Carga Horária	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	102	07:20:00	875,52	1.484,01	151.368,65
FISCAL	8	07:20:00	1.223,05	2.073,07	16.584,59
DIGITADOR	2	07:20:00	960,00	1.627,20	3.254,40
MANOBRISTA	5	07:20:00	978,42	1.658,42	8.292,11
MOTORISTA	104	07:20:00	1.223,05	2.073,07	215.599,61
ARRECADADOR	3	07:20:00	875,52	1.484,01	4.452,02
TOTAL	224		6.135,56	10.399,78	399.551,37

AUX.	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
381,82	153,50	165,00	1,60		
38.945,23	15.667,20	16.830,00	163,20	71.605,63	222.974,28
3.054,53	1.228,80	1.320,00	12,80	5.616,13	22.200,71
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03	4.658,43
1.909,08	768,00	825,00	8,00	3.510,08	11.802,19
39.708,86	15.974,40	17.160,00	166,40	73.009,66	288.609,27
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05	6.559,07
85.526,78	34.406,40	36.960,00	358,40	157.251,58	556.802,96

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	6	07:20:00	721,20	1.222,43	7.334,60
BORRACHEIRO	3	07:20:00	1.408,66	2.387,67	7.163,02
ELETRICISTA	4	07:20:00	1.408,66	2.387,67	9.550,69
SECRETARIA	1	07:20:00	960,00	1.627,20	1.627,20
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	07:20:00	3.600,00	5.102,00	12.204,00
LANTERNEIRO	3	07:20:00	1.408,66	2.387,67	7.163,02
LAVADOR	7	07:20:00	867,95	1.471,17	10.298,20
MECÂNICO	8	07:20:00	1.408,66	2.387,67	19.101,38
TOTAL	34		11.783,77	19.973,49	74.442,10

AUX.	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
2.290,90	921,60	990,00	9,60	4.212,10	11.546,70
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05	9.269,06
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06	12.358,75
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	2.329,22
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03	13.608,03
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05	9.269,06
2.672,71	1.075,20	1.155,00	11,20	4.914,11	15.212,32
3.054,53	1.228,80	1.320,00	12,80	5.616,13	24.717,50
12.981,74	5.222,40	5.610,00	54,40	23.868,54	98.910,65

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	4	07:20:00	960,00	1.627,20	6.508,80
ENCARREGADO	1	07:20:00	3.600,00	5.102,00	6.102,00
DIRETORIA	3	07:20:00	12.000,00	20.340,00	61.020,00
VIGIA	4	07:20:00	875,52	1.484,01	5.936,03
PORTERO	2	07:20:00	875,52	1.484,01	2.968,01
SECRETARIA	1	07:20:00	960,00	1.627,20	1.627,20
TOTAL	16		19.271,04	32.684,41	84.162,04

AUX.	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06	9.316,86
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	6.804,02
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05	63.176,05
1.527,26	614,40	660,00	6,40	2.808,06	8.744,09
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03	4.372,04
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02	2.329,22
5.727,24	2.304,00	2.475,00	24,00	10.530,24	84.892,28

TOTAL GERAL	273,00	-	37.190,36	63.037,69	558.155,51
-------------	--------	---	-----------	-----------	------------

TOTAL GERAL	41.592,80	45.045,00	436,80	191.650,37	749.805,88
-------------	-----------	-----------	--------	------------	------------

1,20

1,3456

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	632.418,53
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	749.805,88
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	117.387,35
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	18,56%

MSC

CENÁRIO 2

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 18,54%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - MCS(20% TUDO)-2

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	60,50%	
			Encargos	SALÁRIO + Encargos
COBRADOR	117	07:20:00	729,61	1.236,69
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.019,21	1.727,56
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.260,31	2.136,23
MOTORISTA	112	07:20:00	1.019,21	1.727,56
TOTAL	242		4.028,34	6.828,04

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO + Encargos	
			SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.600,20	2.712,34
SERVIÇO GERAIS	2	07:20:00	1.530,74	2.594,60
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.381,04	2.340,86
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.019,21	1.727,56
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	900,00	1.525,50
MOLERO	1	07:20:00	900,00	1.525,50
PINTOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.609,09	2.727,41
LAVADOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60
MECÂNICO	17	07:20:00	1.530,74	2.594,60
TOTAL	43		13.532,50	22.937,58

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO + Encargos	
			SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	40	1.530,74	2.594,60
AUX. ADMINISTRATIVO	1	40	1.530,74	2.594,60
ASSISTENTE JURÍDICO	1	40	1.530,74	2.594,60
AUXILIAR FINANCEIRO	1	40	1.530,74	2.594,60
CHEFE DE RH	1	40	1.530,74	2.594,60
BENEFÍCIOS	1	40	1.530,74	2.594,60
TEC. INFORMÁTICA	1	40	1.530,74	2.594,60
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	40	724,00	1.227,18
TOTAL	9		11.439,18	19.389,41

TOTAL	294		29.000,02	49.155,05	49.155,05
-------	-----	--	-----------	-----------	-----------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	SAL-ABR/14	%AUMENTO DO SALÁRIO	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	1.019,21	20,00%	1.223,05
COBRADOR	729,61	20,00%	875,53
DESPACHANTE	1.019,21	20,00%	1.223,05
OUTROS		20,00%	

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	60,50%	
			Encargos	SALÁRIO + Encargos
COBRADOR	117	07:20:00	729,61	1.236,69
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.019,21	1.727,56
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.260,31	2.136,23
MOTORISTA	112	07:20:00	1.019,21	1.727,56
TOTAL	242		4.028,34	6.828,04

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO + Encargos	
			SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.600,20	2.712,34
SERVIÇO GERAIS	2	07:20:00	1.530,74	2.594,60
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.381,04	2.340,86
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.019,21	1.727,56
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	900,00	1.525,50
MOLERO	1	07:20:00	900,00	1.525,50
PINTOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.609,09	2.727,41
LAVADOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60
MECÂNICO	17	07:20:00	1.530,74	2.594,60
TOTAL	43		13.532,50	22.937,58

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO + Encargos	
			SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	40	1.530,74	2.594,60
AUX. ADMINISTRATIVO	1	40	1.530,74	2.594,60
ASSISTENTE JURÍDICO	1	40	1.530,74	2.594,60
AUXILIAR FINANCEIRO	1	40	1.530,74	2.594,60
CHEFE DE RH	1	40	1.530,74	2.594,60
BENEFÍCIOS	1	40	1.530,74	2.594,60
TEC. INFORMÁTICA	1	40	1.530,74	2.594,60
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	40	724,00	1.227,18
TOTAL	9		11.439,18	19.389,41

TOTAL	294		29.000,02	49.155,05	49.155,05
-------	-----	--	-----------	-----------	-----------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	SAL-ABR/14	%AUMENTO DO SALÁRIO	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	1.019,21	20,00%	1.223,05
COBRADOR	729,61	20,00%	875,53
DESPACHANTE	1.019,21	20,00%	1.223,05
OUTROS		20,00%	

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	216.387,87
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	23.403,41
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	8.247,02
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	262.118,19
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	510.156,48

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	9.975,36
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	6.414,77
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	44.304,64
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	2.340,34
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	2.138,28
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	2.138,28
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.340,19
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	54.525,53
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	131.592,16

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38

TOTAL	689.247,87
-------	------------

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Selário + Encargos	Selário + Encargos TOTAL
FUNÇÃO OPERAÇÃO	69,50%				
COBRADOR	117	07:20:00	875,53	1.484,03	173.631,13
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.223,05	2.073,07	20.730,73
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.512,37	2.563,47	7.690,41
MOTORISTA	112	07:20:00	1.223,05	2.073,07	232.184,19
TOTAL	242		4.834,01	8.193,64	434.236,46

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Selário + Encargos	Selário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.920,24	3.254,81	9.764,42
SERVIÇO GERAIS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.657,25	2.809,04	42.135,53
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.223,05	2.073,07	2.073,07
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
MOLERIO	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
PINTOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.930,91	3.272,89	3.272,89
LAVADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
MECÂNICO	17	07:20:00	1.836,89	3.113,53	52.929,93
TOTAL	43		16.239,00	27.525,11	126.291,14

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Selário + Encargos	Selário + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
PROCURADOR FISCAL	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
CHEFE DE RH	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
PORTEIROS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
TEC. INFORMÁTICA	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	07:20:00	860,80	1.472,62	1.472,62
TOTAL	9		13.727,02	23.267,29	28.390,82
TOTAL GERAL	294		34.800,02	58.966,04	366.908,42

1,20

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
381,82	153,60	165,00	1,60	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
44.672,47	17.971,20	19.305,00	287,20	82.135,87
3.818,16	1.536,00	1.650,00	16,00	7.020,16
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
42.763,39	17.203,20	18.480,00	179,20	78.625,79
92.399,47	37.171,20	39.930,00	387,20	169.387,87

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
255.767,00
27.750,89
9.796,46
310.809,98
604.124,34

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
5.727,24	2.304,00	2.475,00	24,00	10.530,24
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
6.490,87	2.611,20	2.905,00	27,20	11.934,27
16.418,09	6.604,80	7.095,00	68,80	30.186,69

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
11.870,47
7.631,08
52.665,77
2.775,09
2.532,62
2.532,62
3.815,54
3.815,54
64.864,20
156.677,83

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
3.436,34	1.392,40	1.485,00	24,40	6.318,14

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
3.815,54
3.815,54
3.815,54
3.815,54
7.631,08
3.815,54
2.174,63
32.698,98
793.301,13

112.253,90	45.153,40	48.510,00	470,40	206.392,70
------------	-----------	-----------	--------	------------

1,15

FOHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	669.247,67
FOHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	793.301,13
IMPACTO FINANCIERO - PAGARA A MAIS NA FOHA	124.053,45
AUMENTO PERCENTUAL NA FOHA	18,54%

COOPERTRAN

CENÁRIO 2

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 20% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 18,59%

Função	Operação	Quantidade	Carga Horária Diária	Salário Abr/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR		217	07:20:00	728,61	1.236,59	268.361,50
DESPACHANTE		20	07:20:00	1.019,21	1.727,56	34.551,72
CHEFE DE TRAFEGO		3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.712,50
MANOBISTA		6	07:20:00	870,05	1.474,73	5.244,41
MOTORISTA		217	07:20:00	1.019,21	1.727,56	374.880,73
FISCAL		4	07:20:00	1.019,21	1.727,56	6.910,24
TECNICO DE PLANEJAMENTO		1	07:20:00	1.760,00	2.983,20	2.983,20
TECNICO DE TACOGRÁFO		1	07:20:00	1.814,71	3.075,93	3.075,93
ENCARREGADO DE OPERAÇÃO		3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.712,50
FISCAL DE OPERAÇÃO		1	07:20:00	2.200,00	3.729,00	3.729,00
TOTAL		473			26.157,24	718.765,23

Função	Manutenção	Quantidade	Carga Horária Diária	Salário Abr/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
BORRACHEIRO		3	07:20:00	994,34	1.695,41	5.086,22
ELETRICISTA		6	07:20:00	1.242,93	2.106,77	12.640,60
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO B		3	07:20:00	1.800,00	3.105,00	9.153,00
LANTERNEIRO		4	07:20:00	1.242,93	2.106,77	8.427,07
MECÂNICO B		9	07:20:00	1.242,93	2.106,77	18.960,90
ABASTECEDOR		3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
SERVICO GERAIS		3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
PINTOR		2	07:20:00	1.443,00	2.445,89	4.891,77
ENCARREGADO GARAGEM		3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.712,50
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO A		1	07:20:00	2.500,00	4.237,50	4.237,50
MECÂNICO A		1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
TOTAL		58			28.516,95	98.527,83

Função	Manutenção	Quantidade	Carga Horária Diária	Salário Abr/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ADVOGADOS		1	07:20:00	13.000,00	22.095,00	22.095,00
ANALISTA DE CONTAS A PAGAR		2	07:20:00	1.568,00	2.657,76	5.315,52
ANALISTA DE SISTEMA		1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
ARRECADADOR		5	07:20:00	1.019,21	1.727,56	8.637,80
AUX. ADMINISTRATIVO		8	07:20:00	765,09	1.298,52	10.388,16
AUXILIAR DE CONTABILIDADE		1	07:20:00	1.400,00	2.373,00	2.373,00
AUXILIAR DE DEP. PESSOAL		1	07:20:00	1.019,21	1.727,56	1.727,56
AUXILIAR DIVISÃO FINANCEIRA		3	07:20:00	1.546,00	2.620,47	7.861,41
CONTADOR		1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
PRESIDENTE		1	07:20:00	7.750,00	13.136,25	13.136,25
GERENTE DE REC. HUMANOS		1	07:20:00	3.199,96	5.423,59	5.423,59
PORTeiro		3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
SECRETARIA		1	07:20:00	1.566,06	2.654,47	2.654,47
TELEFONISTA		1	07:20:00	724,00	1.227,18	1.227,18
VICE PRESIDENTE		1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
DIRETOR ADMINISTRATIVO		1	07:20:00	5.000,00	8.475,00	8.475,00
ASSESSOR JURÍDICO		1	07:20:00	2.500,00	4.237,50	4.237,50
CONSELHEIRO		3	07:20:00	1.875,00	3.176,13	9.534,39
AUXILIAR ADMINISTRATIVO		1	07:20:00	1.875,00	3.176,13	3.176,13
TOTAL		37		64.532,33	112.772,54	145.481,85

ALTERAÇÕES SALARIAIS	Salário	%	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	1.019,21	20,00%	120,00%	1.221,05
COBRADOR	728,61	120,00%	875,53	
DESPACHANTE	1.019,21	20,00%	120,00%	1.221,05
OUTROS		20,00%	120,00%	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
69.045,06	27.774,00	35.005,00	347,2	132.973,26
6.963,00	2.560,00	3.100,00	32	12.555,60
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.960,08	768,00	990,00	9,6	3.676,80
69.045,06	27.774,00	35.005,00	347,2	132.973,26
1.272,72	512,00	640,00	6,4	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
150.499,14	60.444,00	78.045,00	756,20	288.844,94

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.960,08	768,00	990,00	9,6	3.676,80
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.272,72	512,00	640,00	6,4	2.451,12
2.863,62	1.152,00	1.485,00	14,4	5.515,02
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,2	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
12.090,84	4.864,00	6.370,00	60,80	23.285,64

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
636,36	256,00	330,00	3,2	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
1.960,08	768,00	990,00	9,6	3.676,80
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,8	4.902,24
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
11.772,66	4.736,00	6.105,00	56,20	22.672,86

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	20%	381,82
CESTA	128,00	20%	153,60
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

1.298.578,15

335.503,44

962.774,71

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	217	07:20:00	875,53	1.484,03	321.033,80
DESPACHANTE	20	07:20:00	1.223,05	2.073,07	41.461,46
CHEFE DE TRÁFEGO	3	07:20:00	3.000,00	5.085,00	15.255,00
MANOBRISTA	6	07:20:00	1.044,06	1.789,68	10.638,09
MOTORISTA	217	07:20:00	1.223,05	2.073,07	449.856,87
FISCAL	4	07:20:00	1.223,05	2.073,07	8.292,29
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	1	07:20:00	2.112,00	3.579,84	3.579,84
TÉCNICO DE TACOGRAFIA	1	07:20:00	2.177,65	3.691,12	3.691,12
ENCARREGADO DE OPERAÇÃO	3	07:20:00	3.000,00	5.085,00	15.255,00
FISCAL DE OPERAÇÃO	1	07:20:00	2.640,00	4.474,80	4.474,80
TOTAL	478			31.388,69	874.935,28

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
BORRACHEIRO	3	07:20:00	1.193,21	2.022,49	6.067,46
ELETRICISTA	6	07:20:00	1.491,52	2.528,12	15.168,72
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO B	3	07:20:00	2.160,00	3.661,20	10.983,60
LANTERNEIRO	4	07:20:00	1.491,52	2.528,12	10.132,48
MECÂNICO B	9	07:20:00	1.491,52	2.528,12	22.753,08
ADAJUSTADOR	3	07:20:00	868,80	1.472,62	4.417,85
SERVICO GERAIS	3	07:20:00	868,80	1.472,62	4.417,85
PINTOR	2	07:20:00	1.731,50	2.935,06	5.870,12
ENCARREGADO GARAGEM	3	07:20:00	3.000,00	5.085,00	15.255,00
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO A	1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
MECÂNICO A	1	07:20:00	3.500,00	6.102,00	6.102,00
TOTAL	38			35.420,34	106.236,16

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ADVOGADOS	1	07:20:00	15.600,00	26.442,00	26.442,00
ANALISTA DE CONTAS A PAGAR	2	07:20:00	1.881,80	3.189,31	6.378,62
ANALISTA DE SISTEMA	1	07:20:00	8.400,00	14.238,00	14.238,00
ARRECADADOR	5	07:20:00	1.223,05	2.073,07	10.365,37
AUX. ADMINISTRATIVO	8	07:20:00	919,31	1.558,23	12.465,82
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	1	07:20:00	1.680,00	2.847,60	2.847,60
AUXILIAR DE DEP. PESSOAL	1	07:20:00	1.223,05	2.073,07	2.073,07
AUXILIAR DIVISÃO FINANCEIRA	3	07:20:00	1.855,20	3.144,56	9.433,69
DIRETOR TRIBUTARIO	1	07:20:00	6.000,00	10.000,00	16.000,00
PRESIDENTE	1	07:20:00	9.300,00	15.763,50	15.763,50
GERENTE DE REC. HUMANOS	1	07:20:00	3.839,95	6.508,72	6.508,72
PORTERIO	3	07:20:00	868,80	1.472,62	4.417,85
SECRETARIA	1	07:20:00	1.879,27	3.105,37	3.105,37
TELEFONISTA	1	07:20:00	868,80	1.472,62	1.472,62
VICE PRESIDENTE	1	07:20:00	8.400,00	14.238,00	14.238,00
DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	6.000,00	10.000,00	10.000,00
ASSESSOR JURIDICO	1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
CONSELHEIRO	3	07:20:00	2.250,00	3.813,75	11.441,25
AUDILAIR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	2.250,00	3.813,75	3.813,75
TOTAL	57		72.839,04	135.527,17	174.578,22

1.155.329,65

1,20

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
82.854,07	33.331,20	35.805,00	347,20	152.337,47
7.836,31	3.072,00	3.300,00	32,00	14.040,31
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
2.390,90	921,60	990,00	9,60	4.312,10
82.854,07	33.331,20	35.805,00	347,20	152.337,47
1.577,26	614,40	660,00	6,40	2.858,06
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
180.594,97	72.652,80	78.045,00	754,80	332.043,57

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
2.290,90	921,60	990,00	9,60	4.312,10
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
1.577,26	614,40	660,00	6,40	2.858,06
3.436,34	1.382,40	1.485,00	14,40	6.318,14
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
14.309,01	5.694,80	6.270,00	60,80	28.674,61

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
763,63	307,20	330,00	3,20	1.404,03
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
1.908,08	768,00	825,00	8,00	3.510,08
3.054,53	1.228,80	1.320,00	12,80	5.616,13
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
381,82	153,60	165,00	1,60	702,02
1.145,45	460,80	495,00	4,80	2.106,05
14.127,19	5.683,20	6.105,00	59,20	25.974,59

384.704,77

1,15

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.298.578,15
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	1.540.084,42
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARIA A MAIS NA FOLHA	241.506,27
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	18,99%

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
474.371,27
53.501,78
17.361,05
14.830,19
602.194,34
11.100,36
4.281,86
4.393,14
17.361,05
5.176,82
1.206.573,85

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
8.173,51
19.380,81
13.089,65
12.970,54
29.071,21
6.523,90
6.523,90
7.274,16
17.361,05
5.787,02
6.804,02
132.909,76

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
27.144,02
7.782,66
14.940,02
13.875,45
18.081,94
3.549,62
2.775,09
11.539,74
14.940,02
16.465,52
7.210,73
6.523,90
3.887,38
2.174,63
14.940,02
10.877,02
5.787,02
11.547,30
4.515,77
200.553,81

COOTARDE

CENÁRIO 3

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA
DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 51%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - COORDENADOR (STPC-MESMO HORÁRIO)-3

Encargos	FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	69,50%	
					Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
MOTORISTA		387	07:20:00	1.019,21	1.727,56	668.566,09
COBRADOR		387	07:20:00	729,61	1.236,69	478.990,62
DESPACHANTE		16	07:20:00	1.019,21	1.727,56	27.640,98
DIGITADORA		1	07:20:00	1.000,00	1.695,00	1.695,00
ENCARREGADO DE DIGITAÇÃO		1	07:20:00	1.920,24	3.254,81	3.254,81
MANOBRISTA NOTURNO		1	07:20:00	870,05	1.474,73	1.474,73
APONTADOR		8	07:20:00	815,35	1.382,02	11.056,15
ARRECADADOR		3	07:20:00	1.000,00	1.695,00	5.085,00
TOTAL		804		8.373,67	14.193,37	1.197.371,37

Encargos	FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	
					Salário + Encargos	TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO		3	07:20:00	870,05	1.474,73	4.424,20
BORRACHEIRO		4	07:20:00	815,35	1.382,02	5.528,07
ELETRICISTA		5	07:20:00	1.080,29	1.831,09	9.155,46
ENCARREGADO DE GARAGEM		1	07:20:00	2.038,41	3.455,10	3.455,10
ENCARREGADO DE OFICINA		1	07:20:00	1.719,21	2.914,06	2.914,06
LANTERNEIRO		2	07:20:00	1.087,55	1.843,40	3.696,79
LAVADOR		1	07:20:00	724,00	1.227,18	1.227,18
MECÂNICO A		1	07:20:00	1.173,88	1.989,73	7.958,91
MECÂNICO B		17	07:20:00	1.143,50	1.938,23	32.949,95
MECÂNICO C		12	07:20:00	870,05	1.474,73	17.696,82
TOTAL		50		11.522,29	19.530,28	88.996,55

Encargos	FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	
					Salário + Encargos	TOTAL
ASSISTENTE JURÍDICO		1	07:20:00	1.816,16	3.078,39	3.078,39
AUX. ADMINISTRATIVO		7	07:20:00	1.059,13	1.795,22	12.566,53
AUXILIAR FINANCEIRO		1	07:20:00	1.000,00	1.695,00	1.695,00
CHEFE RH		1	07:20:00	2.800,00	4.746,00	4.746,00
MOTORISTA		1	07:20:00	1.019,21	1.727,56	1.727,56
PORTEIRO		4	07:20:00	815,35	1.382,02	5.528,07
SERV. GERAIS		3	07:20:00	739,33	1.253,17	3.759,51
TÉCNICO DE INFORMÁTICA		1	07:20:00	1.800,00	3.061,00	3.061,00
VIGIA		4	07:20:00	765,00	1.296,68	5.186,72
DIRETORIA		3	07:20:00	11.500,00	19.492,50	58.477,50
TOTAL		26		23.314,18	39.517,54	99.816,28
TOTAL		880		43.210,14	79.241,19	1.386.194,20

ALTERAÇÕES SALARIAIS	% AUMENTO DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	89,21%	89,21%	1.928,47
COBRADOR	37,91%	37,91%	1.006,22
DESPACHANTE	89,21%	89,21%	1.928,47
OUTROS	20,00%	20,00%	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
518,18	128,00	165,00	2,60		
123.135,66	49.536,00	63.855,00	619,20		237.145,86
123.135,66	49.536,00	63.855,00	619,20		237.145,86
5.090,88	2.048,00	2.640,00	25,60		9.804,48
318,18	128,00	165,00	1,60		612,78
318,18	128,00	165,00	1,60		612,78
318,18	128,00	165,00	1,60		612,78
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,80		4.902,24
954,54	384,00	495,00	4,80		1.838,34
255.816,72	102.912,00	132.660,00	1.284,40		492.675,12

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
1.590,90	640,00	825,00	8,00	3.063,90
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
5.409,06	2.176,00	2.805,00	27,20	10.417,26
3.818,16	1.536,00	1.980,00	19,20	7.353,36
15.909,00	6.400,00	8.250,00	80,00	30.639,00

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
2.227,26	896,00	1.155,00	11,20	4.289,46
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
8.272,68	3.328,00	4.290,00	43,60	15.932,28
273.999,48	112.640,00	345.200,00	1.408,00	539.246,40

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	31%	417,32
CESTA	128,00	54%	196,55
PLANO DE SAÚDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
905.711,95
715.744,48
37.445,46
2.307,78
3.867,59
2.087,51
15.958,39
6.923,34
1.690.046,49

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
6.262,54
7.979,19
12.219,36
4.067,88
3.526,84
4.912,35
1.839,96
10.410,03
43.367,21
25.050,18
119.636,55

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
3.693,17
16.855,99
2.307,78
5.358,78
2.340,34
7.979,19
5.597,85
3.663,78
7.637,84
60.315,84
118.748,68

1.975.430,60

QUANTITATIVO, SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC - A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	69,30%	Carga Horária	38,18%	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	417,32	196,55	365,00	SEGURO DE VIDA	VALORES BÁSICOS
FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
MOTORISTA	387	07:20:00	1.928,47	3.268,76	1.265.008,82	1.265.008,82	161.502,84	76.064,85	63.855,00	619,20	302.041,89
COBRADOR	387	07:20:00	1.006,22	1.705,54	660.045,10	660.045,10	161.502,84	76.064,85	63.855,00	619,20	302.041,89
DESPACHANTE	16	07:20:00	1.928,47	3.268,76	52.300,11	52.300,11	6.677,12	3.144,80	2.640,00	25,60	12.487,52
DIGITADORA	1	07:20:00	1.034,00	2.034,00	2.034,00	2.034,00	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
ENCARREGADO DE DIGITAÇÃO	1	07:20:00	2.304,29	3.905,77	3.905,77	3.905,77	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
MANOBRISTA NOTURNO	1	07:20:00	1.044,06	1.769,68	1.769,68	1.769,68	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
APONTADOR	8	07:20:00	978,42	1.658,42	13.267,38	13.267,38	3.338,56	1.572,40	1.320,00	12,80	6.243,76
ARRECADADOR	3	07:20:00	1.200,00	2.034,00	6.102,00	6.102,00	1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
TOTAL	804		11.889,63	19.644,65	2.004.432,85	2.004.432,85	335.325,28	158.026,20	132.660,00	1.286,40	627.497,88

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	1.567.050,71
	962.086,99
	64.787,63
	2.814,47
	4.686,24
	2.550,15
	19.511,14
	8.443,41
	2.631.930,74

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	1.044,06	1.769,68	5.309,05	5.309,05	1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
BORRACHEIRO	4	07:20:00	978,42	1.658,42	6.633,69	6.633,69	1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
ELETRICISTA	5	07:20:00	1.296,35	2.197,31	10.986,55	10.986,55	2.096,60	982,75	825,00	8,00	3.902,35
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.446,09	4.146,13	4.146,13	4.146,13	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
ENCARREGADO DE OFICINA	1	07:20:00	2.063,05	3.496,87	3.496,87	3.496,87	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.305,06	2.212,08	4.424,15	4.424,15	834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
LAVADOR	1	07:20:00	868,80	1.472,62	1.472,62	1.472,62	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
MECÂNICO A	4	07:20:00	1.408,56	2.387,67	9.550,69	9.550,69	1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
MECÂNICO B	17	07:20:00	1.372,20	2.325,88	39.539,94	39.539,94	7.094,44	3.341,35	2.805,00	27,20	13.267,99
MECÂNICO C	12	07:20:00	1.044,06	1.769,68	21.236,18	21.236,18	5.007,84	2.359,60	1.980,00	19,20	9.365,64
TOTAL	50		13.826,75	23.436,34	106.795,86	106.795,86	20.866,00	9.827,50	8.250,00	80,00	38.023,50

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	7.650,46
	9.755,57
	14.888,90
	4.926,60
	4.277,34
	5.985,09
	2.253,09
	12.672,57
	52.807,93
	30.601,82
	145.819,36

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos	AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	2.179,39	3.694,07	3.694,07	3.694,07	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
AUX. ADMINISTRATIVO	7	07:20:00	1.270,95	2.154,26	15.079,83	15.079,83	2.921,24	1.375,85	1.155,00	11,20	5.463,29
AUXILIAR FINANCEIRO	1	07:20:00	1.200,00	2.034,00	2.034,00	2.034,00	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
CHEFE RH	1	07:20:00	3.560,00	5.895,20	5.895,20	5.895,20	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
MOTORISTA	1	07:20:00	1.928,47	3.268,76	3.268,76	3.268,76	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
PORTeiro	4	07:20:00	978,42	1.658,42	6.633,69	6.633,69	1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
SERV. GERAIS	3	07:20:00	887,20	1.503,80	4.511,41	4.511,41	1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
TÉCNICO DE INFORMATICA	1	07:20:00	2.160,00	3.661,20	3.661,20	3.661,20	417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
MEIA	4	07:20:00	918,00	1.556,02	6.224,06	6.224,06	1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
DIRETORIA	3	07:20:00	11.500,00	19.492,50	58.477,50	58.477,50	1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
TOTAL	26		26.382,44	44.718,23	106.278,72	106.278,72	10.880,32	5.110,30	4.280,00	41,60	20.292,22

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	4.474,54
	20.543,12
	2.814,47
	6.475,67
	4.049,23
	9.755,57
	6.852,82
	4.441,67
	9.345,94
	60.818,91
	128.671,94

TOTAL GERAL	880		51.799,11	87.799,48	2.220.508,44	2.220.508,44	367.241,60	172.964,00	145.200,00	1.408,00	888.819,80
-------------	-----	--	-----------	-----------	--------------	--------------	------------	------------	------------	----------	------------

1.6019

1.2737

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.5100
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	1.925.430,60
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	2.907.322,94
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	981.891,43
	51,00%

COOBRAETAETE

CENÁRIO 3

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA
DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 48,77%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - COORDENANTE (STPC-MESMO HORÁRIO)-3

Encargos	60,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	102	07:20:00	729,60	1.236,67	1.236,67	126.140,54
DESPACHANTE	4	07:20:00	1.019,21	1.727,56	1.727,56	6.910,24
DIGITADORA	1	07:20:00	749,06	1.236,67	1.236,67	1.236,67
ENCARREGADO DE TRÁFEGO	1	07:20:00	2.360,77	4.001,51	4.001,51	4.001,51
MANOBRISTA	1	07:20:00	729,60	1.236,67	1.236,67	1.236,67
MOTORISTA	102	07:20:00	1.019,20	1.727,54	1.727,54	176.209,49
DIRETOR DE OPERAÇÃO	1	07:20:00	6.000,00	10.170,00	10.170,00	10.170,00
FISCAL	1	07:20:00	1.019,20	1.727,54	1.727,54	1.727,54
ARRECADADOR	1	07:20:00	1.046,26	1.773,41	1.773,41	1.773,41
TOTAL	214		14.671,90	24.868,87	24.868,87	329.437,57

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	1	07:20:00	1.200,00	2.034,00	2.034,00
AUX. LANTERNAGEM	2	07:20:00	729,60	1.236,67	2.473,34
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	729,60	1.236,67	3.710,02
BORRACHEIRO	2	07:20:00	970,00	1.644,15	3.280,30
ELETRICISTA	2	07:20:00	1.183,26	2.005,63	4.011,25
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.360,77	4.001,51	4.001,51
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	1	07:20:00	2.038,36	3.455,02	3.455,02
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.500,00	2.542,50	5.085,00
LAVADOR	6	07:20:00	729,60	1.236,67	7.420,03
MECÂNICO 1	2	07:20:00	1.500,00	2.542,50	5.085,00
MECÂNICO 2	4	07:20:00	1.183,26	2.005,63	8.022,50
TOTAL	26		14.124,45	23.940,94	48.585,97

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	902,81	1.530,26	1.530,26
COMPRADOR	1	07:20:00	1.560,00	2.644,20	2.644,20
MOTOBET	1	07:20:00	800,00	1.356,00	1.356,00
DIRETOR EXECUTIVO	1	07:20:00	6.000,00	10.170,00	10.170,00
ADMINISTRADOR	1	07:20:00	4.000,00	6.780,00	6.780,00
SERVIÇOS GERAIS	1	07:20:00	729,60	1.236,67	1.236,67
VIGIA	4	07:20:00	729,60	1.236,67	4.946,68
ENCARREGADO DE ADMINISTRAÇÃO	1	07:20:00	1.200,00	2.034,00	2.034,00
TOTAL	11		15.972,01	26.987,83	30.697,82

TOTAL	251		44.718,36	75.797,62	408.721,16
-------	-----	--	-----------	-----------	------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	% AUMENTO DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	89,21%	189,21%	1.928,47
COBRADOR	37,91%	137,91%	1.006,22
DESPACHANTE	89,21%	189,21%	1.928,47
OUTROS	20,00%	120,00%	

318,18	128,00	165,00	1,60	Valores Médios
AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
32.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	62.503,56
1.272,72	512,00	560,00	6,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
32.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	62.503,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
68.090,52	27.392,00	35.310,00	342,40	131.134,92

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.909,08	768,00	990,00	9,60	3.676,68
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
8.272,68	3.328,00	4.290,00	41,60	15.932,28

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
3.499,98	1.408,00	1.815,00	17,60	6.740,58

TOTAL	79.863,18	32.128,00	41.415,00	401,60	153.807,78
-------	-----------	-----------	-----------	--------	------------

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	31%	417,32
CESTA	128,00	54%	196,55
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
188.644,10
9.361,36
1.880,74
4.614,29
1.849,45
238.713,05
10.782,78
2.340,32
2.386,19
460.577,29

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
2.646,78
3.698,90
5.548,36
4.513,86
5.136,81
4.614,29
4.067,80
6.310,56
11.096,71
6.310,56
10.473,62
64.518,25

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
2.143,04
3.256,98
1.968,78
50.798,78
7.392,78
1.849,45
7.397,81
2.646,78
37.438,40

TOTAL	562.528,94
-------	------------

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	69,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
FUNÇÃO OPERAÇÃO						
COBRADOR	102	07:20:00		1.006,22	1.705,54	173.953,38
DESPACHANTE	4	07:20:00		1.928,47	3.268,76	13.075,03
DIGITADORA	1	07:20:00		897,67	1.521,55	1.521,55
ENCARREGADO DE TRÁFEGO	1	07:20:00		2.832,92	4.801,81	4.801,81
MANOBRISTA	1	07:20:00		875,52	1.484,01	1.484,01
MOTORISTA	102	07:20:00		1.928,47	3.268,76	333.413,18
DIRETOR DE OPERAÇÃO	1	07:20:00		7.200,00	12.204,00	12.204,00
FISCAL	1	07:20:00		1.928,47	3.268,76	3.268,76
ARRECADADOR	1	07:20:00		1.255,51	2.128,09	2.128,09
TOTAL	214			19.853,26	33.651,27	545.861,80

Encargos	69,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
FUNÇÃO MANUTENÇÃO						
ALMOXARIFE	1	07:20:00		1.440,00	2.440,80	2.440,80
AUX. LANTERNAÇÃO	2	07:20:00		875,52	1.484,01	2.968,01
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00		875,52	1.484,01	4.452,02
BORRACHEIRO	2	07:20:00		1.164,00	1.972,98	3.945,96
ELETRICISTA	2	07:20:00		1.419,91	2.406,75	4.813,50
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00		2.892,92	4.801,81	4.801,81
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	1	07:20:00		2.446,03	4.146,02	4.146,02
LANTERNEIRO	2	07:20:00		1.800,00	3.051,00	6.102,00
LAVADOR	6	07:20:00		875,52	1.484,01	8.904,04
MECÂNICO 1	2	07:20:00		1.800,00	3.051,00	6.102,00
MECÂNICO 2	4	07:20:00		1.419,91	2.406,75	9.627,00
TOTAL	26			16.949,34	28.729,13	58.803,17

Encargos	69,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO						
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00		1.083,37	1.836,32	1.836,32
COMPRADOR	1	07:20:00		1.872,00	3.173,04	3.173,04
MOTO BOY	1	07:20:00		960,00	1.627,20	1.627,20
DIRETOR EXECUTIVO	1	07:20:00		7.200,00	12.204,00	12.204,00
ADMINISTRADOR	1	07:20:00		4.800,00	8.136,00	8.136,00
SERVIÇOS GERAIS	1	07:20:00		875,52	1.484,01	1.484,01
VIGIA	4	07:20:00		875,52	1.484,01	5.936,03
ENCARREGADO DE ADMINISTRAÇÃO	1	07:20:00		1.440,00	2.440,80	2.440,80
TOTAL	11			18.108,41	32.368,37	30.837,39
TOTAL GERAL	251			58.909,01	94.785,77	641.002,35

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
417,32	196,55	165,00	1,60	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
42.566,64	20.048,10	16.830,00	163,20	79.607,94
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
42.566,64	20.048,10	16.830,00	163,20	79.607,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
89.306,48	42.061,70	35.310,00	942,40	167.020,58

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
2.503,92	1.179,30	990,00	9,60	4.682,82
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
10.850,32	5.110,90	4.290,00	41,60	20.292,22

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
4.590,52	2.162,05	1.815,00	17,60	8.585,17
104.747,32	49.394,05	41.415,00	401,60	195.897,97

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	712.882,38
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	836.900,32
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	2.616,79
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.953,51
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	2.407,67
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	12.984,47
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	8.916,47
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	2.264,48
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	9.057,91
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.221,27
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	48.412,68
PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	836.900,32
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	562.528,04
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	836.900,32
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	274.371,58
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	48,77%

COOPATAG

CENÁRIO 3

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA
DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 46,70%

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	69,50%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				</
----------	--------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	6	07:20:00	721,20	1.222,43	7.334,60
BORRACHEIRO	3	07:20:00	1.408,66	2.387,67	7.163,02
ELETRICISTA	4	07:20:00	1.408,66	2.387,67	9.590,69
SECRETARIA	1	07:20:00	960,00	1.627,20	1.627,20
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	07:20:00	3.600,00	6.102,00	12.204,00
LANTERNEIRO	3	07:20:00	1.408,66	2.387,67	7.163,02
LAVADOR	7	07:20:00	867,95	1.471,17	10.298,20
MECÂNICO	8	07:20:00	1.408,66	2.387,67	19.101,38
TOTAL	34		11.783,77	19.973,49	74.442,10

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	4	07:20:00	960,00	1.627,20	6.508,80
ENCARREGADO	1	07:20:00	3.600,00	6.102,00	6.102,00
DIRETORIA	3	07:20:00	12.000,00	20.340,00	61.020,00
VIGIA	4	07:20:00	875,52	1.484,01	5.936,03
PORTEIRO	2	07:20:00	875,52	1.484,01	2.968,01
SECRETARIA	1	07:20:00	960,00	1.627,20	1.627,20
TOTAL	16		19.271,04	32.684,41	84.162,04
TOTAL GERAL	273,00		38.731,91	65.650,99	714.668,79

1,54

1,27

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	632.418,53
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	927.737,10
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	295.318,56
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	46,70%

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	265,00	1,60		
42.566,64	20.048,10	16.830,00	163,20	79.607,94	
3.338,56	1.572,40	1.320,00	12,80	6.243,76	
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94	
2.086,60	982,75	825,00	8,00	3.902,35	
43.401,28	20.441,20	17.160,00	166,40	81.168,88	
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41	
93.479,68	44.027,20	36.960,00	358,40	174.825,28	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
2.503,92	1.179,30	990,00	9,60	4.682,82
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
2.921,24	1.375,85	1.155,00	11,20	5.463,29
3.338,56	1.572,40	1.320,00	12,80	6.243,76
14.188,88	6.882,70	5.610,00	54,40	26.535,98

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
6.259,80	2.948,25	2.475,00	24,00	11.707,05
113.928,36	59.658,45	45.045,00	436,80	213.068,61

1,54

1,27

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	632.418,53
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	927.737,10
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	295.318,56
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	46,70%

MSC

CENÁRIO 3

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA
DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 47,71%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - MCS (STPC-MESMO HORÁRIO)-3

Encargos	60,50%	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
COBRADOR	117	07:20:00	779,61	1.236,69	144.692,61	144.692,61
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.019,21	1.777,56	17.775,61	17.775,61
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.260,31	2.136,23	6.408,68	6.408,68
MOTORISTA	112	07:20:00	1.019,21	1.777,56	193.486,83	193.486,83
TOTAL	242		4.028,34	6.828,04	961.863,72	961.863,72

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.600,20	2.712,34	8.137,02
SERVICO GERAIS	2	07:20:00	1.530,74	2.594,60	5.189,21
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.381,04	2.340,86	35.112,94
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.019,21	1.727,56	1.727,56
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	900,00	1.525,50	1.525,50
MOLERO	1	07:20:00	900,00	1.525,50	1.525,50
PINTOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.609,09	2.727,41	2.727,41
LAVADOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
MECÂNICO	17	07:20:00	1.530,74	2.594,60	44.108,27
TOTAL	43		13.532,50	22.937,99	105.242,62

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
AUX. ADMINISTRATIVO	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
ASSISTENTE JURIDICO	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
AUXILIAR FINANCEIRO	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
CHIEFE DE RH	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
PORTEROS	2	40	1.530,74	2.594,60	5.189,21
TÉC. INFORMÁTICA	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	40	724,00	1.227,18	1.227,18
TOTAL	9		11.439,18	19.389,41	21.984,01

TOTAL	294		29.000,02	49.151,03	489.090,35	489.090,35
-------	-----	--	-----------	-----------	------------	------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	SALIMÉTO DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	89,21%	189,21%	1.928,47
COBRADOR	37,91%	137,91%	1.006,22
DESPACHANTE	89,21%	189,21%	1.928,47
OUTROS	20,00%	120,00%	

318,18	128,00	165,00	1,60	Valores Básicos	
AUX. ALIMENTAÇÃO	37.227,06	14.976,00	19.305,00	187,20	71.695,26
	3.181,80	1.280,00	1.650,00	16,00	6.127,80
	954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
	35.636,16	14.336,00	18.480,00	179,20	68.631,36
	76.999,56	30.976,00	39.980,00	387,20	148.252,76

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	216.387,87
	23.409,41
	8.247,02
	262.118,19
	510.154,48

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
4.772,70	1.920,00	2.475,00	24,00	9.191,70
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
5.409,06	2.176,00	2.805,00	27,20	10.417,26
13.681,74	5.504,00	7.095,00	68,80	26.349,54

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	9.975,36
	6.416,77
	44.304,64
	2.340,34
	2.138,28
	2.138,28
	3.207,38
	3.340,19
	3.207,38
	54.525,53
	131.592,16

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
2.863,62	2.152,00	1.485,00	14,40	5.515,02

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	8.207,98
	6.416,77
	3.207,38
	1.838,96
	27.486,03

90.544,92	37.632,00	48.510,00	470,40	186.157,32
-----------	-----------	-----------	--------	------------

680.247,67

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS APÓS EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	117	07:20:00	1.006,22	1.705,54	199.548,52
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.928,47	3.268,76	32.687,57
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.584,77	2.686,19	8.058,57
MOTORISTA	112	07:20:00	1.928,47	3.268,76	366.100,74
TOTAL	242		6.447,93	10.929,24	606.395,40

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.920,24	3.254,81	9.764,42
SERVIÇO GERAIS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.657,25	2.809,04	42.135,53
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.223,05	2.073,07	2.073,07
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
MOLERO	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
PINTOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.930,91	3.272,89	3.272,89
LAVADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
MECÂNICO	17	07:20:00	1.836,89	3.113,53	52.929,93
TOTAL	43		16.239,00	27.925,11	126.291,14

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
AUXILIAR FINANCEIRO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
CHEFE DE RH	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
PORTEIROS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
TÉC. INFORMÁTICA	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	07:20:00	868,80	1.472,62	1.472,62
TOTAL	9		13.727,02	23.287,29	26.389,82
TOTAL GERAL	294		36.413,95	61.721,64	759.067,35

1,55

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	117	07:20:00	1.006,22	1.705,54	199.548,52
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.928,47	3.268,76	32.687,57
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.584,77	2.686,19	8.058,57
MOTORISTA	112	07:20:00	1.928,47	3.268,76	366.100,74
TOTAL	242		6.447,93	10.929,24	606.395,40

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.920,24	3.254,81	9.764,42
SERVIÇO GERAIS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.657,25	2.809,04	42.135,53
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.223,05	2.073,07	2.073,07
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
MOLERO	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
PINTOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.930,91	3.272,89	3.272,89
LAVADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
MECÂNICO	17	07:20:00	1.836,89	3.113,53	52.929,93
TOTAL	43		16.239,00	27.925,11	126.291,14

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
AUXILIAR FINANCEIRO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
CHEFE DE RH	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
PORTEIROS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
TÉC. INFORMÁTICA	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	07:20:00	868,80	1.472,62	1.472,62
TOTAL	9		13.727,02	23.287,29	26.389,82
TOTAL GERAL	294		36.413,95	61.721,64	759.067,35

1,27

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	609.347,67
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	988.525,53
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	319.277,86
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	47,71%

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	117	07:20:00	1.006,22	1.705,54	199.548,52
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.928,47	3.268,76	32.687,57
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.584,77	2.686,19	8.058,57
MOTORISTA	112	07:20:00	1.928,47	3.268,76	366.100,74
TOTAL	242		6.447,93	10.929,24	606.395,40

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.920,24	3.254,81	9.764,42
SERVIÇO GERAIS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.657,25	2.809,04	42.135,53
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.223,05	2.073,07	2.073,07
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
MOLERO	1	07:20:00	1.080,00	1.830,60	1.830,60
PINTOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.930,91	3.272,89	3.272,89
LAVADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
MECÂNICO	17	07:20:00	1.836,89	3.113,53	52.929,93
TOTAL	43		16.239,00	27.925,11	126.291,14

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE MAIO/2014	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	
				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
AUXILIAR FINANCEIRO	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
CHEFE DE RH	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
PORTEIROS	2	07:20:00	1.836,89	3.113,53	6.227,05
TÉC. INFORMÁTICA	1	07:20:00	1.836,89	3.113,53	3.113,53
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	07:20:00	868,80	1.472,62	1.472,62
TOTAL	9		13.727,02	23.287,29	26.389,82
TOTAL GERAL	294		36.413,95	61.721,64	759.067,35

1,27

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	609.347,67
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	988.525,53
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	319.277,86
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	47,71%

COOPERTRAN

CENÁRIO 3

**SALARIOS E BENEFÍCIOS APÓS
EQUIPARAÇÃO COM O STPC A PARTIR DE
MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA
DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 47,32%

Encargos	68,60%	QUANTIDADE	CARGA HORARIA DIARIA	SALARIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
CONDIÇÃO	217	07:20:00	729,61	1.236,60	296.361,50	
DESPACHANTE	20	07:20:00	1.019,21	1.272,56	34.531,22	
CHEFE DE TRAFEGO	3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.711,50	
MAQUINISTA	6	07:20:00	870,05	1.474,73	8.848,41	
MOTORISTA	217	07:20:00	1.019,21	1.272,56	374.880,73	
FISCAL	4	07:20:00	1.019,21	1.272,56	6.310,24	
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	1	07:20:00	1.760,00	2.983,20	2.983,20	
TÉCNICO DE TACOGRAFO	1	07:20:00	1.814,71	3.075,93	3.075,93	
ENCARREGADO DE OPERAÇÃO	3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.711,50	
FI SCAL DE OPERAÇÃO	1	07:20:00	2.200,00	3.770,00	3.770,00	
TOTAL	473			28.137,24	728.763,23	

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORARIA DIARIA	SALARIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
BOMBEIRO	3	07:20:00	954,34	1.685,41	3.056,22
ELETRICISTA	6	07:20:00	1.242,93	2.106,77	12.640,60
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO B	3	07:20:00	1.800,00	3.051,00	9.153,00
LANTERNERO	4	07:20:00	1.242,93	2.106,77	8.427,07
MECANICO B	9	07:20:00	1.242,93	2.106,77	18.960,90
ABASTECEDOR	3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
SERVICO GERAIS	3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
PHOTOR	2	07:20:00	1.443,00	2.445,89	4.891,77
ENCARREGADO GALERIA	3	07:20:00	2.500,00	4.237,50	12.711,50
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO A	1	07:20:00	2.500,00	4.237,50	4.237,50
MECANICO A	1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
TOTAL	38			29.336,95	88.527,63

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORARIA DIARIA	SALARIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ADVOGADOS	1	07:20:00	13.000,00	22.035,00	22.035,00
ANALISTA DE CONTAS A PAGAR	2	07:20:00	1.580,00	2.657,76	5.315,52
ANALISTA DE SISTEMA	1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
ARRECADADOR	5	07:20:00	1.019,21	1.727,56	8.637,80
AUX. ADMINISTRATIVO	8	07:20:00	766,09	1.296,52	10.388,18
AUXILIA DE CONTABILIDADE	1	07:20:00	1.400,00	2.373,00	2.373,00
AUXILIAR DE DEP. PESSOAL	1	07:20:00	1.019,21	1.727,56	1.727,56
AUXILIAR DIVISÃO FINANCEIRA	3	07:20:00	1.546,00	2.620,47	7.861,41
DIRETOR FINANCEIRO	1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
PRESIDENTE	1	07:20:00	7.950,00	13.537,50	13.537,50
GERENTE DE REC. HUMANOS	1	07:20:00	3.196,96	5.423,93	5.423,93
PORTeiro	3	07:20:00	724,00	1.227,18	3.681,54
SECRETARIA	1	07:20:00	1.566,06	2.654,47	2.654,47
TELEFONISTA	1	07:20:00	724,00	1.227,18	1.227,18
VICE PRESIDENTE	1	07:20:00	7.000,00	11.865,00	11.865,00
DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	5.000,00	8.475,00	8.475,00
ASSESSOR JURIDICO	1	07:20:00	2.500,00	4.237,50	4.237,50
CONSELHEIRO	3	07:20:00	1.875,00	3.178,13	9.534,38
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.875,00	3.178,13	3.178,13
TOTAL	37			112.772,64	145.481,88

ALTERAÇÕES SALARIAIS	SALUAMENTO DO SALARIO	TOTAL	NOVO SALARIO
MOTORISTA	89,21%	189,21%	1.928,47
COBRADOR	37,91%	137,91%	1.006,22
DESPACHANTE	88,21%	188,21%	1.928,47
OUTROS	20,00%	120,00%	

R\$3.774,71

318,18	AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Máximos	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
69.045,06	27.776,00	35.805,00	347,2		132.973,26	
6.363,60	2.560,00	3.300,00	32		12.155,80	
954,54	384,00	495,00	4,8		1.838,34	
1.909,08	768,00	990,00	9,6		3.676,88	
69.045,06	27.776,00	35.805,00	347,2		132.973,26	
1.272,72	512,00	660,00	6,4		2.451,12	
318,18	128,00	165,00	1,6		612,78	
318,18	128,00	165,00	1,6		612,78	
954,54	384,00	495,00	4,8		1.838,34	
318,18	128,00	165,00	1,6		612,78	
150.469,14	60.544,00	78.044,00	754,80		289.844,94	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.909,08	768,00	990,00	9,6	3.676,88
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.272,72	512,00	660,00	6,4	2.451,12
2.853,62	1.152,00	1.485,00	14,4	5.515,02
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,2	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
12.089,84	4.864,00	6.270,00	60,80	23.285,64

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
636,36	256,00	330,00	3,2	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
1.590,90	640,00	825,00	8	3.063,90
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,8	4.902,24
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
13.772,66	4.736,00	6.105,00	59,20	22.672,86

R\$3.803,44

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	31%	417,32
CESTA	128,00	54%	196,15
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

1.298.578,15

1.298.578,15

FUNÇÃO	OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MÁXIMO 2024	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR		217	07:20:00	1.006,22	1.705,54	370.102,81
DESPACHANTE		20	07:20:00	1.928,47	3.268,76	63.375,13
CHEFE DE TRÁFEGO		3	07:20:00	3.000,00	5.085,00	15.255,00
MANOBRISTA		6	07:20:00	1.044,06	1.769,68	10.618,09
MOTORISTA		217	07:20:00	1.928,47	3.268,76	709.320,19
FISCAL		4	07:20:00	1.019,21	1.727,56	6.910,24
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO		1	07:20:00	2.112,00	3.579,84	3.579,84
TÉCNICO DE TACÓGRAFO		1	07:20:00	2.177,65	3.691,12	3.691,12
ENCARREGADO DE OPERAÇÃO		3	07:20:00	3.000,00	5.085,00	15.255,00
FISCAL DE OPERAÇÃO		1	07:20:00	2.440,00	4.474,80	4.474,80
TOTAL		473			33.556,06	1.204.582,23

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MENSAL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ELBORACHIEIRO	3	07:20:00	1.193,21	2.022,49	6.067,46
ELETRICISTA	6	07:20:00	1.491,52	2.528,12	15.168,72
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO B	3	07:20:00	2.160,00	3.661,20	10.980,60
LANTENHEIRO	4	07:20:00	1.491,52	2.528,12	10.112,48
MECANICO B	9	07:20:00	1.491,52	2.528,12	22.753,08
ABASTECEDOR	3	07:20:00	860,00	1.472,62	4.417,85
SERVICO GERAIS	3	07:20:00	860,00	1.472,62	4.417,85
PINTOR	2	07:20:00	1.731,60	2.935,06	5.870,12
ENCARREGADO GARAGEM	3	07:20:00	3.000,00	5.085,00	15.255,00
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO A	1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
MECANICO A	1	07:20:00	3.600,00	6.102,00	6.102,00
TOTAL	38			\$5.420,94	\$10.239,16

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARREIA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ADVOGADOS	1	07:20:00	15.600,00	26.442,00	26.442,00
ANALISTA DE CONTAS A PAGAR	2	07:20:00	1.881,60	3.185,31	6.376,62
ANALISTA DE SISTEMA	1	07:20:00	8.400,00	14.238,00	14.238,00
APRECIADOR	5	07:20:00	1.273,05	2.073,07	10.365,37
AUX. ADMINISTRATIVO	8	07:20:00	919,31	1.358,23	12.465,82
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	1	07:20:00	1.680,00	2.847,60	2.847,60
AUXILIAR DE DEP. PESSOAL	1	07:20:00	1.213,05	2.073,07	2.073,07
ENCARREGADO DE CONTABILIDADE	1	07:20:00	1.855,30	3.184,56	9.431,69
DIRETOR FINANCEIRO	1	07:20:00	8.400,00	14.238,00	14.238,00
PRESIDENTE	1	07:20:00	9.300,00	15.763,50	15.763,50
GERENTE DE REC. HUMANOS	1	07:20:00	3.833,95	6.508,72	6.508,72
PORTEIRO	3	07:20:00	868,80	1.472,62	4.417,85
SECRETARIA	1	07:20:00	1.879,27	3.185,37	3.185,37
TELEFONISTA	1	07:20:00	868,80	1.472,62	1.472,62
VICE PRESIDENTE	1	07:20:00	8.400,00	14.238,00	14.238,00
DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	6.000,00	10.170,00	10.170,00
ASSESSOR JURIDICO	1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
CONSELHEIRO	3	07:20:00	2.250,00	3.813,75	11.441,25
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	2.250,00	3.813,75	3.813,75
	37		78.893,04	135.327,17	174.578,22

1,423,393,60

AUXIL. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
90.558,44	42.651,35	35.805,00	347,20	169.361,99
8.346,40	3.931,00	3.300,00	32,00	15.609,40
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
2.503,92	1.179,20	990,00	9,60	4.682,82
90.558,44	42.651,35	35.805,00	347,20	169.361,99
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
417,32	196,35	165,00	1,60	780,47
417,32	196,35	165,00	1,60	780,47
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
417,32	196,35	165,00	1,60	780,47
197.582,36	92.946,15	79.045,00	784,60	300.102,31

ALIM. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
2.503,92	1.179,30	990,00	9,60	4.682,82
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
1.669,28	786,20	660,00	6,40	3.121,88
3.755,08	1.784,95	1.485,00	14,40	7.024,23
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
834,64	303,10	330,00	3,20	1.560,94
1.251,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
51.830,18	7.468,90	6.270,00	60,80	25.637,86

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
834,64	393,10	330,00	3,20	1.560,94
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
2.086,80	982,75	825,00	8,00	3.902,35
3.338,56	1.577,40	1.330,00	12,80	6.243,76
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.351,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.151,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
1.351,96	589,65	495,00	4,80	2.341,41
417,32	196,55	165,00	1,60	780,47
15.460,84	7.272,43	6.105,00	59,20	28.877,59

427,697.56

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	539.464,80
	80.984,53
	17.596,41
	15.300,91
	874.682,18
	10.032,12
	4.360,31
	4.471,59
	17.596,41
	5.255,27
	1.573.744,94

PERSONAL +	8,408.97
ENCARGOS +	19,851.54
BENEFÍCIOS	13,325.01
	11,234.96
	29,777.31
	6,759.26
	6,759.26
	7,431.06
	17,596.41
	5,965.47
	6,182.47
	199,891.02

[illegible]

1.913.091.18

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.198.578,15
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPACAO COM STPC/DV	1.913.091,16
IMPACTO FINANCIERO - PAGARA A MAIS NA FOLHA	804.513,01
ATUALIZADO DESCONTATUAL NA FOLHA	47,32%

COOTARDE

CENÁRIO 4

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 26,68% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 24,81%

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 26,68% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	60,50%	Carga Horária	Salário + Encargos	Salário + Encargos	Salário + Encargos	Salário + Encargos
FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos	TOTAL
MOTORISTA	387	07:20:00	1.292,97	2.191,58	2.191,58	840.142,94
COBRADOR	367	07:20:00	925,58	1.568,86	1.568,86	607.150,71
DESPACHANTE	16	07:20:00	1.292,97	2.191,58	2.191,58	35.065,34
DIGITADORA	1	07:20:00	1.268,60	2.150,28	2.150,28	2.150,28
ENCARREGADA DE DIGITAÇÃO	1	07:20:00	2.436,02	4.129,05	4.129,05	4.129,05
MAQUISTRA NOTURNO	1	07:20:00	1.103,75	1.870,85	1.870,85	1.870,85
APONTADOR	8	07:20:00	1.094,35	1.753,23	1.753,23	14.025,83
ARRECADADOR	3	07:20:00	1.268,60	2.150,28	2.150,28	6.450,83
TOTAL	804		10.672,84	18.065,71	18.065,71	151.985,33

#DIY/01

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos	Salário + Encargos
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	1.103,75	1.870,85	1.870,85	5.612,55
BORRACHEIRO	4	07:20:00	1.034,35	1.753,23	1.753,23	7.012,91
ELETRICISTA	5	07:20:00	1.370,46	2.322,92	2.322,92	11.614,61
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.585,93	4.383,15	4.383,15	4.383,15
ENCARREGADO DE OFICINA	1	07:20:00	2.180,99	3.696,78	3.696,78	3.696,78
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.379,67	2.338,53	2.338,53	4.677,07
LAVADOR	1	07:20:00	918,47	1.556,80	1.556,80	1.556,80
MECÂNICO A	4	07:20:00	1.489,18	2.524,17	2.524,17	10.096,67
MECÂNICO B	17	07:20:00	1.450,64	2.458,84	2.458,84	41.800,31
MECÂNICO C	12	07:20:00	1.103,75	1.870,85	1.870,85	22.450,18
TOTAL	50		14.617,18	24.776,12	24.776,12	112.901,02

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos	Salário + Encargos
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	2.303,98	3.905,25	3.905,25	3.905,25
AUX. ADMINISTRATIVO	7	07:20:00	1.343,61	2.277,41	2.277,41	15.941,90
AUDITOR FINANCEIRO	1	07:20:00	1.268,60	2.150,28	2.150,28	2.150,28
CHEFE DE	1	07:20:00	1.292,97	2.191,58	2.191,58	2.191,58
MOTORISTA	1	07:20:00	1.034,35	1.753,23	1.753,23	7.012,91
PORTEIRO	4	07:20:00	937,92	1.589,77	1.589,77	6.359,31
SERV. GERAIS	3	07:20:00	2.283,48	3.870,50	3.870,50	11.611,50
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1	07:20:00	1.644,97	2.753,23	2.753,23	2.753,23
VIGIA	4	07:20:00	970,48	1.644,97	1.644,97	6.579,87
DIRETORIA	3	07:20:00	14.588,90	24.728,19	24.728,19	74.184,56
TOTAL	28		28.878,37	50.131,06	50.131,06	120.828,63

TOTAL GERAL	880		54.816,39	92.913,77	92.913,77	1.758.513,28
-------------	-----	--	-----------	-----------	-----------	--------------

1,2586

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
156.209,90	62.841,37	63.855,00	619,20	283.525,47
156.209,90	62.841,37	63.855,00	619,20	283.525,47
6.458,29	2.598,09	2.640,00	25,60	11.721,98
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
3.229,15	1.299,05	1.320,00	12,80	732,62
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
374.529,09	180.584,16	132.660,00	1.386,40	589.029,55

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
2.018,23	811,90	825,00	8,00	3.663,12
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
6.861,93	2.760,47	2.805,00	27,20	12.454,61
4.843,72	1.948,57	1.980,00	19,20	8.791,49
20.132,16	8.119,04	8.250,00	80,00	36.631,20

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
2.825,50	1.136,67	1.155,00	11,20	5.128,37
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
10484,72186	4.221,90	4.290,00	41,80	19.048,22

355.205,97	142.895,10	145.200,00	1.408,00	644.709,07
------------	------------	------------	----------	------------

1,1956

1.925.430,60	2.403.222,96	477.791,76	24,81%
--------------	--------------	------------	--------

1,2586

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	

COOBRAETAETE

CENÁRIO 4

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 26,68% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 24,86%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2024 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - COBRATAETE(TUDO-26,88%) - 4

Encargos		69,50%					
FUNÇÃO OPERAÇÃO			QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2024	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR			102	07:20:00	729,60	1.236,67	126.140,54
DESPACHANTE			4	07:20:00	1.019,21	1.727,56	6.910,24
DIGITADORA			1	07:20:00	748,06	1.267,96	1.267,96
ENCARREGADO DE TRÁFEGO			1	07:20:00	2.360,77	4.001,51	4.001,51
MANOBISTA			1	07:20:00	729,60	1.236,67	1.236,67
MOTORISTA			102	07:20:00	1.019,20	1.727,54	176.209,49
DIRETOR DE OPERAÇÃO			1	07:20:00	6.000,00	10.170,00	10.170,00
FISCAL			1	07:20:00	1.019,20	1.727,54	1.727,54
ARRECADADOR			1	07:20:00	1.046,26	1.773,41	1.773,41
TOTAL			214		14.671,90	24.888,87	328.437,37

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2024	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	1	07:20:00	1.200,00	2.034,00	2.034,00
AUX. LANTERNAGEM	2	07:20:00	729,60	1.236,67	2.473,34
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	729,60	1.236,67	3.710,02
BORRACHEIRO	2	07:20:00	970,00	1.644,15	3.288,30
ELETRICISTA	2	07:20:00	1.183,26	2.005,63	4.011,25
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.360,77	4.001,51	4.001,51
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	1	07:20:00	2.038,36	3.455,02	3.455,02
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.500,00	2.542,50	5.085,00
LAVADOR	6	07:20:00	729,60	1.236,67	7.420,03
MECÂNICO 1	2	07:20:00	1.500,00	2.542,50	5.085,00
MECÂNICO 2	4	07:20:00	1.183,26	2.005,63	8.022,50
TOTAL	28		14.124,45	23.940,94	48.585,97

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2024	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	1	40	902,81	1.530,26	1.530,26
COMPRADOR	1	40	1.560,00	2.644,20	2.644,20
MOTOBÓY	1	40	800,00	1.356,00	1.356,00
DIRETOR EXECUTIVO	1	40	6.000,00	10.170,00	10.170,00
ADMINISTRADOR	1	40	4.000,00	6.780,00	6.780,00
SERVIÇOS GERAIS	1	40	729,60	1.236,67	1.236,67
VIÁZIA	4	40	729,60	1.236,67	4.946,69
ENCARREGADO DE ADMINISTRAÇÃO	1	40	1.200,00	2.034,00	2.034,00
TOTAL	11		15.922,01	26.987,81	90.687,82

TOTAL	251		44.718,36	75.787,62	408.721,16
-------	-----	--	-----------	-----------	------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	PERCENTUAL DE AUMENTO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	1.019,21	126,68%	1.291,14
COBRADOR	729,60	126,68%	924,26
DESPACHANTE	1.019,21	126,68%	1.291,14
OUTROS	26,68%	126,68%	

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Máximos
318,18	128,00	165,00	163,20	62.503,56
32.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	2.451,12
1.272,72	512,00	660,00	6,40	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
32.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	62.503,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
68.080,52	27.392,00	95.310,00	342,40	131.134,92

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.909,08	768,00	990,00	9,60	3.676,68
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
8.272,68	3.324,00	4.290,00	41,60	15.932,28

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
3.499,96	1.488,00	1.815,00	17,60	6.740,58

79.863,18	32.128,00	41.415,00	401,60	153.807,78
-----------	-----------	-----------	--------	------------

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	27%	403,64
CESTA	128,00	27%	162,38
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
188.644,10
9.361,36
1.880,74
4.614,29
1.849,45
238.713,05
10.782,78
2.340,32
2.366,19
460.572,29

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
2.646,78
3.698,90
5.548,36
4.513,86
5.236,81
4.614,29
4.067,80
6.310,56
11.086,71
6.310,56
10.473,62
64.518,23

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
2.143,04
3.256,98
1.968,78
10.782,78
7.392,78
1.849,45
7.397,81
2.646,78
37.438,40

QUANTITATIVO, SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 26,86% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos		60,50%			Salário + Encargos	Salário + Encargos
FUNÇÃO OPERAÇÃO			QUANTIDADE ANTERIOR	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR			102	07:20:00	925,57	1.568,84
DESPACHANTE			4	07:20:00	1.292,97	2.191,58
DIGITADORA			1	07:20:00	948,99	1.608,54
ENCARREGADO DE TRÁFEGO			1	07:20:00	2.994,87	5.076,31
MANOBRISTA			1	07:20:00	925,57	1.568,84
MOTORISTA			102	07:20:00	1.292,96	2.191,56
DIRETOR DE OPERAÇÃO			1	07:20:00	7.611,60	12.901,66
FISCAL			1	07:20:00	1.292,96	2.191,56
ARRECADADOR			1	07:20:00	1.327,29	2.249,75
TOTAL			214		18.612,77	31.548,69
						417.824,25

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	Valores Básicos
41.171,60	16.562,84	16.830,00	163,20	74.727,64
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
41.171,60	16.562,84	16.830,00	163,20	74.727,64
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
86.379,63	34.748,49	35.310,00	342,40	156.781,52

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
234.749,54
11.696,83
2.341,16
5.808,93
2.301,47
298.267,00
13.634,29
2.924,19
2.982,37
574.705,77

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	1	07:20:00	1.572,32	2.580,33	2.580,33
AUX. LANTERNAGEM	2	07:20:00	925,57	1.568,84	3.137,68
AUXILIAR DE MECÂNICO	3	07:20:00	925,57	1.568,84	4.706,53
BORRACHEIRO	2	07:20:00	1.230,54	2.085,77	4.316,31
ELETRICISTA	2	07:20:00	1.501,08	2.544,34	5.088,67
ENCARREGADO DE GARAGEM	1	07:20:00	2.994,87	5.076,31	5.076,31
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	1	07:20:00	2.585,86	4.383,04	4.383,04
LANTERNEIRO	2	07:20:00	1.902,90	3.225,42	6.450,83
LAVADOR	6	07:20:00	925,57	1.568,84	9.413,05
MECÂNICO 1	2	07:20:00	1.902,90	3.225,42	6.450,83
MECÂNICO 2	4	07:20:00	1.501,08	2.544,34	10.177,35
TOTAL	26		17.918,28	30.371,48	61.636,16

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
2.421,86	974,28	990,00	9,60	4.395,74
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
10.494,72	4.221,90	4.290,00	41,60	19.048,22

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
3.312,96
4.602,93
6.904,40
5.636,79
6.553,52
5.808,93
5.115,66
7.916,08
13.808,80
7.916,08
13.107,84
80.684,39

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE ANTERIOR	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.145,30	1.941,29	1.941,29
COMPRADOR	1	07:20:00	1.979,02	3.354,43	3.354,43
MOTO BOY	1	07:20:00	1.014,88	1.720,22	1.720,22
DIRETOR EXECUTIVO	1	07:20:00	7.611,60	12.901,66	12.901,66
ADMINISTRADOR	1	07:20:00	5.074,40	8.601,11	8.601,11
SERVÇOS GERAIS	1	07:20:00	925,57	1.568,84	1.568,84
VRGIA	4	07:20:00	925,57	1.568,84	6.275,37
ENCARREGADO DE ADMINISTRAÇÃO	1	07:20:00	1.572,32	2.580,33	2.580,33
TOTAL	11	2	20.198,04	34.236,73	38.943,28
TOTAL GERAL	251	2	56.729,71	96.156,86	318.903,67

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
4.440,07	1.706,19	1.815,00	17,60	8.054,86
101.374,43	40.757,58	41.415,00	401,60	183.888,61

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
2.673,92
4.087,06
2.452,85
13.634,29
9.333,73
2.301,47
9.205,86
3.312,96
47.002,12
702.982,28

1,2686

1,1956

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	562.528,94
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	702.982,28
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	139.863,34
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	24,86%

COOPATAG

CENÁRIO 4

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 26,68% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 24,93%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIO SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - COOPATAG(TUDO-26,86%)-4

Encargos		69,50%				
FUNÇÃO	OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
COBRADOR		102	07:20:00	729,60	1.236,67	126.140,54
FISCAL		8	07:20:00	1.019,21	1.727,56	13.820,49
DIGITADOR		2	07:20:00	800,00	1.356,00	2.712,00
MANOBRISTA		5	07:20:00	815,35	1.382,02	6.910,09
MOTORISTA		104	07:20:00	1.019,21	1.727,56	179.666,34
ARRECADADOR		3	07:20:00	729,60	1.236,67	3.710,02
TOTAL		224		5.112,97	8.666,48	332.959,48

318,18	128,00	165,00	1,60	Valores Básicos
AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
37.454,36	13.056,00	16.830,00	163,20	62.503,56
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,80	4.902,24
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
1.590,90	640,00	825,00	8,00	3.063,90
33.090,72	13.312,00	17.160,00	166,40	63.729,12
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
71.272,32	28.672,00	36.960,00	358,40	137.262,72

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
188.644,10
18.722,73
3.937,56
9.973,99
243.395,46
5.548,36
470.222,20

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	6	07:20:00	601,00	1.018,70	6.112,17
BORRACHEIRO	3	07:20:00	1.173,88	1.989,73	5.969,18
ELETRICISTA	4	07:20:00	1.173,88	1.989,73	7.958,91
SECRETARIA	1	07:20:00	800,00	1.356,00	1.356,00
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	07:20:00	3.000,00	5.085,00	10.170,00
LANTERNEIRO	3	07:20:00	1.173,88	1.989,73	5.969,18
LAVADOR	7	07:20:00	729,29	1.236,67	8.581,84
MECÂNICO	8	07:20:00	1.173,88	1.989,73	15.917,81
TOTAL	34		9.819,81	16.644,58	62.035,08

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.909,08	768,00	990,00	9,60	3.676,68
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
2.272,26	896,00	1.155,00	11,20	4.289,46
2.545,44	1.024,00	1.320,00	12,80	4.902,24
10.818,12	4.352,00	5.610,00	54,40	20.834,52

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
9.788,85
7.807,52
10.410,03
1.968,78
11.395,56
7.807,52
12.871,30
20.820,05
82.869,60

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	4	07:20:00	800,00	1.356,00	5.424,00
ENCARREGADO	1	07:20:00	3.000,00	5.085,00	5.085,00
DIRETORIA	3	07:20:00	10.000,00	16.920,00	49.350,00
VIGIA	4	07:20:00	729,60	1.236,67	4.946,69
PORTeiro	2	07:20:00	729,60	1.236,67	2.473,34
SECRETÁRIA	1	07:20:00	800,00	1.356,00	1.356,00
TOTAL	15		16.059,20	27.220,34	70.135,03

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
1.272,72	512,00	660,00	6,40	2.451,12
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
4.772,70	1.920,00	2.475,00	24,00	9.191,70

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
7.875,12
5.697,78
52.688,34
7.397,81
3.698,90
1.968,78
78.328,73

86.863,14	34.944,00	45.045,00	436,80	167.289,94
TOTAL	273			465.129,59

86.863,14	34.944,00	45.045,00	436,80	167.289,94
TOTAL	273			465.129,59

ALTERAÇÕES SALARIAIS	PERCENTUAL DE AUMENTO DO SALÁRIO	TOTAL	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	26,68%	126,68%	1.291,14
COBRADOR	26,68%	126,68%	924,26
DESPACHANTE	26,68%	126,68%	1.291,14
OUTROS	26,68%	126,68%	

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	27%	403,64
CESTA	128,00	27%	162,38
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 26,86% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	69,50%				Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014			
COBRADOR	102	07:20:00	925,57	1.568,84	160.021,89	
FISCAL	8	07:20:00	1.292,97	2.191,58	17.532,67	
DIGITADOR	2	07:20:00	1.014,88	1.720,22	3.440,44	
MANOBRISTA	5	07:20:00	1.034,35	1.753,23	8.766,14	
MOTORISTA	104	07:20:00	1.292,97	2.191,58	227.924,72	
ARRECADADOR	3	07:20:00	925,57	1.568,84	4.706,53	
TOTAL	224		6.486,31	10.994,30	422.592,39	

493,64		182,38	165,00	1,50	Valores Básicos
AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	
41.171,60	16.562,84	16.830,00	163,20	74.727,64	
3.229,15	1.299,05	1.320,00	12,80	5.860,99	
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25	
2.018,22	811,90	825,00	8,00	3.663,12	
41.978,89	16.887,60	17.160,00	166,40	76.192,89	
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	
90.416,07	36.373,30	36.960,00	358,40	164.107,76	

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	234.749,54
	23.393,66
	4.905,69
	12.429,26
	304.117,61
	6.904,40
	586.500,16

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUXILIAR DE MECÂNICO	6	07:20:00	762,43	1.292,32	7.753,90
BORRACHEIRO	3	07:20:00	1.489,18	2.524,17	7.572,50
ELETRICISTA	4	07:20:00	1.489,18	2.524,17	10.096,67
SECRETARIA	1	07:20:00	1.014,88	1.720,22	1.720,22
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO	2	07:20:00	3.805,80	6.450,83	12.901,66
LANTERNEIRO	3	07:20:00	1.489,18	2.524,17	7.572,50
LAVADOR	7	07:20:00	917,57	1.555,27	10.886,92
MECÂNICO	8	07:20:00	1.489,18	2.524,17	20.193,34
TOTAL	34		12.457,41	21.115,31	78.697,71

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
2.421,86	974,28	990,00	9,60	4.395,74
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
2.825,50	1.136,67	1.155,00	11,20	5.128,37
3.229,15	1.299,05	1.320,00	12,80	5.860,99
13.723,87	5.520,95	5.610,00	54,40	24.909,21

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	12.149,64
	9.770,37
	13.027,16
	2.452,85
	14.366,91
	9.770,37
	16.015,28
	26.054,33
	103.606,92

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
AUX. ADMINISTRATIVO	4	07:20:00	1.014,88	1.720,22	6.880,89
ENCARREGADO	1	07:20:00	3.805,80	6.450,83	6.450,83
DIRETORIA	3	07:20:00	12.686,00	21.502,77	64.508,31
VIGIA	4	07:20:00	925,57	1.568,84	6.275,37
PORTEIRO	2	07:20:00	925,57	1.568,84	3.137,68
SECRETARIA	1	07:20:00	1.014,88	1.720,22	1.720,22
TOTAL	15		20.372,70	34.531,73	88.973,30

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
1.614,57	649,52	660,00	6,40	2.930,50
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
6.054,65	2.435,71	2.475,00	24,00	10.989,36

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	9.811,38
	7.182,45
	66.706,18
	9.205,86
	4.602,93
	2.452,85
	98.882,68

TOTAL GERAL	273	-	39.316,43	66.641,34	590.063,40
--------------------	------------	----------	------------------	------------------	-------------------

	110.194,58	44.329,96	45.045,00	436,80	200.006,34
--	-------------------	------------------	------------------	---------------	-------------------

1,2686

1,1956

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	632.418,53
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	790.068,74
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARÁ A MAIS NA FOLHA	157.651,21
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	24,93%

MSC

CENÁRIO 4

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 26,68% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 24,89%

QUANTITATIVO DOS FUNCIONÁRIOS SEUS SALÁRIOS E BENEFÍCIOS ATUAIS - ABRIL DE 2014 - COM CARGA HORÁRIA DE 07:20 - MÊS(TUDO-28,86%) - 4

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	69,50%		Salário + Encargos TOTAL
			SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	
COBRADOR	117	07:20:00	729,61	1.236,69	144.692,61
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.019,21	1.727,56	17.275,61
MANOBISTA	3	07:20:00	1.260,31	2.136,23	6.408,68
MOTORISTA	112	07:20:00	1.019,21	1.727,56	199.486,83
TOTAL	242		4.028,34	6.828,04	361.863,92

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	1.600,20	2.712,34	8.137,02
SERVICO GERAIS	2	07:20:00	1.530,74	2.594,60	5.189,21
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.381,04	2.340,86	35.112,94
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.019,21	1.727,56	1.727,56
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	900,00	1.525,50	1.525,50
INOLEIRO	1	07:20:00	900,00	1.525,50	1.525,50
PRINTOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
ELETRICISTA	1	07:20:00	1.609,09	2.727,41	2.727,41
LAVADOR	1	07:20:00	1.530,74	2.594,60	2.594,60
MECÂNICO	17	07:20:00	1.530,74	2.594,60	44.108,27
TOTAL	48		11.392,50	22.697,99	106.242,82

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO ABRIL/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ARRECADADOR	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
AUX. ADMINISTRATIVO	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
ASSISTENTE JURÍDICO	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
AUXILIAR FINANCEIRO	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
CHEFE DE RH	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
PORTEROS	2	40	1.530,74	2.594,60	5.189,21
TÉC. INFORMÁTICA	1	40	1.530,74	2.594,60	2.594,60
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	40	724,00	1.227,18	1.227,18
TOTAL	9		11.408,18	19.389,41	21.084,01

TOTAL	294		29.000,02	49.155,03	489.090,35
-------	-----	--	-----------	-----------	------------

ALTERAÇÕES SALARIAIS	SAL-ABR/14	CAUMENTO DO SALÁRIO	NOVO SALÁRIO
MOTORISTA	1.019,21	26,60%	1.291,14
COBRADOR	729,61	26,60%	924,27
DESPACHANTE	1.019,21	26,60%	1.291,14
OUTROS		26,60%	

512,18	128,00	185,00	1,60	Valores Básicos
AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
37.127,06	14.576,00	19.305,00	187,20	71.685,26
3.181,80	1.280,00	1.550,00	16,00	6.127,80
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
35.636,16	14.336,00	18.480,00	179,20	68.631,36
76.980,56	90.974,00	59.990,00	987,20	148.282,76

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	216.387,87
	23.403,41
	8.247,02
	262.118,19
	510.156,48

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,80	1.838,34
636,36	256,00	330,00	3,20	1.225,56
4.772,70	1.920,00	2.475,00	24,00	9.191,70
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
5.409,06	2.176,00	2.805,00	27,20	10.417,26
13.881,74	5.594,00	7.095,00	68,80	26.349,54

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	9.975,36
	6.414,77
	44.304,64
	2.940,34
	2.138,28
	2.138,28
	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	54.525,53
	191.592,16

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
636,36	256,00	330,00	3,20	2.225,56
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
318,18	128,00	165,00	1,60	612,78
2.863,82	1.152,00	1.485,00	14,40	5.515,02

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	3.207,38
	5.414,77
	3.207,38
	1.839,96
	27.489,03

99.544,82	37.852,00	48.510,00	470,80	180.257,62
-----------	-----------	-----------	--------	------------

608.347,87

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	26,60%	403,64
CESTA	128,00	26,60%	162,38
PLANO DE SAUDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

QUANTITATIVO, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO DE 24,96% A PARTIR DE MAIO DE 2014 - MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20

Encargos	QUANTIDADE ANTERIOR	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
COBRADOR	117	07:20:00	925,58	1.568,86	183.537,04
DESPACHANTE	10	07:20:00	1.292,97	2.191,58	21.915,84
MANOBRISTA	3	07:20:00	1.598,83	2.710,02	8.130,05
MOTORISTA	112	07:20:00	1.292,97	2.191,58	245.457,39
TOTAL	242		5.110,35	8.662,05	459.060,31

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	VALORES BÁSICOS
47.226,25	18.998,55	19.305,00	187,20	85.717,00
4.036,43	1.623,81	1.650,00	16,00	7.328,24
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
45.208,03	18.185,65	18.480,00	179,20	82.053,88
97.681,64	39.256,15	39.930,00	387,20	177.285,00

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
269.274,04
29.242,08
10.327,92
327.511,27
698.335,31

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ALMOXARIFE	3	07:20:00	2.030,01	3.440,87	10.372,62
SERVICO GERAIS	2	07:20:00	1.941,90	3.291,52	6.583,03
AUXILIAR DE MECÂNICO	15	07:20:00	1.751,99	2.969,62	44.544,28
BORRACHEIRO	1	07:20:00	1.292,97	2.191,58	2.191,58
LUBRIFICADOR	1	07:20:00	1.141,74	1.935,25	1.935,25
HOLERIO	1	07:20:00	1.141,74	1.935,25	1.935,25
PINTOR	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
ELETRICISTA	1	07:20:00	2.041,29	3.459,99	3.459,99
LAVADOR	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
MECÂNICO	17	07:20:00	1.941,90	3.291,52	59.955,76
TOTAL	43		17.187,38	29.088,63	139.510,78

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
6.054,65	2.435,71	2.475,00	24,00	10.989,36
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
6.861,93	2.760,47	2.805,00	27,20	12.454,61
17.496,66	6.982,37	7.095,00	68,80	31.502,83

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
12.570,49
8.048,28
55.533,64
2.934,21
2.667,87
2.667,87
4.074,14
4.192,61
4.074,14
68.410,36
165.079,61

FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	SALÁRIO + Encargos	SALÁRIO + Encargos TOTAL
ADMINISTRADOR	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
AUX. ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
ASSISTENTE JURÍDICO	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
AUXILIAR FINANCEIRO	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
CHEFE DE RH	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
PROTEIROS	2	07:20:00	1.941,90	3.291,52	6.583,03
TEC. INFORMÁTICA	1	07:20:00	1.941,90	3.291,52	3.291,52
SEGURANÇA DO TRABALHO	1	07:20:00	918,47	1.556,80	1.556,80
TOTAL	9		14.811,74	24.897,41	27.888,82

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62
3.632,78	1.461,43	1.485,00	14,40	6.599,62

PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
4.024,14
4.024,14
4.024,14
4.024,14
8.048,28
4.074,14
2.289,42
34.482,84

TOTAL GERAL	294		38.779,43	63.553,06	620.480,02
-------------	-----	--	-----------	-----------	------------

TOTAL GERAL	118.671,08	47.739,96	48.510,00	470,40	215.391,44
-------------	------------	-----------	-----------	--------	------------

855.851,46

1,2886

1,20

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	669.347,67
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STCP/DF	855.851,46
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARIA A MAIS NA FOLHA	186.503,79
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	24,89%

COOPERTRAN

CENÁRIO 4

**SALARIOS E BENEFÍCIOS COM AUMENTO
DE 26,68% A PARTIR DE MAIO DE 2014 -
MESMA CARGA HORÁRIA DE 07:20**

IMPACTO NA FOLHA: 24,97%

31.1.18	AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	Valores Máximos
60.043,06	27.776,00	35.805,00	347,2	132.973,26		
6.363,60	2.560,00	3.303,00	32	12.155,60		
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34		
1.909,08	776,00	990,00	9,6	3.176,68		
60.043,06	27.776,00	35.805,00	347,2	132.973,26		
1.277,72	512,00	600,00	6,4	2.451,12		
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78		
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78		
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34		
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78		
150.006,14	60.544,00	78.045,00	716,80	289.944,94		

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.909,08	768,00	990,00	9,6	3.676,68
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
1.777,72	512,00	660,00	6,4	2.451,12
2.863,62	1.152,00	1.485,00	14,4	5.515,02
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
634,36	256,00	330,00	3,2	1.223,56
954,54	384,00	495,00	4,8	1.838,34
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
318,18	128,00	165,00	1,6	612,78
12.080,84	4.864,00	8.270,00	0	25.285,64

[illegible]

BENEFÍCIOS	Valor Anterior	Aumento	Novo Valor
AUX. ALIMENTAÇÃO	318,18	26,86%	403,64
CESTA	128,00	26,86%	162,38
PLANO DE SAÚDE	165,00	0%	165,00
SEGURO DE VIDA	1,60	0%	1,60

FUNÇÃO OPERAÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
COBRADOR	217	07:20:00	933,58	1.568,86	340.443,40
DESPACHANTE	20	07:20:00	1.392,97	2.191,58	41.831,68
CHEFE DE TRÁFEGO	3	07:20:00	3.171,50	5.375,69	16.127,08
MANOBRISTA	6	07:20:00	1.301,75	1.970,85	11.275,09
MOTONISTA	217	07:20:00	1.292,97	2.191,58	475.573,69
FISCAL	4	07:20:00	1.292,97	2.191,58	8.766,34
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO	1	07:20:00	2.292,74	3.784,49	8.766,34
TÉCNICO DE TACÓGRAFO	1	07:20:00	3.902,13	3.902,13	3.902,13
ENCARREGADO DE OPERAÇÃO	3	07:20:00	3.171,50	5.375,69	16.127,08
FISCAL DE OPERAÇÃO	1	07:20:00	2.790,92	4.730,61	16.127,08
TOTAL	478			58.183,07	824.531,57

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
BORRACHEIRO	3	07:20:00	1.261,42	2.138,11	6.414,32
ELETRICISTA	6	07:20:00	1.576,78	2.672,64	16.035,86
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO B	3	07:20:00	2.283,48	3.870,50	11.611,50
LANTERNEIRO	4	07:20:00	1.576,78	2.672,64	10.690,58
MECÂNICO B	9	07:20:00	1.576,78	2.672,64	24.053,78
ABASTECEDOR	3	07:20:00	918,47	1.554,80	4.670,40
SERVICO GERAIS	3	07:20:00	918,47	1.554,80	4.670,40
PINTOR	2	07:20:00	1.830,59	3.102,85	6.205,70
ENCARREGADO GARAGEM	3	07:20:00	3.171,50	5.375,69	16.127,08
ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO A	1	07:20:00	3.171,50	5.375,69	5.375,69
MECÂNICO A	1	07:20:00	3.805,80	6.450,83	6.450,83
TOTAL	38			57.465,20	112.506,15

FUNÇÃO MANUTENÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO MAIO/2014	Salário + Encargos	Salário + Encargos TOTAL
ADVOGADOS	1	07:20:00	15.491,80	27.051,60	27.051,60
ANALISTA DE CONTAS A PAGAR	2	07:20:00	1.989,16	3.371,63	6.743,27
ANALISTA DE SISTEMA	1	07:20:00	8.880,20	15.051,94	15.051,94
ARRECADADOR	5	07:20:00	1.292,97	2.191,58	10.957,92
AUX. ADMINISTRATIVO	8	07:20:00	971,06	1.647,31	13.178,45
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	1	07:20:00	1.776,04	3.010,39	3.010,39
AUXILIAR DE DEP. PESSOAL	1	07:20:00	1.292,97	2.191,58	2.191,58
AUXILIAR DIVISÃO FINANCEIRA	3	07:20:00	1.961,26	3.324,33	9.972,98
DIRETOR FINANCEIRO	1	07:20:00	8.880,20	15.051,94	15.051,94
PROFESSOR	2	07:20:00	9.312,05	16.064,85	16.064,85
GERENTE DE REC. HUMANOS	1	07:20:00	4.059,47	6.880,80	6.880,80
PORTEIRO	3	07:20:00	918,47	1.554,80	4.670,40
SECRETARIA	1	07:20:00	1.086,70	1.867,46	3.967,46
TELEFONISTA	1	07:20:00	918,47	1.554,80	1.554,80
VICE PRESIDENTE	1	07:20:00	8.880,20	15.051,94	15.051,94
DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	6.343,00	10.751,39	10.751,39
ASSESSOR JURÍDICO	1	07:20:00	3.171,50	5.375,69	5.375,69
CONSELHEIRO	3	07:20:00	2.376,63	4.031,77	12.085,31
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	07:20:00	2.376,63	4.031,77	4.031,77
TOTAL	37			163.063,37	384.588,27

1.221.376,00

1.2686

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
87.590,56	35.136,63	35.805,00	347,20	158.879,40	499.422,80
8.072,86	3.247,62	3.300,00	32,00	14.652,48	58.484,16
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	18.334,95
2.411,86	974,28	990,00	9,60	4.385,74	15.620,63
87.590,56	35.136,63	35.805,00	347,20	158.879,40	634.353,09
1.614,57	649,32	660,00	6,40	2.930,50	11.696,83
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	4.517,11
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	4.634,75
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	18.334,95
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	5.463,23
150.823,21	74.806,12	76.843,00	754,80	346.531,13	1.271.042,76

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	8.612,19
2.411,86	974,28	990,00	9,60	4.385,74	20.431,61
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	13.809,37
1.614,57	649,32	660,00	6,40	2.930,50	13.621,07
3.632,79	1.461,43	1.485,00	14,40	6.593,62	30.647,41
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	8.688,27
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	8.688,27
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25	7.670,95
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	38.324,95
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	6.108,32
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	7.181,45
15.339,44	6.170,47	6.270,00	60,80	27.839,71	146.148,68

AUX. ALIMENTAÇÃO	CESTA	PLANO DE SAUDE	SEGURO DE VIDA	TOTAL DOS BENEFÍCIOS	PESSOAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	28.606,22
807,29	324,76	330,00	3,20	1.465,25	8.206,52
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	15.784,56
2.018,22	811,90	825,00	8,00	3.663,12	14.621,04
3.329,15	1.299,05	1.320,00	12,80	5.860,99	19.039,44
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	3.743,01
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	2.594,21
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	12.170,86
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	15.784,56
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	17.397,27
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	7.613,42
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	6.683,27
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	4.100,09
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	2.289,42
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	15.784,56
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	11.484,01
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	6.108,32
1.210,93	487,14	495,00	4,80	2.197,87	34.293,18
403,64	162,38	165,00	1,60	732,62	4.764,39
14.594,80	6.008,09	6.105,00	59,20	27.307,09	211.863,96

1.622.853,92

401.477,52

1.2497

1.1956

FOLHA MAIS BENEFÍCIOS - ANTERIOR	1.298.578,15
FOLHA MAIS BENEFÍCIOS COM EQUIPARAÇÃO COM STPC/DF	1.622.853,92
IMPACTO FINANCEIRO - PAGARA A MAIS NA FOLHA	324.275,77
AUMENTO PERCENTUAL NA FOLHA	24,97%

DOC. 03

PEDIDOS TARIFA

- TECNICA E EQUILIBRIO

CONTRATO DAS

COOPERATIVAS

- **AGOSTO/2014**

SEM RESPOSTA



ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR GERAL DO DFTRANS – TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL.

- URGENTE -

COOTARDE – COOPERATIVA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.836.982/0001-44, com endereço na CND 06, Lote 04, Taguatinga Norte, Taguatinga – DF, CEP: 72120-065, neste ato, representada por pelo advogado que assina o presente, vêm respeitosamente a presença de V.S. apresentar o que se segue.

A COOTARDE opera no sistema de transporte por ter no ano de 2008, assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Agente de Transporte Público
 Técnico de Transporte Público
 Matrícula 260.004-8
 DFTRANS
 16/05/2014 16:10 004197 2/

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos a cooperativa.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato.

A título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 37%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,53.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante 5 anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Mas, de fato, a cooperativa, acumula prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra a cooperativa.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Assim, necessário se faz que o DFTRANS, faça com a maior brevidade possível a mudança no modo de tarifa hoje aplicado.

O modelo de tarifa utilizado na cooperativa é ultrapassado e não retrato a realidade na fixação de valores. Tanto que o modelo aplicado na recente licitação das bacias adotou modelo totalmente diverso. Sendo no novo modelo a aplicação da tarifa técnica, levando em consideração o custo km, o equilíbrio econômico-financeiro, a receita passageiro dentre outros.

Como é cediço, o novo modelo de tarifa traz a indicação de aplicação de integração por parte do transporte, sendo assim, absolutamente necessário a mudança do modelo de calculo do tarifa, a fim de permitir a efetiva aplicação da integração.

Em anexo, é apresentado estudo técnico que demonstra o valor da tarifa que deveria ser aplicado.

A titulo de ilustração, se transcreva parte do estudo:

A – CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. **Combustível** – A produtividade da relação litro por quilômetro da operação dos micros ônibus em linhas mais curtas e de demanda maior de passageiros, o que se comprova com o aumento do IPK de 1999 (1,45) – 2013 (2,00), com a mesma produção quilométrica (LITRO/Km) vem diminuindo ano a ano e atualmente está em 3,2 km/litro, ou 0,3125 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro – Abastecimento na Cooperativa;
2. **Lubrificante (geral)** – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica – consumo de 10 litros a cada 15.000 km – Atribuição do Cooperado;
3. **Rodagem** – Na operação dos micros não há utilização de recapagem ou quando ocorre fica restrita a um percentual extremamente baixo. Como este item fica descentralizado – cada cooperado providencia sua própria troca de pneus, ficando a Cooperativa como órgão fiscalizador, utilizamos para aferição dos custos o seguinte critério; para cada 6 pneus novos – sem recapagem e uma produção quilométrica de 50.000 km.
4. **Pecas de Reposição** – Neste item foi utilizado a média histórica – ano a ano

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07:20 horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados, como observado no quadro abaixo

QUADRO DE PESSOAL DE OPERAÇÃO (MOTORISTAS E COBRADORES)

SEQ.	LINHA	DESLOC. GARAGEM	INICIO OPERAÇÃO	FIM DE OPERAÇÃO	REC. GARAGEM	TEMPO TOTAL	DUPLAS NAS ESCALAS	DUPLAS FOLGUISTAS	DUPLAS FERISTAS
1	0.012	00:15	06:07	20:06	00:15	14:29	1,98	0,15	0,19
2	0.012	00:15	06:14	20:13	00:15	14:29	1,98	0,15	0,19
3	0.012	00:15	06:21	00:34	00:15	18:43	2,55	0,19	0,25
4	0.012	00:15	06:28	20:27	00:15	14:29	1,98	0,15	0,19
5	0.012	00:15	06:35	23:34	00:15	17:29	2,38	0,18	0,23
6	0.013	00:15	05:56	20:27	00:15	15:01	2,05	0,15	0,20
7	0.013	00:15	06:07	20:06	00:15	14:29	1,98	0,15	0,19
8	0.013	00:15	06:14	20:13	00:15	14:29	1,98	0,15	0,19
9	0.013	00:15	06:21	22:39	00:15	16:48	2,29	0,17	0,22
10	0.013	00:15	06:35	23:34	00:15	17:29	2,38	0,18	0,23
11	0.015	00:15	06:00	20:10	00:15	14:40	2,00	0,15	0,20
12	0.922	00:30	06:00	19:49	00:30	14:49	2,02	0,15	0,20
13	0.922	00:30	06:10	20:01	00:30	14:51	2,03	0,15	0,20
14	0.922	00:30	06:19	20:13	00:30	14:54	2,03	0,15	0,20
15	0.922	00:30	06:29	20:24	00:30	14:55	2,03	0,15	0,20
16	0.922	00:30	06:38	20:39	00:30	15:01	2,05	0,15	0,20
17	0.922	00:30	06:48	20:54	00:30	15:06	2,06	0,15	0,20
18	0.922	00:30	06:57	21:09	00:30	15:12	2,07	0,16	0,20
19	0.922	00:30	07:07	21:24	00:30	15:17	2,08	0,16	0,20
20	0.924	00:30	05:50	20:21	00:30	15:31	2,12	0,16	0,21
21	0.924	00:30	05:58	20:30	00:30	15:32	2,12	0,16	0,21
22	0.924	00:30	06:06	20:39	00:30	15:33	2,12	0,16	0,21
23	0.924	00:30	06:14	20:48	00:30	15:34	2,12	0,16	0,21
24	0.924	00:30	06:22	20:57	00:30	15:35	2,13	0,16	0,21
25	0.924	00:30	06:30	21:06	00:30	15:36	2,13	0,16	0,21
26	0.924	00:30	06:38	21:15	00:30	15:37	2,13	0,16	0,21
27	0.924	00:30	06:46	21:24	00:30	15:38	2,13	0,16	0,21
28	0.925	00:30	05:15	00:20	00:30	20:05	2,74	0,21	0,27
29	0.925	00:30	05:33	20:51	00:30	16:18	2,22	0,17	0,22
30	0.925	00:30	05:51	23:55	00:30	19:04	2,60	0,20	0,25
31	0.925	00:30	06:09	23:30	00:30	18:21	2,50	0,19	0,24
32	0.925	00:30	05:40	20:15	00:30	15:35	2,13	0,16	0,21
33	0.926	00:20	06:05	20:38	00:20	15:13	2,08	0,16	0,20
34	0.926	00:20	06:23	20:48	00:20	15:05	2,06	0,15	0,20
35	0.926	00:20	06:40	20:51	00:20	14:51	2,03	0,15	0,20

36	0.926	00:20	06:57	21:32	00:20	15:15	2.08	0.16	0.20
37	0.926	00:20	07:14	21:45	00:20	15:11	2.07	0.16	0.20
38	0.927	00:15	06:00	20:00	00:15	14:30	1.98	0.15	0.19
39	0.927	00:15	06:10	20:10	00:15	14:30	1.98	0.15	0.19
40	0.927	00:15	06:20	20:20	00:15	14:30	1.98	0.15	0.19
41	0.927	00:15	06:30	20:30	00:15	14:30	1.98	0.15	0.19
42	0.927	00:15	06:40	20:40	00:15	14:30	1.98	0.15	0.19
43	0.927	00:15	06:50	20:50	00:15	14:30	1.98	0.15	0.19
44	0.927	00:15	07:00	21:00	00:15	14:30	1.98	0.15	0.19
45	0.928	00:20	05:40	20:40	00:20	15:40	2.14	0.16	0.21
46	0.928	00:20	05:50	20:53	00:20	15:43	2.14	0.16	0.21
47	0.928	00:20	06:00	21:06	00:20	15:46	2.15	0.16	0.21
48	0.928	00:20	06:10	21:20	00:20	15:50	2.16	0.16	0.21
49	0.928	00:20	06:20	21:34	00:20	15:54	2.17	0.16	0.21
50	0.928	00:20	06:30	21:48	00:20	15:58	2.18	0.16	0.21
51	0.928	00:20	06:40	22:02	00:20	16:02	2.19	0.16	0.21
52	0.928	00:20	06:50	22:16	00:20	16:06	2.20	0.16	0.21
53	0.928	00:20	07:00	22:30	00:20	16:10	2.20	0.17	0.22
54	0.929	00:15	05:40	21:00	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
55	0.929	00:15	05:47	21:07	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
56	0.929	00:15	05:54	21:14	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
57	0.929	00:15	06:00	21:20	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
58	0.929	00:15	06:07	22:51	00:15	17:14	2.35	0.18	0.23
59	0.929	00:15	06:13	21:33	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
60	0.929	00:15	06:20	21:40	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
61	0.929	00:15	06:27	21:47	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
62	0.929	00:15	06:33	21:53	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
63	0.929	00:15	06:40	23:31	00:15	17:21	2.37	0.18	0.23
64	0.929	00:15	06:46	22:06	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
65	0.929	00:15	06:53	22:13	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
66	0.929	00:15	06:59	22:19	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
67	0.929	00:15	07:06	22:26	00:15	15:50	2.16	0.16	0.21
68	0.943	00:15	05:38	21:22	00:15	16:14	2.21	0.17	0.22
69	0.943	00:15	05:52	21:37	00:15	16:15	2.22	0.17	0.22
70	0.943	00:15	06:06	21:52	00:15	16:16	2.22	0.17	0.22
71	0.943	00:15	06:20	22:07	00:15	16:17	2.22	0.17	0.22
72	0.943	00:15	06:35	22:20	00:15	16:15	2.22	0.17	0.22
73	0.943	00:15	06:50	22:40	00:15	16:20	2.23	0.17	0.22
74	0.943	00:15	07:04	23:00	00:15	16:26	2.24	0.17	0.22
75	0.943	00:15	05:10	20:34	00:15	15:54	2.17	0.16	0.21
76	0.943	00:15	07:32	23:20	00:15	16:18	2.22	0.17	0.22
77	0.943	00:15	05:25	21:06	00:15	16:11	2.21	0.17	0.22
78	0.947	00:20	05:28	21:59	00:20	17:11	2.34	0.18	0.23
79	0.947	00:20	05:43	22:14	00:20	17:11	2.34	0.18	0.23
80	0.947	00:20	05:57	22:24	00:20	17:07	2.33	0.18	0.23

81	0.947	00:20	06:11	22:44	00:20	17:13	2.35	0.18	0.23
82	0.947	00:20	06:25	23:04	00:20	17:19	2.36	0.18	0.23
83	0.947	00:20	06:40	23:24	00:20	17:24	2.37	0.18	0.23
84	0.947	00:20	06:54	23:44	00:20	17:30	2.39	0.18	0.23
85	0.947	00:20	07:08	00:04	00:20	17:36	2.40	0.18	0.23
86	0.964	00:50	05:50	20:55	00:50	16:45	2.28	0.17	0.22
87	0.964	00:50	06:05	21:10	00:50	16:45	2.28	0.17	0.22
88	0.964	00:50	06:20	21:25	00:50	16:45	2.28	0.17	0.22
89	0.964	00:50	06:35	21:40	00:50	16:45	2.28	0.17	0.22
90	0.964	00:50	06:50	21:55	00:50	16:45	2.28	0.17	0.22
91	0.964	00:50	07:05	22:10	00:50	16:45	2.28	0.17	0.22
92	0.964	00:50	07:20	22:25	00:50	16:45	2.28	0.17	0.22
93	020.2	00:20	05:40	21:35	00:20	16:35	2.26	0.17	0.22
94	020.2	00:20	05:58	21:50	00:20	16:32	2.25	0.17	0.22
95	020.2	00:20	05:56	20:12	00:20	14:56	2.04	0.15	0.20
96	020.2	00:20	06:14	22:20	00:20	16:46	2.29	0.17	0.22
97	020.2	00:20	06:32	20:40	00:20	14:48	2.02	0.15	0.20
98	020.2	00:20	06:50	22:40	00:20	16:30	2.25	0.17	0.22
99	020.2	00:20	07:08	21:20	00:20	14:52	2.03	0.15	0.20
100	204.1	00:20	05:40	19:23	00:20	14:23	1.96	0.15	0.19
101	204.1	00:20	06:06	19:49	00:20	14:23	1.96	0.15	0.19
102	204.1	00:20	06:53	20:15	00:20	14:02	1.91	0.14	0.19
103	204.1	00:20	06:19	20:11	00:20	14:32	1.98	0.15	0.19
104	251.8	00:20	05:20	20:09	00:20	15:29	2.11	0.16	0.21
105	251.8	00:20	05:33	20:30	00:20	15:37	2.13	0.16	0.21
106	251.8	00:20	05:46	22:30	00:20	17:24	2.37	0.18	0.23
107	251.8	00:20	05:59	20:40	00:20	15:21	2.09	0.16	0.20
108	251.8	00:20	05:52	22:40	00:20	17:28	2.38	0.18	0.23
109	251.8	00:20	06:05	21:23	00:20	15:58	2.18	0.16	0.21
110	251.8	00:20	06:18	23:20	00:20	17:42	2.41	0.18	0.24
111	251.8	00:20	06:31	19:55	00:20	14:04	1.92	0.14	0.19
112	251.8	00:20	06:44	22:00	00:20	15:56	2.17	0.16	0.21
113	922.1	00:30	05:40	21:12	00:30	16:32	2.25	0.17	0.22
114	922.1	00:30	06:24	21:42	00:30	16:18	2.22	0.17	0.22
115	922.1	00:30	06:56	22:12	00:30	16:16	2.22	0.17	0.22
116	922.1	00:30	07:20	22:42	00:30	16:22	2.23	0.17	0.22
117	922.1	00:30	07:44	23:12	00:30	16:28	2.25	0.17	0.22
118	922.1	00:30	08:08	00:12	00:30	17:04	2.33	0.17	0.23
119	924.1	00:30	06:00	21:00	00:30	16:00	2.18	0.16	0.21
120	924.1	00:30	06:18	21:20	00:30	16:02	2.19	0.16	0.21
121	924.1	00:30	06:30	21:40	00:30	16:10	2.20	0.17	0.22
122	924.1	00:30	06:42	22:00	00:30	16:18	2.22	0.17	0.22
123	924.1	00:30	06:54	22:20	00:30	16:26	2.24	0.17	0.22
124	924.1	00:30	07:06	20:20	00:30	14:14	1.94	0.15	0.19
125	924.1	00:30	07:24	20:40	00:30	14:16	1.95	0.15	0.19

126	926.1	00:20	05:40	21:48	00:20	16:48	2,29	0,17	0,22
127	926.1	00:20	05:57	22:08	00:20	16:51	2,30	0,17	0,22
128	926.1	00:20	06:14	22:28	00:20	16:54	2,30	0,17	0,23
129	926.1	00:20	06:31	22:48	00:20	16:57	2,31	0,17	0,23
130	926.1	00:20	06:48	23:08	00:20	17:00	2,32	0,17	0,23
131	926.1	00:20	07:05	23:28	00:20	17:03	2,33	0,17	0,23
132	926.1	00:20	07:22	23:41	00:20	16:59	2,32	0,17	0,23
133	926.1	00:20	07:39	23:56	00:20	16:57	2,31	0,17	0,23
134	928.1	00:20	05:30	22:04	00:20	17:14	2,35	0,18	0,23
135	928.1	00:20	05:38	22:12	00:20	17:14	2,35	0,18	0,23
136	928.1	00:20	05:47	22:21	00:20	17:14	2,35	0,18	0,23
137	928.1	00:20	05:55	22:29	00:20	17:14	2,35	0,18	0,23
138	928.1	00:20	06:04	22:38	00:20	17:14	2,35	0,18	0,23
139	928.1	00:20	06:12	22:47	00:20	17:15	2,35	0,18	0,23
140	928.1	00:20	06:21	23:02	00:20	17:21	2,37	0,18	0,23
141	928.1	00:20	06:29	23:17	00:20	17:28	2,38	0,18	0,23
142	928.1	00:20	06:38	23:32	00:20	17:34	2,40	0,18	0,23
143	928.3	00:20	05:10	21:30	00:20	17:00	2,32	0,17	0,23
144	928.3	00:20	05:25	21:50	00:20	17:05	2,33	0,17	0,23
145	928.3	00:20	05:40	22:10	00:20	17:10	2,34	0,18	0,23
146	928.3	00:20	05:55	22:30	00:20	17:15	2,35	0,18	0,23
147	928.3	00:20	06:10	22:50	00:20	17:20	2,36	0,18	0,23
148	928.3	00:20	06:25	23:10	00:20	17:25	2,38	0,18	0,23
149	928.3	00:20	06:40	23:30	00:20	17:30	2,39	0,18	0,23
150	928.3	00:20	07:00	23:50	00:20	17:30	2,39	0,18	0,23
TOTAL							330	25	32

- Totalizando 387 motorista e 387 cobradores – ou seja, um FU de 2,58 por função.
- A operação em si fica a cargo dos cooperados – motorista e cobradores – e atribuições de fiscalização fica para sob a responsabilidade da direção da cooperativa que mantem mais 19 funcionários incluídos os despachantes – neste caso o FU é de 0,1267;
- A atividade de manutenção é exercida pela Cooperativa onde são alocados 58 funcionários para 150 micro ônibus – FU de 0,3867 – independente da função.
- O serviço de limpeza é tarefa dos cooperados, ficando a Cooperativa como órgão fiscalizador;
- Nas demais funções administrativas são exercidas pela Cooperativa - 26 funcionários , excetuando-se a Direção – neste caso o FU é de 0,1733;
- Algumas funções têm os seus salários estabelecidos nas convenções coletivas, outras pelo mercado de trabalho.
- A questão operacional dos micros não difere muito da operação dos ônibus convencionais. Desta forma utilizamos os parâmetros de Resolução nº 4618/95 como comparativo, vejamos:

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Cootarde
Motorista	2,523	2,5800
Cobrador	2,523	2,5800
Operação	0,277	0,1267
Manutenção	0,932	0,3867

Administração	0,370	0,1733
---------------	-------	--------

- A frequência de viagens diárias é a determinada pelo órgão Gestor – pela emissão das Ordens de Serviço – OS. – Utilizamos como balizador os números efetivamente realizados na operação e para a projeção da tarifa técnicas os números médios dos últimos 12 meses.

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%
Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
Incra	0,40%
Senat	1,00%
Sest	1,50%
Sebrae	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,40%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%
Sub total	23,00%

Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso indeniz.	0,03%
Multa FGTS	4,02%
Provisionamento Multa	4,00%
Licença Paternidade	0,04%
Licença Funeral	0,01%
Salário Maternidade	0,17%
Licença Casamento	0,02%
Auxílio Enfermidade	0,08%
Feriados e outros	0,35%
Contribuição Social art 1º Lei 110/01	0,50%
Sub total	9,60%

Total	69,5000%
--------------	-----------------

IV – Benefícios Sociais – Da mesma forma que os encargos devem retratar exatamente o valor das obrigações do Empregador e não mais percentuais ou estimativas como estabelece a Resolução. Foi com esta verdade que os cálculos foram efetuados.

V – Despesas Administrativas – a resolução estabelecia um percentual de 2 % do valor do veículo novo completo (com pneus) - Porém as planilhas de 1995 não consideravam realidades como pro labores de diretores, obrigações com seguros, itens de segurança e a necessidade de constantes treinamentos, desta forma informamos os reais custos administrativos da operação.

VI – IPVA/Seguro Obrigatório e Taxas do DETRANS – foram utilizados os valores reais cobrados pelo DETRAN;

VII – Depreciação e Remuneração – foram utilizados a forma de depreciação da Resolução (método da soma dos dígitos decrescentes) e remuneração de 12 % ao ano sobre o veículo sem rodagem, deduzida a parcela já depreciada;

VIII – Outorga – este investimento inicial não é considerado na Resolução, até porque em 1995, no sistema do Distrito Federal não havia a obrigados a pagar ao Órgão Gestor qualquer quantia para operacionalizar o sistema. Foram utilizados neste trabalho os seguintes critérios:

- O valor da outorga – pago em 6 vezes – foi atualizado com juros de 1 % ao mês a partir da data do pagamento até o início da operação (após 6 meses).
- O montante foi dividido pelo prazo restante (114 meses) – considerando-se este valor com amortização;
- Sobre o valor amortizado foi calculado juros de 1 % ao mês a partir do primeiro pagamento.
- Mês a mês foi calculado o saldo devedor – neste caso o saldo devedor em maio de 2014 era de R\$ 8.689.140,93;
- No demonstrativo de resultado para o cálculo da tarifa básica foi considerado como investimento da outorga o valor de R\$ 8.689.140,93;
- Ainda no cálculo da Tarifa básica foi considerado o valor de R\$ 19.208.450,53 (renovação da outorga) como o valor pago inicialmente, corrigido pelo IGPM que será devido no 10º ano de operação (para prorrogação do contrato).

IX – Depreciação/ Remuneração de Instalações e Remuneração de Instalações, Máquinas e Almoxarifado - foi utilizado o critério da resolução nº 4618/95.

X – Impostos – Foram considerados os impostos incidentes diretamente na receita – PIS e COFINS.

B - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO E FLUXO DE CAIXA

1. Foi adotado o mesmo padrão utilizado na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011-ST, que selecionou as 5 (cinco) empresas operadoras do STPC/DF, e que previa a apresentação de uma tarifa técnica (o vencedor seria a empresa que a apresentasse a menor tarifa);
2. A licitação solicitava que o payback fosse menor que o prazo do contrato – o que foi seguido neste trabalho.
3. A taxa de desconto foi de 12 % ao ano – mesma taxa da remuneração autorizada pela Resolução 4618/95;
4. Na licitação que determinou o valor da tarifa técnica máxima permitida, tinha como obrigatoriedade que o valor presente fosse positivo. E permita também que a proposta a ser apresentada gerasse lucro. No nosso trabalho optamos por um valor presente positivo porém próximo de 1 – que neste caso, sem apresentar lucro ou lucro insignificativo;
5. Os investimentos iniciais:
 - Saldo da Frota – valor residual;
 - Posteriormente novas aquisições;
 - Foi utilizado o valor de venda como receita não operacional dentro do fluxo de caixa;
 - Saldo do valor da outorga;
 - Outorga - Posteriormente o novo valor a ser pago (valor dado na licitação de 2007 corrigido pelo IGPM);
 - Saldo dos itens Máquinas e Equipamentos, Edificações e Instalações. Também neste item foi utilizado o valor da venda com receita não operacional;
 - Preço do Terreno de Garagem – no final foi considerado o mesmo valor como venda.

Com isso temos que a tarifa que deve ser utilizado é no valor de R\$ 2,11070. Levando em consideração o estudo anexo.

Como se verifica, o desequilíbrio existente, de acordo com o estudo técnico em anexo, o qual se parte se transcreve:

DESEQUILIBRIO

1. Considerando que não há norma aprovada específica para a operação com micro ônibus;
2. Considerando que a norma aprovada para sistema convencional, STPC/DF, data de 1995;
3. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento de micro ônibus para todo o período;
4. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando alguns parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95;
5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficit's e/ou superávit's, foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Valores:

ANO	Custo Total	Receita	Desequilíbrio	Valor Atualizado
2.008	7.081.900,84	6.715.747,77	-366.153,07	-849.321,96
2.009	35.161.162,62	29.082.420,00	-6.078.742,62	-12.999.742,88
2.010	35.504.337,86	30.805.934,30	-4.698.403,56	-8.855.236,33
2.011	40.640.783,59	31.643.472,83	-8.997.310,77	-14.650.383,01
2.012	46.184.788,62	42.770.567,95	-3.414.220,67	-4.979.895,81
2.013	47.820.481,36	49.093.436,72	1.272.955,36	1.430.795,57
2.014	20.891.672,64	18.971.049,10	-1.920.623,54	-1.996.687,53
Totais	233.285.127,53	209.082.628,68	-24.202.498,85	-42.900.471,94

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Caso a Administração resolva unilateralmente alterar as condições do contrato, deverá manter equilibrada a remuneração devida ao particular.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, a fim de que se mantenha a estabilidade da relação original avençada entre a empresa contratada e a Administração, remunerando-se de forma justa a obra ou serviço contratados. O texto constitucional assenta expressamente, como direito das partes contratantes, a recomposição do equilíbrio financeiro, no caso de modificação da situação contratual original (art. 37, inciso XXI). São, portanto, hipóteses a ensejar o reequilíbrio da avença: ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis (porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da fiel execução do que fora pactuado), ou em casos de álea econômica e extracontratual.

Ou seja, os custos operacionais se elevaram nos últimos anos, necessitando de imediato se fazer o reajuste da tarifa.

Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, in verbis:

"Inteiro teor do Acórdão :

Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20030110914905APC DF

Registro do Acórdão Número : 236627

Data de Julgamento : 05/12/2005

Órgão Julgador : 2ª Turma Cível

Relator : WALDIR LEÔNCIO JÚNIOR

Publicação no DJU: 21/02/2006 **Pág. :** 103 – (até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

1. NO TRADICIONAL ESCÓLIO DE HELY LOPES: "(...) EQUAÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO É A RELAÇÃO ESTABELECIDA INICIALMENTE PELAS PARTES ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE. ESSA RELAÇÃO ENCARGO-REMUNERAÇÃO DEVE SER MANTIDA DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, A FIM DE QUE O CONTRATADO NÃO VENHA A SOFRER INDEVIDA REDUÇÃO NOS LUCROS NORMAIS DO EMPREENDIMENTO. ASSIM, AO USAR DO SEU DIREITO DE ALTERAR UNILATERALMENTE AS CLÁUSULAS REGULAMENTARES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE

VIOLAR O DIREITO DO CONTRATADO DE VER MANTIDA A EQUAÇÃO FINANCEIRA ORIGINARIAMENTE ESTABELECIDADA, CABENDO-LHE OPERAR OS NECESSÁRIOS REAJUSTES ECONÔMICOS PARA O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO" (IN DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO; 27 ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002, P. 209).

2. O AUTOR ALEGOU E PROVOU, SOBEJAMENTE, QUE OS SERVIÇOS PRESTADOS EXORBITARAM SOBREMANEIRA AS DIMENSÕES DO OBJETO INICIALMENTE ESTIMADAS NO CONTRATO. A RÉ, POR OUTRO LADO, JAMAIS SE DESINCUMBIRA DO ÔNUS DE ILIDIR ESSE FATO. SEJA PORQUE SEQUER O CONTESTARA; SEJA PORQUE, INSTADA A ENUMERAR AS PROVAS QUE EVENTUALMENTE PRETENDESSE PRODUZIR, QUEDARA-SE INERTE. SENDO ASSIM, MALGRADO PERSISTA A RÉ NO ARGUMENTO SEGUNDO O QUAL NÃO ESTARIA PROVADO, NOS AUTOS, O EXCESSO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, É INCENSURÁVEL A R. SENTENÇA. (INTELIGÊNCIA DO § 6º. DO ART. 65 DA LEI N. 8.666/93: "EM HAVENDO ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE AUMENTE OS ENCARGOS DO CONTRATADO, A ADMINISTRAÇÃO DEVERÁ RESTABELECER, POR ADITAMENTO, O EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO INICIAL").

3. RECURSO CONHECIDO, PRELIMINARES REJETADAS E, NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO, MANTIDA A R. SENTENÇA APELADA. UNÂNIME. (20030110914905APC, Relator WALDIR LEÔNIO JÚNIOR, 2ª Turma Cível, julgado em 05/12/2005, DJ 21/02/2006 p. 103)

Decisão

NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

MANUTENÇÃO, INDENIZAÇÃO, DANO MATERIAL, CONTRATO ADMINISTRATIVO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SUPERIORIDADE, ÁREA, OBJETO, ATRASO, PAGAMENTO, APLICAÇÃO, MULTA, INOBSERVÂNCIA, DEVIDO PROCESSO LEGAL, INOCORRÊNCIA, IMPUGNAÇÃO, RÉU, NECESSIDADE, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO; IMPROCEDÊNCIA, LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, INEXISTÊNCIA, DOLO, AUTOR, OMISSÃO, INFORMAÇÃO.

Ramo do Direito DIREITO ADMINISTRATIVO

Referência Legislativa - LEI DE LICITAÇÃO - FED LEI-8666/1993
ART-87 - FED LEI-9784/1999 ART-3

Doutrina

MEIRELES, HELY LOPES. DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 27ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002. P. 209. MELO, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 17ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2004. P. 595."

Ao enfrentar a mesma questão, o TJDF adota posição idêntica, ou seja, de que a Administração pública está obrigada a respeitar a equação econômico-financeira, in verbis:

"Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20020150008421APC DF

Registro do Acórdão Número : 190248

Data de Julgamento : 01/12/2003

Órgão Julgador : 5ª Turma Cível

Relator : DÁCIO VIEIRA

Publicação no DJU: 13/05/2004 Pág. : 72
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÕES UNILATERAIS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NÃO PODE AFRONTAR O DIREITO DO CONTRATADO, MANTENDO-SE A EQUAÇÃO FINANCEIRA ESTABELECIDA INICIALMENTE, DE MODO A RESTABELECER, NESTAS SITUAÇÕES, O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO AJUSTE FIRMADO PELAS PARTES.

Decisão

CONHECER E DAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

PROCEDÊNCIA, CONDENAÇÃO, ENTE PÚBLICO, PAGAMENTO, INDENIZAÇÃO, EMPRESA, OBSERVÂNCIA, APURAÇÃO, VALOR, LAUDO PERICIAL, ALTERAÇÃO, OBJETO, CONTRATO ADMINISTRATIVO, EXECUÇÃO, SERVIÇO, INCIDÊNCIA, ÔNUS, CONTRATADO, ATO UNILATERAL, ADMINISTRAÇÃO, NECESSIDADE, COMPOSIÇÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

Ramo do Direito

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Referência Legislativa

SÚM-54 STJ

FED LEI-8666/1993 ART-7 FED LEI-8883/1994

Observações

TJDF EIC-50474/00 TJDF APC-7678/00"

Não se nega, por óbvio, que a Administração Pública pode unilateralmente tomar decisões (discricionariade), inclusive, alterando as regras estabelecidas no contrato. Contudo, deverá manter o equilíbrio da equação econômico-financeiro para não causar prejuízo ao particular.

Ou seja, se é certo que o interesse público prevalece sobre o particular - por isso que a Administração tem preponderância no contrato -, também é correto afirmar que o particular não pode custear esse interesse.

Percebe-se, dessa forma, que não se nega o direito à Administração de usar da sua discricionariade para tomar as providências que entender necessárias (ajustar aumento dos rodoviários). Todavia, ao fazê-la, deve respeitar o equilíbrio devido à equação econômico-financeira.

Sobre a necessidade de se manter íntegro os ditames do contrato e, em específico o valor das tarifas (equação econômico-financeiro), a jurisprudência é unânime:

"ADMINISTRATIVO - EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - PERMISSÃO - OUTORGA A PRAZO FIXO - CONCESSÃO - REAJUSTE DE TARIFAS - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- Na execução de serviço de transporte mediante permissão, impõe-se o reajuste de tarifas, sempre que necessário para restabelecer o equilíbrio financeiro do empreendimento (DL 2.300/86, Art. 55).

- O credenciamento de empresa privada para executar serviço de transporte, a título permanente e a prazo certo traduz concessão, não singela permissão.' (RESP 120.113/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.06.2000, DJ 14.08.2000 p. 141) – grifou-se.

'ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERMISSIONÁRIAS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. INSURGÊNCIA CONTRA COBRANÇA INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO SHDU-42, DO SR. SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO. TAXA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. DIFERENCIAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- ALEGAÇÃO DE TRATAR-SE DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMTU, OS QUAIS POSSUEM NATUREZA CONTRATUAL E CONFIGURAM PREÇO PÚBLICO OU TARIFA. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. NATUREZA TRIBUTÁRIA DA MALSINADA COBRANÇA QUE, PARA SUA LEGALIDADE, SOMENTE PODERIA SER INSTITUÍDA POR LEI.

- RECURSO PROVIDO. (RMS 582/SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 30.10.1991, DJ 11.11.1991 p. 16138) – grifou-se."

E há de salientar o princípio da igualdade, uma vez que tanto as operadoras das bacias como da cooperativa, são permissionárias do serviço público e obrigatoriamente devem ter o tratamento igualitário. Não podendo o poder público sob qualquer argumento, aplicar condições e tarifas com valores para determinadas permissionárias e deixar outras a própria sorte.

Nestes anos de operação da Cooperativa, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação da Cooperativa.

Isto posto, REQUER:

- 1) O pagamento da tarifa de R\$ 2,11070, uma vez que é a tarifa encontrada com base no custo Km, Receita passageiro e equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 2) O pagamento o desequilíbrio apurado desde o ano de 2008, conforme estudo em anexo, no montante de R\$ 42.900.471,94.
- 3) Que seja primeiramente efetuada a migração da tarifa para o modelo atualmente adotado, e o reajuste imediato da tarifa.

Requer em caráter de urgência que seja deferido o reajuste da tarifa antes mesmo que qualquer estudo acerca do pagamento do desequilíbrio encontrada no estudo anexo.

Termos em que
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 11 de agosto de 2014.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

COOTARDE

**TARIFA TÉCNICA
E
DESEQUILÍBRIO**

PREMISSAS BÁSICAS DO SISTEMA DE OPERAÇÃO COM MICRO ÔNIBUS

A – CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. Combustível – A produtividade da relação litro por quilômetro da operação dos micros ônibus em linhas mais curtas e de demanda maior de passageiros, o que se comprova com o aumento do IPK de 1999 (1,45) – 2013 (2,00), com a mesma produção quilométrica (LITRO/Km) vem diminuindo ano a ano e atualmente está em 3,2 km/litro, ou 0,3125 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro – Abastecimento na Cooperativa;
2. Lubrificante (geral) – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica – consumo de 10 litros a cada 15.000 km – Atribuição do Cooperado;
3. Rodagem – Na operação dos micros não há utilização de recapagem ou quando ocorre fica restrita a um percentual extremamente baixo. Como este item fica descentralizado – cada cooperado providencia sua própria troca de pneus, ficando a Cooperativa como órgão fiscalizador, utilizamos para aferição dos custos o seguinte critério; para cada 6 pneus novos – sem recapagem e uma produção quilométrica de 50.000 km.
4. Pecas de Reposição – Neste item foi utilizado a média histórica – ano a ano

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07:20 horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados, como observado no quadro abaixo
-

QUADRO DE PESSOAL DE OPERAÇÃO (MOTORISTAS E COBRADORES)

SEQ.	LINHA	DESLOC. GARAGEM	INICIO OPERAÇÃO	FIM DE OPERAÇÃO	REC. GARAGEM	TEMPO TOTAL	DUPLAS NAS ESCALAS	DUPLAS FOLGUISTAS	DUPLAS FERISTAS
1	0.012	00:15	06:07	20:06	00:15	14:29	1,98	0,15	0,19
2	0.012	00:15	06:14	20:13	00:15	14:29	1,98	0,15	0,19

5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficit's e/ou superávit's , foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Valores:

ANO	Custo Total	Receita	Desequilíbrio	Valor Atualizado
2.008	7.081.900,84	6.715.747,77	-366.153,07	-849.321,96
2.009	35.161.162,62	29.082.420,00	-6.078.742,62	-12.999.742,88
2.010	35.504.337,86	30.805.934,30	-4.698.403,56	-8.855.236,33
2.011	40.640.783,59	31.643.472,83	-8.997.310,77	-14.650.383,01
2.012	46.184.788,62	42.770.567,95	-3.414.220,67	-4.979.895,81
2.013	47.820.481,36	49.093.436,72	1.272.955,36	1.430.795,57
2.014	20.891.672,64	18.971.049,10	-1.920.623,54	-1.996.687,53
Totais	233.285.127,53	209.082.628,68	-24.202.498,85	-42.900.471,94

Brasília 02 de agosto de 2014

LEONARDO DE FARIA E SILVA

ARTUR DA SILVA

CORECON/DF 1165

..... .. CORECON/DF 2853



WPS - ADVOCACIA

WAGNER PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO

CÓPIA

ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR GERAL DO DFTRANS – TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL.

- URGENTE -

COOPERTRAN – COOPERATIVA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS DO DF

pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.402.539/0001-77, com endereço na C – 11 – Lote 01 – Loja 02 – Taguatinga – Brasília – DF – CEP:72.010-110, com endereço na CND 06, Lote 04, Taguatinga Norte, Taguatinga – DF, CEP: 72120-065, neste ato, representada por pelo advogado que assina o presente, vêm respeitosamente a presença de V.Sa. apresentar o que se segue.

A COOPERTRAN opera no sistema de transporte por ter no ano de 2009, assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Agostinho Mesquita Moreira
Técnico de Transporte Urbano
Matrícula 260.004-8
PROTRAN / 1ª Inst - PROTRAN 4 16:12 06/02/09

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos às cooperativas.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato.

A título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 37%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,53.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante 5 anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Mas, de fato, a cooperativa, acumula prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra a cooperativa.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Assim, necessário se faz que o DFTRANS, faça com a maior brevidade possível a mudança no modo de tarifa hoje aplicado.

O modelo de tarifa utilizado nas cooperativas é ultrapassado e não retrato a realidade na fixação de valores. Tanto que o modelo aplicado na recente licitação das bacias adotou modelo totalmente diverso. Sendo no novo modelo a aplicação da tarifa técnica, levando em consideração o custo km, o equilíbrio econômico-financeiro, a receita passageiro dentre outros.

Como é cediço, o novo modelo de tarifa traz a indicação de aplicação de integração por parte do transporte, sendo assim, absolutamente necessário a mudança do modelo de cálculo da tarifa, a fim de permitir a efetiva aplicação da integração.

Em anexo, é apresentado estudo técnico que demonstra o valor da tarifa que deveria ser aplicado.

A título de ilustração, se transcreva parte do estudo:

A – CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. **Combustível** – A produtividade (relação litro por quilômetro) vem diminuindo ano a ano. Em 2009 era de 3,5 km por litro e atualmente está em 3,3 km/litro, ou 0,3030 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro
2. **Lubrificante (geral)** – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica com consumo de 10 litros a cada 15.000 km – (Preço do óleo x 10 litros) dividido por 15.000 = coeficiente R\$Km.
3. **Rodagem** – Não há utilização de recapagem, a experiência mostrou que seria necessário a utilização de pneus de alta performance – mesmo assim a produtividade era baixa desta forma utilizamos os pneus somente uma vez. Dependendo do lote de fabricação a quilometragem média ficou entre 45.000 e 52.000 km por jogo de seis pneus;
4. **Pecas de Reposição** – Neste item utilizamos os parâmetros históricos determinados pela operação e não os definidos pela Resolução nº 4618/95 – (0,0083 % do preço médio do veículo considerando o PMA médio de todas as cooperativas) pois os valores encontrados seriam superiores aos da operação.

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07h20min horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados.
- Atualmente utilizamos 217 motoristas e 217 cobradores – ou seja, um FU de 2,17 por função.

- A operação – (exceto motorista e cobradores), mantém atualmente 39 funcionários incluídos os despachantes – neste caso o FU é de 0,39;
- Na atividade de manutenção são alocados 38 funcionários para 100 micro ônibus – FU de 0,38 – independente da função.
- Nas demais funções administrativas são alocados - 12 funcionários , neste caso o FU é de 0,37;
- Algumas funções têm os seus salários estabelecidos nas convenções coletivas, outras pelo mercado de trabalho.
- A questão operacional dos micros não difere muito da operação dos ônibus convencionais. Desta forma utilizamos os parâmetros da Resolução nº 4618/95 como comparativo, vejamos:

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Empresa
Motorista	2,523	2,17
Cobrador	2,523	2,17
Operação	0,277	0,39
Manutenção	0,932	0,38
Administração	0,370	0,37

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%
Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
INCRA	0,20%
SENAT	1,00%
SEST	1,50%
SEBRAE	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,80%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%
Sub total	23,10%

Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso Indenizado	0,03%
Multa FGTS	4,02%
Provisionamento Multa	4,00%
Licença Paternidade	0,04%

Licença Funeral	0,01%
Salário Maternidade	0,17%
Licença Casamento	0,02%
Auxílio Enfermidade	0,08%
Feriados e outros	0,35%
Contribuição Social art. 1º Lei 110/01	0,50%
Sub total	9,60%
Total	69,5000%

IV – Benefícios Sociais – Da mesma forma que os encargos devem retratar exatamente o valor das obrigações do Empregador e não mais percentuais ou estimativas como estabelece a Resolução. Foi com esta verdade que os cálculos foram efetuados.

V – Despesas Administrativas – a Resolução estabelecia um percentual de 2 % do valor do veículo novo completo (com pneus) - Porém as planilhas de 1995 não consideravam realidades como pro labores de diretores, obrigações com seguros, itens de segurança e a necessidade de constantes treinamentos, desta forma informamos os reais custos administrativos da operação.

VI – IPVA/Seguro Obrigatório e Taxas do DETRANS – foram utilizados os valores reais cobrados pelo DETRAN;

VII – Depreciação e Remuneração – foi utilizada a forma de depreciação da Resolução (método da soma dos dígitos decrescentes) e remuneração de 12 % ao ano sobre o veículo sem rodagem, deduzida a parcela já depreciada;

VIII – Outorga – este investimento inicial não é considerado na Resolução, até porque em 1995, no sistema do Distrito Federal não havia a obrigação de pagar ao Órgão Gestor qualquer quantia para operacionalizar o sistema. Foram utilizados neste trabalho os seguintes critérios:

- O valor da outorga – O valor foi atualizado com juros de 1 % ao mês a partir da data da complementação do pagamento
- O montante foi dividido pelo prazo restante (113 meses) – considerando-se este valor com amortização;
- Sobre o valor foram calculados juros de 1 % ao mês a partir do primeiro pagamento.
- Mês a mês foi calculado o saldo devedor – neste caso o saldo devedor em maio de 2014 era de R\$ 7.684.777,97;

IX – Depreciação/ Remuneração de Instalações e Remuneração de Instalações, Máquinas e Almoarifado - foi utilizado o critério da Resolução nº 4618/95.

X – Impostos – Foram considerados os impostos incidentes diretamente na receita – PIS e COFINS.

B – RECEITA

- Foram utilizados os registros do SBA – Receita e Km, excluídos a taxa do DFTRANS.

B - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO E FLUXO DE CAIXA QUE GEROU A TARIFA TÉCNICA

1. Foi adotado o mesmo padrão utilizado na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011-ST, que selecionou as 5 (cinco) empresas operadoras do STPC/DF, e que previa a apresentação de uma tarifa técnica (o vencedor seria a empresa que apresentasse a menor tarifa);
2. A licitação solicitava que o payback fosse menor que o prazo do contrato – o que foi seguido neste trabalho.
3. A taxa de desconto foi de 12 % ao ano – mesma taxa da remuneração autorizada pela Resolução 4618/95;
4. Na licitação que determinou o valor da tarifa técnica máxima permitida, tinha como obrigatoriedade que o valor presente fosse positivo, isso permitiria também que a proposta a ser apresentada gerasse lucro. No nosso trabalho optamos por um valor presente positivo próximo de um, neste caso, sem apresentar lucro ou lucro insignificativo;
5. Os investimentos iniciais:
 - Saldo da Frota – valor residual;
 - Posteriormente os da renovação de frota - novas aquisições;
 - Foi utilizado o valor de venda como receita não operacional dentro do fluxo de caixa;
 - Saldo do valor da outorga;

- Outorga - Posteriormente o novo valor a ser pago (valor dado na licitação de 2007 corrigido pelo IGPM);
- Saldo dos itens Máquinas e Equipamentos, Edificações e Instalações. Também neste item foi utilizado o valor da venda com receita não operacional;
- Preço do Terreno de Garagem – no final foi considerado o mesmo valor como venda.
- A frequência de viagens diárias é a determinada pelo órgão Gestor – pela emissão das Ordens de Serviço – OS. – Utilizamos como balizador os números efetivamente realizados na operação e para a projeção da tarifa técnicas os números médios do último ano. Extraídos do SBA;
- Ainda no cálculo da Tarifa básica foi considerado o valor de R\$ 12.434.096,57 (renovação da outorga) como o valor pago inicialmente, corrigido pelo IGPM que será devido no 10º ano de operação (para prorrogação do contrato)

Com isso temos que a tarifa que deve ser utilizado é no valor de R\$ 2,73850. Levando em consideração o estudo anexo.

Como se verifica, o desequilíbrio existente, de acordo com o estudo técnico em anexo, o qual se parte se transcreve:

DESEQUILIBRIO

1. Considerando que não há norma aprovada específica para a operação com micro ônibus;
2. Considerando que a norma aprovada para sistema convencional, STPC/DF, data de 1995;
3. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento de micro ônibus para todo o período;
4. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando alguns parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95;
5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficits e/ou superávits, foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Tais cálculos são resumidos abaixo

Ano	Valor Nominal	Valor Corrigido
2009	5.648.837,08	12.105.303,01
2010	3.251.043,42	6.105.814,61
2011	4.294.975,29	6.974.232,98
2012	1.145.768,06	1.622.959,76
2013	2.859.822,55	3.387.609,71
2014	3.350.209,37	3.515.660,98
TOTAL	20.550.655,77	33.711.581,04

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação

econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Caso a Administração resolva unilateralmente alterar as condições do contrato, deverá manter equilibrada a remuneração devida ao particular.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, a fim de que se mantenha a estabilidade da relação original avençada entre a empresa contratada e a Administração, remunerando-se de forma justa a obra ou serviço contratados. O texto constitucional assenta expressamente, como direito das partes contratantes, a recomposição do equilíbrio financeiro, no caso de modificação da situação contratual original (art. 37, inciso XXI). São, portanto, hipóteses a ensejar o reequilíbrio da avença: ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis (porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da fiel execução do que fora pactuado), ou em casos de álea econômica e extracontratual.

Ou seja, os custos operacionais se elevaram nos últimos anos, necessitando de imediato se fazer o reajuste da tarifa.

Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, in verbis:

"Inteiro teor do Acórdão :

Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20030110914905APC DF

Registro do Acórdão Número : 236627

Data de Julgamento : 05/12/2005

Órgão Julgador : 2ª Turma Cível

Relator : WALDIR LEÔNIO JÚNIOR

Publicação no DJU: 21/02/2006 Pág. : 103 – (até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

1. NO TRADICIONAL ESCÓLIO DE HELY LOPES: "(...) **EQUAÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO É A RELAÇÃO ESTABELECIDA INICIALMENTE PELAS PARTES ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE. ESSA RELAÇÃO ENCARGO-REMUNERAÇÃO DEVE SER MANTIDA DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, A FIM DE QUE O CONTRATADO NÃO VENHA A SOFRER INDEVIDA REDUÇÃO NOS LUCROS NORMAIS DO EMPREENDIMENTO.**

ASSIM, AO USAR DO SEU DIREITO DE ALTERAR UNILATERALMENTE AS CLÁUSULAS REGULAMENTARES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE VIOLAR O DIREITO DO CONTRATADO DE VER MANTIDA A EQUAÇÃO FINANCEIRA ORIGINARIAMENTE ESTABELECIDADA, CABENDO-LHE OPERAR OS NECESSÁRIOS REAJUSTES ECONÔMICOS PARA O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO" (IN DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO; 27 ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002, P. 209).

2. O AUTOR ALEGOU E PROVOU, SOBEJAMENTE, QUE OS SERVIÇOS PRESTADOS EXORBITARAM SOBREMANEIRA AS DIMENSÕES DO OBJETO INICIALMENTE ESTIMADAS NO CONTRATO. A RÉ, POR OUTRO LADO, JAMAIS SE DESINCUMBIRA DO ÔNUS DE ILIDIR ESSE FATO. SEJA PORQUE SEQUER O CONTESTARA; SEJA PORQUE, INSTADA A ENUMERAR AS PROVAS QUE EVENTUALMENTE PRETENDESSE PRODUIR, QUEDARA-SE INERTE. SENDO ASSIM, MALGRADO PERSISTA A RÉ NO ARGUMENTO SEGUNDO O QUAL NÃO ESTARIA PROVADO, NOS AUTOS, O EXCESSO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, É INCENSURÁVEL A R. SENTENÇA. (INTELIGÊNCIA DO § 6º. DO ART. 65 DA LEI N. 8.666/93: "EM HAVENDO ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE AUMENTE OS ENCARGOS DO CONTRATADO, A ADMINISTRAÇÃO DEVERÁ RESTABELECER, POR ADITAMENTO, O EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO INICIAL").

3. RECURSO CONHECIDO, PRELIMINARES REJEITADAS E, NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO, MANTIDA A R. SENTENÇA APELADA. UNÂNIME. (20030110914905APC, Relator WALDIR LEÔNIO JÚNIOR, 2ª Turma Cível, julgado em 05/12/2005, DJ 21/02/2006 p. 103)

Decisão

NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

MANUTENÇÃO, INDENIZAÇÃO, DANO MATERIAL, CONTRATO ADMINISTRATIVO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SUPERIORIDADE, ÁREA, OBJETO, ATRASO, PAGAMENTO, APLICAÇÃO, MULTA, INOBSERVÂNCIA, DEVIDO PROCESSO LEGAL, INOCORRÊNCIA, IMPUGNAÇÃO, RÉU, NECESSIDADE, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO; IMPROCEDÊNCIA, LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, INEXISTÊNCIA, DOLO, AUTOR, OMISSÃO, INFORMAÇÃO.

Ramo do Direito DIREITO ADMINISTRATIVO

Referência Legislativa - LEI DE LICITAÇÃO - FED LEI-8666/1993 ART-87 - FED LEI-9784/1999 ART-3

Doutrina

MEIRELES, HELY LOPES. DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 27ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002. P. 209. MELO, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 17ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2004. P. 595."

Ao enfrentar a mesma questão, o TJDF adotou posição idêntica, ou seja, de que a Administração pública está obrigada a respeitar a equação econômico-financeira, in verbis:

"Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20020150008421APC DF

Registro do Acórdão Número : 190248

Data de Julgamento : 01/12/2003

Órgão Julgador : 5ª Turma Cível

Relator : DÁCIO VIEIRA

Publicação no DJU: 13/05/2004 Pág. : 72
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÕES UNILATERAIS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NÃO PODE AFRONTAR O DIREITO DO CONTRATADO, MANTENDO-SE A EQUAÇÃO FINANCEIRA ESTABELECIDA INICIALMENTE, DE MODO A RESTABELECER, NESTAS SITUAÇÕES, O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO AJUSTE FIRMADO PELAS PARTES.

Decisão

CONHECER E DAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

PROCEDÊNCIA, CONDENAÇÃO, ENTE PÚBLICO, PAGAMENTO, INDENIZAÇÃO, EMPRESA, OBSERVÂNCIA, APURAÇÃO, VALOR, LAUDO PERICIAL, ALTERAÇÃO, OBJETO, CONTRATO ADMINISTRATIVO, EXECUÇÃO, SERVIÇO, INCIDÊNCIA, ÔNUS, CONTRATADO, ATO UNILATERAL, ADMINISTRAÇÃO, NECESSIDADE, COMPOSIÇÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

Ramo do Direito

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Referência Legislativa

SÚM-54 STJ

FED LEI-8666/1993 ART-7 FED LEI-8883/1994

Observações

TJDF EIC-50474/00 TJDF APC-7678/00"

Não se nega, por óbvio, que a Administração Pública pode unilateralmente tomar decisões (discrecionariade), inclusive, alterando as regras estabelecidas no contrato. Contudo, deverá manter o equilíbrio da equação econômico-financeiro para não causar prejuízo ao particular.

Ou seja, se é certo que o interesse público prevalece sobre o particular - por isso que a Administração tem preponderância no contrato -, também é correto afirmar que o particular não pode custear esse interesse.

Percebe-se, dessa forma, que não se nega o direito à Administração de usar da sua discrecionariade para tomar as providências que entender necessárias

(ajustar aumento dos rodoviários). Todavia, ao fazê-la, deve respeitar o equilíbrio devido à equação econômico-financeira.

Sobre a necessidade de se manter íntegro os ditames do contrato e, em específico o valor das tarifas (equação econômico-financeiro), a jurisprudência é unânime:

"ADMINISTRATIVO - EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - PERMISSÃO - OUTORGA A PRAZO FIXO - CONCESSÃO - REAJUSTE DE TARIFAS - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- Na execução de serviço de transporte mediante permissão, impõe-se o reajuste de tarifas, sempre que necessário para restabelecer o equilíbrio financeiro do empreendimento (DL 2.300/86, Art. 55).

- O credenciamento de empresa privada para executar serviço de transporte, a título permanente e a prazo certo traduz concessão, não singela permissão.' (RESP 120.113/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.06.2000, DJ 14.08.2000 p. 141) – grifou-se.

'ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERMISSIONÁRIAS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. INSURGÊNCIA CONTRA COBRANÇA INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO SHDU-42, DO SR. SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO. TAXA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. DIFERENCIAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- ALEGAÇÃO DE TRATAR-SE DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMTU, OS QUAIS POSSUEM NATUREZA CONTRATUAL E CONFIGURAM PREÇO PÚBLICO OU TARIFA. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. NATUREZA TRIBUTÁRIA DA MALSINADA COBRANÇA QUE, PARA SUA LEGALIDADE, SOMENTE PODERIA SER INSTITUÍDA POR LEI.

- RECURSO PROVIDO. (RMS 582/SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 30.10.1991, DJ 11.11.1991 p. 16138) – grifou-se."

E há de salientar o princípio da igualdade, uma vez que tanto as operadoras das bacias como as cooperativas, são permissionárias do serviço público e obrigatoriamente devem ter o tratamento igualitário. Não podendo o poder público sob qualquer argumento, aplicar condições e tarifas com valores para determinadas permissionárias e deixar outras a própria sorte.

Nestes anos de operação das Cooperativas, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação das Cooperativas.

Isto posto, REQUER:

- 1) O pagamento da tarifa de R\$ 2,73850, uma vez que é a tarifa encontrada com base no custo Km, Receita passageiro e equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 2) O pagamento o desequilíbrio apurado desde o ano de 2009, conforme estudo em anexo, no montante de R\$ 33.711.581,04.
- 3) Que seja primeiramente efetuada a migração da tarifa para o modelo atualmente adotado, e o reajuste imediato da tarifa.

Requer em caráter de urgência que seja deferido o reajuste da tarifa antes mesmo que qualquer estudo acerca do pagamento do desequilíbrio encontrada no estudo anexo.

Termos em que
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 11 de agosto de 2014.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

COOPERTRAN

TARIFA TÉCNICA

E

DESEQUILÍBRIO

COOPERTRAN

PREMISSAS BÁSICAS

PREMISSAS BÁSICAS DO SISTEMA DE OPERAÇÃO COM MICRO ÔNIBUS

COOPERTRAN

A – CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. Combustível – A produtividade (relação litro por quilômetro) vem diminuindo ano a ano. Em 2009 era de 3,5 km por litro e atualmente está em 3,3 km/litro, ou 0,3030 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro
2. Lubrificante (geral) – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica com consumo de 10 litros a cada 15.000 km – (Preço do óleo x 10 litros) dividido por 15.000 = coeficiente R\$Km.
3. Rodagem – Não há utilização de recapagem, a experiência mostrou que seria necessário a utilização de pneus de alta performance – mesmo assim a produtividade era baixa desta forma utilizamos os pneus somente uma vez . Dependendo do lote de fabricação a quilometragem média ficou entre 45.000 e 52.0000 km por jogo de seis pneus;
4. Pecas de Reposição – Neste item utilizamos os parâmetros históricos determinados pela operação e não os definidos pela Resolução nº 4618/95 – (0,0083 % do preço médio do veículo considerando o PMA médio de todas as cooperativas) pois os valores encontrados seriam superiores aos da operação.

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07h20min horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados.
- Atualmente utilizamos 217 motoristas e 217 cobradores – ou seja, um FU de 2,17 por função.
- A operação – (exceto motorista e cobradores), mantém atualmente 39 funcionários incluídos os despachantes – neste caso o FU é de 0,39;
- Na atividade de manutenção são alocados 38 funcionários para 100 micro ônibus – FU de 0,38 – independente da função.

- Nas demais funções administrativas são alocados - 12 funcionários , neste caso o FU é de 0,37;
- Algumas funções têm os seus salários estabelecidos nas convenções coletivas, outras pelo mercado de trabalho.
- A questão operacional dos micros não difere muito da operação dos ônibus convencionais. Desta forma utilizamos os parâmetros da Resolução nº 4618/95 como comparativo, vejamos:

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Empresa
Motorista	2,523	2,17
Cobrador	2,523	2,17
Operação	0,277	0,39
Manutenção	0,932	0,38
Administração	0,370	0,37

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%
Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
INCRA	0,20%
SENAT	1,00%
SEST	1,50%
SEBRAE	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,80%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%
Sub total	23,10%

Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso Indenizado	0,03%

Handwritten signature and initials.

Multa FGTS	4,02%
Provisionamento Multa	4,00%
Licença Paternidade	0,04%
Licença Funeral	0,01%
Salário Maternidade	0,17%
Licença Casamento	0,02%
Auxílio Enfermidade	0,08%
Feriados e outros	0,35%
Contribuição Social art. 1ª Lei 110/01	0,50%
Sub total	9,60%
Total	69,5000%

IV – Benefícios Sociais – Da mesma forma que os encargos devem retratar exatamente o valor das obrigações do Empregador e não mais percentuais ou estimativas como estabelece a Resolução. Foi com esta verdade que os cálculos foram efetuados.

V – Despesas Administrativas – a Resolução estabelecia um percentual de 2 % do valor do veículo novo completo (com pneus) - Porém as planilhas de 1995 não consideravam realidades como pro labores de diretores, obrigações com seguros, itens de segurança e a necessidade de constantes treinamentos, desta forma informamos os reais custos administrativos da operação.

VI – IPVA/Seguro Obrigatório e Taxas do DETRANS – foram utilizados os valores reais cobrados pelo DETRAN;

VII – Depreciação e Remuneração – foi utilizada a forma de depreciação da Resolução (método da soma dos dígitos decrescentes) e remuneração de 12 % ao ano sobre o veículo sem rodagem, deduzida a parcela já depreciada;

VIII – Outorga – este investimento inicial não é considerado na Resolução, até porque em 1995, no sistema do Distrito Federal não havia a obrigação de pagar ao Órgão Gestor qualquer quantia para operacionalizar o sistema. Foram utilizados neste trabalho os seguintes critérios:

- O valor da outorga – O valor foi atualizado com juros de 1 % ao mês a partir da data da complementação do pagamento
- O montante foi dividido pelo prazo restante (113 meses) – considerando-se este valor com amortização;
- Sobre o valor foram calculados juros de 1 % ao mês a partir do primeiro pagamento.
- Mês a mês foi calculado o saldo devedor – neste caso o saldo devedor em maio de 2014 era de R\$ 7.684.777,97;



IX – Depreciação/ Remuneração de Instalações e Remuneração de Instalações, Máquinas e Almojarifado - foi utilizado o critério da Resolução nº 4618/95.

X – Impostos – Foram considerados os impostos incidentes diretamente na receita – PIS e COFINS.

B – RECEITA

- Foram utilizados os registros do SBA – Receita e Km, excluídos a taxa do DFTRANS.

B - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO E FLUXO DE CAIXA QUE GEROU A TARIFA TÉCNICA

1. Foi adotado o mesmo padrão utilizado na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011-ST, que selecionou as 5 (cinco) empresas operadoras do STPC/DF, e que previa a apresentação de uma tarifa técnica (o vencedor seria a empresa que apresentasse a menor tarifa);
2. A licitação solicitava que o payback fosse menor que o prazo do contrato – o que foi seguido neste trabalho.
3. A taxa de desconto foi de 12 % ao ano – mesma taxa da remuneração autorizada pela Resolução 4618/95;
4. Na licitação que determinou o valor da tarifa técnica máxima permitida, tinha como obrigatoriedade que o valor presente fosse positivo, isso permitiria também que a proposta a ser apresentada gerasse lucro . No nosso trabalho optamos por um valor presente positivo próximo de um, neste caso, sem apresentar lucro ou lucro insignificativo;
5. Os investimentos iniciais:
 - Saldo da Frota – valor residual ;
 - Posteriormente os da renovação de frota - novas aquisições;
 - Foi utilizado o valor de venda como receita não operacional dentro do fluxo de caixa;
 - Saldo do valor da outorga;
 - Outorga - Posteriormente o novo valor a ser pago (valor dado na licitação de 2007 corrigido pelo IGPM);
 - Saldo dos itens Máquinas e Equipamentos, Edificações e Instalações. Também neste item foi utilizado o valor da venda com receita não operacional;
 - Preço do Terreno de Garagem – no final foi considerado o mesmo valor como venda.
 - A frequência de viagens diárias é a determinada pelo órgão Gestor – pela emissão das Ordens de Serviço – OS. – Utilizamos como balizador os números efetivamente realizados na operação e para a projeção da tarifa técnicas os números médios do último ano. Extraídos do SBA;

- Ainda no cálculo da Tarifa básica foi considerado o valor de R\$ 12.434.096,57 (renovação da outorga) como o valor pago inicialmente, corrigido pelo IGPM que será devido no 10º ano de operação (para prorrogação do contrato)

6. TARIFA TÉCNICA : R\$ 2,73850

DESEQUILIBRIO

1. Considerando que não há norma aprovada específica para a operação com micro ônibus;
2. Considerando que a norma aprovada para sistema convencional, STPC/DF, data de 1995;
3. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento de micro ônibus para todo o período;
4. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando alguns parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95;
5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficits e/ou superávits, foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Tais cálculos são resumidos abaixo

Ano	Valor Nominal	Valor Corrigido
2009	5.648.837,08	12.105.303,01
2010	3.251.043,42	6.105.814,61
2011	4.294.975,29	6.974.232,98
2012	1.145.768,06	1.622.959,76
2013	2.859.822,55	3.387.609,71
2014	3.350.209,37	3.515.660,98
TOTAL	20.550.655,77	33.711.581,04

Brasília, 31 de julho de 2014


Leonardo de Faria e Silva

CORECON/DF nº 1.165


Artur da Silva

CORECON/DF nº 2.853



ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR GERAL DO DFTRANS – TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL.

URGENTE

COOBратаETE – COOPERATIVA BRASILIENSE DE TRANSPORTES AUTONOMOS ESCOLARES, TURISMO E ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.167.354/0001-86, com endereço na Rodovia DF 250 – Km 02 – Chácara 2 – Lote B – Sobradinho-DF – CEP: 71.586-000, neste ato, representada por seu advogado que assina o presente, vêm respeitosamente a presença de V.ª.ª. apresentar o que se segue.

A COOBратаETE opera no sistema de transporte por ter no ano de 2008, assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Agostinho Mesquita Moreira
Técnico de Transporte Urbano
Matrícula 250.004-8
DFTRANS
11-2008 16:11:12

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos a cooperativa.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato.

A título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 37%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,53.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante 5 anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Mas, de fato, a cooperativa, acumula prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra a cooperativa.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Assim, necessário se faz que o DFTRANS, faça com a maior brevidade possível a mudança no modo de tarifa hoje aplicado.

O modelo de tarifa utilizado na cooperativa é ultrapassado e não retrato a realidade na fixação de valores. Tanto que o modelo aplicado na recente licitação das bacias adotou modelo totalmente diverso. Sendo no novo modelo a aplicação da tarifa técnica, levando em consideração o custo km, o equilíbrio econômico-financeiro, a receita passageiro dentre outros.

Como é cediço, o novo modelo de tarifa traz a indicação de aplicação de integração por parte do transporte, sendo assim, absolutamente necessário a mudança do modelo de calculo do tarifa, a fim de permitir a efetiva aplicação da integração.

Em anexo, é apresentado estudo técnico que demonstra o valor da tarifa que deveria ser aplicado.

A titulo de ilustração, se transcreva parte do estudo:

A - CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. **Combustível** – A produtividade (relação litro por quilômetro) VEM .. diminuindo ano a ano. Em 2008 era de 3,5 km por litro e atualmente está em 3,2 km/litro, ou 0,3125 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro
2. **Lubrificante (geral)** – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica – consumo de 10 litros a cada 15.000 km – (Preço do óleo x 10 litros) dividido por 15.000 = coeficiente R\$Km
3. **Rodagem** – Não há utilização de recapagem , a experiência mostrou que seria necessário a utilização de pneus de alta performance – mesmo assim a produtividade era baixa desta forma utilizamos os pneus somente uma vez . Dependendo do lote de fabricação a quilometragem média ficou entre 45.000 a 52.0000 por jogo de 6 pneus;
4. **Pecas de Reposição** –Neste item utilizamos os parâmetros determinados pela operação e não os definidos pela Resolução nº 4618/95 – (0,0083 % do preço médio do veículo considerando o PMA médio de todas as cooperativas) pois os valores encontrados seriam superiores aos da operação.

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07:20 horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados.
- Atualmente utilizamos 104 motoristas e 102 cobradores – ou seja, um FU de 2,08 e 2,04, respectivamente por função.
- A operação – (exceto motorista e cobradores)– mantém atualmente 8 funcionários incluídos os despachantes – neste caso o FU é de 0,16;
- Na atividade de manutenção são alocados 26 funcionários para 50 micro ônibus – FU de 0,52 – independente da função.
- Nas demais funções administrativas são alocados - 12 funcionários , neste caso o FU é de 0,24;
- Algumas funções têm os seus salários estabelecidos nas convenções coletivas, outras pelo mercado de trabalho.
- A questão operacional dos micros não difere muito da operação dos ônibus convencionais. Desta forma utilizamos os parâmetros da Resolução nº 4618/95 como comparativo, vejamos:

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Empresa
Motorista	2,523	2,08
Cobrador	2,523	2,04
Operação	0,277	0,16
Manutenção	0,932	0,52
Administração	0,370	0,24

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%
Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
Incra	0,20%
Senat	1,00%
Sest	1,50%
Sebrae	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,80%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%

Sub total	23,10%
Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso indeniz.	0,03%
Multa FGTS	4,02%
Provisionamento Multa	4,00%
Licença Paternidade	0,04%
Licença Funeral	0,01%
Salário Maternidade	0,17%
Licença Casamento	0,02%
Auxílio Enfermidade	0,08%
Feriados e outros	0,35%
Contribuição Social art 1º Lei 110/01	0,50%
Sub total	9,60%
Total	69,5000%

IV – Benefícios Sociais – Da mesma forma que os encargos devem retratar exatamente o valor das obrigações do Empregador e não mais percentuais ou estimativas como estabelece a Resolução. Foi com esta verdade que os cálculos foram efetuados.

V – Despesas Administrativas – a Resolução estabelecia um percentual de 2 % do valor do veículo novo completo (com pneus) - Porém as planilhas de 1995 não consideravam realidades como pro labores de diretores, obrigações com seguros, itens de segurança e a necessidade de constantes treinamentos, desta forma informamos os reais custos administrativos da operação.

VI – IPVA/Seguro Obrigatório e Taxas do DETRANS – foram utilizados os valores reais cobrados pelo DETRAN;

VII – Depreciação e Remuneração – foi utilizada a forma de depreciação da Resolução (método da soma dos dígitos decrescentes) e remuneração de 12 % ao ano sobre o veículo sem rodagem, deduzida a parcela já depreciada;

VIII – Outorga – este investimento inicial não é considerado na Resolução, até porque em 1995, no sistema do Distrito Federal não havia a obrigação de pagar ao Órgão Gestor qualquer quantia para operacionalizar o sistema. Foram utilizados neste trabalho os seguintes critérios:

- O valor da outorga – O valor foi atualizado com juros de 1 % ao mês a partir da data da complementação do pagamento
- O montante foi dividido pelo prazo restante (113 meses) – considerando-se este valor com amortização;
- Sobre o valor foram calculados juros de 1 % ao mês a partir do primeiro pagamento.
- Mês a mês foi calculado o saldo devedor – neste caso o saldo devedor em maio de 2014 era de R\$ R\$ 2.534.521,51;

IX – Depreciação/ Remuneração de Instalações e Remuneração de Instalações, Máquinas e Almoxarifado - foi utilizado o critério da Resolução nº 4618/95.

X – Impostos – Foram considerados os impostos incidentes diretamente na receita – PIS e COFINS.

B – RECEITA

- Foram utilizados os registros do SBA – Receita e Km., excluídos a taxa do DFTRANS.

B - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO E FLUXO DE CAIXA QUE GEROU A TARIFA TÉCNICA

1. Foi adotado o mesmo padrão utilizado na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011-ST, que selecionou as 5 (cinco) empresas operadoras do STPC/DF, e que previa a apresentação de uma tarifa técnica (o vencedor seria a empresa que apresentasse a menor tarifa);

2. A licitação solicitava que o payback fosse menor que o prazo do contrato – o que foi seguido neste trabalho.
3. A taxa de desconto foi de 12 % ao ano – mesma taxa da remuneração autorizada pela Resolução 4618/95;
4. Na licitação que determinou o valor da tarifa técnica máxima permitida, tinha como obrigatoriedade que o valor presente fosse positivo, isso permitiria também que a proposta a ser apresentada gerasse lucro. No nosso trabalho optamos por um valor presente positivo próximo de 1, neste caso, sem apresentar lucro ou lucro insignificativo;
5. Os investimentos iniciais:
 - Saldo da Frota – valor residual ;
 - Posteriormente os da renovação de frota - novas aquisições;
 - Foi utilizado o valor de venda como receita não operacional dentro do fluxo de caixa;
 - Saldo do valor da outorga;
 - Outorga - Posteriormente o novo valor a ser pago (valor dado na licitação de 2007 corrigido pelo IGPM);
 - Saldo dos itens Máquinas e Equipamentos, Edificações e Instalações. Também neste item foi utilizado o valor da venda com receita não operacional;
 - Preço do Terreno de Garagem – no final foi considerado o mesmo valor como venda.
 - A frequência de viagens diárias é a determinada pelo órgão Gestor – pela emissão das Ordens de Serviço – OS. – Utilizamos como balizador os números efetivamente realizados na operação e para a projeção da tarifa técnicas os números médios do último ano. Extraídos do SBA;
 - Ainda no cálculo da Tarifa básica foi considerado o valor de R\$ 5.662.470,68 (renovação da outorga) como o valor pago inicialmente, corrigido pelo IGPM que será devido no 10º ano de operação (para prorrogação do contrato)

Com isso temos que a tarifa que deve ser utilizado é no valor de R\$ 2,9880. Levando em consideração o estudo anexo.

Como se verifica, o desequilíbrio existente, de acordo com o estudo técnico em anexo, o qual se parte se transcreve:

DESEQUILIBRIO

1. Considerando que não há norma aprovada específica para a operação com micro ônibus;
2. Considerando que a norma aprovada para sistema convencional, STPC/DF, data de 1995;
3. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento de micro ônibus para todo o período;
4. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando alguns parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95;
5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficit's e/ou superávit's, foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Tais cálculos são resumidos abaixo

Ano	Valor Nominal	Valor Corrigido
2008	2.359.854,84	5.434.470,37
2009	6.109.812,43	12.992.079,99
2010	2.852.076,45	5.336.385,77
2011	3.378.581,26	5.457.381,95
2012	2.521.145,13	3.540.681,51
2013	2.492.687,92	2.979.468,07
2014	1.575.934,55	1.654.242,54
	21.290.092,58	37.394.710,22

9. Cabe lembrar que em 2008 e parte de 2009 houve redução da frota e descompasso entre o número de carros e o de funcionários

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Caso a Administração resolva unilateralmente alterar as condições do contrato, deverá manter equilibrada a remuneração devida ao particular.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, a fim de que se mantenha a estabilidade da relação original avençada entre a empresa contratada e a Administração, remunerando-se de forma justa a obra ou serviço contratados. O texto constitucional assenta expressamente, como direito das partes contratantes, a recomposição do equilíbrio financeiro, no caso de modificação da situação contratual original (art. 37, inciso XXI). São, portanto, hipóteses a ensejar o reequilíbrio da avença: ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis (porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas

da fiel execução do que fora pactuado), ou em casos de álea econômica e extracontratual.

Ou seja, os custos operacionais se elevaram nos últimos anos, necessitando de imediato se fazer o reajuste da tarifa.

Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, in verbis:

"Inteiro teor do Acórdão :

Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20030110914905APC DF

Registro do Acórdão Número : 236627

Data de Julgamento : 05/12/2005

Órgão Julgador : 2ª Turma Cível

Relator : WALDIR LEÔNIO JÚNIOR

Publicação no DJU: 21/02/2006 Pág. : 103 – (até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

1. NO TRADICIONAL ESCÓLIO DE HELY LOPES: "(...) **EQUAÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO É A RELAÇÃO ESTABELECIDA INICIALMENTE PELAS PARTES ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE. ESSA RELAÇÃO ENCARGO-REMUNERAÇÃO DEVE SER MANTIDA DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, A FIM DE QUE O CONTRATADO NÃO VENHA A SOFRER INDEVIDA REDUÇÃO NOS LUCROS NORMAIS DO EMPREENDIMENTO.**

ASSIM, AO USAR DO SEU DIREITO DE ALTERAR UNILATERALMENTE AS CLÁUSULAS REGULAMENTARES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE VIOLAR O DIREITO DO CONTRATADO DE VER MANTIDA A EQUAÇÃO FINANCEIRA ORIGINARIAMENTE ESTABELECIDADA, CABENDO-LHE OPERAR OS NECESSÁRIOS REAJUSTES ECONÔMICOS PARA O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO" (IN DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO; 27 ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002, P. 209).

2. O AUTOR ALEGOU E PROVOU, SOBEJAMENTE, QUE OS SERVIÇOS PRESTADOS EXORBITARAM SOBREMANEIRA AS DIMENSÕES DO OBJETO INICIALMENTE ESTIMADAS NO CONTRATO. A RÉ, POR OUTRO LADO, JAMAIS SE DESINCUMBIRA DO ÔNUS DE ILIDIR ESSE FATO. SEJA PORQUE SEQUER O CONTESTARA; SEJA PORQUE, INSTADA A ENUMERAR AS PROVAS QUE EVENTUALMENTE PRETENDESSE PRODUZIR, QUEDARA-SE INERTE. SENDO ASSIM, MALGRADO PERSISTA A RÉ NO ARGUMENTO SEGUNDO O QUAL NÃO ESTARIA PROVADO, NOS AUTOS, O EXCESSO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, É INCENSURÁVEL A R. SENTENÇA. (INTELIGÊNCIA DO § 6º. DO ART. 65 DA LEI N. 8.666/93: "EM HAVENDO ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE AUMENTE OS ENCARGOS DO CONTRATADO, A ADMINISTRAÇÃO DEVERÁ RESTABELECER, POR ADITAMENTO, O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INICIAL").

3. RECURSO CONHECIDO, PRELIMINARES REJEITADAS E, NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO, MANTIDA A R. SENTENÇA APELADA. UNÂNIME.

(20030110914905APC, Relator WALDIR LEÔNIO JÚNIOR, 2ª Turma Cível, julgado em 05/12/2005, DJ 21/02/2006 p. 103)

Decisão

NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

MANUTENÇÃO, INDENIZAÇÃO, DANO MATERIAL, CONTRATO ADMINISTRATIVO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SUPERIORIDADE, ÁREA, OBJETO, ATRASO, PAGAMENTO, APLICAÇÃO, MULTA, INOBSERVÂNCIA, DEVIDO PROCESSO LEGAL, INOCORRÊNCIA, IMPUGNAÇÃO, RÉU, NECESSIDADE, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO; IMPROCEDÊNCIA, LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, INEXISTÊNCIA, DOLO, AUTOR, OMISSÃO, INFORMAÇÃO.

Ramo do Direito DIREITO ADMINISTRATIVO

Referência Legislativa - LEI DE LICITAÇÃO - FED LEI-8666/1993 ART-87 - FED LEI-9784/1999 ART-3

Doutrina

MEIRELES, HELY LOPES. DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 27ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002. P. 209. MELO, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 17ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2004. P. 595."

Ao enfrentar a mesma questão, o TJDF adota posição idêntica, ou seja, de que a Administração pública está obrigada a respeitar a equação econômico-financeira, in verbis:

"Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20020150008421APC DF

Registro do Acórdão Número : 190248

Data de Julgamento : 01/12/2003

Órgão Julgador : 5ª Turma Cível

Relator : DÁCIO VIEIRA

Publicação no DJU: 13/05/2004 Pág. : 72
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÕES UNILATERAIS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NÃO PODE AFRONTAR O DIREITO DO CONTRATADO, MANTENDO-SE A EQUAÇÃO FINANCEIRA ESTABELECIDADA INICIALMENTE, DE MODO A RESTABELECER, NESTAS SITUAÇÕES, O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO AJUSTE FIRMADO PELAS PARTES.

Decisão

CONHECER E DAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

PROCEDÊNCIA, CONDENAÇÃO, ENTE PÚBLICO, PAGAMENTO, INDENIZAÇÃO, EMPRESA, OBSERVÂNCIA, APURAÇÃO, VALOR, LAUDO PERICIAL, ALTERAÇÃO, OBJETO, CONTRATO ADMINISTRATIVO, EXECUÇÃO, SERVIÇO, INCIDÊNCIA, ÔNUS, CONTRATADO, ATO UNILATERAL, ADMINISTRAÇÃO, NECESSIDADE, COMPOSIÇÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

Ramo do Direito

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Referência Legislativa

SÚM-54 STJ

FED LEI-8666/1993 ART-7 FED LEI-8883/1994

Observações

TJDF EIC-50474/00 TJDF APC-7678/00"

Não se nega, por óbvio, que a Administração Pública pode unilateralmente tomar decisões (discricionariiedade), inclusive, alterando as regras estabelecidas no contrato. Contudo, deverá manter o equilíbrio da equação econômico-financeiro para não causar prejuízo ao particular.

Ou seja, se é certo que o interesse público prevalece sobre o particular - por isso que a Administração tem preponderância no contrato -, também é correto afirmar que o particular não pode custear esse interesse.

Percebe-se, dessa forma, que não se nega o direito à Administração de usar da sua discricionariiedade para tomar as providências que entender necessárias (ajustar aumento dos rodoviários). Todavia, ao fazê-la, deve respeitar o equilíbrio devido à equação econômico-financeira.

Sobre a necessidade de se manter íntegro os ditames do contrato e, em específico o valor das tarifas (equação econômico-financeiro), a jurisprudência é unânime:

"ADMINISTRATIVO - EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - PERMISSÃO - OUTORGA A PRAZO FIXO - CONCESSÃO - REAJUSTE DE TARIFAS - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- Na execução de serviço de transporte mediante permissão, impõe-se o reajuste de tarifas, sempre que necessário para restabelecer o equilíbrio financeiro do empreendimento (DL 2.300/86, Art. 55).

- O credenciamento de empresa privada para executar serviço de transporte, a título permanente e a prazo certo traduz concessão, não singela permissão.' (RESP 120.113/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.06.2000, DJ 14.08.2000 p. 141) – grifou-se.

'ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERMISSONÁRIAS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. INSURGÊNCIA CONTRA COBRANÇA INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO SHDU-42, DO SR. SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO. TAXA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. DIFERENCIAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- ALEGAÇÃO DE TRATAR-SE DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMTU, OS QUAIS POSSUEM NATUREZA CONTRATUAL E CONFIGURAM PREÇO PÚBLICO OU TARIFA. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. NATUREZA TRIBUTÁRIA DA MALSINADA COBRANÇA QUE, PARA SUA LEGALIDADE, SOMENTE PODERIA SER INSTITUÍDA POR LEI.

- RECURSO PROVIDO. (RMS 582/SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 30.10.1991, DJ 11.11.1991 p. 16138) – grifou-se.”

E há de salientar o princípio da igualdade, uma vez que tanto as operadoras das bacias como a cooperativa, são permissionárias do serviço público e obrigatoriamente devem ter o tratamento igualitário. Não podendo o poder público sob qualquer argumento, aplicar condições e tarifas com valores para determinadas permissionárias e deixar outras a própria sorte.

Nestes anos de operação da Cooperativa, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação da Cooperativa.

Isto posto, REQUER:

- 1) O pagamento da tarifa de R\$ 2,9880, uma vez que é a tarifa encontrada com base no custo Km, Receita passageiro e equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 2) O pagamento o desequilíbrio apurado desde o ano de 2008, conforme estudo em anexo, no montante de R\$ 37.394.710,22.

3) Que seja primeiramente efetuada a migração da tarifa para o modelo atualmente adotado, e o reajuste imediato da tarifa.

Requer em caráter de urgência que seja deferido o reajuste da tarifa antes mesmo que qualquer estudo acerca do pagamento do desequilíbrio encontrada no estudo anexo.

Termos em que
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 11 de agosto de 2014.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

COOBRA TAETE

TARIFA TÉCNICA

DESEQUILÍBRIO

COOBRA TAETE

PREMISSAS BÁSICAS

PREMISSAS BÁSICAS DO SISTEMA DE OPERAÇÃO COM MICRO ÔNIBUS

A – CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. Combustível – A produtividade (relação litro por quilômetro) VEM .. diminuindo ano a ano. Em 2008 era de 3,5 km por litro e atualmente está em 3,2 km/litro, ou 0,3125 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro
2. Lubrificante (geral) – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica – consumo de 10 litros a cada 15.000 km – (Preço do óleo x 10 litros) dividido por 15.000 = coeficiente R\$Km
3. Rodagem – Não há utilização de recapagem , a experiência mostrou que seria necessário a utilização de pneus de alta performance – mesmo assim a produtividade era baixa desta forma utilizamos os pneus somente uma vez . Dependendo do lote de fabricação a quilometragem média ficou entre 45.000 a 52.000 por jogo de 6 pneus;
4. Pecas de Reposição –Neste item utilizamos os parâmetros determinados pela operação e não os definidos pela Resolução nº 4618/95 – (0,0083 % do preço médio do veículo considerando o PMA médio de todas as cooperativas) pois os valores encontrados seriam superiores aos da operação.

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07:20 horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados.
- Atualmente utilizamos 104 motoristas e 102 cobradores – ou seja, um FU de 2,08 e 2,04, respectivamente por função.
- A operação – (exceto motorista e cobradores)– mantém atualmente 8 funcionários incluídos os despachantes – neste caso o FU é de 0,16;
- Na atividade de manutenção são alocados 26 funcionários para 50 micro ônibus – FU de 0,52 – independente da função.
- Nas demais funções administrativas são alocados - 12 funcionários , neste caso o FU é de 0,24;
- Algumas funções têm os seus salários estabelecidos nas convenções coletivas, outras pelo mercado de trabalho.

8
10

- A questão operacional dos micros não difere muito da operação dos ônibus convencionais. Desta forma utilizamos os parâmetros da Resolução nº 4618/95 como comparativo, vejamos:

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Empresa
Motorista	2,523	2,08
Cobrador	2,523	2,04
Operação	0,277	0,16
Manutenção	0,932	0,52
Administração	0,370	0,24

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%
Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
Incra	0,20%
Senat	1,00%
Sest	1,50%
Sebrae	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,80%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%
Sub total	23,10%

Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso Indeniz.	0,03%
Multa FGTS	4,02%
Provisionamento Multa	4,00%
Licença Paternidade	0,04%

CP
MA

DESEQUILIBRIO

1. Considerando que não há norma aprovada específica para a operação com micro ônibus;
2. Considerando que a norma aprovada para sistema convencional, STPC/DF, data de 1995;
3. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento de micro ônibus para todo o período;
4. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando alguns parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95;
5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficit's e/ou superávit's, foram corrigidos pelo Índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Tais cálculos são resumidos abaixo

Ano	Valor Nominal	Valor Corrigido
2008	2.359.854,84	5.434.470,37
2009	6.109.812,43	12.992.079,99
2010	2.852.076,45	5.336.385,77
2011	3.378.581,26	5.457.381,95
2012	2.521.145,13	3.540.681,51
2013	2.492.687,92	2.979.468,07
2014	1.575.934,55	1.654.242,54
	21.290.092,58	37.394.710,22

9. Cabe lembrar que em 2008 e parte de 2009 houve redução da frota e descompasso entre o número de carros e o de funcionários

Brasília, 31 de julho de 2014



Leonardo de Faria e Silva

Corecon/DF nº 1.165



Artur da Silva

Corecon/DF nº 2.853



WPS - ADVOCACIA

WAGNER PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO

CÓPIA

**ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR GERAL DO DFTRANS – TRANSPORTES DO
DISTRITO FEDERAL.**

- URGENTE -

Agostinho Mesquita Moreira
Técnico de Transporte Urbano
Matrícula 260.004-8
DFTRANS
INQUILATO / DFTRANS - 160-11-2814 16:17 08-11-99

**COOPATAG – COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DE
TRANSPORTE ALTERNATIVO DO GAMA - DF**, pessoa jurídica de direito privado,
prestadora de serviço público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.879.283/0001-81, com
endereço na CL 114 bloco B7 Santa Maria – DF, CEP: 72.441-200, neste ato,
representada por pelo advogado que assina o presente, vêm respeitosamente a
presença de V.Sa. apresentar o que se segue.

A COOPATAG opera no sistema de transporte por ter no ano de 2009,
assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para
exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do
Distrito Federal – STPC/DF.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo
por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas
sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos a cooperativa.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato.

A título de comparação, do ano de 2009 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 37%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,53.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante 5 anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Mas, de fato, a cooperativa, acumula prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra a cooperativa.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Assim, necessário se faz que o DFTRANS, faça com a maior brevidade possível a mudança no modo de tarifa hoje aplicado.

O modelo de tarifa utilizado na cooperativa é ultrapassado e não retrato a realidade na fixação de valores. Tanto que o modelo aplicado na recente licitação das bacias adotou modelo totalmente diverso. Sendo no novo modelo a aplicação da tarifa técnica, levando em consideração o custo km, o equilíbrio econômico-financeiro, a receita passageiro dentre outros.

Como é cediço, o novo modelo de tarifa traz a indicação de aplicação de integração por parte do transporte, sendo assim, absolutamente necessário a mudança do modelo de calculo do tarifa, a fim de permitir a efetiva aplicação da integração.

Em anexo, é apresentado estudo técnico que demonstra o valor da tarifa que deveria ser aplicado.

A titulo de ilustração, se transcreve parte do estudo:

A - CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. **Combustível** – A produtividade (relação litro por quilômetro) vem diminuindo ano a ano. Em 2009 era de 3,5 km por litro e atualmente está em 3,2 km/litro, ou 0,3125 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro
2. **Lubrificante (geral)** – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica com consumo de 10 litros a cada 15.000 km – (Preço do óleo x 10 litros) dividido por 15.000 = coeficiente R\$Km.
3. **Rodagem** – Não há utilização de recapagem, a experiência mostrou que seria necessário a utilização de pneus de alta performance – mesmo assim a produtividade era baixa desta forma utilizamos os pneus somente uma vez . Dependendo do lote de fabricação a quilometragem média ficou em 53.0000 km por jogo de seis pneus;
4. **Pecas de Reposição** – Neste item utilizamos os parâmetros históricos determinados pela operação e não os definidos pela Resolução nº 4618/95 – (0,0083 % do preço médio do veículo considerando o PMA médio de todas as cooperativas) pois os valores encontrados seriam superiores aos da operação.

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07h20min horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados.
- Atualmente utilizamos 104 motoristas e 102 cobradores – ou seja, um FU de 2,08 e 2,04 respectivamente por função.
- A operação – (exceto motorista e cobradores), mantém atualmente 15 funcionários incluídos os despachantes – neste caso o FU é de 0,30;
- Na atividade de manutenção são alocados 38 funcionários para 50 micro ônibus – FU de 0,68 – independente da função.
- Nas demais funções administrativas são alocados - 18 funcionários , neste caso o FU é de 0,36;
- Algumas funções têm os seus salários estabelecidos nas convenções coletivas, outras pelo mercado de trabalho.
- A questão operacional dos micros não difere muito da operação dos ônibus convencionais. Desta forma utilizamos os parâmetros da Resolução nº 4618/95 como comparativo, vejamos:

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Empresa
Motorista	2,523	2,04
Cobrador	2,523	2,08
Operação	0,277	0,30
Manutenção	0,932	0,68
Administração	0,370	0,36

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%
Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
INCRA	0,20%
SENAT	1,00%
SEST	1,50%
SEBRAE	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,80%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%
Sub total	23,10%

Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso Indenizado	0,03%
Multa FGTS	4,02%
Provisionamento Multa	4,00%
Licença Paternidade	0,04%
Licença Funeral	0,01%
Salário Maternidade	0,17%
Licença Casamento	0,02%
Auxílio Enfermidade	0,08%
Feridos e outros	0,35%
Contribuição Social art. 1º Lei 110/01	0,50%
Sub total	9,60%
Total	69,5000%

IV – Benefícios Sociais – Da mesma forma que os encargos devem retratar exatamente o valor das obrigações do Empregador e não mais percentuais ou estimativas como estabelece a Resolução. Foi com esta verdade que os cálculos foram efetuados.

V – Despesas Administrativas – a Resolução estabelecia um percentual de 2 % do valor do veículo novo completo (com pneus) - Porém as planilhas de 1995 não consideravam realidades como pro labores de diretores, obrigações com seguros, itens de segurança e a necessidade de constantes treinamentos, desta forma informamos os reais custos administrativos da operação.

VI – IPVA/Seguro Obrigatório e Taxas do DETRANS – foram utilizados os valores reais cobrados pelo DETRAN;

VII – Depreciação e Remuneração – foi utilizada a forma de depreciação da Resolução (método da soma dos dígitos decrescentes) e remuneração de 12 % ao ano sobre o veículo sem rodagem, deduzida a parcela já depreciada;

VIII – Outorga – este investimento inicial não é considerado na Resolução, até porque em 1995, no sistema do Distrito Federal não havia a obrigação de pagar ao Órgão Gestor qualquer quantia para operacionalizar o sistema. Foram utilizados neste trabalho os seguintes critérios:

- O valor da outorga – O valor foi atualizado com juros de 1 % ao mês a partir da data da complementação do pagamento
- O montante foi dividido pelo prazo restante (113 meses) – considerando-se este valor com amortização;
- Sobre o valor foram calculados juros de 1 % ao mês a partir do primeiro pagamento.
- Mês a mês foi calculado o saldo devedor – neste caso o saldo devedor em maio de 2014 era de R\$ 4.992.557,65;

IX – Depreciação/ Remuneração de Instalações e Remuneração de Instalações, Máquinas e Almoxarifado - foi utilizado o critério da Resolução nº 4618/95.

X – Impostos – Foram considerados os impostos incidentes diretamente na receita – PIS e COFINS.

B – RECEITA

- Foram utilizados os registros do SBA – Receita e Km, excluídos a taxa do DFTRANS.

B - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO E FLUXO DE CAIXA QUE GEROU A TARIFA TÉCNICA

1. Foi adotado o mesmo padrão utilizado na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011-ST, que selecionou as 5 (cinco) empresas operadoras do STPC/DF, e que previa a apresentação de uma tarifa técnica (o vencedor seria a empresa que apresentasse a menor tarifa);
2. A licitação solicitava que o payback fosse menor que o prazo do contrato – o que foi seguido neste trabalho.

3. A taxa de desconto foi de 12 % ao ano – mesma taxa da remuneração autorizada pela Resolução 4618/95;
4. Na licitação que determinou o valor da tarifa técnica máxima permitida, tinha como obrigatoriedade que o valor presente fosse positivo, isso permitiria também que a proposta a ser apresentada gerasse lucro . No nosso trabalho optamos por um valor presente positivo próximo de um, neste caso, sem apresentar lucro ou lucro insignificativo;
5. Os investimentos iniciais:
 - Saldo da Frota – valor residual ;
 - Posteriormente os da renovação de frota - novas aquisições;
 - Foi utilizado o valor de venda como receita não operacional dentro do fluxo de caixa;
 - Saldo do valor da outorga;
 - Outorga - Posteriormente o novo valor a ser pago (valor dado na licitação de 2007 corrigido pelo IGPM);
 - Saldo dos itens Máquinas e Equipamentos, Edificações e Instalações. Também neste item foi utilizado o valor da venda com receita não operacional;
 - Preço do Terreno de Garagem – no final foi considerado o mesmo valor como venda.
 - A frequência de viagens diárias é a determinada pelo órgão Gestor – pela emissão das Ordens de Serviço – OS. – Utilizamos como balizador os números efetivamente realizados na operação e para a projeção da tarifa técnicas os números médios do último ano. Extraídos do SBA;
 - Ainda no cálculo da Tarifa básica foi considerado o valor de R\$ 9.937.150,38 (renovação da outorga) como o valor pago inicialmente, corrigido pelo IGPM que será devido no 10º ano de operação (para prorrogação do contrato)

Com isso temos que a tarifa que deve ser utilizado é no valor de R\$ 2,32050. Levando em consideração o estudo anexo.

Como se verifica, o desequilíbrio existente, de acordo com o estudo técnico em anexo, o qual se parte se transcreve:

DESEQUILIBRIO

1. Considerando que não há norma aprovada específica para a operação com micro ônibus;
2. Considerando que a norma aprovada para sistema convencional, STPC/DF, data de 1995;
3. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento de micro ônibus para todo o período;
4. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando alguns parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95;
5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficits e/ou superávits , foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Tais cálculos são resumidos abaixo:

Ano	Valor Nominal	Valor Corrigido
2009	1.173.263,46	2.429.759,05

2010	247.857,35	476.862,42
2011	633.970,04	1.071.509,51
2012	-432.205,88	-629.052,63
2013	2.036.769,17	2.411.704,03
2014	2.088.153,96	2.179.880,94
TOTAL	5.747.808,09	7.940.663,32

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Caso a Administração resolva unilateralmente alterar as condições do contrato, deverá manter equilibrada a remuneração devida ao particular.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, a fim de que se mantenha a estabilidade da relação original avençada entre a empresa contratada e a Administração, remunerando-se de forma justa a obra ou serviço contratados. O texto constitucional assenta expressamente, como direito das partes contratantes, a recomposição do equilíbrio financeiro, no caso de modificação da situação contratual original (art. 37, inciso XXI). São, portanto, hipóteses a ensejar o reequilíbrio da avença: ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis (porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da fiel execução do que fora pactuado), ou em casos de álea econômica e extracontratual.

Ou seja, os custos operacionais se elevaram nos últimos anos, necessitando de imediato se fazer o reajuste da tarifa.

Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, in verbis:

"Intelro teor do Acórdão :

Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20030110914905APC DF

Registro do Acórdão Número : 236627

Data de Julgamento : 05/12/2005

Órgão Julgador : 2ª Turma Cível

Relator : WALDIR LEÔNIO JÚNIOR

Publicação no DJU: 21/02/2006 Pág. : 103 – (até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

1. NO TRADICIONAL ESCÓLIO DE HELY LOPES: "(...) EQUAÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO É A RELAÇÃO ESTABELECIDA INICIALMENTE PELAS PARTES ENTRE OS ENCARGOS DO CONTRATADO E A RETRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA A JUSTA REMUNERAÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE. ESSA RELAÇÃO ENCARGO-REMUNERAÇÃO DEVE SER MANTIDA DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, A FIM DE QUE O CONTRATADO NÃO VENHA A SOFRER INDEVIDA REDUÇÃO NOS LUCROS NORMAIS DO EMPREENDIMENTO.

ASSIM, AO USAR DO SEU DIREITO DE ALTERAR UNILATERALMENTE AS CLÁUSULAS REGULAMENTARES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE VIOLAR O DIREITO DO CONTRATADO DE VER MANTIDA A EQUAÇÃO FINANCEIRA ORIGINARIAMENTE ESTABELECIDADA, CABENDO-LHE OPERAR OS NECESSÁRIOS REAJUSTES ECONÔMICOS PARA O RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO" (IN DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO; 27 ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002, P. 209).

2. O AUTOR ALEGOU E PROVOU, SOBEJAMENTE, QUE OS SERVIÇOS PRESTADOS EXORBITARAM SOBREMANEIRA AS DIMENSÕES DO OBJETO INICIALMENTE ESTIMADAS NO CONTRATO. A RÉ, POR OUTRO LADO, JAMAIS SE DESINCUMBIRA DO ÔNUS DE ILIDIR ESSE FATO. SEJA PORQUE SEQUER O CONTESTARA; SEJA PORQUE, INSTADA A ENUMERAR AS PROVAS QUE EVENTUALMENTE PRETENDESSE PRODUZIR, QUEDARA-SE INERTE. SENDO ASSIM, MALGRADO PERSISTA A RÉ NO ARGUMENTO SEGUNDO O QUAL NÃO ESTARIA PROVADO, NOS AUTOS, O EXCESSO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, É INCENSURÁVEL A R. SENTENÇA. (INTELIGÊNCIA DO § 6º. DO ART. 65 DA LEI N. 8.666/93: "EM HAVENDO ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE AUMENTE OS ENCARGOS DO CONTRATADO, A ADMINISTRAÇÃO DEVERÁ RESTABELECER, POR ADITAMENTO, O EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO INICIAL").

3. RECURSO CONHECIDO, PRELIMINARES REJEITADAS E, NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO, MANTIDA A R. SENTENÇA APELADA. UNÂNIME. (20030110914905APC, Relator WALDIR LEÔNIO JÚNIOR, 2ª Turma Cível, julgado em 05/12/2005, DJ 21/02/2006 p. 103)

Decisão

NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

MANUTENÇÃO, INDENIZAÇÃO, DANO MATERIAL, CONTRATO ADMINISTRATIVO,

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SUPERIORIDADE, ÁREA, OBJETO, ATRASO, PAGAMENTO, APLICAÇÃO, MULTA, INOBSERVÂNCIA, DEVIDO PROCESSO LEGAL, INOCORRÊNCIA, IMPUGNAÇÃO, RÉU, NECESSIDADE, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO; IMPROCEDÊNCIA, LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, INEXISTÊNCIA, DOLO, AUTOR, OMISSÃO, INFORMAÇÃO.

Ramo do Direito DIREITO ADMINISTRATIVO

Referência Legislativa - LEI DE LICITAÇÃO - FED LEI-8666/1993

ART-87 - FED LEI-9784/1999 ART-3

Doutrina

MEIRELES, HELY LOPES. DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 27ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2002. P. 209. MELO, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 17ª ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2004. P. 595."

Ao enfrentar a mesma questão, o TJDF adotou posição idêntica, ou seja, de que a Administração pública está obrigada a respeitar a equação econômico-financeira, in verbis:

"Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL 20020150008421APC DF

Registro do Acórdão Número : 190248

Data de Julgamento : 01/12/2003

Órgão Julgador : 5ª Turma Cível

Relator : DÁCIO VIEIRA

Publicação no DJU: 13/05/2004 **Pág. :** 72
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994 na Seção 3)

Ementa

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÕES UNILATERAIS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO. PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NÃO PODE AFRONTAR O DIREITO DO CONTRATADO, MANTENDO-SE A EQUAÇÃO FINANCEIRA ESTABELECIDADA INICIALMENTE, DE MODO A RESTABELECER, NESTAS SITUAÇÕES, O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO AJUSTE FIRMADO PELAS PARTES.

Decisão

CONHECER E DAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Indexação

PROCEDÊNCIA, CONDENAÇÃO, ENTE PÚBLICO, PAGAMENTO, INDENIZAÇÃO, EMPRESA, OBSERVÂNCIA, APURAÇÃO, VALOR, LAUDO PERICIAL, ALTERAÇÃO, OBJETO, CONTRATO ADMINISTRATIVO, EXECUÇÃO, SERVIÇO, INCIDÊNCIA, ÔNUS, CONTRATADO, ATO UNILATERAL, ADMINISTRAÇÃO, NECESSIDADE, COMPOSIÇÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

Ramo do Direito

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Referência Legislativa

SÚM-54 STJ

FED LEI-8666/1993 ART-7 FED LEI-8883/1994

Observações

TJDF EIC-50474/00 TJDF APC-7678/00"

Não se nega, por óbvio, que a Administração Pública pode unilateralmente tomar decisões (discricionariedade), inclusive, alterando as regras estabelecidas no contrato. Contudo, deverá manter o equilíbrio da equação econômico-financeiro para não causar prejuízo ao particular.

Ou seja, se é certo que o interesse público prevalece sobre o particular - por isso que a Administração tem preponderância no contrato -, também é correto afirmar que o particular não pode custear esse interesse.

Percebe-se, dessa forma, que não se nega o direito à Administração de usar da sua discricionariedade para tomar as providências que entender necessárias (ajustar aumento dos rodoviários). Todavia, ao fazê-la, deve respeitar o equilíbrio devido à equação econômico-financeira.

Sobre a necessidade de se manter íntegro os ditames do contrato e, em específico o valor das tarifas (equação econômico-financeiro), a jurisprudência é unânime:

"ADMINISTRATIVO - EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO - PERMISSÃO - OUTORGA A PRAZO FIXO - CONCESSÃO - REAJUSTE DE TARIFAS - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO.

- Na execução de serviço de transporte mediante permissão, impõe-se o reajuste de tarifas, sempre que necessário para restabelecer o equilíbrio financeiro do empreendimento (DL 2.300/86, Art. 55).

- O credenciamento de empresa privada para executar serviço de transporte, a título permanente e a prazo certo traduz concessão, não singela permissão.' (RESP 120.113/MG, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.06.2000, DJ 14.08.2000 p. 141) – grifou-se.

'ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERMISSONÁRIAS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. INSURGÊNCIA CONTRA COBRANÇA INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO SHDU-42, DO SR. SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO. TAXA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. DIFERENCIAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- ALEGAÇÃO DE TRATAR-SE DE RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMTU, OS QUAIS POSSUEM NATUREZA CONTRATUAL E CONFIGURAM PREÇO PÚBLICO OU TARIFA. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. NATUREZA TRIBUTÁRIA DA MALSINADA COBRANÇA QUE, PARA SUA LEGALIDADE, SOMENTE PODERIA SER INSTITUÍDA POR LEI.

- RECURSO PROVIDO. (RMS 582/SP, Rel. Ministro AMÉRICO LUZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 30.10.1991, DJ 11.11.1991 p. 16138) – grifou-se.”

E há de salientar o princípio da igualdade, uma vez que tanto as operadoras das bacias como a cooperativa, são permissionárias do serviço público e obrigatoriamente devem ter o tratamento igualitário. Não podendo o poder público sob qualquer argumento, aplicar condições e tarifas com valores para determinadas permissionárias e deixar outras a própria sorte.

Nestes anos de operação da Cooperativa, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação da Cooperativa.

Isto posto, REQUER:

- 1) O pagamento da tarifa de R\$ 2,32050, uma vez que é a tarifa encontrada com base no custo Km, Receita passageiro e equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 2) O pagamento o desequilíbrio apurado desde o ano de 2008, conforme estudo em anexo, no montante de R\$ 7.940.663,32.
- 3) Que seja primeiramente efetuada a migração da tarifa para o modelo atualmente adotado, e o reajuste imediato da tarifa.

Requer em caráter de urgência que seja deferido o reajuste da tarifa antes mesmo que qualquer estudo acerca do pagamento do desequilíbrio encontrada no estudo anexo.

Termos em que
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 11 de agosto de 2014.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

COOPATAG

TARIFA TÉCNICA

E

DESEQUILÍBRIO

COOPATAG

TARIFA TÉCNICA

FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

DADOS DEMONSTRATIVO - INSUMOS E OUTROS

FLUXO DE CAIXA - COOPATAG

[illegible]

Quilômetros Anual	2.353.390,16
Passageiros Transportados	7.566.711,00
DIESEL R\$/KM	0,5797
Preço Litro	R\$ 2,18
Produtiv.	3,2
Lubrificante R\$/Km	0,00920
Preço por litro	R\$ 6,90
Rodagem	0,04151
Preços Novos	4.320,00
Km a serem rodados total	53.000
TEÇAS	0,7400

TOTAL	ITEM	ADMINISTRATIVO
		Montante Anual (R\$)
	Água	12.748,45
	Energia e Licenças	38.636,36
	Comunicação	8.870,40
	Conservação Predial	9.090,91
	Energia Elétrica	168.080,00
	Equipamentos e Software	-
	IPU	18.181,82
	Salário de Expediente	129.528,21
	Outras Despesas	13.636,36
	Outros Seguros	-
	Seguro Responsabilidade Civil	11.363,64
	Serviços de Terceiros	9.437,19
	Veículos de apoio	9.245,38
TOTAL		428.313,73

Quant.	FOLHA ANUAL + ENCARGOS + BENEFÍCIOS	Salário médio	Total + Encargos
104	V.ônibus	1.928,47	4.079.408,30
102	Cebader	1.006,22	2.087.584,51
15	Operação	1.482,66	452.158,75
34	V.ambulância	1.291,72	893.305,22
15	Administração	1.085,31	331.128,69
270			
270	CESTA	196,55	636.822,00
270	ALIMENTAÇÃO	417,32	1.352.116,80
270	PLANO DE SAÚDE	165,00	534.600,00
270	SEGURO DE VIDA	10,00	32.400,00
		748,87	3.555.038,80

Præsum	Nº	Preço	Total	Kilometragem
Naval	6	770.00	4.320.00	
			4.320.00	53.000.00

DEPRECIACÃO DE REMUNERAÇÃO						
	Quantitativo	Preço	Pnauis	Total		
2008	50	177.000,00	173.197,93	8.659.896,62		
	Período		Coefficiente	Depreciação	Residual	Remuneração
7	2009	2010	0,18750	1.623.730,62	7.036.166,01	1.039.187,59
6	2010	2011	0,16071	1.391.769,10	5.644.396,91	844.339,92
5	2011	2012	0,13393	1.159.807,58	4.484.589,32	677.327,63
4	2012	2013	0,10714	927.846,07	3.556.743,26	538.150,72
3	2013	2014	0,08036	695.884,55	2.860.858,71	426.609,19
2	2014	2015	0,05357	463.973,03	2.396.885,67	343.303,04
1	2015	2016	0,02679	231.961,52	2.164.924,16	287.632,38
				6.494.924,47		
			Residual	2.164.924,16		
			Compara	8.659.896,62		

[illegible]

	Quantitativo	Preço	Pneus	Total	
2014	50	250.000,00	245.680,00	12.284.000,00	
	Período		Credenciais	Depreciação	Residual
7	2023	2024	0,18750	2.303.250,00	9.980.750,00
6	2024	2025	0,16071	1.974.214,29	8.016.535,71
5	2025	2026	0,13393	1.645.178,57	6.381.357,14
4	2026	2027	0,10714	1.316.142,86	5.045.214,29
3	2027	2028	0,08036	987.107,14	4.058.107,14
2	2028	2029	0,06357	658.071,43	3.400.035,71
1	2029	2030	0,02679	329.035,71	3.071.000,00
			0,75000	9.213.000,00	
			Residual	3.071.000,00	
			Compras	12.284.000,00	
					Remuneração
					3.474.080,00
					1.197.690,00
					960.784,29
					763.352,86
					605.425,71
					486.972,86
					408.004,29

DADOS DEMONSTRATIVO - INSUMOS E OUTROS - COOPATAG

OUTORGA SALDO EM MAIO/2014	4.592.557,65
OUTORGA RENOVACÃO - ESTIMADA	9.937.150,38

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
DEPRECIAÇÃO													
DEPRECIAÇÃO DA FROTA	386.602,13	386.602,13	987.107,14	2.193.571,43	1.864.535,71	1.531.500,00	1.206.464,19	877.428,57	548.332,86	987.107,14			
DEPRECIAÇÃO EDIFICAÇÕES	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00			
DEPRECIAÇÃO INSTALAÇÕES - GARAGEM	250.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00			
DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTOS - GARAGEM	150.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00			

DADOS DO ÚLTIMO ANO

	Passagem	Km	Receita
jun-13	596.336	83.984	894.504
jul-13	579.697	80.724	868.546
ago-13	659.384	91.063	988.076
set-13	621.411	91.398	932.117
out-13	632.744	112.948	979.116
nov-13	609.886	216.771	914.828
dez-13	576.945	277.478	865.478
jan-14	498.218	255.683	795.327
fev-14	583.409	236.715	890.114
mar-14	549.043	235.887	853.565
abr-14	548	641	852
abr-14	572.900	236.766	859.850
abr-14	3.910	1.784	5.865
mai-14	585.027	231.839	892.541
mai-14	4.294	2.132	6.441
jun-14	440.105	189.448	660.158
jun-14	794	128	1.191
	7.566.711	2.353.390	11.350.067

PREMISSAS BÁSICAS DO SISTEMA DE OPERAÇÃO COM MICRO ÔNIBUS

COOPATAG

A – CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. Combustível – A produtividade (relação litro por quilômetro) vem diminuindo ano a ano. Em 2009 era de 3,5 km por litro e atualmente está em 3,2 km/litro, ou 0,3125 litros/km, pois com certeza há um número maior de paradas e consequentemente de reduções e acelerações na operação dos veículos, pois inicialmente esta produção era de 3,5 Km por litro
2. Lubrificante (geral) – neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica com consumo de 10 litros a cada 15.000 km – $(\text{Preço do óleo} \times 10 \text{ litros}) \div 15.000 = \text{coeficiente R\$Km}$.
3. Rodagem – Não há utilização de recapagem, a experiência mostrou que seria necessário a utilização de pneus de alta performance – mesmo assim a produtividade era baixa desta forma utilizamos os pneus somente uma vez . Dependendo do lote de fabricação a quilometragem média ficou em 53.0000 km por jogo de seis pneus;
4. Pecas de Reposição – Neste item utilizamos os parâmetros históricos determinados pela operação e não os definidos pela Resolução nº 4618/95 – (0,0083 % do preço médio do veículo considerando o PMA médio de todas as cooperativas) pois os valores encontrados seriam superiores aos da operação.

II - PESSOAL

- Utilizamos dois motoristas e dois cobradores por veículo operacional mais folguistas e feristas, além disto considerando que o horário atual é de 07h20min horas por turno e como a operação ultrapassa o somatório destes horários, optamos por um adicional fracionado de empregados.
- Atualmente utilizamos 104 motoristas e 102 cobradores – ou seja, um FU de 2,08 e 2,04 respectivamente por função.
- A operação – (exceto motorista e cobradores), mantém atualmente 15 funcionários incluídos os despachantes – neste caso o FU é de 0,30;
- Na atividade de manutenção são alocados 38 funcionários para 50 micro ônibus – FU de 0,68 – independente da função.
- Nas demais funções administrativas são alocados - 18 funcionários , neste caso o FU é de 0,36;

CS

[assinatura]

- Algumas funções têm os seus salários estabelecidos nas convenções coletivas, outras pelo mercado de trabalho.
- A questão operacional dos micros não difere muito da operação dos ônibus convencionais. Desta forma utilizamos os parâmetros da Resolução nº 4618/95 como comparativo, vejamos:

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Empresa
Motorista	2,523	2,04
Cobrador	2,523	2,08
Operação	0,277	0,30
Manutenção	0,932	0,68
Administração	0,370	0,36

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%
Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
INCRA	0,20%
SENAT	1,00%
SEST	1,50%
SEBRAE	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,80%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%
Sub total	23,10%

Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso Indenizado	0,03%
Multa FGTS	4,02%

- Ainda no cálculo da Tarifa básica foi considerado o valor de R\$ 9.937.150,38 (renovação da outorga) como o valor pago inicialmente, corrigido pelo IGPM que será devido no 10º ano de operação (para prorrogação do contrato)

6. TARIFA TÉCNICA : R\$ 2,32050

DESEQUILÍBRIO


1. Considerando que não há norma aprovada específica para a operação com micro ônibus;
2. Considerando que a norma aprovada para sistema convencional, STPC/DF, data de 1995;
3. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento de micro ônibus para todo o período;
4. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando alguns parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95;
5. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
6. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
7. Os déficits e/ou superávits, foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
8. Tais cálculos são resumidos abaixo:

Ano	Valor Nominal	Valor Corrigido
2009	1.173.263,46	2.429.759,05
2010	247.857,35	476.862,42
2011	633.970,04	1.071.509,51
2012	-432.205,88	-629.052,63
2013	2.036.769,17	2.411.704,03
2014	2.088.153,96	2.179.880,94
TOTAL	5.747.808,09	7.940.663,32

Brasília, 31 de julho de 2014


Leonardo de Faria e Silva

CORECON/DF nº 1.165


Artur da Silva

CORECON/DF nº 2.853

DOC. 04

PARECER JURIDICO DO

DFTRANS SOBRE

PEDIDO TARIFA E

EQUILIBRIO

08/09/2014



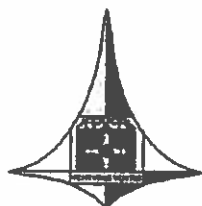
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

Interessado: PERMISSONÁRIAS CONTRATADAS NO ÂMBITO DOS
PROCESSOS LICITATÓRIOS REGIDO PELOS EDITAIS N.º 1 E 2, AMBOS DE
2007.

PARECER

Ementa. Direito administrativo. Contrato administrativo.
Revisão contratual. Descompasso entre os custos
integrals e a remuneração do operador. Viabilidade da
revisão contratual. Possibilidade política de se reajustar a
tarifa pública ou de se adotar o subsídio tarifário conforme
entendimento a ser adotado pelo Excelentíssimo Senhor
Governador do Distrito Federal.

Consulta-me, o MD. Senhor Diretor Técnico da
Autarquia, acerca da possibilidade jurídica de se adotar o modelo de
remuneração previsto nos contratos encetados no bojo dos procedimentos
licitatórios regidos pelos editais n.º 1 e 2, ambos de 2007, tendentes a
delegação da prestação de serviços de transporte público coletivo no âmbito do
serviço básico.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

O fundamento da controvérsia reside no fato de os serviços terem sido, até hoje, remunerados pela arrecadação tarifária resultante da tarifa pública.

E, alfim, as cláusulas contratuais se vinculam às disposições da Lei n.º 4.011, de 12 de setembro de 2007.

As cláusulas concernentes à remuneração são as seguintes:

EDITAL N.º 1/2007 – microônibus:

CLÁUSULA NONA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1 A remuneração dos serviços será efetuada com base no disposto na Lei Distrital n.º 4.011, de 12.09.2007, bem como em outras disposições que venham a ser estabelecidas para a gestão do STPC/DF.

9.2 Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados pelas seguintes receitas:

9.2.1 as receitas operacionais advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados;

9.2.2 receitas não operacionais, advindas de exploração de publicidade nos veículos e de outras que lhes forem destinados.

9.3 A Câmara de Compensação e receitas tem o seu funcionamento regulado pela Lei Distrital n.º 4.011, de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

12.09.2007.

9.4 A metodologia para apuração dos custos unitários dos serviços do STPC/DF segue ao estabelecido na Resolução n.º 4.618/95, com alterações da Resolução n.º 4.669/97, ambas do Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC/DF;

9.5 Poderá a Secretaria de Estado de Transportes, sempre no interesse da Administração, ouvido o CTPC/DF, promover modificações na sistemática de apropriação dos custos operacionais, bem como alterar a periodicidade das revisões tarifárias.

9.6 As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos, provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

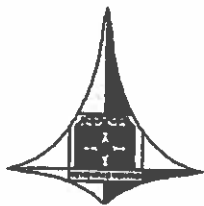
EDITAL N.º 2/2007 Ônibus convencional

CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Parágrafo primeiro – A unidade da medição dos serviços prestados será o quilômetro rodado.

Parágrafo segundo – os valores a remunerar por unidade do serviço serão calculados em função de:

- 1 – alocação da frota por tipo de linha, que poderá ser urbana "A" ou de metropolitana "B";
- 2 – Percurso Médio Anual – PMA, decorrente do tipo de linha;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

3 – Perfil etário da frota;

4 – composição tipológica da frota descrita na Cláusula Primeira, parágrafo, adotando-se para o cálculo dos custos de capital do valor médio ponderado dos preços dos tipos básicos dos ônibus constantes do lote.

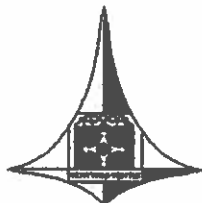
Parágrafo terceiro: O preço unitário final a ser utilizado na remuneração do custo total admitido da Permissonária será média dos preços unitários dos dois tipos de linha, ponderada de acordo com a produção quilométrica especificada para cada tipo de linha. A média ponderada dos preços unitários será recalculada sempre que houver modificações na especificações na especificação.

Parágrafo quarto: Poderá a DFTRANS, sempre no interesse da Administração, ouvido o CTPC, promover modificações na sistemática de apropriação dos custos operacionais, bem como alterar a periodicidade das revisões tarifárias.

Parágrafo quinto: Em havendo alteração unilateral do Contrato que afete o seu equilíbrio econômico financeiro inicial, o Distrito Federal deverá restabelecer esse equilíbrio concomitante à alteração.

Parágrafo sexto – As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Parágrafo sétimo – A emissão, a comercialização e o resgate



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA - LEGISLATIVA

do vale-transporte devem atender ao disposto nos Decretos de n.º 14.329/92, 15.214/93, 15.589/94, na Lei n.º 2.661, de 03 de janeiro de 2001 e na Portaria n.º 98-ST, de 22 de outubro de 2007. (grifei).

Em síntese, eis os fatos.

Passo a opinar.

**DO MARCO CONSTITUCIONAL E LEGAL PARA A FIXAÇÃO DAS TARIFAS
E DE SUAS MODALIDADES.**

Consta da Constituição Federal:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...).

XI - trânsito e transporte;

(...).

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...);

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;(grifei).

O Distrito Federal, por disposição expressa do Artigo 32, § 1º da Constituição, tem competência legislativa e material deferida aos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA APOSSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

estados e aos municípios, razão pela qual remanesce a sua competência para a organização e a manutenção do transporte público.

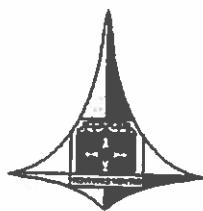
Mister se faz, assim, entender-se o que seja a competência legislativa privativa.

Cai a lano a lição do Constitucionalista José Afonso da Silva¹, que, acerca do tema, leciona:

1. **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.** Toda matéria de competência da União é suscetível de regulamentação mediante lei (ressalvado o disposto nos arts. 49, 51 e 52), conforme dispõe o art. 48 da CF. Mas os arts. 22 e 24 especificam seu campo de competência legislativa. O primeiro enumera as hipóteses de competência legislativa privativa, enquanto o segundo indica as matérias de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

2. **COMPETÊNCIA PRIVATIVA E COMPETÊNCIA EXCLUSIVA.** A doutrina, às vezes, faz distinção entre "competência privativa" e "competência exclusiva". A primeira indicaria matéria de competência própria, peculiar, de uma entidade ou de algum órgão, enquanto a segunda indicaria a competência de uma entidade ou de algum órgão, enquanto a segunda indicaria a competência de uma entidade de uma

¹In Comentário contextual à constituição, 2ª edição, págs. 263/264, São Paulo: Malheiros, 2006.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

entidade ou de algum órgão com exclusão de qualquer outro. A primeira possibilitaria delegação de atribuições. A segunda não o admitiria. A Constituição não é precisa em relação a essa distinção, porque usa de preferência a competência privativa, e só em uma hipótese fala em "competência exclusiva" no art. 49, onde define áreas de competência exclusiva do Congresso nacional. E aqui as matérias são insuscetíveis de delegação.

Imperioso gizar-se que a legislação acerca da competência privativa da União, conforme previsto no art. 22, p.º da Constituição pode ser objeto de delegação aos estados mediante edição de lei complementar.

Nesse sentido, vale trazer a lição do Ministro Gilmar Mendes *et al* que, acerca do tema, ensina²:

Os assuntos mais relevantes e de interesse comum à vida social no país, nos seus vários rincões estão enumerados no catálogo do art. 22 da CF.

O parágrafo único do art. 22 prevê a possibilidade de lei complementar federal vir a autorizar que os Estados-membros legislem sobre questões específicas de matérias relacionadas no artigo.

²In Curso de direito constitucional, Gilmar Ferreira Mendes, Inocência Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco, 2ª edição, revista e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2008.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

Trata-se de mera faculdade aberta ao legislador complementar federal. Se for utilizada, a lei complementar não poderá transferir a regulação integral de toda uma matéria da competência privativa da União, já que a delegação haverá de referir-se a questões específicas.

Nada impede que a União retome a sua competência, legislando sobre o mesmo assunto a qualquer momento, uma vez que a delegação não se equipara a abdicação de competência.

Consequentemente emerge-se que:

- incumbe privativamente à União legislar sobre transporte público;
- ao Municípios (e por conseguinte, ao Distrito Federal) compete organizar e manter – em conformidade com a diretrizes fixadas pela União – o serviço de transporte público coletivo;
- a União poderá, mediante delegação por lei complementar, delegar aos Estados Membros (e ao Distrito Federal) a competência para regular o transporte público;
- essa delegação não existe.

Sendo assim, editou-se a Lei Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n.º 12.587, de 3.1.2012), que acerca de tarifa no sistema do transporte público, dispôs:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

Art. 8º A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes:

I - promoção da equidade no acesso aos serviços;

II - melhoria da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços;

III - ser instrumento da política de ocupação equilibrada da cidade de acordo com o plano diretor municipal, regional e metropolitano;

IV - contribuição dos beneficiários diretos e indiretos para custeio da operação dos serviços;

V - simplicidade na compreensão, transparência da estrutura tarifária para o usuário e publicidade do processo de revisão;

VI - modicidade da tarifa para o usuário;

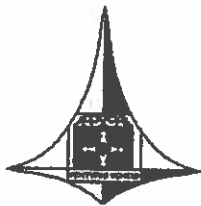
VII - integração física, tarifária e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte público e privado nas cidades;

VIII - articulação interinstitucional dos órgãos gestores dos entes federativos por meio de consórcios públicos; e

IX - estabelecimento e publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo. (grifei).

Decorre da Lei:

1. a tarifa é instrumento de incremento de eficácia e da eficiência da prestação de serviços;
2. ela deve ser módica para o usuário;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA - LEGISLATIVA

3. deve propiciar a integração tarifária.

Quando dispõe especificamente acerca da tarifa, eis os conceitos a serem observados:

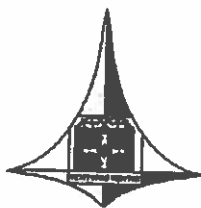
Art. 9º O regime econômico e financeiro da concessão e o da permissão do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público.

§ 1º A tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou privado, além da remuneração do prestador.

§ 2º O preço público cobrado do usuário pelo uso do transporte público coletivo denomina-se tarifa pública, sendo instituída por ato específico do poder público outorgante.

§ 3º A existência de diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário denomina-se déficit ou subsídio tarifário.

§ 4º A existência de diferença a maior entre o valor



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário denomina-se superavit tarifário.

§ 5º Caso o poder público opte pela adoção de subsídio tarifário, o déficit originado deverá ser coberto por receitas extratarifárias, receitas alternativas, subsídios orçamentários, subsídios cruzados intrasetoriais e intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, dentre outras fontes, instituídos pelo poder público delegante.

§ 6º Na ocorrência de superavit tarifário proveniente de receita adicional originada em determinados serviços delegados, a receita deverá ser revertida para o próprio Sistema de Mobilidade Urbana.

§ 7º Competem ao poder público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço e da tarifa pública a ser cobrada do usuário.

§ 8º Compete ao poder público delegante a fixação dos níveis tarifários.

§ 9º Os reajustes das tarifas de remuneração da prestação do serviço observarão a periodicidade mínima estabelecida pelo poder público delegante no edital e no contrato administrativo e incluirão a transferência de parcela dos ganhos de eficiência e produtividade das empresas aos usuários.

Daf:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

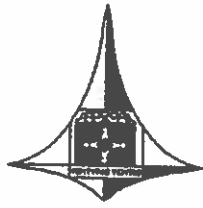
1. o preço público cobrado do usuário é denominado a tarifa pública;
2. as tarifas devem cobrir os reais custos do serviço, inclusive a remuneração do prestador;
3. se a tarifa pública for inferior – hipótese de déficit ou subsídio tarifário – deverá ser complementada “por receitas extratarifárias, receitas alternativas, subsídios orçamentários, subsídios cruzados intrasetoriais e intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, dentre outras fontes instituídos pelo poder público delegante.”.

Pois bem. A matéria, no âmbito do Distrito Federal, é regulada pela Lei n.º 4.011, de 12 de setembro de 2007. Nesse tópico, eis a Lei:

Art. 16. A política tarifária adotada para o STPC/DF deverá buscar atender os seguintes princípios:

- I – promover a mobilidade da população de baixa renda;
- II – manter o equilíbrio econômico-financeiro do STPC/DF;
- III – incentivar a implementação da integração tarifária do STPC/DF;
- IV – definir estrutura tarifária simples e adequada às peculiaridades do Distrito Federal;
- V – controlar a utilização de gratuidades e descontos;
- VI – gerenciar a demanda, incentivando movimentos nos períodos entre os horários de pico.

Art. 17. As tarifas dos serviços integrantes do STPC/DF serão fixadas pelo Poder Executivo, com base em estudos de custos.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

e tarifas desenvolvidos pela entidade gestora, observadas as disposições legais e ouvido, previamente, o CTPC/DF.

§ 1º A entidade gestora poderá propor preços promocionais, ouvido o CTPC/DF.

§ 2º O valor médio ponderado do conjunto das tarifas fixadas e os preços promocionais de que trata o § 1º deste artigo não poderão interferir negativamente no equilíbrio econômico-financeiro do STPC/DF e nem constituir razão para reivindicação de aumento da tarifa.

Art. 18. Os serviços do STPC/DF serão remunerados pelo produto da arrecadação tarifária.

§ 1º As receitas provenientes da execução de outros serviços vinculados ao STPC/DF poderão ser revertidas em benefício da modicidade da tarifa.

§ 2º A efetivação das disposições contidas no § 1º deste artigo será objeto de regulamentação específica pela Secretaria de Estado de Transportes.

Art. 19. A legislação que vier a instituir isenções ou reduções tarifárias de qualquer natureza e quaisquer outros custos deverá dispor expressamente sobre as fontes específicas de recursos para seu financiamento, nos termos do art. 35 da Lei federal nº 9.074/1995 e da legislação distrital pertinente.

Art. 20. Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados pelas seguintes receitas:

I – receitas operacionais, advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados;

II – receitas não-operacionais, advindas da exploração de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

publicidade nos veículos e de outras que lhes forem destinadas, ouvido o CTPC/DF.

Parágrafo único. A receita em espécie será recebida por cobrador, vedado o exercício dessa função pelo condutor

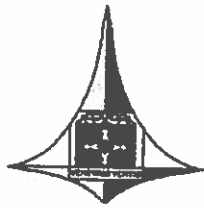
Impende registrar-se os seguintes "senões":

1. organizar e manter o serviço de transporte público não importa em criar conceitos que sejam colidentes com a Lei Nacional;
2. a Lei 4.011 deve ser interpretada restritivamente, eis que editada dentro da competência municipal que não admite delegação da legislação privativa da União;
3. os conceitos constantes da Lei n.º 4.011 devem ser lidos à luz da Lei 12.587 e os colidentes são, diante da competência privativa da União inválidos.

Por conseguinte, ainda que em perfunctório exame, se admite o pagamento subsidiário da tarifa pública de forma a integralizar a remuneração das permissionárias.

Relevante relembrar-se que o sistema deverá se manter equilibrado e, nesse passo, a Lei 4.011 instituiu a Câmara de Compensação de Receitas e Créditos.

No entanto, os novos contratos, sabidamente, estão



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

desequilibrados e o pagamento da diferença, ou seja, suportar-se o déficit orçamentário somente é possível pela previsão da Lei n.º 12.587 que tornou sem qualquer efeito as disposições contrárias da Lei 4.011.

Ademais, o Poder Público, ao publicar o Edital n.º 1/2011 fez a opção pela adoção dessa modalidade e violaria a boa-fé objetiva, notadamente o instituto do *venire contra factum proprium* (proibição de comportamentos contraditórios) a negativa de se adotar a mesma fórmula, salvo imediato reajuste no preço público.

DA SITUAÇÃO CONTRATUAL E DA POSSIBILIDADE DE SE REMUNERAR AS OPERADORAS PARA ALÉM/AQUÉM DA ARRECADAÇÃO DA TARIFA PÚBLICA. DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO CONTRATUAL.

Como já se asseriu no preâmbulo existem duas situações:

- os contratados pelo edital n.º 1/2007 são remunerados pela tarifa pública e pelo resgate de créditos;
- os contratados pelo edital n.º 2/2007 são remunerados da mesma forma, tendo o contrato estabelecido que a unidade de medição da remuneração e o custo do quilômetro rodado.

Este parecerista quedou-se a analisar as diferenças operacionais, eis que ambos contratos são destinados à prestação de serviços



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

de transporte público coletivo no serviço básico do STPC.

Não encontrou razão, motivo pelo qual ambos devem ser interpretados considerando o custo quilômetro.

E não poderia ser diferente: existentes lacunas ou obscuridade nas cláusulas do contrato, ele deve ser interpretado mediante outros elementos residentes fora do instrumento contratual.

Nesse sentido, a lição de Diógenes Gasparini, que, acerca do tema, lecionava³:

Muitas vezes as cláusulas do contrato administrativo não claras, em razão de suas expressões ou termos não serem precisos. Por esse motivo surge, de um lado, a dúvida quanto ao seu alcance e, de outro, a necessidade de sua interpretação, para precisar-lhe o conteúdo e, por conseguinte, os direitos e obrigações das partes. Assim, interpretar o contrato administrativo é buscar o verdadeiro sentido de suas cláusulas.

Apesar disso, é natural que não se possam interpretar todos os contratos administrativos do mesmo modo, usando iguais critérios. Destarte, devem-se separar os contratos de colaboração aos de atribuição. Os primeiros são os ajustes em que o particular se compromete a executar alguma coisa para a

³In Direito administrativo, 17ª edição, atualizada por Fabrício Motta, pag. 779/780, São Paulo: Saraiva, 2012.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

Administração Pública, enquanto os segundos são os que investem o particular num dado direito ou privilégio. Dos primeiros, são exemplos os contratos de serviço e de obra pública; dos segundos, são exemplos os contratos de concessão de uso de bem público.

(...).

Na dúvida, porém a interpretação do privilégio deve ser restrita, ademais, na exegese do ajuste, não obstante de natureza administrativa, deve-se ter em mente que o vínculo celebrado faz, tal qual nos contratos privados, lei entre as partes. A interpretação, por conseguinte, deve respeitar o essencial, não podendo alterar, por exemplo, o objeto do contrato, tanto quanto não pode desnaturar o que pretenderam as partes.

A par disso, deve-se afirmar que a interpretação há de concentrar-se no texto do contrato e nos documentos que o integram (lei, edital, cadernos de encargos, projetos) e, se de tudo não surgir a correta exegese, deve o intérprete lançar mão de encontráveis fora do contrato, que lhe sejam pertinentes ou que lhe serviram de antecedentes.

sobrevivência!

Ora havendo contrato, imperioso garantir-lhe a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA - LEGISLATIVA

O seu equilíbrio econômico financeiro é imprescindível à função social.

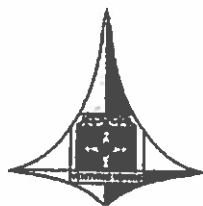
Mesmo que se diga da desigualdade havida nos contratos entabulados pela Administração, ainda assim, não perdem eles a natureza jurídico-contratual.

Nesse passo, valioso trazer-se à colação, a conceituação do administrativista Marçal Justen Filho⁴ que, acerca do tema, leciona:

Reputa-se desnecessário discutir se a figura do contrato administrativo apresenta ou não natureza contratual. Essa discussão – clássica no direito administrativo – refletia a tentativa de adaptar os conceitos de direito privado para o direito público. O que cabe afirmar é que contrato administrativo não se sujeita precisa, exata e integralmente ao regime dos contratos privados.

Daí que os contratos administrativos, embora não submetidos integralmente a regime de direito privado, ainda assim, dada a sua natureza contratual se regem pelos princípios aplicáveis a todos os demais contratos.

⁴In Curso de direito administrativo, 10ª edição, revista, atualizada e ampliada, pág. 479, São Paulo: RT 2014.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

Aliás, a adequada utilização dos princípios – conquanto normas basilares e que dão sustentação ao sistema científico – é imprescindível à adequada interpretação de qualquer contrato.

De outra parte, a subsunção da atividade contratual à ordem jurídica, maximizada no âmbito da Administração pelo princípio da legalidade é inarredável a estrita observação do que diz a Lei.

Isso porque o contrato tem natureza jurídica, por sua força obrigatória e pela relatividade contratual, de lei entre as partes. Ou seja, as cláusulas emergentes da disposição de vontade são coercitivas e obrigatórias.

Nessa estrada, repito, sobrepõem-se os princípios da função social do contrato e da subsunção à ordem jurídica, este último potencializado pelo princípio da legalidade que impele a Administração à praticar – conforme o regime da legalidade estrita – unicamente o que dispõe a lei.

Na função social do contrato – a lição é de Rizzardo⁵ - “leva a prevalecer o interesse público sobre o privado, a impor o proveito coletivo em detrimento do meramente individual, e a ter mais em conta uma justiça distributiva que meramente retributiva. Rompe-se com o princípio

⁵By Arnaldo Rizzardo in Contratos, 13ª edição, revista e atualizada, pág. 20. Rio de Janeiro: Forense, 2013.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

FOLHA 392
TORNAR SEM EFEITO
PROC. 0098.002163/2014
MAT. 2639629

arrimado no velho brocardo latino *suum cuique tribuere* dar a cada um o que é seu".

E prossegue:

FOLHA 393

PROC. 0098.002163/2014

MAT. 2639629

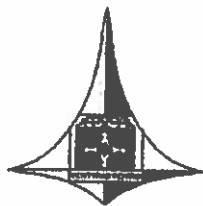
Rompe-se, ainda, o individualismo que estava muito em voga nos Século XIX e até a metade do Século XX, enfatizado por Anatole France, cuja síntese do pensamento definia o justo: "o dever é garantir a cada um o que lhe cabe, ao rico a sua riqueza e ao pobre a sua pobreza.

A função social do contrato decorre da doutrina que se opôs ao liberalismo decorrente da Revolução Industrial e que veio a ser adotada pela Constituição Federal do Brasil de 1988 (...).

Não se olvide, pois, da função social do contrato. É que os contratos em exame geram emprego e produzem riquezas, fazendo valer a garantia constitucional da livre locomoção.

Destarte, deve-se, atento à Lei, se garantir ao operador remuneração que lhe cubra integralmente os custos e a remuneração contratada.

Por conseguinte, a remuneração do operador deve observar a seguinte equação:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA - LEGISLATIVA

$$R_o = (c/km) / IPK$$

onde: R_o é a remuneração do operador, c/km, o custo da operação por quilômetro rodado (inclusive a quilometragem morta) e o IPK é o índice de passageiro por quilômetro.

Se a tarifa pública – que não é totalmente reajustada desde janeiro de 2006 – não é majorada e essa majoração é de competência do Poder Concedente, tem-se a incidência da hipótese de adoção do subsídio tarifário.

Nesse andar, havendo descompasso na equação acima, imperioso que se revise o contrato para o adequar para mais ou para menos.

Nessa revisão, pode-se optar pelo reajuste tarifário que deverá, inclusive, cobrir o passivo ou se pender para o subsídio tarifário.

O subsídio tarifário não se desconforta do contrato, na medida em se insere no valor dos créditos a serem resgatados – na hipótese das permissionárias contratadas no bojo do processado em que tramitou o edital n.º 1/2007 – ou no valor do quilômetro rodado dividido pelo número de passageiros transportados, nos termos do contrato regido pelo edital n.º 2/2007.

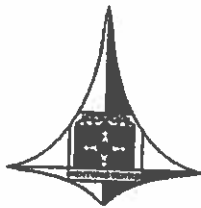
Em ambos casos, em última análise, a remuneração

FOLH A Nº 393
TORNAR SEM EFEITO
2639629

FOLH A Nº 394

PRDC.0098.002163/2014

MAT. 2639629



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

FOLH A 294
TORNAR SEM EFEITO
MAT. 2639629

FOLH A 395

Proc. 8098.002163/2014

MAT. 2639629 @

se dará pelo custo quilômetro – incluída a remuneração do operador e o custo de oportunidade – dividido pelo índice de passageiro por quilômetro.

O conceito acima é, exatamente, o conceito de tarifa técnica.

A adoção do pagamento por tarifa técnica é perfeitamente possível e sem a necessidade de aditivo contratual, pois:

1. as permissionárias contratadas no âmbito do edital n.º 1/2007 são remuneradas pelas "receitas operacionais advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados" sendo que o recebimento em espécie integra o crédito eu subsídio tarifário, também é parte integrante do crédito;
2. as permissionárias cujos contratos se regeram pelo edital n.º 2/ST são remuneradas, observando-se o custo do quilômetro rodado e repartido pela quantidade de passageiros transportada por quilômetro.

Não se olvide de que, existindo passivo e havendo descompasso, ele deve ser sanado, até mesmo por imperativo legal, conforme emerge do comando normativo contido no § 1º do art. 9º da Lei nº 12.587⁶.

⁶ § 1º A tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA - LEGISLATIVA

Assim, se os custos não forem integralmente cobertos – incluída, necessariamente, a remuneração do operador – pena de enriquecimento sem causa, imperioso se revisar as condições de remuneração, adotando-se, se for essa a decisão política, o subsídio tarifário ou a tarifa técnica.

.....

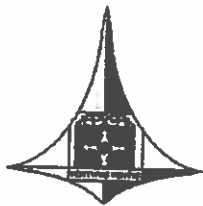
FOLHA Nº 396

PRÓC. 0098.002163/2014

MAI. 2639629 Q

FOLHA Nº 395
TORNAR SEM EFEITO
MAI. 2639629

privado, além da remuneração do prestador.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
GABINETE DO CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO - LEGISLATIVA

FOLHA Nº 396
TORNAR SEM EFEITO
PROC. 0098.002163/2014
MAT. 2639629

FOLHA Nº 397

PROC. 0098.002163/2014

MAT. 2639629 *A*

DA CONCLUSÃO.

Ante o exposto, se conclui pela viabilidade do processamento da revisão contratual, bem como da adoção dessa remuneração por passageiros – nos moldes da tarifa técnica – sendo que o valor pago por passageiro transportado pode ser diverso – para cima ou para baixo – do valor fixado como tarifa pública.

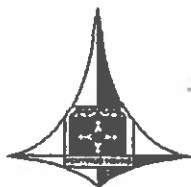
É o parecer.

Adote-se e encarte-se nos autos o presente para todos os processos de revisão propostos no âmbito das contratações encetadas mediante os editais n.º 1/ 2007 e 2/2007, ambos da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal.

À DTE.

Em 1 de setembro de 2014

SAMUEL BARBOSA DOS SANTOS
CHEFE ASSESSORIA JURÍDICO – LEGISLATIVA
MAT. 180.787-0
OAB-DF 18.904



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS
DIRETORIA TÉCNICA

Despacho nº 123/2014.

Referência: Processo nº 0098-002163/2014

Interessado: COOTARDE

Assunto: Inclusão em tarifa técnica e desequilíbrio econômico-financeiro.

Folha nº 398

Processo nº 0098 002163/2014

DP

Rubrica

264.619.6

Matricula

À Gerência de Custos e Tarifas - GCT,

De ordem, encaminhamos o presente para análise e manifestação.

Em 08/09/2014.

Atenciosamente,


Aline Camarano Martins
Assessora Especial

RLLS/msc

TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
SAIN - Setor de Áreas Isoladas Norte – Terminal Ferroviário de Brasília
Sobreloja, Ala Sul. Fone: 3043-0401. Fax: 3043-0403 / CEP: 70.631-900

DOC. 05

**TERMO DE ACORDO
ENTRE COOPERATIVAS
E RODOVIARIOS**

26/09/2014

TERMO DE ACORDO ENTRE COOPERATIVAS DE TRANSPORTE E SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 26 dias do mês de setembro de 2014, as Cooperativas de transporte coletivo, compostas pelas cooperativas: COOBATAETE – Cooperativa Brasiliense De Transportes Autônomos Escolares, Turismo E Especiais do Distrito Federal; COOPATAG – Cooperativa Dos Profissionais Autônomos de Transporte Alternativo Do Gama – DF; COOPERTRAN – Cooperativa Dos Transportes Públicos Do DF; COOTARDE – Cooperativa De Transportes Do Distrito Federal; COOTARDE – Cooperativa De Transportes Do Distrito Federal – Convencional; MSC Locação Transporte e Construções Ltda., juntamente com o Sindicato Dos Rodoviários Do Distrito Federal e a Autarquia Transportes do Distrito Federal - DFTRANS, se reuniram e:

CONSIDERANDO, que as cooperativas acima relacionadas são prestadoras de serviços de transporte urbano em diversas regiões do Distrito Federal;

CONSIDERANDO, que a continuidade do serviço público de transporte é essencial a população;

CONSIDERANDO, que a data base da categoria dos rodoviários é no mês de maio e desde aquela data estão sendo efetuadas tratativas no sentido de composição das reivindicações dos rodoviários;

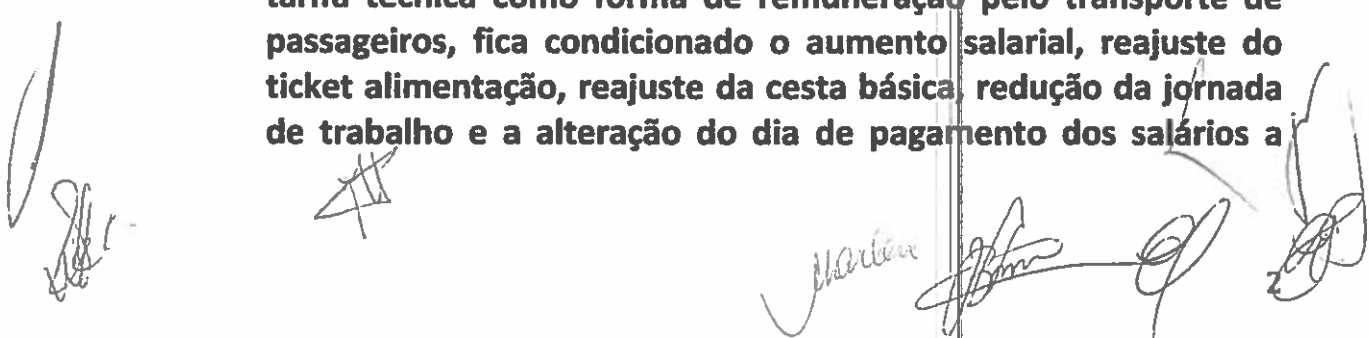
CONSIDERANDO, que tramita no âmbito do Governo do Distrito Federal processo administrativo que analisa a inclusão das cooperativas na modalidade de tarifa técnica como forma de remuneração pelo transporte de passageiros;

CONSIDERANDO, que é o DFTRANS o órgão responsável pela gestão do transporte público; e

CONSIDERANDO, que o Sindicato do rodoviários é a entidade sindical que representa os trabalhadores na área de transporte urbano no Distrito Federal, RESOLVEM, fecharem um acordo nos seguintes termos:

- 1) Será concedido aos trabalhadores vinculados as Cooperativas acima listadas um aumento salarial na razão de 20% (vinte por cento), cujo aumento será retroativo ao mês de maio de 2014;**
- 2) Será concedido aos trabalhadores vinculados as Cooperativas acima listadas, reajuste do Ticket alimentação para R\$ 416,41;**
- 3) Será concedido aos trabalhadores vinculados as Cooperativas acima listadas, reajuste da Cesta básica para R\$ 196,54;**
- 4) Haverá redução da jornada de trabalho de 7 horas e vinte minutos para 6 horas diárias;**
- 5) O pagamento dos salários ocorrerão até o 5o dia útil de cada mês;**
- 6) O pagamento da diferença salarial entre o mês de maio de 2014 até o efetivo recebimento do aumento será paga na razão de um mês a cada mês, ou seja, a diferença do mês de maio será paga no primeiro mês após o aumento e assim sucessivamente, até quitação, que deverá ocorrer até dezembro de 2014.**

Tendo em vista o estudo para implantação da modalidade de tarifa técnica como forma de remuneração pelo transporte de passageiros, fica condicionado o aumento salarial, reajuste do ticket alimentação, reajuste da cesta básica, redução da jornada de trabalho e a alteração do dia de pagamento dos salários a

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller initials and signatures, including one that appears to be 'Mariano'. On the right, there is another large, stylized signature. The signatures are written over the bottom of the text block.

efetiva implantação da tarifa técnica acima mencionada, cuja expectativa de implantação é no mês de novembro de 2014.

Assim, as partes acima indicadas, assinam o presente termo de acordo.

Brasília 26 de setembro de 2014.


**COOBRAETAETE – COOPERATIVA BRASILIENSE DE TRANSPORTES
AUTÔNOMOS ESCOLARES, TURISMO E ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL**


**COOPATAG – COOPERATIVA DOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS
DE TRANSPORTE ALTERNATIVO DO GAMA – DF**


COOPERTRAN – COOPERATIVA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS DO DF


**COOTARDE – COOPERATIVA DE TRANSPORTES DO DISTRITO
FEDERAL**


**COOTARDE – COOPERATIVA DE TRANSPORTES DO DISTRITO
FEDERAL – CONVENCIONAL**


MSC LOCAÇÃO TRANSPORTE E CONSTRUÇÕES LTDA


SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

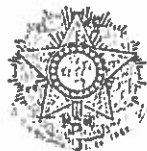

DFTRANS – TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL

DOC. 06

ATA DE REUNIÃO NO

MPDFT

29/09/2014



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

ATA DE REUNIÃO
COOPERATIVA DE TRANSPORTES DO DF, SINDICATOS, MPDFT,
SECRETARIA DE TRANSPORTES/DF

Às catorze horas e trinta minutos do dia 29 de setembro de dois mil e catorze, reuniram-se na Sala 125 do Edifício Sede do MPDFT, localizado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, em Brasília, a Promotora de Justiça Adjunta Cíntia Costa da Silva, o Promotor de Justiça Roberto Carlos Silva, o Promotor de Justiça Adjunto Fábio Macedo Nascimento, o advogado das Cooperativas Wagner Pereira da Silva, o representante da Procuradoria-Geral do DF, o Secretário de Transportes do Distrito Federal

Na presente assentada, o advogado das Cooperativas iniciou a reunião com um breve relato dos fatos e a necessidade de intervenção do Ministério Público na questão dos reajustes tarifários, discrepância de remuneração dos preços públicos, direito dos trabalhadores e similares. Ato seguinte, o Secretário de Transportes discorreu sobre o litígio entre contratantes e contratados, bem como a necessidade de reequilíbrio contratual. Frisou que é de interesse do Distrito Federal que as cooperativas mantenham-se saudáveis economicamente, afirmando que não existe discriminação entre trabalhadores rodoviários. A Promotora de Justiça Adjunta Cíntia indagou sobre os procedimentos adotados para cada cooperativa. O Promotor de Justiça Roberto Carlos Silva questionou acerca de uma data provável para o realinhamento financeiro dos contratos. O Secretário de Transportes explanou que as cooperativas almejam a mudança da tarifa pública para tarifa técnica, denotando as dificuldades enfrentadas em algumas questões em razão do ano eleitoral. O Secretário ainda falou sobre o pleito principal das cooperativas, qual seja, o reajuste do preço público. A Promotora Cíntia apresentou o questionamento de uma solução intermediária. Surgiu de ambas as partes a impossibilidade legal de determinadas mudanças em razão do contrato de licitação. O Secretário de Transportes aditou acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal e seus obstáculos, mas frisou a postura do Distrito Federal no sentido de negociar. A ST/DF ainda reiterou a cogência em não se tratar os rodoviários como de primeira e segunda classe. A Promotora de Justiça Cíntia Costa da Silva trouxe à baila a necessidade de uma nova licitação. O Secretário firmou o compromisso de levar o caso à Procuradoria do DF para que seja lavrado um parecer técnico sobre o caso. O Promotor Roberto Carlos Silva denotou os pontos convergentes que foram ressaltados na presente reunião e a necessidade de resolução dos conflitos, continuando-se as tratativas. O Diretor-Geral do DFTrans compartilhou das dificuldades legais de alteração de tarifas. O Presidente do Sindicato dos Rodoviários expôs a situação crítica e imediatidade de solução. O Secretário de Transportes reafirmou o compromisso de encaminhamento do parecer da PGDF no tempo mais breve possível.

Wagner Pereira de Silva OAB 36467
Advogado das cooperativas.

~~Manoel~~ ~~Alfredo~~ de Silva - 2ª PRODEP

Roberto Carlos Silva - 1ª PRODEP

Fábio Masamoto - 4ª PRODEP

DAVINO ALVES CAVALLANTE

Geni Peres - Coordenadora -

Péricles Filgueiras MCS

Elisa Córreia Sousa OAB/SP 205271 MCS

Jose Walter Vazquez Filho

JAIR TEDESCHI - ~~Flu~~ DE TRANS

Buz Claudio Galvão

SITRATER/DF

Alexandra Camarero Martins

SITRATER/DF

DIOGENES NORI DOS SANTOS JUNIOR

Ednardo Costa Baniro Junior

PGDF

Marlene Vinícius Alves Chagas

Verificações

COORDENADOR

DOC. 07

PEDIDO DE PLANILHA
DE PAGAMENTO DE
PNE/PLE FEITO AS
OPERADORAS

15/10/2014

SEM RESPOSTA



**ILUSTISSIMO SR. DIRETOR GERAL DA TRANSPORTE URBANO DO
DISTRITO FEDERAL - DFTRANS**

- URGENTE -

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, **COOTARDE, COOTARDE CONVENCIONAL, COOPERTRAN, COOBRAETAETE e COOPATAG**, todas, pessoas jurídica de direito privado, prestadora de serviço público de transporte, neste ato, representadas por seus Presidentes e assistidas pelo advogado que assina o presente, vêm respeitosamente a presença de V.Sa. apresentar o que se segue e ao final requerer.

CONSIDERANDO que as requerentes vêm prestando diariamente serviços de transporte urbano de passageiros que possuem passe livre (deficientes e estudantes), tudo nos termos das legislações pertinentes, mais especificamente a **Lei Distrital nr. 4582**, de 07 de Julho de 2011, que:

"dispõe sobre o custeio da gratuidade no transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF na classificação serviço básico e complementar rural, para as pessoas com deficiência e dá outras providências";

E a Lei Distrital nr. 4583 de 07 de Julho de 2011, que "altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.494, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nos serviços de transporte público coletivo"

CONSIDERANDO que o § 5º. do art. 2º. da Lei 4.582/11 dispõe que: ***"Os créditos de que trata esta Lei destinam-se a salários e benefícios dos empregados das operadoras do STPC"***. Da mesma forma, o § 7º. do art. 2º. da Lei 4.583/11 dispõe que: ***"Os créditos de que trata esta Lei destinam-se a salários e benefícios dos empregados das operadoras do STPC/DF"***.

CONSIDERANDO que existe a eminência da paralisação por parte dos empregados das operadoras do STPC que trabalham para as prestadoras de serviço público de transporte, ora requerentes.

CONSIDERANDO a existência de créditos a receber por parte das prestadoras de serviço público de transporte, ora requerentes.

CONSIDERANDO que a previsão legal para pagamento quinzenal de valores devidos referentes a PNE e PLE não vêm sendo cumprida.

CONSIDERANDO que o princípio da ISONOMIA deve ser aplicado a todas operadoras do STPC/DF, devendo a Administração Pública tratar a todas operadoras de maneira igualitária.

CONSIDERANDO o princípio da transparência como sendo este um desdobramento do princípio constitucional da publicidade. E todos atos da Administração devem ser disponibilizados quando solicitados.

CONSIDERANDO a necessidade dos requerentes instruírem futura ação judicial com o fim de receber a devida remuneração pelo transporte realizado e especialmente dar continuidade ao serviço de transporte público.

REQUEREM:

- 1) Que no prazo legal seja apresentada planilha detalhada referentes a PNE, PLE, Vale transporte e Diário com data de pagamento, período que corresponde o pagamento, valor pago, operadora do STPC/DF que recebeu o pagamento e cópia da ordem bancária enviada de cada pagamento dos últimos 6 meses.
- 2) Que no prazo legal seja apresentada planilha detalhada referentes a PNE, PLE, Vale transporte e Diário de valores devidos a todas as operadoras do STPC/DF cujos valores se encontrem em aberto.
- 3) Que seja efetuado o pagamento aos requerentes de todos os valores devidos referentes a PNE, PLE, Vale transporte e Diário.

- 4) Que na impossibilidade de não se realizar o pagamento que seja apresentado o motivo do não pagamento e ainda previsão de data para pagamento.

Termos em que
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 15 de outubro de 2014.



WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

DOC. 08

PARECER

PROCURADORIA/PROCAD/

PROCURADORA- GERAL

17/11/2014



PARECER N. 663/2014 – PROCAD/PGDF
PROCESSO N. 0098-002.163/2014
INTERESSADA: COOTARDE – COOPERATIVA DE TRANSPORTE DO
DISTRITO FEDERAL TRANSPORTE COLETIVO
ASSUNTO: INCLUSÃO DE TARIFA TÉCNICA E DESEQUILÍBRIO
ECONÔMICO FINANCEIRO

ADMINISTRATIVO. CONTRATOS DE CONCESSÃO DECORRENTES DOS EDITAIS NS. 1 e 2/2007-ST. COOTARDE MICRO. PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO. CRITÉRIOS UNILATERAIS E SEM PREVISÃO CONTRATUAL PARA FIXAÇÃO DA TARIFA TÉCNICA.

I – Embora se revele possível, em tese, a análise do pedido de revisão tarifária formulado pela concessionária, não há elementos nos autos que autorizem a concessão imediata de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser elaborado estudo técnico conclusivo, conforme indicação do órgão gestor do STPC/DF, estribado tanto em dados oficiais como na Resolução n. 4.618/95-CTPC/DF, no qual sejam analisados todos os componentes da tarifa técnica, de acordo com a sistemática prevista no edital e no contrato;

II – Parecer pela inviabilidade técnica e jurídica do pedido de revisão tarifária formulado nos autos, na medida em que não há elementos nos autos que autorizem a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.

1. RELATÓRIO

Folha nº:	632
Processo nº:	098.002.163/2014
Assinatura:	<i>[assinatura]</i>
Matrícula nº:	175426-3



A COOTARDE – COOPERATIVA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL propõe a adoção do modelo de tarifa técnica do Edital de concorrência n. 001/2011/reabertura-ST/DF (denominada “concorrência das bacias”) ao seu contrato de adesão n. 004/2008 para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF firmado em 2008, decorrente do Edital de Concorrência n. 1/2007-ST, bem como o pagamento do alegado desequilíbrio econômico-financeiro apurado desde a contratação e o reajuste imediato da tarifa, fls. 2/16.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A COOTARDE – COOPERATIVA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, em seu petítório de fls. 2/16, afirma que firmou, em 2008, contrato de adesão n. 004/2008, fls. 238/246, para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF e que, desde então, acumula prejuízos de alta monta, uma vez que o “poder público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato”, fl. 3. Prossegue com a afirmação de que houve aumento dos custos, pessoal, impostos, ações judiciais etc. sem nenhum reajuste na tarifa, sendo que “existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo”, fl. 3. Assim, pede que seja aplicado ao seu contato o modelo da tarifa técnica adotada nas novas licitações de transportes no Distrito Federal. Aludido modelo considera o custo km, a receita dos passageiros, o valor presente líquido (VPL) desejável, a taxa interna do retorno (TIR) e os investimentos realizados.

Ainda, a requerente traz planilhas para demonstrar as despesas com encargos sociais, impostos e conclui requerendo:

FOLHA 633

PA 098 002 183/2014

RUB. MAT. 390143



"1) o pagamento da tarifa de R\$2,11070, uma vez que é a tarifa encontrada com base no custo km, receita de passageiro e equilíbrio econômico-financeiro do contrato; 2) o pagamento o desequilíbrio apurado desde o ano de 2008, conforme estudo em anexo, no montante de R\$42.900.471,94; 3) que seja primeiramente efetuada a migração da tarifa par o modelo atualmente adotado, e o reajuste imediato da tarifa".

A assessoria jurídico-legislativa do DFTRANS emitiu o parecer de fls. 373/396 pela viabilidade da revisão contratual ante os seguintes fundamentos:

- a matéria se insere no contexto da Lei Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n. 12.587, de 3.1.2012), a qual trata da tarifa no sistema do transporte público. No âmbito do Distrito Federal, vem regulada pela Lei n. 4.011/2007. Aludidos normativos permitem o "pagamento subsidiário da tarifa publica de forma a integralizar a remuneração das permissionárias", fl. 386;

- os novos contratos do Distrito Federal referentes ao sistema de transportes (Edital n. 1/2011) fizeram "a opção pela adoção dessa modalidade e violaria a boa-fé objetiva, notadamente o instituto do *venire contra factum proprium* (proibição de comportamento contraditórios) a negativa de se adotar a mesma fórmula, salvo imediato reajuste no preço público", fl. 387;

- existem duas situações: a) os contratados pelo edital n. 1/2007 são remunerados pela tarifa pública e pelo resgate de créditos; b) os contratados pelo edital n. 2/2007 são remunerados da mesma forma, tendo o contrato estabelecido que a unidade de medição da remuneração e o custo do quilômetro rodado", fl. 387. Na análise de ambos, não encontrou o parecerista motivo "pelo qual ambos devem ser interpretados considerando o custo quilômetro", existentes lacunas ou obscuridades no contrato, ele deve ser interpretado "mediantes elementos residentes fora do instrumento contratual", fl. 388;

- deve ser prestigiada a função social do contrato e garantir ao operador "remuneração que lhe cubra integralmente os custos e a remuneração contratada", fls. 392;

FOLHA: 634

PA 098 002 153/2014

RUB. MAT. 390143



- sugere a seguinte remuneração do operador:

$$Ro = (c/km)/IPK$$

Onde: RO é a remuneração do operador, c/km, o custo da operação por quilômetro rodado (inclusive a quilometragem morta) e o IPK é o Índice de passageiro por quilômetro”;

- considerando que a tarifa pública não é totalmente reajustada desde janeiro de 2006, pode ser adotado o subsídio tarifário que “se insere no valor dos créditos a serem resgatados – na hipótese das permissionárias contratadas no bojo do processado em que tramitou o edital n. 1/2007 – ou no valor do quilômetro rodado dividido pelo número de passageiros transportados, nos termos do contrato regido pelo edital n. 2/2007”. Em ambos os casos, a remuneração se dará pelo “custo quilômetro – incluída a remuneração do operador e o custo de oportunidade – dividido pelo índice de passageiro por quilômetro”. Esse conceito é, “exatamente, o conceito de tarifa técnica”, perfeitamente aplicável e “sem a necessidade de aditivo contratual”, pois: “1. As permissionárias contratadas no âmbito do edital n. 1/2007 são remuneradas pelas ‘receitas operacionais advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados’, sendo que o recebimento em espécie integra o crédito e o subsídio tarifário, também é parte integrante do crédito; 2. As permissionárias cujos contratos se regeram pelo edital n. 2/ST são remuneradas, observando-se o custo do quilômetro rodado e repartido pela quantidade de passageiros transporta por quilômetro”, fls. ³⁹⁴294;

- conclui pela “viabilidade do processamento da revisão contratual, bem como da adoção dessa remuneração por passageiros – nos moldes da tarifa técnica – sendo que o valor pago por passageiro transportado pode ser diverso – para cima ou para baixo – do valor fixado como tarifa pública”, fl. 396.

A Gerência de Custos e Tarifas do DFTRANS emitiu o despacho de fls. 398/403. Destacou que, em 12.08.2014, a solicitação da COOTARDE MICRO foi encaminhada à Gerência de Custos e Tarifas – GCT para análise.

FULRA 635

PA 000 002 183/2014

RUB  MAT. 990143



Os consultores Leonardo de Faria e Silva e Artur da Silva emitiram documento construindo "uma metodologia para a determinação de uma nova tarifa técnica da cooperativa e, expostos todos os cálculos realizados; determinada a existência do **desequilíbrio econômico-financeiro**, na cooperativa em questão e; informado os **valores mensais**, frutos desse **desequilíbrio**. Ressalta-se que a determinação da tarifa técnica foi calculada via **fluxo de caixa**, mesmo padrão adotado no processo licitatório, regido pelo Edital n. 001/2011-ST – Reabertura, em que foram selecionadas as cinco empresas concessionária que irão operar no STPC/DF. Também merece consideração que, para a construção do **fluxo de caixa**, optou-se por calcular as planilhas de custo unitário, respeitando '**alguns**' **parâmetros** estabelecidos na **Resolução n. 4.618-95 – CTPC/DF** e, por fim, foi gerada a tarifa técnica de R\$2,1107, a partir da inserção dos cálculos realizados pelos consultores, no **fluxo de caixa**" (grifos do original).

Após digressões sobre as competências institucionais para determinação da tarifa técnica de operação, destaca que "a regulação e a gestão de quaisquer sistemas de transporte de passageiros devem ser efetivadas por dois tipos de custos: o custo unitário realizado pelos permissionários e/ou concessionários, obtidos a partir dos dados operacionais e econômico-financeiros e; o custo unitário, dito como eficiente. Ressalta-se que este último é de difícil mensuração, pois é necessário utilizar métodos de otimização de programação linear de modo a construir uma fronteira de produção empírica formada por um conjunto de pontos de combinações eficientes de insumos para a produção de um determinado produto baseado nas possibilidades de produção. Ambos os custos, devem ser implementados pelo órgão gestor, ou por consultoria externa, via contrato. Com estas duas ferramentas de análise, o órgão gestor tem a capacidade de regular e gerir o sistema de transportes", fls. 400, grifos do original.

Pondera que "estabelecer parâmetros que caracterizam o regime de eficiência na prestação de serviços do STPC/DF é um grande desafio".

FOLHA: 036

PA 098 002 163/2014

RUB. *fu*

4AT.380143



devendo ser fixadas "regras de operação de tarifação e critérios de desempenho que estimulem as empresas a buscarem o aumento de eficiência econômica". Assim, a Gerência de Custos e Tarifas do DFTRANS "somente tem a expertise de calcular os custos unitários realizados das empresas, desde que estas encaminhem os dados operacionais e econômico-financeiros para que, sejam realizados os estudos dos custos unitários realizados. Posteriormente, os resultados devem ser analisados e depurados por meio de auditorias técnicas nas empresas operadoras do STPC/DF para expurgar as inconsistências", fls. 401, grifos do original.

Cita a criação infrutífera de grupo de trabalho instituído pela Instrução n. 288/2013 para fins de sistematizar e unificar o resgate de créditos da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos, o qual não obteve o resultado desejado porque não se realizou auditoria técnica, posteriormente ao cálculo, visando à ratificação dos dados apresentados, tal qual previsto na Lei n. 4.011/07, artigo 31, 32 e Decreto n. 27.660/2007, inciso XVII, art. 3º. Ainda, tendo em vista a desatualização da Resolução n. 4.618/95, a qual visa encontrar o custo unitário eficiente do STPC/DF foi contratada consultoria (contrato n. 35/2013) da empresa Axis Consultoria, mas o resultado da consultoria foi insatisfatório porque não apresentou o "custo unitário, dito como eficiente do STPC/DF".

Por fim, indica as melhores técnicas para o cálculo unitário eficiente (Análise Envoltória de Dados – DEA; *yardsitck competition* e *benchmarking*), sendo que, atualmente, a metodologia utilizada pelo STPC/DF para o cálculo do custo unitário eficiente é o indicado pela Resolução n. 4.618/95, a qual se encontra desatualizada e "não poderia ser utilizada para a nova tarifa técnica para cooperativa em questão". Assim, "o estudo apresentado pela permissionária COOTARDE MICRO, não encontra-se em regime de eficiência, contrariando a legislação do setor de transporte. Os cálculos realizados pela cooperativa, para obtenção do custo unitário eficiente, foram realizados a partir de 'alterações' de uma Resolução, que conta com



parâmetros e coeficientes desatualizados. Por esse motivo ela não poderia ser utilizada para a determinação de uma nova tarifa técnica para a cooperativa em questão. Vale lembrar que em qualquer proposta de nova metodologia deverá ser ouvido previamente o CTPC/DF, juntamente com quaisquer estudos de custos. E também, conforme legislação, somente o órgão gestor poderá propor nova metodologia de cálculo da tarifa técnica e realizar alterações dos parâmetros e coeficientes da planilhas de custos, visando cálculo do custo unitário eficiente. Somente assim, o Poder Executivo poderá aprovar os cálculos apresentados. Conforme estabelecido ao longo deste despacho, sugere-se a contratação de uma consultoria externa, capaz de realizar o estudo do custo unitário eficiente do STPC/DF, em decorrência de sua complexidade", fls. 402/403, grifou-se.

Os autos, então, seguiram à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para emissão de parecer acerca "da possibilidade de ser utilizada nas permissões decorrentes das Concorrências ns. 1/2007-ST e 2/2007-ST a metodologia de pagamento por meio de tarifa técnica, nos moldes suscitados pela AJL e GCT do DFTRANS", destacando que "a matéria em apreço está sendo acompanhada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, conforme Ata de Reunião realizada em 29 de setembro de 2014", fls. 629.

Para o enfrentamento da matéria é fundamental tecer, inicialmente, breves considerações sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de serviços públicos.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal já se manifestou por inúmeras vezes no sentido de que tanto a doutrina e jurisprudência convergem sobre o direito de exigir-se o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato como derivação de preceito constitucional toda vez que ocorrer seu rompimento (art. 37, XXI, CF/88). O artigo 65, § 5º, da Lei de Licitações, reforça o princípio já previsto na Constituição Federal, art. 37, XXI, da proteção do equilíbrio econômico-financeiro do negócio jurídico de direito

FOLHA: 638

PA 000 002 183/2014

RUR. MAT. 390/143



público. O princípio vem também insculpido nos arts. 57, § 1º, 58, §§ 1º e 2º e art. 65, II, alínea "d" e § 5º, todos da Lei de Licitações.

É inquestionável, sob o ponto de vista legal e constitucional, que o contrato administrativo deve fiel obediência ao princípio da equação econômico-financeira do contrato público.

Doutrinariamente, a forma de recomposição dessa equação inicialmente estabelecida se dá entre os institutos congêneres, entretanto distintos, da "revisão", "reajuste" e "repactuação". Tais preceitos são algumas vezes confundidos entre si quando da alteração dos preços ajustados em contratos administrativos. Nesse sentido, Marçal Justen Filho⁽¹⁾ assim distingue:

"Reserva-se a expressão 'revisão' de preços para os casos em que a modificação decorre da alteração extraordinária dos preços, desvinculada da inflação verificada. Envolve a alteração dos deveres impostos ao contratado, independentemente de circunstâncias meramente inflacionárias. Isso se passa quando a atividade de execução do contrato sujeita-se a uma excepcional e anômala elevação (ou redução) de preços (que não é refletida nos índices comuns de inflação) ou quando os encargos contratualmente previstos são ampliados ou tomados mais onerosos.

(...)

Já o 'reajuste' de preços é uma solução desenvolvida na experiência estrangeira, mas que recebeu aplicação muito intensa na política contratual brasileira. Convivendo em regime de permanente inflação, verificou-se a impossibilidade e a inconveniência da prática da indexação em todos os campos. A indexação foi encampada também nas contratações administrativas. A Administração passou a prever, desde logo, a variação dos preços contratuais segundo a variação de índices (predeterminados ou não). Essa prática é identificada como 'reajuste' de preços. (...) O reajuste baseia-se em índices setoriais vinculados às elevações inflacionárias quanto a prestações específicas. Já a atualização financeira se refere aos índices gerais de inflação.

(...)

A repactuação assemelha-se ao reajuste, no sentido de ser prevista para ocorrer a cada doze meses ou quando se promover a renovação contratual. Mas aproxima-se da revisão de preços quanto ao seu conteúdo: trata-se de uma discussão entre as partes relativamente às variações de custo efetivamente ocorridas. Não se promove a mera e

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 761 e 763



automática aplicação de um indexador de preços, mas examina-se a real evolução de custos do particular".

Como se lê, situações de excepcionalidade marcam os casos de revisão. A aplicação de índices setoriais específicos se dá nas hipóteses de reajuste. Por fim, a repactuação é uma renegociação, amparada em discussão sobre a real evolução dos custos do particular (para mais ou para menos).

Em se tratando de concessão de serviços públicos, a Lei n. 8.987/95 dedica diversos dispositivos ao tema, tratando tanto do reajuste quanto da revisão tarifária (arts. 9º, 10, 11, 23, IV).

A peculiaridade que se observa nos contratos de concessão se refere à necessária compatibilização entre essas normas garantidoras do equilíbrio econômico-financeiro com o próprio conceito de concessão de serviço público, definido pela lei como "a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade e para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (art. 2º, II, da Lei n. 8.987/95, grifou-se).

Na lição do saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, "somente a álea econômica extraordinária e extracontratual, desequilibrando totalmente a equação econômico-financeira estabelecida pelas partes, autoriza a aplicação da cláusula *rebus sic standibus*. Daí a justa e ponderada observação do Des. Ferreira de Oliveira de que no campo do Direito Administrativo é admissível a revisão dos contratos, embora excepcionalmente e com boa dose de prudência." (2) (grifou-se).

O Direito Administrativo Contemporâneo abranda essa rígida diferenciação entre a álea ordinária (assumida integralmente pelo concessionário) e a álea extraordinária (imputável ao Poder concedente), na

² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo, 2000, Malheiros Editores, 26ª Edição, pág. 201.

FDLRA

PA 008 002 103/2014

RUR. MAT. 390143



medida em que há de se ponderar a realização de investimentos de grande monta pelo particular, aliada aos riscos que envolvem a prestação de determinados serviços públicos.

No ponto, calha trazer à baila o escólio de LUCAS ROCHA FURTADO, que ressalta a possibilidade de garantia de lucro mínimo, ou de garantias mínimas do concessionário quanto a determinados fatores que compõem a sua remuneração (por meio, inclusive, da previsão de Taxa Interna de Retorno do Investimento - TIR (metodologia aplicada ao caso dos autos). Segue transcrição, *in verbis*:

"A grande dúvida que persiste no modelo de concessão consiste em saber se o poder público poderia assegurar aos investidores um lucro mínimo. Assegurado esse lucro, restaria significativamente mais fácil para ele captar investimento. Isso importaria, todavia, na criação de um modelo em que não haveria risco para o concessionário, ou em que esse risco seria sensivelmente reduzido. Estas soluções, ao menos aparentemente, conflitam com uma das características do sistema de concessão de serviço público adotado pelo modelo legal brasileiro, segundo o qual a concessão é explorada sob o risco do concessionário.

A adoção de um modelo que reduza o risco do concessionário corresponde a uma decisão de política estratégica do Estado e, pelas razões a seguir expostas, não conflita com o vigente sistema jurídico.

Se o ambiente para o qual o poder concedente busca desenvolver o seu projeto de concessão for de alto risco, talvez a imposição no contrato de cláusulas que assegurem ao concessionário um mínimo de retorno do investimento seja a única solução para a atração de capitais. É melhor ter o sistema funcionando de forma distinta do padrão das concessões – em que os riscos dos investimentos são integralmente ou eminentemente assumidos pelo concessionário – do que não ter sistema algum em funcionamento.

(...)

Cabe ao edital da concessão definir as garantias de equilíbrio do contrato. Não encontramos em nosso ordenamento jurídico qualquer empecilho à adoção de garantias ou de modelo que objetive a redução dos riscos do investimento.

(...)

Eventos futuros previsíveis são normalmente qualificados como integrantes da chamada álea ordinária do contrato e correm por conta do concessionário; os eventos imprevisíveis são considerados álea extraordinária e permitem a recomposição do equilíbrio do contrato. Essa é a concepção básica utilizada para a definição do modelo genérico de recomposição do equilíbrio financeiro dos contratos de concessão. Se, todavia, o próprio edital da licitação irá garantir ao licitante que a Taxa Interna de Retorno do Investimento –

FOLHA: 641

PA 098 002

RUB. 12

163/2014

MAT. 290149



denominada TIR – utilizada pela concessionária em sua proposta será assegurada, trata-se de decisão política a ser adotada pelo poder concedente dentro da sua capacidade de definição da política tarifária da concessão” (In Curso de Direito Administrativo, 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, pp. 581/583)

Feitas estas considerações, cumpre declinar as principais disposições editalícias e contratuais que tratam da remuneração da concessionária e dos mecanismos de revisão tarifária nas concorrências 1 e 2/2007-STDF.

Editai n. 001/2007

“2 – Do Objeto – 2.1. (...) a operação do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, através de delegação por frota de 450 (quatrocentos e cinquenta) veículos, divididos em 09 (nove lotes compostos de 50 (cinqüenta) micro-ônibus cada um, cujas especificações são apresentadas no ANEXO II deste Edital”, fls. 408.

“19 – Da remuneração dos Serviços

19.1. – A remuneração do serviço será efetuada de acordo com a política tarifária e da Remuneração do Serviço definida pela Secretaria de Estado de Transportes, bem como em outras disposições que venham a ser estabelecidas para a gestão do STPC/DF;

19.2 – Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados pelas seguintes receitas:

19.2.1 – receitas operacionais, advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados;

19.2.1 – receitas não operacionais, advindas de exploração de publicidade nos veículos e de outras que lhes forem destinadas.

19.3 – A Câmara de Compensação tem o seu funcionamento regulado por legislação específica.

19.4 – A metodologia para apuração dos custos unitários dos serviços do STPC/DF segue ao estabelecido na Resolução n. 4.618/95, com alterações da Resolução n. 4.689/97, ambas do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC/DF.

19.5 – Poderá a Secretaria de Estado de Transportes, sempre no interesse da Administração, ouvido o CTPC/DF, promover modificações na sistemática de apropriação dos custos operacionais, bem como alterar a periodicidade das revisões tarifárias.

19.6 – As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos, provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários”, fls. 420.

FDEHA

PA 090 007 103/2004

RUB. MAT. 390143



Contrato da Concorrência n. 001/2007:

"CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. – A remuneração dos serviços será efetuada com base no Disposto na Lei Distrital n.... de...(Novo Marco Regulatório/Projeto de Lei n. 303/2007), bem como em outras disposições que venham a ser estabelecidas para a gestão do STPC/DF;

8.2 – Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados pelas seguintes receitas:

8.2.1 – receitas operacionais, advindas do recebimento em espécie e do resgate de crédito de viagem registrados;

8.2.2 – receitas não operacionais, advindas de exploração e publicidade em veículos e de outras que lhes forem destinadas;

8.3 – A Câmara de Compensação tem o seu funcionamento regulado pela Lei Distrital n.... (Novo Marco Regulatório/Projeto de Lei n. 303/2007).

8.4 – A metodologia para apuração dos custos unitários dos serviços do STPC/DF segue ao estabelecido na Resolução n. 4.618/95, com alterações da Resolução n. 4.669/97, ambas do Conselho do Transporte Coletivo do Distrito Federal – CTPC/DF.

8.5 – Poderá a Secretaria de Estado de Transportes, sempre no interesse da Administração, ouvido o CTPC/DF, promover modificações na sistemática de apropriação dos custos operacionais, bem como alterar a periodicidade das revisões tarifárias.

8.6. – As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos, provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários", fls. 482.

Edital n. 002/2007

"1 – INTRODUÇÃO

(...) aberta licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo maior oferta, com a finalidade de selecionar permissionários para operar no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF".

"19 – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 – A remuneração do serviço será efetuada com base no disposto na Lei n. 242, de 28 de fevereiro de 1992, bem como em outras disposições que venham a ser estabelecidas para gestão do STPC/DF.

19.2 – A Câmara de Compensação, instituída pela Lei referida no item anterior; tem o seu funcionamento regulado pelo Decreto n. 13.833 de 14 de março de 1992.

19.3 – A metodologia para apuração dos custos unitários dos serviços do STPC/DF segue ao estabelecido na Resolução n. 4.618/95, com alterações da Resolução n. 4.669/97, ambas do

FD 194. 643

PA 098 002 163/2014

RUB. MAT. 390143



Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - CTPC/DF.

19.4 - Poderá a Secretaria de Estado de Transportes, sempre no interesse da Administração, ouvido o CTPC/DF, promover modificações na sistemática de apropriação dos custos operacionais, bem como alterar a periodicidade das revisões tarifárias.

19.5 - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos, provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

19.6 - A emissão, a comercialização e o resgate do vale-transporte são disciplinados pelos Decretos (...)", fl. 572.

Contrato n. 002/2007

***CLÁUSULA OITAVA - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços prestados serão remunerados com base no resultado da receita realizada do Sistema, proporcionalmente à participação do custo total efetivo do Sistema.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A unidade de medição dos serviços prestados será o quilômetro rodado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os valores a remunerar por unidade de serviço serão calculados em função de:

Alocação da frota por tipo de linha, que poderá ser urbana "A" ou de metropolitana "B";

Percurso Médio Anual - PMA, decorrente do tipo de linha;

Perfil etário da frota;

Composição tipológica da frota descrita na Cláusula Primeira, parágrafo único, adotando-se para o cálculo dos custos de capital o valor médio ponderado dos preços dos tipos básicos dos ônibus constantes do lote.

PARÁGRAFO TERCEIRO: o preço unitário final a ser utilizado na remuneração do custo total admitido da Permissionária será a média dos preços unitários dos dois tipos de linha, ponderada de acordo com a produção quilométrica especificada para cada tipo de linha. A média ponderada dos preços unitários será recalculada sempre que houver modificações na especificação.

PARÁGRAFO QUARTO: Poderá a DFTRANS, sempre no interesse da Administração, ouvido o CTPC/DF, promover modificações na sistemática de apropriação dos custos operacionais, bem como alterar a periodicidade das revisões tarifárias.

PARÁGRAFO QUINTO: Em havendo alteração unilateral do Contrato que afete o seu equilíbrio econômico-financeiro inicial, o Distrito Federal deverá reestabelecer esse equilíbrio concomitantemente à alteração.

PARÁGRAFO SEXTO: As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos,

FOLHA. 644

PA 098 002 163/2014

RUB. MAT. 390143



provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários", fl. 619.

Cite-se, ainda, o Decreto n. 33.559/2012, o qual trata da metodologia de consolidação de receitas e pagamento de remuneração dos serviços básicos rodoviários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, inclusive quanto às tarifas técnicas decorrentes dos processos licitatórios ns. 001 e 002/2007:

"Art. 2º A remuneração de cada delegatário dos serviços a que se refere o art. 1º deste Decreto terá por base uma tarifa técnica, sendo o valor total dessa remuneração calculado pela multiplicação dessa tarifa pelo número de passageiros pagantes transportados em determinado período.

§ 1º As tarifas técnicas das novas concessões do serviço básico rodoviário referidas no caput do art. 1º deste Decreto serão fixadas de acordo com as propostas vencedoras da respectiva licitação, sendo reajustadas ou revistas nos prazos e condições estabelecidas nos contratos de concessão.

§ 2º As tarifas técnicas de remuneração do serviço básico rodoviário delegado em decorrência dos processos licitatórios ns 01 e 02/2007 - ST, cujos Termos de Permissão se encontram em vigor por prazo determinado, serão aferidas para cada operador com a utilização da metodologia de cálculo tarifário vigente na data de publicação deste Decreto, adotada e referendada pelo Poder Concedente, considerando todos os custos de pessoal, administrativos, variáveis, de capital e tributos, bem como a quilometragem rodada, o número de passageiros pagantes e os demais custos e elementos específicos desses serviços, a serem identificados pelo Poder Concedente.

§ 3º Os reajustes e revisões das tarifas técnicas referidas no § 2º deste artigo serão realizados nos períodos e condições previstos nos instrumentos contratuais, mediante atualização da planilha tarifária específica dos serviços.

§ 4º Para fins de cálculo da tarifa técnica e da remuneração prevista no caput deste artigo considerar-se-á como passageiro pagante todo e qualquer pagamento de passagem em espécie nos ônibus e, quando houver, nos terminais e estações de transbordo do Sistema, ou validação de crédito de viagem, ainda que em regime de integração temporal, excluídas dessa definição as validações de passagem por usuários isentos do pagamento de tarifa.

§ 5º As tarifas técnicas dos delegatários do serviço básico rodoviário de transporte público coletivo serão ajustadas por procedimento de reajuste, revisão ou atualização de planilha tarifária, conforme o caso e o operador, por meio de ato administrativo próprio editado pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal ou por entidade por ela designada.

FOLHA 645

PA 098 002 153/2014

RUB. MAT. 390143



Art. 3º Os recursos necessários ao pagamento da remuneração dos delegatários do serviço básico rodoviário de transporte público coletivo serão consolidados em uma conta de compensação e advirão:

I - da arrecadação de receita tarifária em dinheiro, nos ônibus e, quando houver, nos terminais e estações de transbordo do Sistema;

II - da comercialização de créditos de viagem;

III - de eventuais subsídios destinados ao custeio de gratuidades e benefícios tarifários; e

IV - de eventuais receitas acessórias, na forma prevista nos instrumentos contratuais.

§ 1º As tarifas a serem pagas pelos usuários para utilização do serviço básico rodoviário de transporte público coletivo serão fixadas por ato do Chefe do Poder Executivo Distrital, de acordo com a política tarifária implementada pelo Governo do Distrito Federal, não se confundindo com as tarifas técnicas de remuneração tratadas nos dispositivos anteriores.

§ 2º O Governo do Distrito Federal poderá decretar tarifas diferenciadas para utilização dos serviços pelos usuários, em razão da forma de pagamento, do tipo de serviço, de integração temporal entre linhas e serviços, entre outros fatores, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, não se confundindo tais tarifas com as tarifas técnicas a que se refere este Decreto.

Art. 4º A consolidação dos repasses e pagamentos da remuneração dos delegatários do serviço básico rodoviário do STPC/DF obedecerá o seguinte procedimento:

I - observadas as disposições da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, a entidade gestora identificará, diariamente, junto aos registros do sistema de bilhetagem automática, o número de passageiros pagantes transportados por delegatário no dia anterior;

II - os montantes levantados na forma do inciso anterior serão multiplicados pelo valor atualizado da tarifa técnica do respectivo delegatário, definindo o produto da remuneração que lhe será devida, a ser repassada diariamente;

III - os valores em espécie, arrecadados pelo delegatário, por meio da cobrança de tarifa nos ônibus e, quando houver, nos terminais e estações de transbordo do Sistema, no dia de referência para o cálculo de remuneração definido no inciso anterior, permanecerão em sua posse, a título de pagamento antecipado;

IV - o saldo de remuneração devido a cada delegatário, após a dedução das receitas arrecadadas em espécie, será repassado diariamente, considerando a remuneração calculada para o dia imediatamente anterior, com recursos oriundos da comercialização de créditos de viagem, do repasse orçamentário de verbas para custeio de gratuidades e benefícios tarifários e de eventuais receitas acessórias;

V - os levantamentos, as consolidações e repasses de remuneração de serviços prestados em sábados, domingos e feriados serão realizados no primeiro dia útil subsequente.

FOLHA 646

PA 098 007 163/2014

RUB. MAT. 390143



Art. 5º Os parágrafos 1º e 2º do art. 6º do Decreto nº 30.011, de 29 de janeiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 6º (...)

§ 1º A repartição da tarifa em viagens integradas entre os serviços básicos prestados por operadoras de Microônibus/TCB e o METRÔ-DF será da seguinte forma: 66,66% ao METRÔ-DF e 33,33% para a conta de compensação dos delegatários do Serviço Básico Rodoviário do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

§ 2º No caso de tarifa diferenciada do METRÔ aos sábados, domingos e feriados, a repartição total da tarifa em viagens integradas será realizada da seguinte forma: 50% ao METRÔ-DF e 50% para a conta de compensação dos delegatários do Serviço Básico Rodoviário do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal."

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de início da operação das novas concessões do serviço básico rodoviário do STPC/DF, a serem delegadas em decorrência de prévia licitação promovida pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, na modalidade de concorrência pública" (grifou-se).

Da análise das supratranscritas cláusulas editalícias e contratuais, e transpondo para o caso concreto as observações até então externadas, pode-se afirmar que o modelo de recomposição tarifária previsto no edital e no contrato é coerente com o vigente sistema de concessão de serviços públicos, não se constatando qualquer incompatibilidade entre essa sistemática e as normas de regência. Resta analisar, entretanto, se estão presentes os requisitos para a pretendida recomposição tarifária, nos moldes sugeridos nos autos.

O pedido formulado pela COOTARDE – Cooperativa de Transportes do Distrito Federal é para que seja alterado o modelo tarifário adotado em sua concessão para o modelo adotado na recente licitação das bacias, o qual aplica a "tarifa técnica, levando em consideração o custo Km, o equilíbrio econômico-financeiro, a receita passageiro, dentre outros", fl. 04, resultando numa alteração da tarifa para R\$2,11070 e o pagamento de diferenças apuradas desde 2008 no montante de R\$42.900.471,94.

Após manifestações da AJL do órgão consultivo, fls. 373/396, e da Gerência de Custos e Tarifas, fls. 398/403, o feito veio à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para análise em maior espectro, ou seja, "apreciação dessa

FOLHA. 647

PA 098 002 183/2014

RUB. 12

MAT. 390143



Casa Jurídica acerca da possibilidade de ser utilizada nas permissões decorrentes das Concorrências ns. 1/2007-ST e 2/2007-ST a metodologia de pagamento por meio de tarifa técnica, nos moldes suscitados pela AJL e CGT do DFTRANS", fl. 629.

Pelo que se depreende dos autos, a fixação da tarifa técnica para as concorrências ns. 1/2007-ST e 2/2007-ST será calculada pelos critérios da Resolução n. 4.618/95-CTPC/DF e, conforme enfatizado nas cláusulas contratuais, editalícias e no Decreto n. 33.559/2012, os novos valores só poderão ser utilizados após a aprovação do Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC/DF.

A pretensão da COOTARDE MICRO é alterar as cláusulas do contrato referentes à remuneração da concessão para amoldá-la àquela prevista no Edital de Concorrência n. 01/2011-ST-Reaberutra, a denominada "concorrência das bacias" do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal-STPC/DF, assim disposta na regra do edital:

"5 - REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO

5.1 - A REMUNERAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS, que assegurará o equilíbrio econômico-financeiro dos CONTRATOS DE CONCESSÃO, decorrerá do valor da TARIFA TÉCNICA, apresentado nas propostas vencedoras da licitação, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS.

5.2 - As receitas necessárias para a constituição do valor de REMUNERAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS, consolidado em CONTA DE COMPENSAÇÃO, advirão da cobrança da TARIFA USUÁRIO e do repasse do SUBSÍDIO para custeio de gratuidades tarifárias.

5.3 - A remuneração de cada CONCESSIONÁRIA corresponderá ao valor de sua TARIFA TÉCNICA, devidamente atualizado conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS por ela.

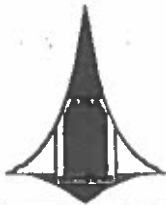
5.3.1 - As receitas decorrentes do pagamento de TARIFA USUÁRIO em espécie, auferidas diretamente pela concessionária nos ônibus do Sistema e, quando houver, terminais de integração e estações de transbordo do Sistema, permanecerão em seu domínio a título de pagamento antecipado.

5.3.2 - Os valores oriundos do repasse do SUBSÍDIO e do pagamento de TARIFA USUÁRIO, por intermédio da comercialização

FDIHA. 648

PA 098 302 163/2014

RUR. MAT. 390143



de créditos eletrônicos, que será efetuada pela SECRETARIA ou por terceiro por ela designado, bem como as receitas acessórias eventualmente existentes serão consolidados na CONTA DE COMPENSAÇÃO e repassados a cada CONCESSIONÁRIA, na forma e na periodicidade definidas no Decreto Distrital 33.559, de 1º de março de 2012 (Anexo III), em montante que, acrescido das receitas em espécie auferidas diretamente pela respectiva CONCESSIONÁRIA, totalize o valor de sua TARIFA TÉCNICA, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS por ela no mesmo período de referência.

5.4 - As regras e condições para reajuste e revisão da TARIFA TÉCNICA estão estabelecidas no Anexo I - Minuta do Contrato de Concessão.

5.4.1 - Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos CONTRATOS, a TARIFA USUÁRIO deverá ser fixada, reajustada e revisada, pelo PODER CONCEDENTE, em valores que, relacionados aos passageiros pagantes de cada perfil tarifário e considerando o repasse do SUBSÍDIO e outras eventuais receitas acessórias, propiciem arrecadação suficiente para a constituição do valor de REMUNERAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS.

5.4.1.1 - É vedada a utilização de SUBSÍDIO para fins outros que não estrito custeio de gratuidades e benefícios tarifários".

Como se lê, a metodologia proposta pelo Edital 001/2011 - Reabertura, realizado pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, o qual selecionou cinco empresas para realizar o serviço de transporte de passageiros evidencia que a tarifa técnica das concessionárias vencedoras do processo licitatório deverá ser regida e determinada pelo fluxo de caixa. Outro dado fundamental é de que foi definido o prazo de vigência de 10 anos, podendo ser estendido por mais 10 anos.

O fluxo de caixa é composto por alguns elementos fundamentais:

- Previsão dos custos operacionais e econômico-financeiros em cada ano do contrato, como exemplo, custos com diesel, lubrificantes, rodagem, peças, despesas com pessoal, dentre outros;
- Previsão de passageiros transportados em todos os anos do contrato;
- Taxa mínima de atratividade, oferecida pelo mercado (geralmente a taxa SELIC);

FDLHA.

PA 098 002 163/2014

RUB. MAT. 390143



- Determinação da Taxa Interna de Retorno - TIR, do investimento realizado;

- Determinação do Valor Presente Líquido - VPL.

Todos estes elementos são essenciais à análise econômico-financeira de projetos, indicadores estes, capazes de determinar a viabilidade econômico-financeira dos contratos e a determinação da tarifa técnica da empresa operadora.

Ressalta-se que, para a constituição do fluxo de caixa das empresas concessionárias, os dados relativos à custos operacionais e econômico-financeiros, que compuseram o fluxo de caixa, foram obtidos pelas propostas econômico-financeiras apresentadas pelas operadoras vencedoras do certame licitatório, sob responsabilidade, conta e risco totalmente do contratado.

Os dados de passageiros, para todos os anos do contrato, foram determinados pelo Poder Concedente, ou seja, pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal.

Assim, em linhas gerais, foi essa a metodologia utilizada para a determinação da tarifa técnica das empresas vencedoras do certame licitatório realizado pela citada Secretaria para o Edital 001/2011-Reabertura para a licitação do serviço de transporte de passageiros para as cinco bacias.

A pretensão da COOTARDE é que o cálculo da tarifa técnica seja realizado mediante a apuração dos custos operacionais e econômico-financeiros com "alterações" da Resolução 4618/95 CTPC/DF. Ou seja, a partir do resultado do cálculo dos custos unitários dos insumos da planilha, foi determinado o respectivo custo efetivo do insumo, realizando a sua multiplicação pela quilometragem realizada da operação, conforme explicitado pela Gerência de Custos e Tarifas, a qual também destacou que, em nenhum momento, foram demonstrados os cálculos realizados para obtenção da tarifa

FOLHA 650

PA 098 002 183/2014

RUB. MAT. 390143



técnica, via fluxo de caixa. Entretanto, tal cálculo não pode ser aceito porque altera a Resolução n. 4.618/95 - CTPC/DF e, assim, as cláusulas editalícias e contratuais, as quais, expressamente, indicam que a metodologia a ser utilizada para a determinação da tarifa técnica é a da utilização dos coeficientes básicos e parâmetros estabelecidos pela referida resolução. Esses parâmetros e coeficientes básicos encontram-se, teoricamente, em regime de eficiência e, portanto, devem ser atingidos pelas operadoras.

Vale lembrar que a Resolução n. 4.618/95-CTPC/DF estabelece parâmetros e coeficientes básicos, calculados e determinados pelo CTPC/DF, o qual está vinculado à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal. O Conselho deverá ser consultado para quaisquer alterações da Resolução citada, devendo o órgão gestor, propor estas possíveis alterações, o que não ocorreu no caso. O que não se pode admitir é a alteração da aludida Resolução por uma concessionária.

Frise-se, mais uma vez que - em nenhum momento - foi consultado o órgão gestor e, muito menos, o CTPC/DF, para a efetivação da mudança de metodologia de cálculo da tarifa técnica, estando assim, em discordância com o contrato firmado entre a Cooperativa e a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal.

Outro problema que a GCT evidenciou no pleito da concessionária é o fato de que deve ser realizada, com a máxima urgência, estudo dos custos unitários em regime de eficiência, tendo em vista a desatualização dos coeficientes básicos e parâmetros determinados pela Resolução n. 4.618/95 - CTPC/DF.

Ainda, a GCT afirma e reafirma a necessidade da atualização da referida Resolução, sem êxito e sem justificativa do órgão ante tal inércia. O estudo dos custos unitários em regime de eficiência deve ser realizado por consultoria especializada, tendo em vista a sua complexidade e atividade desafiadora. A partir da determinação do custo unitário eficiente, pode-se

FOLHA 651

PA 098 002 103/2014

RUB. MAT. 390143



realizar a "regulação" do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, ou seja, a partir de instrumentos jurídicos e/ou técnico-operacionais, fazer com que as empresas operadoras do STPC/DF atinjam, o mais próximo possível, a eficiência. Assim, todos os envolvidos no setor sairiam ganhando, tanto os empresários, como os usuários.

Ainda se extrai da manifestação da GCT que ela tem envidado os maiores esforços para receber os dados operacionais e econômico-financeiros das empresas operadoras do STPC/DF, com a devida realização de auditoria técnica nos resultados alcançados, uma vez que, somente assim, o órgão gestor estaria realizando a "gestão" do STPC/DF. Ocorre que, atualmente, o órgão gestor não realiza a gestão do STPC/DF, pois os dados não são e nunca foram, encaminhados àquela gerência e, muito menos, realizada a sua regulação, visando o melhoramento do sistema de transportes.

Assim, com base nos argumentos acima e respaldado pela teoria de fundamentação da gestão dos custos do transporte, a GCT indeferiu a solicitação de reajuste da tarifa técnica da operadora COOTARDE MICRO e da mesma forma, das demais cooperativas, COOTARDE CONVENCIONAL, COOPATAG, COOBATAETE, COOPERTRAN E MCS.

Como se observa, empecos técnicos e jurídicos intransponíveis impedem o deferimento do pleito formulado nos autos e somente com a elaboração de estudos referentes à atualização da Resolução 4618/95 - CTPC/DF, com a anuência e aprovação do CTPC/DF, será determinado o custo unitário dito como eficiente e, a partir da sua multiplicação, pelo Índice de Passageiros por Quilômetro - IPK, seria obtida a tarifa técnica da respectiva cooperativa. E, para a definição de uma nova metodologia para o cálculo da tarifa técnica, deverá ser consultado o CTPC/DF, sendo que o estudo deverá ser realizado pelo órgão gestor, baseado em dados operacionais e econômico-financeiros a serem pontualmente encaminhados pela operadora.



O órgão técnico do DFTRANS – Gerência de Custos e Tarifas é taxativo quanto à complexidade de apuração de um custo unitário eficiente, destacando, ainda, que “somente o órgão gestor poderá propor uma nova metodologia de cálculo da tarifa técnica e realizar alterações dos parâmetros e coeficientes da planilha de custos, visando o cálculo do custo unitário eficiente” e, ainda, “qualquer proposta de nova metodologia deverá ser ouvido previamente o CTPC/DF”, fl. 403.

Não há elementos nos autos, portanto, que permitam concluir pela concessão de reequilíbrio econômico-financeiro para as concorrências 1 e 2/2007-ST nos moldes da tarifa técnica encontrada fora dos parâmetros contratuais e unilateralmente pela COOTRAPE MICRO, *data venia*.

Com efeito, há de ser elaborado estudo técnico conclusivo, com base nos dados oficiais colhidos pelo Poder Concedente e também naqueles constantes da Resolução n. 4.618/95-CTPC/DF, onde se avaliem todos os componentes da tarifa técnica, de acordo com a sistemática claramente definida pelo edital e pelo contrato.

Somente após a elaboração desse estudo, e uma vez constatada a existência de eventual déficit, é que se mostrará cabível o reequilíbrio econômico-financeiro da avença (seja por meio de reajuste, seja por revisão tarifária), no montante corretamente apurado pelo Poder Concedente.

III – CONCLUSÃO

Folha nº	653
Processo nº	090.002.163/2014
Assinatura	<i>[assinatura]</i>
Matrícula nº	1756201

Em face do exposto, opina-se pela inviabilidade técnica e jurídica do pedido de revisão tarifária formulado, na medida em que não há elementos nos autos que autorizem a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato, devendo ser elaborado estudo técnico conclusivo, conforme indicação do órgão gestor do STPC/DF, no bojo do qual



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



sejam analisados todos os componentes da tarifa técnica, de acordo com a sistemática prevista no edital e no contrato.

Sugere-se o encaminhamento de cópia deste parecer ao douto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme fls. 626/627.

É o parecer, *sub censura*.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2014.

Renata Barbosa Fontes da Franca
Subprocuradora-Geral do Distrito Federal
OAB DF 8203

Folha	654
Processo	098.002.163/2014
Rubrica	
Metrculo	17.10.25-4



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Processo nº: 098.002.163/2014

Interessada: Cootarde

Assunto: Inclusão em Tarifa Técnica e Desequilíbrio Econômico Financeiro

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral,

Folha nº:	655
Processo nº:	098.002.163/2014
Assunto:	
Matrícula nº:	42.965-1

Aprovo o Parecer nº 663/2014-PROCAD/PGDF, da lavra da II. Subprocuradora-Geral do Distrito Federal Dra. Renata Barbosa Fontes da Franca, por seus próprios e jurídicos fundamentos, com os acréscimos abaixo.

Também configura empecilho à pretensão o fato de que a pretendida modificação na sistemática tarifária pode alterar, inclusive, o quadro competitivo estabelecido à época das Concorrências 01/2007 e 02/2007. É dizer: caso prevista desde o início do mencionado certame a sistemática ora pretendida (adoção de tarifa técnica), possivelmente o quadro competitivo e o resultado das licitações em comento seriam diversos do estabelecido atualmente, daí a gravidade do que ora se pretende.

Também se deve ter em mente que a permissão de serviço público se dá por conta e risco do permissionário, como resulta do próprio conceito legal de tal instituto, extraído do art. 2º, IV, da Lei nº 8.987/95:

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: (...) IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Na espécie, o que se vislumbra é o alto grau de abertura das regras estabelecidas nos certames licitatórios acerca da política tarifária. Tais regras parecem conferir ampla margem de discricionariedade à Secretaria de Estado de Transportes para a revisão tarifária e inclusive para a periodicidade de tal prática (como se percebe, por exemplo, da leitura dos itens 19.1 e 19.5 do Edital nº 001/2007 e 19.1 e 19.4 do Edital nº 002/2007).

1 (F)



DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA




Nesse contexto, não é exagero inferir que quem participou de tais certames **assumiu o risco** da política tarifária ali prevista. Esse cenário inclui, portanto, eventual delongar ou defasagem tarifária decorrente de decisões que possam ter emanado do Estado.

Assim, a questão referente à revisão tarifária parece mais afeita a uma opção discricionária do gestor (parametrizada por algumas regras pré-definidas, tais como as Resoluções 4.618/95 e 4.669/97) do que a um inexistente direito subjetivo das cooperativas.

Com essas ponderações, reiteram-se na íntegra as observações feitas no opinativo, com os acréscimos acima.

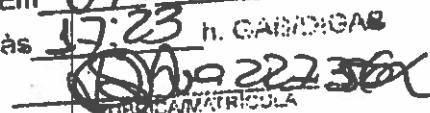
À superior consideração.

Brasília/DF, 04 de novembro de 2014.


Fernando Zanetti Stauber
Procurador-Chefe
Procuradoria Administrativa

NRV/ga

Folha nº:	656
Processo	042002163/2014
Matrícula	42.965-1

RECEBIDO
Em 07/11/14
às 17:23 h. GAB/DIGAS

2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral



PROCESSO Nº: 098.002.163/2014
INTERESSADO: Cootarde
ASSUNTO: Inclusão em tarifa técnica. Desequilíbrio econômico-financeiro.

657
098002163/2014
D

APROVO O PARECER Nº 0663/2014 -

PROCAD/PGDF, exarado pela ilustre Subprocuradora-Geral do Distrito Federal Renata Barbosa Fontes da Franca, e deixo de corroborar os acréscimos consignados na cota de fls. 655/656, subscrita pelo eminente Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD, Fernando Zanetti Stauber.

Peço as mais respeitosas vênias para dissentir do acréscimo apresentado pela douta Chefia da PROCAD, em sua cota de fls. 655/656. Tendo em vista as disposições editalícias, as quais previram a possibilidade de alteração da política tarifária, não se olvida que tal viabilidade era de conhecimento de todos os interessados e participantes do certame licitatório. Também deriva dessa sistemática que não é possível estabelecer de forma prévia e engessada como se darão as alterações de gestão do STPC/DF. Destarte, uma vez observadas todas as condições e orientações contidas no opinativo, a demonstração de ausência de modificação do quadro competitivo à época das Concorrências 01/2007 e 02/2007, será consequência lógica dos estudos técnicos.

Encaminhe-se cópia do opinativo e respectivas cotas de aprovação ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, para conhecimento.

Em 14 / 11 / 2014.


PAOLA AIRES CORRÊA LIMA
Procuradora-Geral do Distrito Federal

658
098002/63/2014



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Procuradora-Geral



OFÍCIO

Nº 855 /2014 – GAB/PGDF

Brasília, 17 de novembro de 2014.

Referência: Parecer nº 0663/2014 – PROCAD/PGDF.

Folha nº:	659
Processo nº:	098002163/2014
Rubrica:	Elma
Matrícula:	43182-6

Senhora Procuradora-Geral de Justiça,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Parecer nº 0663/2014 – PROCAD/PGDF, o qual aborda as tratativas entre a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, as cooperativas de transporte e o Sindicato dos Rodoviários para a revisão dos contratos de concessão com vistas à fixação de tarifa técnica.

Atenciosamente,


FÁTIMA AIRES CORREIA LIMA
Procuradora-Geral do Distrito Federal

À Excelentíssima Senhora
EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHO
Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Ed. Sede do MPDFT, 9º andar
CEP: 70.091-900
Brasília/DF

GR OF 094/2014 ASSEJUR/GAB

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"
Gabinete da Procuradora-Geral do Distrito Federal
SAM Projeção I Edifício Sede, 4º andar, CEP 70.620-000 – Brasília-DF
Fone: (61) 3325-3366/3325-3367

DOC. 09

**RELATÓRIO E VOTO DO
CONSELHO DE
TRANSPORTE
09/12/2014**

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
CONSELHO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO
DISTRITO FEDERAL – CTPC/DF

Processo nº 0090.004102/2014

Relatório

Foi-nos designado a relatoria (folha 8) do processo nº 0090.004102/2014, que trata de solicitação da feita pela Cooperativa de Transporte Alternativo do Recanto das Emas – COOTARDE, requerendo tarifa técnica e desequilíbrio econômico financeiro. E que, segundo a permissionária COOTARDE, a Procuradoria Geral do Distrito Federal no parecer Nº 663/2014, teria se manifestado no sentido de se consultar o Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e que este Conselho faça as atualizações na Resolução 4.618/1995 – CTPC/DF.

Ressalte-se em primeiro lugar que ao contrário do escrito na petição da COOTARDE, esta permissionária, deve ter como pleito o equilíbrio ou reequilíbrio econômico financeiro, se este não se encontra estabelecido, e não o desequilíbrio econômico financeiro (folha 2).

Considerando que compete a relatoria a avaliação da necessidade de atualização da Resolução nº 4.618/1995 – CTPC/DF. O item 1 da referida Resolução, tem por objeto a aprovação da nova metodologia para cálculo do custo unitário das linhas, gratuitas e de tarifa normal, do Serviço Convencional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Portanto, para a consecução da alteração da Resolução nº 4.618/1995 – CTPC/DF, dentro deste processo nº 0090.004102/2014, solicitei informações à DFTrans através do Ofício nº 01/2014 (folha 36 e 37). Órgão competente para elaboração dos estudos técnicos, para definição dos custos unitários das linhas do Sistema Básico Rodoviário do STPC/DF.

Em resposta ao ofício supracitado, a Diretoria da Gerência de Custos e Tarifas – GCT, em síntese assim se posicionou:

Brasília – Patrícia da Hora

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
CONSELHO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO
DISTRITO FEDERAL - CTPC/DF

Que a GCT encaminhara em 03 de dezembro de 2014, despacho à Diretoria Técnica - DTE, da DFTrans, propondo a atualização da Resolução nº 4.618/1995 - CTPC/DF, considerando a desatualização dos coeficientes técnicos em regime de eficiência, determinados pela Resolução nº 4618/95 -CTPC/DF. Que a obtenção destes valores, é de difícil mensuração, pois seria necessário a utilização de métodos de otimização de programação linear. Desta forma, a atividade em questão apresenta um nível de complexidade bastante elevado. Neste diapasão solicitou-se a contratação de uma consultoria externa apta a realizar tais cálculos.

Considerando o posicionamento da Autarquia Transporte Urbano do Distrito Federal, por intermédio da Gerência de Custos e Tarifas, de que não possui os estudo necessários e que solicitou a contratação de consultoria externa, para realização de tais estudos, portanto, dos coeficientes técnicos em regime de eficiência para possível alteração da Resolução nº 4.618/1995 - CTPC/DF.

O entendimento deste relator é no sentido de que, sem elementos alicerçados na melhor técnica em transportes e na ausência dos estudos necessários à atualização da Resolução nº 4.618/1995 - CTPC/DF, este Egrégio Conselho delibere sobre o assunto quando da emissão e submissão dos estudos conclusivos, para atualização dos coeficientes técnicos em regime de eficiência, a este colegiado com as alterações que se fizerem necessárias ou não, para atualização da Resolução nº 4.618/1995 - CTPC/DF, ora em vigor.

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Alessandro Silva Barbosa

Relator

Representante da Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans

Brasília - Secretaria de Estado de Transportes

Secretaria de Estado de Transportes
Secretaria de Estado de Transportes
Secretaria de Estado de Transportes
Secretaria de Estado de Transportes

DOC. 10

PEDIDO AO SEMOB

- PELA REALINHAMENTO
TARIFA E TRATAMENTO
ISONÔMICO

- 09/01/2015

SEM RESPOSTA

**EXCELENTÍSSIMO SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE.**

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, através do Advogado que representa judicialmente e extra judicialmente a ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS E EMPRESAS DE TRANSPORTE DO DISTRITO FEDERAL - ASCOOTRANSDF, vêm respeitosamente a presença de V.Exa. apresentarem o que se segue.

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, que operam no sistema de transporte por terem no ano de 2008, assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, primeiramente afirmam que desejam ao novo Governo do Distrito Federal um profícuo Governo, que possa a esperança da grande maioria da população do Distrito Federal ser reavivada, ter o resgate da dignidade e respeito pela coisa pública, que sempre foi a marca do Distrito Federal e nos últimos anos simplesmente transformou o nosso Distrito Federal na condição vergonhosa que foi abandonado no ultimo dia 31 de dezembro.

Devidio
Devidio
Chefe de Gabinete

Durante todo o Governo passado, as Cooperativas foram literalmente descartadas da atenção do Governo. Mesmo que por diversas vezes ter o antigo Governo sido procurado, seja por escrito, seja por solicitação de reunião e nenhuma atitude foi tomada.

Os repasses quinzenais a título de PNL e PNE não eram repassados na data correta e ainda, muitas das vezes quando a verba não era suficiente para pagamento de todas as empresas (operadoras das bacias e cooperativas), se dava prioridade as grandes empresas, deixando abandonadas as Cooperativas. Sempre feito o pagamento em atraso.

As dificuldades dos últimos anos não foram fruto de má administração, como muitos possam pensar. Foi a consequência da irresponsabilidade do poder público.

Como se admite que uma empresa privada (Ex: uma indústria) compre do GDF (SBA/DFTRANS) vale transporte, pague antecipadamente pelo o crédito de vale transporte lançados nos cartões de seus funcionários, que utilizam este cartão para a sua locomoção e este valor já pago pela empresa, já utilizado pelo trabalhador não seja repassado a contento e a tempo para quem os transportou e ainda que teve despesas com combustível, pessoal e insumos em geral. O dinheiro do vale transporte tem destinação certa! Deveria e deve ser repassado a quem de direito.

Além de constantes atrasos no repasse do PNL e PNE, que na forma da lei deveria ser repassado a cada 15 dias e no prazo de até 5 dias após o fechamento da quinzena. Lembrando que o PNL e PNE tem caráter alimentar,

uma vez que deve ser utilizado preferencialmente para pagamento de salário dos rodoviários.

Hoje se encontram em atraso 5 (cinco) quinzenas de PNE e PNL de todas cooperativas, fazendo com que estas cooperativas não consigam a contento pagar os seus funcionários.

As Cooperativas de transportes são responsáveis pelo transporte de ligação em todas as cidades satélites, além do transporte rural. Emprega diretamente cerca de 3.000 trabalhadores. Possuem cerca de 650 veículos de transportes de passageiros operando diariamente.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos às cooperativas.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato. E o pior, em determinado momento, baixou a tarifa pública, piorando mais ainda a situação.

A título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 37%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,53.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante 5 anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Mas, de fato, das cooperativas, acumulam prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra as cooperativas.

Como é cediço, a data base dos rodoviários é sempre no mês de maio, sendo que as negociações se prolongaram durante o ano passado, nos meses de junho a novembro.

No mês de junho, o Sindicato dos rodoviários, juntamente com o Governo do Distrito Federal e empresas operadores de transporte urbano nas recém criadas bacias fecharam um acordo o qual previu o aumento do salário dos rodoviários, além de aumento da cesta básica e vale refeições.

Nesta negociação ocorrida, o Governo Distrito Federal não convidou ou intimou as Cooperativas de Transporte para participarem das negociações.

Uma vez fechada a negociação com as operadoras, passou a ser cobrado das cooperativas por parte do Sindicato dos rodoviários o mesmo aumento dado a operadoras (20%, cesta básica e vale refeições). Além do alinhamento de salários e ajuste da carga horária.

Sendo que no mês de novembro as cooperativas fecharam acordo da data base com os rodoviários, na esperança do aumento da tarifa pública ou implantação da tarifa técnica.

Como se verifica, o impacto na folha de pagamento, somado aos encargos, novas contratações (mudança da carga horária) deixaram as Cooperativas em situação financeira caótica.

Cabe ressaltar que desde o ano de 2005 não há aumento de tarifa pública no transporte.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

O GDF, ao participar do acordo que permitiu o aumento aos rodoviários (COM AS OPERADORAS DAS BACIAS), com a efetiva ação de aportar valores para permitir tal aumento, utilizou de sua discricionariedade. Só que tal ação gerou nos trabalhadores das cooperativas, que reforça-se não participaram em nenhum momento das negociações, uma expectativa de aumento nos mesmo moldes do aplicado ao rodoviários das empresas operadoras das bacias.

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Não se nega, por óbvio, que a Administração Pública pode unilateralmente tomar decisões (discricionariedade), inclusive, alterando as regras estabelecidas no contrato. Contudo, deverá manter o equilíbrio da equação econômico-financeiro para não causar prejuízo ao particular.

Ou seja, se é certo que o interesse público prevalece sobre o particular - por isso que a Administração tem preponderância no contrato -, também é correto afirmar que o particular não pode custear esse interesse.

Percebe-se, dessa forma, que não se nega o direito à Administração de usar da sua discricionariedade para tomar as providências que entender necessárias (ajustar aumento dos rodoviários). Todavia, ao fazê-la, deve respeitar o equilíbrio devido à equação econômico-financeira.

E há de salientar o princípio da igualdade, uma vez que tanto as operadoras das bacias como as cooperativas, são permissionárias do serviço público e obrigatoriamente devem ter o tratamento igualitário. Não podendo o poder público sob qualquer argumento, aportar valores para determinadas permissionárias e deixar outras a própria sorte.

Nestes anos de operação das Cooperativas, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação das Cooperativas.

No processo administrativo 0098-002.163/2014, na qual as Cooperativas requereram a inclusão de tarifa técnica e desequilíbrio econômico financeiro, a Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal se manifestou no parecer de nr. 663/2014, no sentido da necessidade de ser consultado o Conselho de Transporte do Distrito Federal – CTPC/DF e que o mesmo faça as atualizações na Resolução 4.618/95, no que tange a parâmetros e coeficientes da forma de remuneração. No momento se encontra o processo com o Conselho de Transporte do Distrito Federal que enviou ofício ao DFTRANS para que apresente parâmetros de aplicação de parâmetros e coeficientes da forma de remuneração.

O acima relatado foi a forma de apresentação das Cooperativas ao novo Governo, requerendo que seja dada a devida atenção e igualdade de tratamento do poder público. Bem como seja na maior urgência dada continuidade do processo administrativo.

Brasília - DF, 9 de janeiro de 2015.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

DOC. 11

PEDIDO AO DFTRANS

DE PAGAMENTO

DEBITOS DE 2014

23/01/2015

SEM RESPOSTA



ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR GERAL DO DFTRANS

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, **COOTARDE, COOTARDE CONVENCIONAL, COOPATAG, COOPERTRAN, COOBRATAETE, MCS e COOTRANSP**, através do Advogado que as representa judicialmente e extra judicialmente, vêm respeitosamente a presença de V.Exa. apresentarem o que se segue.

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, que operam no sistema de transporte por terem no ano de 2008, assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, primeiramente afirmam que desejam ao novo Governo do Distrito Federal um profícuo Governo, que possa a esperança da grande maioria da população do Distrito Federal ser reavivada, ter o resgate da dignidade e respeito pela coisa pública, que sempre foi a marca do Distrito Federal e nos últimos anos simplesmente transformou o nosso Distrito Federal na condição vergonhosa que foi abandonado no ultimo dia 31 de dezembro.

Durante todo o Governo passado, as Cooperativas foram literalmente descartadas da atenção do Governo. Mesmo que por diversas vezes ter o antigo Governo sido procurado, seja por escrito, seja por solicitação de reunião e nenhuma atitude foi tomada.

PROCURADOR GERAL - DFTRANS - 26-04-2015 13:21 000258

23894

Os repasses quinzenais a título de PNL e PNE não eram repassados na data correta e ainda, muitas das vezes quando a verba não era suficiente para pagamento de todas as empresas (operadoras das bacias e cooperativas), se dava prioridade as grandes empresas, deixando abandonadas as Cooperativas. Sempre feito o pagamento em atraso.

Até a presente data, são os seguintes débitos se encontram em aberto, conforme NFs já emitidas e não pagas.

COOTARDE MICRO					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
646	22/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	336.360,00
647	22/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	141.697,50
649	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	116.347,50
650	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	285.002,50
651	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	105.072,00
652	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	237.570,50
735	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	108.648,00
736	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	174.678,50
			TOTAL	R\$	1.505.376,50

COOTARDE CONVENCIONAL					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
148	22/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	81.303,00
149	22/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	163.299,00
150	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	69.147,00
151	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	115.162,50
152	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	48.276,00
153	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	98.820,00
154	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	27.552,00
155	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	25.665,00
			TOTAL	R\$	629.224,50

COOPATAG					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
64	23/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	13.816,50
65	23/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	36.835,00
66	23/12/2014	PNE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	11.397,00
67	23/12/2014	PLE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	29.668,50
68	23/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	1.504,50
69	23/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	3.649,50
			TOTAL	R\$	96.871,00

COOPERTRAN					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
510	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$	51.510,50
511	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$	136.116,50
512	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	49.930,50
513	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	138.961,50
522	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	38.721,50
523	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	53.731,50
INS. 89	23/12/2014	DTMAX	23/12/2012	R\$	1.049.575,23
			TOTAL	R\$	1.518.547,23

COOBRATAETE					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
37	05/12/2014	PNE	07/10/2014 a 21/10/2014	R\$	37.999,50
38	05/12/2014	PLE	07/10/2014 a 21/10/2014	R\$	130.565,50
45	23/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	106.633,50
46	23/12/2014	PNE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$	20.715,50
47	23/12/2014	PLE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$	99.292,00
48	23/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	26.112,00
49	23/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	115.500,00
50	23/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	26.864,00
55	14/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	97.032,00
56	14/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	32.198,00
21	14/07/2014	PNE	01/10/2013 a 31/12/2013	R\$	87.923,03
INS 89	28/03/2014	DTMAX	28/03/2014	R\$	12.255,00
INS 89	25/09/2014	DTMAX	25/09/2014	R\$	21.989,50
INS 89	15/10/2014	DTMAX	15/10/2014	R\$	3.783,00
INS 89	22/12/2014	DTMAX	22/12/2014	R\$	2.472,00
INS 89	22/12/2014	DTMAX	22/12/2014	R\$	138.147,50
INS 89	14/01/2015	DTMAX	22/12/2014	R\$	2.594,00
			TOTAL	R\$	962.076,03

		MSC		
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO	VALOR
354	22/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 55.709,00
355	22/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 113.080,50
356	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 38.042,00
357	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 76.598,00
358	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 25.442,00
359	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 49.191,50
363	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 17.026,50
364	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 20.353,00
			TOTAL	R\$ 395.442,50

		COOTRANSP		
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO	VALOR
365	22/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 74.675,40
366	22/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 272.017,40
367	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 65.173,30
368	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 259.032,10
369	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 56.253,70
370	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 215.268,70
371	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 60.218,10
			TOTAL	R\$ 1.002.638,70

TOTAL DEBITOS

R\$ 6.110.176,46

Como se verifica, o debito se encontra em torno de R\$ 6.110.176,46 (seis milhões cento e dez mil e cento e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Ainda há de se levar em consideração que as quinzenas de 22/12/2014 a 06/01/2015 e 07/01/2015 a 21/01/2015 não foram emitidos relatórios e determinada a expedição de nota fiscal.

Levando em consideração a média das quinzenas anteriores, há uma projeção de duas quinzenas de PNE e duas quinzenas de PLE que totalizariam aproximadamente R\$ 3.026.796,70.

Ou seja, hoje o valor em aberto que serviço de transporte já prestado gira em torno de R\$ 9.136.973,16. (nove milhões e cento e trinta e seis reais e novecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos).

Os valores acima apresentados apenas apontam valores aproximados, que poderão variar após a apuração do DFTRANS.

Os valores apontados acima apontam o debito de PNE, PLE e diferença da Instrução 089, que é a divergência entre o número de usuários transportados e o valor efetivamente pago. Devidamente apurado pelo sistema e cujos valores são objeto de pedido de pagamento, conforme documentação anexa.

Soma-se aos débitos acima o constante atraso do repasse dos valores diários do Vale Transporte.

As dificuldades dos últimos anos não foram fruto de má administração, como muitos possam pensar. Foi a consequência da irresponsabilidade do poder público.

Além de constantes atrasos no repasse do PNL e PNE, que na forma da lei deveria ser repassado a cada 15 dias e no prazo de até 5 dias após o fechamento da quinzena. Lembrando que o PNL e PNE tem caráter alimentar, uma vez que deve ser utilizado preferencialmente para pagamento de salário dos rodoviários.

As Cooperativas de transportes são responsáveis pelo transporte de ligação em todas as cidades satélites, além do transporte rural. Emprega diretamente cerca de 3.000 trabalhadores. Possuem cerca de 550 veículos de transportes de passageiros operando diariamente.

A título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 37%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,53.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante 5 anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Soma-se ainda as recentes medidas econômicas que elevarão os impostos PIS/COFINS além da CIDE que impactará ainda mais sobre o custo operacional.

Cabe ressaltar que desde o ano de 2005 não há aumento de tarifa pública no transporte.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Nestes anos de operação das Cooperativas, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação das Cooperativas.

No processo administrativo 0098-002.163/2014, na qual as Cooperativas requereram a inclusão de tarifa técnica e desequilíbrio econômico financeiro, a Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal se manifestou no parecer de nr. 663/2014, no sentido da necessidade de ser consultado o Conselho de Transporte do Distrito Federal – CTPC/DF e que o mesmo faça as atualizações na Resolução 4.618/95, no que tange a parâmetros e coeficientes da forma de remuneração. No momento se encontra o processo com o Conselho de Transporte do Distrito Federal que enviou ofício ao DFTRANS para

que apresente parâmetros de aplicação de parâmetros e coeficientes da forma de remuneração.

O acima relatado é maneira que as Cooperativas de Transporte Urbano que operam no Distrito Federal encontraram para apresentar as autoridades Públicas a real e verdadeira situação.

Se não houver o imediato pagamento dos valores em atraso, não terão as cooperativas condições de arcar sequer com o pagamento de salário dos rodoviários. Sendo assim eminente a paralização.

O Sindicato dos rodoviários, através de contato direto com as cooperativas já anuncia uma greve na próxima semana.

Não podemos mais aceitar que a imprensa noticie que é um problema de gerenciamento das cooperativas, afirmarem que o GDF nada deve às cooperativas, uma vez conforme acima apresentado e as cópias das Notas Fiscais em anexo comprovam que o debito existe.

Caso ocorra o pagamento dos valores devidos acima, haveria de imediato o pagamento de salários aos rodoviários e afastariam assim qualquer chance de paralização do sistema.

Isto posto, REQUER que seja feito o pagamento na maior brevidade possível de todos valores devidos, bem como autorização de emissão de Nota Fiscal da segunda quinzena de dezembro e primeira quinzena de janeiro do corrente.

Pede Deferimento.

Brasília - DF, 23 de janeiro de 2015.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

DOC. 12

PEDIDO PARA

PROSSEGUIMENTO

DOS PROCESSOS

ADMINISTRATIVOS DA

TARIFA

01/02/2015

SEM RESPOSTA



WPS - ADVOCACIA

WAGNER PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO

CÓPIA

ILUSTRÍSSIMO SR. DIRETOR GERAL DO DFTRANS

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, **COOTARDE**, **COOTARDE CONVENCIONAL**, **COOPATAG**, **COOPERTRAN**, **COOBRTAETE**, e **COOTRANSP**, através do Advogado que as representa judicialmente e extra judicialmente, vêm respeitosamente a presença de V.Exa. apresentarem o que se segue.

No ano de 2014, as Cooperativas acima, requerem junto a esta Autarquia a mudança do sistema de remuneração (cópia dos pedidos em anexo), bem como o pagamento da apuração de valores relativos ao desequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

Tal pedido se deu em um primeiro momento devida a reunião com o Ministério Público do Distrito Federal (cópia da ata em anexo), bem como termo de acordo trabalhista, sendo anuente esta Autarquia (cópia termo em anexo).

Até a presente data não recebeu os requerentes nenhuma posição acerca do pedido.

Isto posto **REQUEREM** que seja os processos acima elencados novamente colocados em estudo, permitindo na maior brevidade possível deferimento na mudança de remuneração.

Pede Deferimento.

Brasília - DF, 1 de fevereiro de 2015.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

Senhor Relator
23236

DOC. 13

PEDIDO DE PLANILHA
DE PAGAMENTO DE
PNE/PLE FEITO AS
OPERADORAS

23/02/2015

SEM RESPOSTA

**ILUSTISSIMO SR. DIRETOR GERAL DA TRANSPORTE URBANO DO
DISTRITO FEDERAL - DFTRANS****- URGENTE -**

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, **COOTARDE, COOTARDE CONVENCIONAL, COOPERTRAN, COOBATAETE e COOPATAG**, todas, pessoas jurídica de direito privado, prestadora de serviço público de transporte, neste ato, representadas por seus Presidentes e assistidas pelo advogado que assina o presente, vêm respeitosamente a presença de V.Sa. apresentar o que se segue e ao final requerer.

CONSIDERANDO que as requerentes vêm prestando diariamente serviços de transporte urbano de passageiros que possuem passe livre (deficientes e estudantes), tudo nos termos das legislações pertinentes, mais especificamente a **Lei Distrital nr. 4582**, de 07 de Julho de 2011, que:

"dispõe sobre o custeio da gratuidade no transporte público coletivo integrante do Sistema de Transporte Público Coletivo do DR na classificação serviço básico e complementar rural, para as pessoas com deficiência) e dá outras providências";

PRODUTOS: 24.04.2011 11:54 000551 72

Danúbia Alves Teixeira Roriz
Técnico de Transportes
Matrícula 264.211-5
DFTRANS

E a Lei Distrital nr. 4583 de 07 de Julho de 2011, que "altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.494, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nos serviços de transporte público coletivo"

CONSIDERANDO que o § 5º. do art. 2º. da Lei 4.582/11 dispõe que: ***"Os créditos de que trata esta Lei destinam-se a salários e benefícios dos empregados das operadoras do STPC"***. Da mesma forma, o § 7º. do art. 2º. da Lei 4.583/11 dispõe que: ***"Os créditos de que trata esta Lei destinam-se a salários e benefícios dos empregados das operadoras do STPC/DF"***.

CONSIDERANDO que existe a eminência da paralisação por parte dos empregados das operadoras do STPC que trabalham para as prestadoras de serviço público de transporte, ora requerentes.

CONSIDERANDO a existência de créditos a receber por parte das prestadoras de serviço público de transporte, ora requerentes.

CONSIDERANDO que a previsão legal para pagamento quinzenal de valores devidos referentes a PNE e PLE não vêm sendo cumprida.

CONSIDERANDO que o princípio da ISONOMIA deve ser aplicado a todas operadoras do STPC/DF, devendo a Administração Pública tratar a todas operadoras de maneira igualitária.

CONSIDERANDO o princípio da transparência como sendo este um desdobramento do princípio constitucional da publicidade. E todos atos da Administração devem ser disponibilizados quando solicitados.

CONSIDERANDO a necessidade dos requerentes instruírem futura ação judicial com o fim de receber a devida remuneração pelo transporte realizado e especialmente dar continuidade ao serviço de transporte público.

REQUEREM:

- 1) Que no prazo legal seja apresentada planilha detalhada referentes a PNE, PLE, Vale transporte e Diário com data de pagamento, período que corresponde o pagamento, valor pago, operadora do STPC/DF que recebeu o pagamento e cópia da ordem bancária enviada de cada pagamento dos últimos 6 meses.
- 2) Que no prazo legal seja apresentada planilha detalhada referentes a PNE, PLE, Vale transporte e Diário de valores devidos a todas as operadoras do STPC/DF cujos valores se encontrem em aberto.
- 3) Que seja efetuado o pagamento as requerentes de todos os valores devidos referentes a PNE, PLE, Vale transporte e Diário.

- 4) Que na impossibilidade de não se realizar o pagamento que seja apresentado o motivo do não pagamento e ainda previsão de data para pagamento.
- 5) E em especial informar no PRAZO DE 24 HORAS se ocorreu pagamento de PNE e PLE para operadoras das bacias nos dias 18/fevereiro a 23/fevereiro de 2015. E se ocorreu, quais foram os valores pagos.
- 6) E se pagos valores do item 5, justificar o motivo de não pagamento de PNE e PLE das Cooperativas uma vez que as Notas Fiscais foram emitidas dentro do prazo.

Termos em que
Pede Deferimento.

Brasília - DF, 23 de fevereiro de 2015.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

DOC. 14

MEMORIAL

APRESENTADO A
TODOS DEPUTADOS
DISTRITAIS

09/03/2015

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DEPUTADA DISTRITAL
CELINA LEÃO – Presidente da Câmara Legislativa

Convidamos Vossa Excelência, para a realização de Ato Público em
Defesa das Cooperativas de Transporte Coletivo do DF.

Data: 09/03/2015

Hora: 15:00hs

Local: Auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Organizador: Deputado Raimundo Ribeiro

Convidados Especiais: Ministério Público do DF, Secretário de planejamento e
finanças, Secretário de Mobilidade, DFTRANS, Diretor Técnico do DFTRANS, Sub
Secretário de Fiscalização da Secretaria de Mobilidade.

QUESTÕES QUE SERÃO DEBATIDAS

Por que o governo complementa as tarifas para as Empresas Novas
das Bacias e não complementa as tarifas das Cooperativas?

Por que as Cooperativas Pagaram Outorgas milionárias para operar
e as Empresas Novas das Bacias além de não pagarem estes valores, ainda possuem
as maiores tarifas?

Por que as tarifas das Empresas Novas chegam a ser 220% maior
que as tarifas das Cooperativas?

Por que as Cooperativas operam a 7 anos sem reajustes e as
Empresas novas das Bacias obtiveram no primeiro ano 12,59% de aumento e ainda
bancado pelo Governo?

Por que o Governo não respeita os Contratos com as cooperativas
e não honra as cláusulas referente ao equilíbrio econômico financeiro?

Por que o interesse em quebrar as cooperativas? Existe uma trama
para voltar o monopólio?

Por que o Governo bancou aumento de 20% para os funcionários
das Empresas Novas das Bacias e nada para os funcionários das cooperativas?

Por que o governo discrimina os funcionários das cooperativas se
eles prestam os mesmos serviços que as Empresas Novas das Bacias?

A ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS E EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL – ACETC-DF, da qual fazem parte as seguintes cooperativas e empresas de transporte coletivo: COOTARDE, COOTARDE CONVENCIONAL, COOPATAG, COOPERTRAN, COOBATAETE, MCS e COOTRANSP, através do Advogado que as representa judicialmente e extra judicialmente, vêm respeitosamente a presença de V.Exa. apresentar o que se segue.

As cooperativas de transporte urbano do Distrito Federal, que operam no sistema de transporte por terem no ano de 2008, assinado com o Governo do Distrito Federal, contrato de permissão para exploração do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, primeiramente afirmam que desejam ao novo Governo do Distrito Federal um profícuo Governo, que possa a esperança da grande maioria da população do Distrito Federal ser reavivada, ter o resgate da dignidade e respeito pela coisa pública, que sempre foi a marca do Distrito Federal e nos últimos anos simplesmente transformou o nosso Distrito Federal na condição vergonhosa que foi abandonado no ultimo dia 31 de dezembro.

Durante todo o Governo passado, as Cooperativas foram literalmente descartadas da atenção do Governo. Mesmo que por diversas vezes ter o antigo Governo sido procurado, seja por escrito, seja por solicitação de reunião e nenhuma atitude foi tomada.

As Cooperativas de transportes são responsáveis pelo transporte de ligação em todas as cidades satélites, além do transporte rural. Emprega diretamente cerca de 4.000 trabalhadores. Possuem cerca de 550 veículos de transportes de passageiros operando diariamente.

Possuem em média 550 cooperados que somados a suas famílias totalizam cerca de 1.600 pessoas que tem como única fonte de renda a operação de transporte coletivo.

Tem as cooperativas passado por diversos problemas, na grande maioria de ordem financeira, a maior delas em relação ao valor da passagem, que desde 2005 não sofre reajuste, ou seja, são 10 anos sem aumento de passagem.

A tarifa das cooperativas são no valor de R\$ 1.50, R\$ 2,00 e R\$ 3,00 (apenas na Cootarde Convencional).

Essa situação afeta tão somente as cooperativas, uma vez que recebem a tarifa pública, diferentemente das operadoras das bacias que recebem a tarifa técnica, a título de exemplificação, o passageiro paga R\$ 3,00 para ser transportado por uma operadora que atende Samambaia, e a tarifa técnica é no valor de R\$ 3,36, o Governo paga a diferença da passagem no valor de R\$ 0,36.

Há de se ressaltar que as operadoras tiveram no final do ano passado um reajuste nas tarifas técnicas delas, que são complementadas pelo Governo. Conforme percentuais abaixo.

Concessionária	Percentual de reajuste	Nova tarifa técnica
Auto Viação Marechal Ltda.	12,5883%	R\$ 3,2651
Consórcio HP-ITA - Urbi Mobilidade Urbana	12,5883%	R\$ 3,3653
Viação Pioneira Ltda.	12,5883%	R\$ 2,8411
Expresso São José Ltda.	12,5883%	R\$ 3,2532
Viação Piracicabana Ltda.	12,5883%	R\$ 3,1886

Existem situações onde uma Cooperativa atua na mesma linha e trajeto da operadora. Comparativo da Linha 933.1, onde a empresa Marechal transporta pela Tarifa Técnica, que é R\$ 3,26, e o mesmo passageiro é

transportado pela Cootarde ao valor de R\$ 1,50, com prejuízo claro ao Governo, e enriquecimento injusto da Bacia.

Houve aumento substancial nos custos de operação, título de comparação, do ano de 2008 até a presente data, o custo com combustível teve um aumento na ordem de 51%. Pois no ano de 2008 o preço do litro de óleo diesel era de R\$ 1,87 e hoje está na ordem de R\$ 2,84.

E ainda, há de salientar os aumentos com outros custos, como de pessoal (aumento anual na data base), manutenção, impostos, ações judiciais e etc. Isto durante tantos anos, sem sequer ventilar o aumento da tarifa.

Soma-se ainda as recentes medidas econômicas que elevarão os impostos PIS/COFINS além da CIDE que impactará ainda mais sobre o custo operacional.

Cabe ressaltar que desde o ano de 2005 não há aumento de tarifa pública no transporte.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Nestes anos de operação das Cooperativas, em nenhum momento foi feito nenhum estudo para adequar o custo de operação.

Como já exaustivamente dito, já de se levar em consideração, que o aumento de combustível, salários, custos de manutenção e até de impostos nunca foram tecnicamente levantados para aferir a real situação das Cooperativas.

No fim do ano passado, o Governo do Distrito Federal, acertou com as operadoras um aumento de 20% para os rodoviários, sem sequer convidar as Cooperativas para participarem das reuniões ou até mesmo apresentar sugestões nas negociações.

Uma vez acertado com o Governo, Sindicato e grandes Operadoras, e concedido o aumento de 20% (que há de se afirmar que nenhuma outra categoria no Brasil teve um aumento nesse patamar), o Sindicato pressionou de todas as formas, para que a Cooperativas concedessem o mesmo reajuste.

Ocorre, que a operadoras tiveram reajustes da tarifa técnica, incorporando o custo do aumento do salário dos rodoviários, já as cooperativas permaneceram com a forma de remuneração congelada.

A diferença da forma de remuneração (valor da passagem) é pela razão de que as cooperativas recebem a tarifa pública e as operadoras recebem a tarifa técnica.

No dia 29 de setembro de 2014, nas dependências do Ministério Público do Distrito Federal, se reuniram por convite do Ministério Público, o Ministério Público com 3 promotores de justiça, o Secretário de Transporte, o Diretor Geral do DFTRANS, o sindicato dos rodoviários, as Cooperativas e um Procurador do Distrito Federal, conforme Ata em anexo, onde o Secretário de Transporte discorreu sobre a necessidade de reequilíbrio contratual e afirmou o compromisso de encaminhamento do parecer da PGDF sobre a tarifa técnica.

Mas ficou tão somente nas palavras, sendo que atitude nenhuma foi tomada, muito pelo contrario, a partir daquela data os atrasos se intensificaram e isso quando ocorrerão pagamentos. Demonstrando uma verdadeira retaliação.

No processo administrativo 0098-002.163/2014, na qual as Cooperativas requereram a inclusão de tarifa técnica e desequilíbrio econômico financeiro, a Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal se manifestou no parecer de nr. 663/2014, no sentido da necessidade de ser consultado o Conselho de Transporte do Distrito Federal – CTPC/DF e que o mesmo faça as atualizações na Resolução 4.618/95, no que tange a parâmetros

e coeficientes da forma de remuneração. No momento se encontra o processo com o Conselho de Transporte do Distrito Federal que enviou ofício ao DFTRANS para que apresente parâmetros de aplicação de parâmetros e coeficientes da forma de remuneração.

O acima relatado é maneira que as Cooperativas de Transporte Urbano que operam no Distrito Federal encontraram para apresentar as autoridades Públicas a real e verdadeira situação.

Se não houver o imediato pagamento dos valores em atraso, não terão as cooperativas condições de arcar sequer com o pagamento de salário dos rodoviários. Sendo assim eminente a paralisação.

O Sindicato dos rodoviários, através de contato direto com as cooperativas já anuncia uma greve na próxima semana.

Não podemos mais aceitar que a imprensa noticie que é um problema de gerenciamento das cooperativas, afirmarem que o GDF nada deve as cooperativas, uma vez conforme acima apresentado e as cópias das Notas Fiscais em anexo comprovam que o debito existe.

Caso ocorra o pagamento dos valores devidos acima, haveria de imediato o pagamento de salários aos rodoviários e afastariam assim qualquer chance de paralisação do sistema.

Além da necessidade urgente se atualizar a forma de remuneração e reajuste da passagem.

Estudos recentes feitos pelo próprio DFTRANS, apontam a necessidade de realinhamento do valor da passagem.

Nos últimos dias, foi protocolado documentos que apresentam as mesmas informações acima, para o Governador, Secretário de Mobilidade e Diretor Geral do DFTRANS, sem que até a presente data não houve qualquer resposta ou posicionamento.

Até a presente data, são os seguintes débitos se encontram em aberto, conforme NFs já emitidas e não pagas.

COOTARDE MICRO					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
646	22/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	336.360,00
647	22/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	141.697,50
649	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	116.347,50
650	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	285.002,50
651	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	105.072,00
652	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	237.570,50
735	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	108.648,00
736	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	174.678,50
TOTAL					R\$ 1.505.376,50

COOTARDE CONVENCIONAL					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
148	22/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	81.303,00
149	22/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	163.299,00
150	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	69.147,00
151	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	115.162,50
152	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	48.276,00
153	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	98.820,00
154	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	27.552,00
155	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	25.665,00
TOTAL					R\$ 629.224,50

COOPATAG					
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO		VALOR
64	23/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	13.816,50
65	23/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$	36.835,00
66	23/12/2014	PNE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	11.397,00
67	23/12/2014	PLE	07/11/2014 a 22/11/2014	R\$	29.668,50
68	23/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	1.504,50

69	23/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 3.649,50
			TOTAL	R\$ 96.871,00

COOPERTRAN				
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO	VALOR
510	22/12/2014	PNE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 51.510,50
511	22/12/2014	PLE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 136.116,50
512	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 49.930,50
513	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 138.961,50
522	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 38.721,50
523	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 53.731,50
INS. 89	23/12/2014	DTMAX	23/12/2012	R\$ 1.049.575,23
			TOTAL	R\$ 1.518.547,23

COOBRAETAETE				
Nr. NF	DATA	TIPO	MOVIMENTO	VALOR
37	05/12/2014	PNE	07/10/2014 a 21/10/2014	R\$ 37.999,50
38	05/12/2014	PLE	07/10/2014 a 21/10/2014	R\$ 130.565,50
45	23/12/2014	PLE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 106.633,50
46	23/12/2014	PNE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 20.715,50
47	23/12/2014	PLE	07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 99.292,00
48	23/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 26.112,00
49	23/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 115.500,00
50	23/12/2014	PNE	22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 26.864,00
55	14/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 97.032,00
56	14/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 32.198,00
21	14/07/2014	PNE	01/10/2013 a 31/12/2013	R\$ 87.923,03
INS 89	28/03/2014	DTMAX	28/03/2014	R\$ 12.255,00
INS 89	25/09/2014	DTMAX	25/09/2014	R\$ 21.989,50
INS 89	15/10/2014	DTMAX	15/10/2014	R\$ 3.783,00
INS 89	22/12/2014	DTMAX	22/12/2014	R\$ 2.472,00
INS 89	22/12/2014	DTMAX	22/12/2014	R\$ 138.147,50
INS 89	14/01/2015	DTMAX	22/12/2014	R\$ 2.594,00
			TOTAL	R\$ 962.076,03

Nr. NF	DATA	MSC	TIPO	MOVIMENTO	VALOR
354	22/12/2014	PNE		22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 55.709,00
355	22/12/2014	PLE		22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 113.080,50
356	22/12/2014	PNE		07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 38.042,00
357	22/12/2014	PLE		07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 76.598,00

358	22/12/2014	PNE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	25.442,00
359	22/12/2014	PLE	22/11/2014 a 06/12/2014	R\$	49.191,50
363	13/01/2015	PNE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	17.026,50
364	13/01/2015	PLE	07/12/2014 a 21/12/2014	R\$	20.353,00
TOTAL				R\$	395.442,50

Nr. NF	DATA	COOTRANSP	TIPO	MOVIMENTO	VALOR
365	22/12/2014	PNE		22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 74.675,40
366	22/12/2014	PLE		22/10/2014 a 06/11/2014	R\$ 272.017,40
367	22/12/2014	PNE		07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 65.173,30
368	22/12/2014	PLE		07/11/2014 a 21/11/2014	R\$ 259.032,10
369	22/12/2014	PNE		22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 56.253,70
370	22/12/2014	PLE		22/11/2014 a 06/12/2014	R\$ 215.268,70
371	13/01/2015	PNE		07/12/2014 a 21/12/2014	R\$ 60.218,10
TOTAL					R\$ 1.002.638,70

TOTAL DEBITOS

R\$ 6.110.176,46

Como se verifica, o debito se encontra em torno de R\$ 6.110.176,46 (seis milhões cento e dez mil e cento e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

E deve ser acrescida as quinzenas relativas a 22/12/2014 a 06/01/2015, 07/01/2015 a 21/01/2015, 22/01/2015 a 06/02/2015 e 07/02/2015 a 22/02/2015. Sendo que na presente data, são 120 dias sem repasse de PNE e PLE.

Levando em consideração a média das quinzenas anteriores, há uma projeção de quatro quinzenas de PNE e quatro quinzenas de PLE que totalizariam aproximadamente R\$ 5.540.194,00.

Ou seja, hoje o valor em aberto que serviço de transporte já prestado gira em torno de R\$ 11.650.370,00. (Onze milhões, seiscentos e cinquenta mil e trezentos e setenta reais).

Os valores acima apresentados apenas apontam valores aproximados, que poderão variar após a apuração do DFTRANS.

Os valores apontados acima apontam o debito de PNE, PLE e diferença da Instrução 089, que é a divergência entre o número de usuários transportados e o valor efetivamente pago. Devidamente apurado pelo sistema e cujos valores são objeto de pedido de pagamento, conforme documentação anexa.

Soma-se aos débitos acima o constante atraso do repasse dos valores diários do Vale Transporte.

As dificuldades dos últimos anos não foram fruto de má administração por parte das Cooperativas, como muitos possam pensar. Foi a consequência da irresponsabilidade do poder público.

Além de constantes atrasos no repasse do PNL e PNE, que na forma da lei deveria ser repassado a cada 15 dias e no prazo de até 5 dias após o fechamento da quinzena. Lembrando que o PNL e PNE tem caráter alimentar, uma vez que deve ser utilizado preferencialmente para pagamento de salário dos rodoviários.

A forma de remuneração do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal sempre se mostrou deficiente, até porque as tarifas sempre foram fixadas pelo Poder Público em valores muito aquém do necessário.

Esse relevante dado, aliado ao fato de que o transporte público no Distrito Federal (em razão de suas constituições demográficas - longa distância e baixa densidade populacional) exigia uma tarifa cujo valor pudesse compensar tal fato, redundou em prejuízos econômicos a cooperativa.

Por outro lado, o Poder Público desde a assinatura do contrato nunca elevou o valor da tarifa pública, ou seja, estão congeladas desde a assinatura do contrato.

Mas, de fato, a cooperativa, acumula prejuízos que acabaram por levar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal à beira do esgotamento.

Razão pela qual necessário se faz a intervenção estatal para solucionar a situação caótica que se encontra a cooperativa.

Existem ainda passagens no patamar de R\$1,50. Sendo que em nenhum lugar do Brasil tal tarifa é num valor tão baixo.

Assim, necessário se faz que o DFTRANS, faça com a maior brevidade possível a mudança no modo de tarifa hoje aplicado.

O modelo de tarifa utilizado na cooperativa é ultrapassado e não retrato a realidade na fixação de valores. Tanto que o modelo aplicado na recente licitação das bacias adotou modelo totalmente diverso. Sendo no novo modelo a aplicação da tarifa técnica, levando em consideração o custo km, o equilíbrio econômico-financeiro, a receita passageiro dentre outros.

Como é cediço, o novo modelo de tarifa traz a indicação de aplicação de integração por parte do transporte, sendo assim, absolutamente necessário a mudança do modelo de calculo da tarifa, a fim de permitir a efetiva aplicação da integração.

A titulo de ilustração, se transcreva parte do estudo técnico que requereu a alteração na forma de remuneração e desequilíbrio de APENAS UMA COOPERATIVA:

A - CUSTOS

I - CUSTOS VARIÁVEIS:

1. **Combustível** – A Resolução 4618/95 estabelece que a produtividade para este item ônibus convencional – 0,350 litros/km ou 2,857 km/litro, neste trabalho foi utilizado uma produtividade de 2,857 Km litros – Apesar quilometragem operacional ter reduzido pelo menos 30 % nos últimos 10 anos
2. **Lubrificante (geral)** – Neste item utilizamos o padrão determinado pela fábrica – consumo de 20 litros a cada 15.000 km –
3. **Rodagem** – A Resolução 4618/95 estabelece que a produtividade para este item é de Pneus com 2 recapagem - para 132.000 km e acessórios com 75.000 km ônibus convencional – utilizamos um média de 150.000 para o ciclo de 1+ 2 trocas;
4. **Pecas de Reposição** – Neste item foi utilizado o preço do veículo multiplicado por 0,083 % por veículo ano - feito de forma crescente durante a vida útil do veículo.

II - PESSOAL

- Motorista média de 2,21 por ônibus -
- Cobrador média de 2,16 por ônibus
- Operação – excluindo motorista e cobrador a médio foi de 0,38 funcionários por ônibus;
- Na manutenção o número de funcionários por ônibus foi de 0,76;
- Na Administração 0,22 funcionários por ônibus

Comparação dos FU's		
Função	Resolução	Cootarde
Motorista	2,523	2,21
Cobrador	2,523	2,16
Operação	0,277	0,38
Manutenção	0,932	0,76
Administração	0,370	0,22

- A frequência de viagens diárias é a determinada pelo órgão Gestor – pela emissão das Ordens de Serviço – OS. – Utilizamos como balizador os números efetivamente realizados na operação e para a projeção da tarifa técnicas os números médios dos últimos 12 meses.

III – Encargos Sociais - Este item deve retratar a real obrigação do Empregador com seus parceiros – a resolução nº 4618 de 1995, retratava a realidade da época e estabeleceu com parâmetro o percentual de 56,16 %, sem, contudo, dissecar cada um dos itens contemplados à realidade trabalhista da época.

Mudados os tempos e incorporando/atualizando algumas obrigações temos hoje como base:

Encargos Sociais	
Previdência Social	20,00%

Acidente de Trabalho	3,00%
Salário Educação	2,50%
Incra	0,20%
Senat	1,00%
Sest	1,50%
Sebrae	0,60%
FGTS	8,00%
Sub total	36,80%

Férias Padrão	8,33%
Abono 7 dias	1,61%
Abono Férias	3,30%
13.º Salário	8,33%
Aviso Prévio Trabalhado	0,38%
Adicional noturno	1,15%
Sub total	23,10%

Aviso Prévio Indenizado	0,38%
FGTS sobre aviso Indeniz.	0,03%
Multa FGTS	4,02%
Provisionamento Multa	4,00%
Licença Paternidade	0,04%
Licença Funeral	0,01%
Salário Maternidade	0,17%
Licença Casamento	0,02%
Auxílio Enfermidade	0,08%
Feriados e outros	0,35%
Contribuição Social art 1º Lei 110/01	0,50%
Sub total	9,60%

Total	69,5000%
--------------	-----------------

IV – Benefícios Sociais – Da mesma forma que os encargos devem retratar exatamente o valor das obrigações do Empregador e não mais percentuais ou estimativas como estabelece a Resolução. Foi com esta verdade que os cálculos foram efetuados.

V – Despesas Administrativas – a resolução estabelecia um percentual de 2 % do valor do veículo novo completo (com pneus) - Porém as planilhas de 1995 não consideravam realidades como pro labores de diretores, obrigações com seguros, itens de segurança e a necessidade de constantes treinamentos, desta forma informamos os reais custos administrativos da operação.

VI – IPVA/Seguro Obrigatório e Taxas do DETRANS – foram utilizados os valores reais cobrados pelo DETRAN;

VII – Depreciação e Remuneração – foram utilizados a forma de depreciação da Resolução (método da soma dos dígitos decrescentes) e remuneração de 12 % ao ano sobre o veículo sem rodagem, deduzida a parcela já depreciada;

VIII – Outorga – este investimento inicial não é considerado na Resolução, até porque em 1995, no sistema do Distrito Federal não havia a obrigados a pagar ao Órgão Gestor qualquer quantia para operacionalizar o sistema. Foram utilizados neste trabalho os seguintes critérios:

- O valor da outorga – pago em 6 vezes – foi atualizado com juros de 1 % ao mês a partir da data do pagamento até o início da operação (após 6 meses).
- O montante foi dividido pelo prazo restante (79 meses) – considerando-se este valor com amortização;
- Sobre o valor amortizado foi calculado juros de 1 % ao mês a partir do primeiro pagamento.
- Mês a mês foi calculado o saldo devedor – neste caso o saldo devedor em maio de 2014 era de R\$ 3.543.721,75 ;
- No demonstrativo de resultado para o cálculo da tarifa básica foi considerado como investimento da outorga o valor de R\$ 3.543.721,75
- Ainda no cálculo da Tarifa básica foi considerado o valor de R\$ 16.159.619,12 (renovação da outorga) como o valor pago inicialmente, corrigido pelo IGPM que será devido no 10º ano de operação (para prorrogação do contrato).

IX – Depreciação/ Remuneração de Instalações e Remuneração de Instalações, Máquinas e Almoxarifado - foi utilizado o critério da resolução nº 4618/95.

X – Impostos – Foram considerados os impostos incidentes diretamente na receita – PIS e COFINS.

TARIFA TÉCNICA

B - DEMONSTRATIVO DE RESULTADO E FLUXO DE CAIXA

1. Foi adotado o mesmo padrão utilizado na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2011-ST, que selecionou as 5 (cinco) empresas operadoras do STPC/DF, e que previa a apresentação de uma tarifa técnica (o vencedor seria a empresa que a apresentasse a menor tarifa);
2. A licitação solicitava que o payback fosse menor que o prazo do contrato – o que foi seguido neste trabalho.
3. A taxa de desconto foi de 12 % ao ano – mesma taxa da remuneração autorizada pela Resolução 4618/95;
4. Na licitação que determinou o valor da tarifa técnica máxima permitida, tinha como obrigatoriedade que o valor presente fosse positivo. E permita também que a proposta a ser apresentada gerasse lucro. No nosso trabalho optamos por um valor presente positivo porem próximo de 1 – que neste caso, sem apresentar lucro ou lucro insignificativo;
5. Os investimentos iniciais:
 - Saldo da Frota – valor residual ;
 - Posteriormente novas aquisições;
 - Foi utilizado o valor de venda como receita não operacional dentro do fluxo de caixa;
 - Saldo do valor da outorga;

- Outorga - Posteriormente o novo valor a ser pago (valor dado na licitação de 2007 corrigido pelo IGPM);
- Saldo dos itens Máquinas e Equipamentos, Edificações e Instalações. Também neste item foi utilizado o valor da venda com receita não operacional;
- Preço do Terreno de Garagem – no final foi considerado o mesmo valor como venda.

6. .TARIFA TÉCNICA: R\$ 3,726

- Temos considerar para comparação da tarifa técnica da Cootarde Convencional em relação a tarifa técnica da última licitação os seguintes pontos :
 - a) O investimento do saldo da outorga do período 2008/2015, no valor de R\$ 3.543.721,75, que não foi necessário nos licitante de 2013;
 - b) O investimento a ser pago em 2015 pela outorga no valor previsto de R\$ 16.159.619,12, que não será necessário nos licitantes de 2013 ;
 - c) O prazo deste contrato - 7 anos e da licitação 15 anos,
 - d) O ganho de escala de uma operação de 50 ônibus e de 400 ônibus;
 - e) Retirando os valores das outorgas e aumentando o período de amortização do contrato de 7 para 15 anos a tarifa técnica ficaria em torno de R\$ 3,05.

Com isso temos que a tarifa que deve ser utilizado é no valor de R\$ 3,726. Levando em consideração o estudo anexo.

Como se verifica, o desequilíbrio existente, de acordo com o estudo técnico em anexo, o qual se parte se transcreve:

DESEQUILIBRIO

1. Considerando que o DFTRANS não produziu planilha de custo unitário para o seguimento desde 2009;--
2. Optamos por calcular planilhas de custo unitário mês a mês, respeitando e atualizando parâmetros estabelecidos na Resolução nº 4618/95, com alterações já expostas;
3. Primeiramente foram calculados os custos totais e unitários, considerando os valores dos insumos da época e considerando a quilometragem efetivada.
4. Em seguida a partir dos custos totais e da receita realizada, apresentamos os déficit e superávit mensalmente.
5. Os déficit's e/ou superávit's , foram corrigidos pelo índice o TJDF (INPC) mais juros de 1 % ao mês – totalizando o desequilíbrio.
6. Valores:

ANO	Custo Total	Receita	Desequilíbrio	Valor Atualizado
2.008	1.096.892,51	463.750,64	-633.141,87	-1.438.330,46
2.009	19.480.290,12	12.027.879,73	-7.452.410,39	-15.844.943,87
2.010	20.369.170,19	14.730.979,21	-5.638.190,97	-10.591.119,59
2.011	20.942.231,98	15.884.484,32	-5.057.747,66	-8.228.980,92
2.012	22.383.472,85	19.777.137,41	-2.606.335,44	-3.662.722,26
2.013	22.229.765,78	18.400.011,17	-3.829.754,61	-4.527.222,07
2.014(maio)	9.767.528,49	7.554.775,55	-2.212.752,94	-2.349.798,72
Totais	116.269.351,91	88.839.018,03	-27.430.333,88	-46.643.117,89

É por demais evidente que a discricionariedade inerente ao Poder Público não pode, em absoluto, ser fundamento para rompimento da equação econômico-financeiro. O custo do transporte coletivo prestado pelo particular por delegação (permissão) deve ser suportado pelo Poder Público responsável nos exatos termos do contrato firmado.

Caso a Administração resolva unilateralmente alterar as condições do contrato, deverá manter equilibrada a remuneração devida ao particular.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, a fim de que se mantenha a estabilidade da relação original avençada entre a empresa contratada e a Administração, remunerando-se de forma justa a obra ou serviço contratados. O texto constitucional assenta expressamente, como direito das partes contratantes, a recomposição do equilíbrio financeiro, no caso de modificação da situação contratual original (art. 37, inciso XXI). São, portanto, hipóteses a ensejar o reequilíbrio da avença: ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis (porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da fiel execução do que fora pactuado), ou em casos de álea econômica e extracontratual.

Ou seja, os custos operacionais se elevaram nos últimos anos, necessitando de imediato se fazer o reajuste da tarifa.

Também tem verificado nos últimos tempos, uma tentativa de se voltar a ter o monopólio do transporte público na mão de poucas operadoras, fato que não se pode admitir, uma vez que seria um retrocesso.

A dificuldade das Cooperativas de se fazer ouvir e apresentar suas reivindicações faz com seus cooperados, familiares, funcionários fiquem se sentindo abandonados pelo poder público.

Assim, resumindo temos as seguintes situações que são pontuais:

- Interesse no processo de monopolização do transp. Coletivo (cartel) acabar com as cooperativas.
- Os Funcionários são tratados de modo discriminado e ganham valores menores, mesmo fazendo o mesmo trabalho do trabalhador das Bacias, o Governo autorizou e bancou um aumento para as Empresas das Bacias de 20% e nada para as Cooperativas
- O GDF sucateou a frota e as operações das cooperativas, através de não repasse e tarifa muito defasada.
- Os novos contratos tem tarifa de até R\$ 3,36 e as Cooperativas tarifa de R\$ 1,50.
- Tratamento diferenciado entre empresas que prestam o mesmo serviço.
- O Governo decretou o fim do transporte das cooperativas pois não cumpre os contratos.
- O Governo chega a pagar R\$ 3,26 para Empresa Nova e R\$ 1,50 para a Cooperativa.
- O custo é feito por Km por que se paga maior valor para as Empresas Novas.

- Não há Isonomia. Por que o Governo chega a pagar tarifa de até 220% a mais para as Empresas Novas do que paga para as Cooperativas.

Isto posto, comunica a V.Exa. como Deputado Distrital, a situação acima descrita, solicitando a V.Exa. que auxiliar no que estiver ao alcance de V.Exa, das medidas cabíveis, com o intuito de evitar qualquer prejuízo a população e aos trabalhadores.

Brasília - DF, 09 de março de 2015.


WAGNER PEREIRA DA SILVA
OAB/DF: 36.467

DOC. 15

FOTOGRAFIAS DA
PIRATARIA EM TODO
DISTRITO FEDERAL







